



# POLÍTICAS DA EMOÇÃO E DO GÊNERO NO CONE SUL

Cristina Scheibe Wolff (org)



Laboratório de Estudos  
de Gênero e História



BRAZIL PUBLISHING

### Conselho Editorial Internacional

<b>Presidente:</b> Prof. Dr. Rodrigo Horochovski	(UFPR – Brasil)
Profª. Dra. Anita Leocadia Prestes	(ILCP – Brasil)
Profª. Dra. Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN – Colômbia)
Profª. Dra. Fabiana Queiroz	(Ufla – Brasil)
Profª. Dra. Hsin-Ying Li	(NTU – China)
Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS – Brasil)
Prof. Dr. José Antonio González Lavaut	(UH – Cuba)
Prof. Dr. José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB – Brasil)
Profª. Dra. Marília Murata	(UFPR – Brasil)
Prof. Dr. Milton Luiz Horn Vieira	(Ufsc – Brasil)
Prof. Dr. Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UÉ – Portugal)



### Comitê Científico da área Ciências Humanas

<b>Presidente:</b> Prof. Dr. Fabrício R. L. Tomio	(UFPR – Sociologia)
Prof. Dr. Nilo Ribeiro Júnior	(Faje – Filosofia)
Prof. Dr. Renee Volpato Viaro	(PUC/PR – Psicologia)
Prof. Dr. Daniel Delgado Queissada	(Ages – Serviço Social)
Prof. Dr. Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	(Ufba – Sociologia)
Profª. Dra. Marlene Tamanini	(UFPR – Sociologia)
Profª. Dra. Luciana Ferreira	(UFPR – Geografia)
Profª. Dra. Marlucy Alves Paraíso	(UFMG – Educação)
Prof. Dr. Cezar Honorato	(UFF – História)
Prof. Dr. Clóvis Ecco	(PUC/GO – Ciências da Religião)
Prof. Dr. Fauston Negreiros	(UFPI – Psicologia)
Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies	(UCPel – Sociologia)
Prof. Dr. Mario Jorge da Motta Bastos	(UFF – História)
Prof. Dr. Israel Kujawa	(Imed – Psicologia)
Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva	(UFF – História)
Profª. Dra. Maristela Walker	(UTFPR – Educação)
Profª. Dra. Maria Paula Prates Machado	(Ufcsa – Antropologia Social)
Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho	(UFRJ – Ensino de Biociências e Saúde)
Profª. Dra. Maria de Lourdes Silva	(UERJ – História)
Profª. Dra. Ivonete Barreto de Amorim	(Uneb – Educação, Formação de Professor e Família)
Prof. Dr. César Costa Vitorino	(Uneb – Educação/Linguística)
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação	(Uneb – Educação, Religião, Matemática e Tecnologia)
Prof. Dr. Everton Nery Carneiro	(Uneb – Filosofia, Teologia e Educação)
Profª. Dra. Elisângela Maura Catarino	(Unifimes – Educação/Religião)
Profª. Dra. Sandra Célia Coelho G. da Silva	(Uneb – Sociologia, Gênero, Religião, Saúde, Família e Internacionalização)

**Cristina Scheibe Wolff**  
(Organizadora)

# **Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul**



---

BRAZIL PUBLISHING



© **Brazil Publishing Autores e Editores Associados**

Rua Padre Germano Mayer, 407  
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270  
+55 (41) 3022-6005



**Associação Brasileira de Editores Científicos**

Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75  
Botucatu, SP - 18603-550  
+55 (14) 3815-5095



**Associação Brasileira de Normas Técnicas**

Av. Treze de Maio, 13, 28ª andar  
Centro - RJ - 20031-901  
+55 (21) 3974-2324



**Câmara Brasileira do Livro**

Rua Cristiano Viana, 91  
Pinheiros - SP - 05411-000  
+55 (11) 3069-1300

#### **Comitê Editorial**

**Editora-Chefe:** Sandra Heck

**Editor-Superintendente:** Valdemir Paiva

**Editor-Coordenador:** Everson Ciriaco

**Editor Comercial:** Kelly Miranda

**Diagramação e Projeto Gráfico:** Brenner Silva

**Adaptação para e-book:** Samuel Hugo

**Arte da Capa:** Elaine Schmitt

**Revisão de Texto:** Morgani Guzzo

**DOI:** 10.31012/978-65-5861-572-9

**Orcid:** 0000-0002-7315-1112

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

W855p Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul /  
organização de Cristina Scheibe Wolff – 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2021.  
[recurso eletrônico]

ISBN 978-65-5861-572-9

1. Relações de gênero. 2. Emoções. I. Título.

CDD 305.3 (22.ed)  
CDU 396



**[1ª edição – Ano 2021]**

**www.aeditora.com.br**

# Apresentação

## De onde vem toda essa emoção

Desde 2004, iniciamos, no LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História), da Universidade Federal de Santa Catarina, um programa de pesquisa articulando Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Esse programa já resultou em vários livros, artigos, teses, dissertações, TCCs e vídeos, na formação de estudantes, aulas, colóquios e muito mais<sup>1</sup>.

O projeto Políticas das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, que foi apoiado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia CNPq através do Edital Universal 2016, veio de uma inquietação trazida pelas entrevistas orais realizadas ao longo desse programa de pesquisas. Nas falas de nossas entrevistadas dos vários países que tiveram ditaduras militares nos anos 1960-1980, a emoção sempre esteve presente. Ela motivou o engajamento e acompanhou as vidas dessas militantes. Nós, que fazíamos as entrevistas, muitas vezes choramos junto, nos angustiamos ou rimos e nos alegramos com as vitórias de nossas entrevistadas e suas companheiras e companheiros de luta. As suas amizades e amores nos inspiraram, a sua coragem nos fortaleceu.

No início do projeto, um dos usos políticos da emoção mais visível era quanto aos grupos de familiares de desaparecidos políticos, que sensibilizavam a opinião pública ao buscarem seus filhos e filhas, netas e netos, companheiras, amigas. Esse uso tinha, também, um componente de gênero muito evidente, pois muitas vezes foram as mães que apareceram como legítimas reclamantes dos corpos de seus filhos, Antígonas contemporâneas, com seus lenços brancos ou as fotos de seus filhos no peito (WOLFF, 2013). Mas, aos poucos, fomos encontrando outros sentimentos e formas de nos aproximarmos deles, a partir das teorias que envolvem os afetos, as emo-

---

<sup>1</sup> Para acessar esses materiais, consulte: [www.leggh.cfh.ufsc.br](http://www.leggh.cfh.ufsc.br).

ções, o gênero e o feminismo e que interseccionam, também, as questões étnico-raciais, de classe, sexualidades e outras. Essas questões teóricas foram abordadas ao longo deste livro e, em especial, no último capítulo.

Nossa principal matéria prima, nossas fontes, foram os relatos orais, recolhidos ao longo das pesquisas da equipe do LEGH nos diversos países. As entrevistas foram realizadas com pessoas, principalmente mulheres, que foram militantes nos movimentos de resistência às ditaduras, ou de organizações feministas, nos anos 1960-1980. Muitas vezes, tiveram essa dupla militância. Havia um roteiro para as entrevistas, que nem sempre foi seguido, pois se buscou ouvir o que a pessoa gostaria de nos contar, sua versão dos fatos, como se sentia e como refletiu, ao longo dos anos, sobre a sua experiência de militância e de resistência. Esses relatos orais, que estão sistematizados no Acervo do LEGH, são a substância de nossa pesquisa, e somos muito agradecidas a todas as pessoas que se dispuseram, ao longo dos anos, a serem entrevistadas por nossa equipe.

É sempre importante lembrar que os países do Cone Sul (nesta pesquisa trabalhamos com a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai)<sup>2</sup> viveram em conjunto ditaduras baseadas na doutrina da Segurança Nacional no período que abrange as décadas de 1960 a 1980, marcadas por governos militares de direita e repressão política a todos os tipos de movimentos sociais, o que incluía práticas de tortura, assassinato e exílio de quem ousava resistir. Esses países também foram palco de movimentos que se organizaram para resistir a essas ditaduras, seja através da luta armada, de organizações políticas que faziam trabalhos nos bairros, periferias e fábricas, seja, ainda por grupos que se organizaram na defesa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, eram tempos de intensa transformação social e cultural, que trouxeram a juventude às ruas em 1968, e reviveram os ideais feministas com outras pautas. Os movimentos feministas e os movimentos LGBT+ fizeram parte da resistência às ditaduras, que procurava cercear de todas as maneiras as transformações que ameaçavam a ordem capitalista, autoritária e patriarcal.

Como resultado do projeto, além deste livro, produzimos uma série de vídeos que estão disponíveis no canal do LEGH no Youtube, e que correspondem

---

2 Outras pesquisas do LEGH também consideraram a Bolívia.

aos capítulos deste livro<sup>3</sup>. Cada capítulo e cada vídeo enfoca uma emoção em especial, buscando compreender o uso político dessa emoção no contexto da resistência às ditaduras e na construção de movimentos como os feminismos e os movimentos LGBT+. A resistência e os movimentos sociais foram feitos por pessoas, pessoas que amaram, se engajaram, foram solidárias, sofreram, tiveram medo e raiva, riram, choraram, viveram. Suas memórias constroem narrativas sobre as quais tentamos refletir com os instrumentos dos estudos de gênero, as teorias feministas e a história das emoções.

Este é um trabalho coletivo que não se resume às pessoas que aparecem como autoras dos capítulos que seguem. Além delas, contribuíram para a pesquisa muitas bolsistas de Iniciação Científica e de Apoio Técnico, estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado que não continuaram conosco, além das colegas professoras do LEGH, Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva e Soraia Carolina de Melo, que sempre foram nossas companheiras de jornadas, trabalhos e reflexões. Expressamos, também, nosso agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento, à Universidade Federal de Santa Catarina e toda a equipe do LEGH.

Convidamos a todas, todos e todes a nos acompanharem nessa jornada de pesquisa e reflexão ao Cone Sul no tempo das ditaduras, através das emoções e do gênero.

Para acessar os vídeos você pode utilizar este QR code:



Cristina Scheibe Wolff

---

<sup>3</sup> Para acessar os vídeos, consulte [www.youtube.com/generoehistoria](http://www.youtube.com/generoehistoria)

# Prefácio

## Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul

Perdemos a ingenuidade de acreditar que nossas decisões pudessem ser plenamente racionais, devidamente pesadas, analisadas e isentas de paixão, de emoção. O mesmo acontece em relação ao governo das populações. Já não mais podemos cobrar conhecimento, racionalidade, decisões baseadas em fatos destas mesmas populações, quando fazem manifestações, reivindicações e quando votam. Sim, as emoções permeiam todos estes atos. Reconhecemos que a política permeia nosso cotidiano e as emoções são parte inseparável da política, seja para amar ou odiar lideranças do momento, seja para sentir saudades de um tempo passado, seja para reivindicar o que se considera como justo e moral.

Paixões envolvem as pessoas que lutam por igualdade e por políticas de inclusão. São também paixões que permeiam as políticas que jogam com o descaso e com o desprezo. Não é a primeira vez que nos deparamos com as paixões. Revoluções tem demonstrado este leque de emoções. O medo da explosão de multidões tem reforçado exércitos treinados para conter o "inimigo interno". Que medo é este que instrui políticas que negam ajuda, que rejeitam a ciência, que seguem personagens, que criam conspirações imaginárias?

Hoje, reconhecemos a importância das emoções na definição dos caminhos a serem trilhados, nas decisões a serem tomadas, na forma como lidamos com as pessoas. É disso que este livro trata: de emoções. Fala-se de amizade, amor, voluntariedade, coragem, medo, humor, luto, culpa, raiva e ódio e, ainda, esperança.

Todas estas discussões sobre as emoções vêm permeadas por um outro componente: as relações de gênero. Sim, gênero, aqui pensado como uma categoria que se tornou – ela também – alvo de ódio, de rechaço por parte dos cristofascismos fundamentalistas que emergiram neste século XXI com muita força. Justamente gênero, esta categoria que foi pensada como um grande guarda-chuva que abrigasse estudos que envolviam as mulheres, as feminilidades, as masculinidades, as discussões das sexualidades dissidentes das cisheteronormatividades.

Os textos são resultado de um projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq e que conta com uma equipe formada por pesquisadoras/es experientes e novatas. Afinal, novas/os pesquisadoras/es precisam ser formadas. O projeto se chama “Políticas das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul”, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff que o vem desenvolvendo desde 2016.

Os títulos dos textos desta coletânea nos ajudam a perceber a riqueza de juntar discussões sobre gênero e emoções.

O primeiro capítulo da coletânea chama-se “As pessoas não podem resistir sozinhas’: memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul”. Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi falam da “Amizade”, dos laços que se estabelecem em diferentes espaços, nas lutas, na clandestinidade, no exílio e, até mesmo, no cárcere. “Amores revolucionários: casais militantes nas ditaduras do Cone Sul”, escrito por Luísa Dornelles Briggmann, escreve sobre o “Amor”, especificamente entre casais. O amor que conduz os engajamentos nas lutas, e que também é usado pela repressão, na hora da tortura. A repressão sabia da importância das emoções e as usava para obter informações. “Voluntariedade no fotojornalismo de Adriana Lestido”, de autoria de Elaine Schmitt e Cristina Scheibe Wolff, focaliza a “Voluntariedade”, trata da ação, da espontaneidade que caracteriza a vida e a obra da fotógrafa Adriana Lestido. “Coragem, resistência e afetos nas ditaduras do Cone Sul”, escrito por Gabriele Machioro Gomes e Isabela Fuchs, escreve sobre a “Coragem” e pergunta sobre a diferença entre uma mulher corajosa e um homem corajoso, em diferentes situações. “Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone

Sul”, escrito por Luiz Augusto Possamai Borges, discute o “Medo”, mostra a explicitação desta emoção em diferentes suportes: entrevistas, cartas, periódicos, quando se trata de sexualidades dissidentes. E, não somente por parte da repressão, como também por parte da resistência às ditaduras. “O melhor do humor e dos feminismos: o riso feminista na resistência às ditaduras do Cone Sul” escrito por Cintia Lima Crescêncio, está focalizando o “Riso”, presente em diferentes fontes. Afinal, nada mais subversivo do que rir do poder que reprime. “Transformando luto em luta: o papel do luto como mobilizador contra as ditaduras do Cone Sul”, redigido por Mateus Gustavo Coelho, mostra o “Luto” como emoção mobilizadora, como ação política. “Quem me leva os meus fantasmas?: Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul”, de autoria de Athaysi Colaço Gomes e Laíza Fuckner Molmelstet, mostra a “Culpa” como sentimento usado pela repressão para obter informações de pais e, principalmente, de mães, transferindo para estas a responsabilidade pelo sofrimento dos filhos e filhas. “A potência da raiva e os efeitos do ódio político nas narrativas sobre as ditaduras no Cone Sul”, redigido por Ale Mujica Rodriguez, Aline Dias dos Santos e Morgani Guzzo, fala da “Raiva e do Ódio”, a primeira enquanto possibilidade de luta coletiva e o segundo enquanto sentimento que justifica a tortura e a morte. “Esperança Equilibrista: emoções e gênero nas lutas contra as ditaduras no Cone Sul”, escrito por Cristina Scheibe Wolff e Vera Fátima Gasparetto, fala da “Esperança” e analisa esta emoção como potência de engajamento em múltiplos sentidos, seja por uma sociedade com menos diferenças sociais, seja pela possibilidade de relações de igualdade de gênero. Por fim, como último capítulo temos o texto assinado por Cristina Scheibe Wolff: “Gênero, emoções e afetos na política”. Neste capítulo, a coordenadora do projeto mostra o embasamento teórico de todas estas discussões. Trata da importância dos afetos, dos sentidos, das emoções para a escrita da história.

Como se pode ver, este é um livro carregado de discussões embasadas nas relações de gênero e nas emoções. Boa leitura.

Profa. Dra. Joana Maria Pedro  
Florianópolis, 28.04.2021

# Sumário

<b>“As pessoas não podem resistir sozinhas”: memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul . . . . .</b>	<b>12</b>
Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi	
<b>Amores revolucionários: casais militantes nas ditaduras do Cone Sul. . . . .</b>	<b>33</b>
Luísa Dornelles Briggmann	
<b>Voluntariedade no fotojornalismo de Adriana Lestido. . . . .</b>	<b>53</b>
Elaine Schmitt e Cristina Scheibe Wolff	
<b>Coragem, resistência e afetos nas ditaduras do Cone Sul . . . . .</b>	<b>71</b>
Isabela Marques Fuchs e Gabriele Marchioro Gomes	
<b>Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul . . . . .</b>	<b>92</b>
Luiz Augusto Possamai Borges	
<b>O melhor do humor e dos feminismos: o riso feminista na resistência às ditaduras do Cone Sul</b>	<b>111</b>
Cintia Lima Crescêncio	
<b>Transformando luto em luta: o papel do luto como mobilizador na luta contra as ditaduras do Cone Sul . . . . .</b>	<b>130</b>
Mateus Gustavo Coelho	
<b>Afetos construídos: solidariedade na resistência às ditaduras do Cone Sul . . . . .</b>	<b>149</b>
Kelly Cristina Teixeira e Tamy Amorim da Silva	
<b>“Quem me leva os meus fantasmas?": Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul . . . .</b>	<b>168</b>
Athaysi Colaço Gomes e Laíza Fuckner Molmelstet	
<b>A potência da raiva e os efeitos do ódio político nas narrativas sobre as ditaduras no Cone Sul .</b>	<b>185</b>
Ale Mujica Rodriguez, Aline Dias dos Santos e Morgani Guzzo	
<b>Esperança Equilibrista: emoções e gênero nas lutas contra as ditaduras no Cone Sul . . . .</b>	<b>209</b>
Cristina Scheibe Wolff e Vera Fátima Gasparetto	
<b>Gênero, emoções e afetos na política . . . . .</b>	<b>229</b>
Cristina Scheibe Wolff	
<b>Índice remissivo . . . . .</b>	<b>243</b>
<b>Sobre as Entrevistadas. . . . .</b>	<b>245</b>
<b>Sobre as autoras e autores . . . . .</b>	<b>262</b>

# **“As pessoas não podem resistir sozinhas”:** memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul<sup>1</sup>

Alina Nunes<sup>2</sup> e Lara Lucena Zacchi<sup>3</sup>

*Poucas pessoas realmente entendem quão profundo podem ser os vínculos entre irmãs. Eu fui educada para confiar em minha irmã, para acreditar que posso contar com minhas irmãs para “me acompanharem nos caminhos mais difíceis” (MORAGA, 1981, p. xvii).*

Os estudos das emoções encontram-se em emergência e, por isso, é um desafio para nós definirmos ao certo o que é a amizade. Mas, quando se trata dessa emoção, sabemos que a sentimos, sabemos que ela está presente desde que começamos a construir nossos laços e vínculos sociais e, mais do que tudo, sabemos de sua potência. Nós, duas amigas de longa data, sabemos que a amizade possibilita transformações. E, por considerarmos a amizade como uma emoção necessária para que possamos resistir aos “caminhos mais difíceis” – tal qual expresso na epígrafe acima –, gostaríamos de buscar aqui um significado para esta complexa emoção. Então, nos questionamos: como podemos definir a amizade, pensando em sua dimensão política? De

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Alina Nunes é mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista FAPESC/CAPES. É historiadora formada pela UFSC (2019) e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH).

3 Lara Lucena Zacchi é mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bolsista CAPES. É historiadora formada pela UFSC (2019) e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGH).

que forma podemos trabalhar com emoções e conexões - como a amizade entre mulheres -, encontrando sua potência política?

Almejamos refletir sobre essas questões partindo das vivências de mulheres de outrora que experienciaram a amizade como forma de luta, resistência e, por vezes, sobrevivência. Mulheres que tiveram suas vidas marcadas pelas ditaduras militares no Cone Sul e que sobreviveram para narrarem suas histórias. Sendo assim, como situar o lugar dos vínculos de amizade estabelecidos entre mulheres na resistência às ditaduras? Pensando sobre essa questão, temos como objetivo, nesse capítulo, analisar e refletir sobre memórias de mulheres que vivenciaram as resistências às ditaduras no contexto de criação dos grupos de reflexão, no período de exílio e, ainda, no cárcere político, situações nas quais as mulheres retomaram a amizade, os laços e as redes de afeto estabelecidos entre elas como aspectos relevantes para suas lutas.

Para a melhor compreensão da amizade como potência de resistência, gostaríamos, primeiramente, de propor o entendimento da amizade como uma emoção. A amizade, assim, é uma emoção que pode ser voluntária, fruto de escolhas que podem ser resultado de construções sociais, de contextos, gostos e situações partilhadas, que determinam sua subjetividade. Nesse sentido, percebemos que a amizade envolve alguma identificação entre as pessoas, construindo-se a partir de um sentimento de identidade com os seus e por determinadas práticas de sociabilidade, trocas íntimas e ajuda mútua. A amizade também pode ser influenciada pela inserção das pessoas que, em um determinado contexto sociocultural ou em determinada situação de opressão, compartilham ideias e sonhos comuns.

Ao retomar os laços que construiu com seus companheiros e companheiras no período ditatorial, Alejandra Ciriza, feminista argentina, associa a construção de suas amigas à identidade e a um sentimento de esperança para uma transformação social partilhada:

Tinha a profunda sensação de que o mundo era tremendamente injusto e que nós, éramos muito jovens, tínhamos 17, 18 anos e poderíamos fazer algo para transformar esse mundo e nos encontrar com outras pessoas jovens, de 25, 26 anos, militantes, éramos todos muito jovens. Nos encontrar

com outras pessoas que compartilhavam a paixão de transformar o mundo, o desejo. Além disso, a construção de laços de amizade, de laços de empatia, a possibilidade de falar com vários intelectuais sobre coisas que me interessavam [...] (CIRIZA, 2019, p. 5).

É nesse sentido que compreendemos a amizade, uma emoção que encontra sua dimensão política na medida em que resiste a determinadas situações de opressão, ao permitir que as pessoas compartilhem esperança em um projeto de mundo em comum<sup>4</sup>. Alinhada a esta perspectiva, a memória de Margarita Pisano, eternizada na carta escrita por sua amiga Edda Gaviola (2016) após o falecimento de Margarita, apresenta a amizade da seguinte forma: “A amizade [...] se constrói com um pé no privado e no coração, e o outro no público-político de pensarmos juntas. Com tudo o que essa dimensão carrega de valores e de responsabilidades sociais e humanas” (GAVIOLA, 2016, p. 6, tradução nossa)<sup>5</sup>. Ressaltando a potência desta memória de Margarita, marcada pelos vínculos e laços de amizade, destacamos a importância de um tipo político de amizade: a amizade entre mulheres.

Consideramos que a amizade entre mulheres é uma forma de resistência, principalmente, quando refletimos sobre nossa inserção em uma sociedade fundamentada também pelo machismo, que nos submete a diferentes formas de violência e opressão. Sob essa ótica, ressaltamos que consideramos, nesse estudo, outros marcadores sociais presentes nas relações, como raça e classe. Sara Ahmed (2015), ao destacar a importância dos vínculos feministas, reforça que a identificação das relações de opressão vividas por mulheres nunca são as mesmas, mas produzem semelhanças entre essas mulheres e, em determinados casos, identificações

---

4 Os estudos sobre a amizade realizados por Michel Foucault (2004; 2005) contribuem para essas reflexões na medida em que apresentam a amizade como uma forma de resistência às estratégias de individualização das pessoas e enfraquecimento dos laços afetivos (CARDOSO JR; NALDINHO, 2009). Ainda, a amizade torna-se política quando “permeada por certo fator de conflito; de inovação, experimentação, diferenciação; de reflexão, trabalho e afirmação de si enquanto força criativa – ou seja, por uma certa atitude ativa frente às condições atuais em que vivemos” (CARDOSO JR; NALDINHO, 2009, p. 6).

5 No original: “La amistad, me parece, se construye con un pie en lo privado y el corazón, y el otro, en lo público-político del pensar... del pensar juntas. Con todo lo que esta dimensión conlleva de valores y de responsabilidades sociales y humanas” (GAVIOLA, 2016, p. 6).

feministas. Dessa forma, “as histórias de dor podem ser ‘compartilhadas’ somente quando assumimos que elas não são a mesma história, mesmo quando conectadas, e [assim] nos permitem estabelecer vínculos/conexões” (AHMED, 2015, p. 263, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Por isso, acreditamos que cultivar e privilegiar vínculos entre mulheres é uma forma de resistência atualmente, bem como foi no período das ditaduras no Cone Sul. Ao construirmos vínculos, resistimos às estruturas de opressão do Estado e a amizade encontra sua profundidade política, possibilitando transformações, visto que

As emoções, uma vez são moções, movimentos, comoções, são também *transformações* daqueles e daquelas que se emocionam. Transformar-se é passar de um estado a outro: continuamos firmes na nossa ideia de que a emoção não pode ser definida como um estado de pura e simples passividade. Inclusive, é por meio das emoções que podemos, eventualmente, transformar nosso mundo, desde que, é claro, elas mesmas se transformem em pensamentos e ações (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 38).

Desse modo, os vínculos entre mulheres na ditadura não foram atos de “passividade”, tal qual cita Didi-Huberman no trecho acima, mas atos de transformação individual e coletiva. E é nesse sentido que propomos localizar a amizade e os vínculos entre mulheres nas ditaduras, contextualizando narrativas que rememoram vivências que articulam a amizade à resistência.

## **Os grupos de reflexão e as conexões feministas**

O feminismo dito de “Segunda Onda”, visto como um movimento que teve início nos fins da década de 1960, teve como lema a famosa frase “o pessoal é político”. A utilização dessa frase por feministas do mundo inteiro – até os dias de hoje – remete ao que foi teorizado dentro dos

---

<sup>6</sup> No original: “Las historias de dolor pueden ‘compartirse’ solo cuando asumimos que no son la misma historia, incluso cuando están conectadas, y nos permiten establecer conexiones” (AHMED, 2015, p. 263).

chamados “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”, característicos desta “Segunda Onda” feminista<sup>7</sup>. Esta prática consistia na reunião de pequenos grupos de mulheres que, juntas, debatiam textos e livros, mas que, também, se reuniam para confidenciar experiências pessoais e cotidianas sobre diferentes temáticas que eram atravessadas pela chamada “condição feminina”. É importante destacar que nem todos os países do Cone Sul viveram a “Segunda Onda” do feminismo ao mesmo tempo, tampouco da mesma maneira. Entretanto, nas narrativas de mulheres que experienciaram as ditaduras em quase todos esses países, existe uma linha em comum que aponta os grupos de consciência como a porta de entrada para o feminismo, o que vem geralmente associado à influência de outras mulheres, principalmente de amigas (PEDRO, 2010). Analba Brazão Teixeira, brasileira militante do movimento feminista e do movimento negro desde os anos 1970, rememora a experiência dos grupos de reflexão como o palco do entrelaçamento de mulheres e a identificação dessas em um coletivo.

O que é que tem a ver, o que se entrelaça? Só pelo fato de nós sermos mulheres. E dali, como é que a gente transforma isso em luta? Porque aí você vai fortalecendo, vai todo mundo se conhecendo e se reconhecendo, nas dores, nos amores, nas lutas, né? Para poder se constituir em um grupo, em um coletivo (TEIXEIRA, 2017, p. 11).

Assim, podemos perceber que, para além das reflexões políticas e tomada de consciência sobre a “condição feminina”, os grupos de reflexão eram espaços para a criação e fortalecimento de vínculos pessoais e afetivos que remetiam às amizades ali formadas e aos encontros “entre

---

<sup>7</sup> Historiadoras normalmente definem que a “Primeira Onda” feminista diz respeito ao movimento que se consolidou no fim do século XIX e início do XX, quando as mulheres reivindicavam direitos políticos, direito à educação e direito ao trabalho remunerado. Ficaram conhecidas como sufragistas. Já a “Segunda Onda” feminista teria sido iniciada nos anos 1960, quando mulheres reivindicavam direitos que diziam respeito a seus corpos, como questões referentes à sexualidade, contracepção e aborto (PEDRO, 2012). Clare Hemmings (2009) e outras teóricas apontam uma problemática em relação à utilização do termo “ondas” do feminismo, pois esse termo evocaria uma construção cronológica e positivista de uma narrativa progressista do feminismo, o que ignora o feminismo como uma construção constante desde o fim do século XIX. Porém, entendemos que seja importante a utilização do termo “ondas” para demarcar o contexto histórico sobre o qual se discute.

amigas”, onde emoções e afetos eram compartilhados. Um dos propósitos dos grupos de reflexão era, justamente, o de desenvolver laços de solidariedade entre as mulheres (PEDRO, 2012). E é nesse sentido que gostaríamos de pensar sobre os grupos de reflexão: um espaço onde trajetórias de mulheres se entrecruzam e os vínculos entre elas são reforçados e potencializados.

Martha Aguñín, feminista uruguaia, reforça a ideia dos grupos de reflexão organizados pelo *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU) como encontros entre amigas: “Nós, pessoalmente, entre nós, falávamos, mas não como parte de uma coisa institucional. Falávamos como amigas” (AGUÑÍN, 2008, p. 22). Da mesma forma, María de las Mercedes Villagra Decoud, mais conhecida como Pelusa Villagra, que foi militante na resistência à ditadura no Paraguai, também rememora que essas reuniões de mulheres eram “uma experiência não só social ou política, mas uma experiência de relacionamento” (VILLAGRA DECOUD; SALDIVAR GONZALES, 2008, p. 26), ou seja, uma nova experiência de amizade. Maria Lygia Quartim de Moraes, feminista brasileira e uma das fundadoras do boletim Nós Mulheres, rememora que as relações entre as companheiras dos grupos de reflexão não eram obrigatoriamente “sérias”, e relembra momentos que ela chama de lúdicos:

Você vê, essas coisas que eu acho que marcaram, entende, então, assim, nós viramos independentes, a gente atuava, a gente se divertia sozinha, a gente ia, saía em grupos de mulheres para arrecadar dinheiro, a gente fazia umas festas de arromba. [...]. Então, assim, tinha essa coisa do lúdico, né, do lúdico que era muito forte. **E uma apoiava a outra**, né (MORAES, 2007, s/p., grifo nosso).

Maria Lygia descreve um vínculo que passa do privado para o público, do pessoal para o político. Então, ao contextualizarmos as relações pessoais como políticas, podemos pensar que os laços criados entre mulheres foram resistência não só à ditadura, mas também ao patriarcado. De acordo com bell hooks, ao mesmo tempo em que “a ligação entre homens era um aspecto aceito e afirmado na cultura patriarcal”, por outro lado, “a

ligação entre mulheres não era possível dentro do patriarcado; era um ato de traição” (hooks, 2018, p. 54). Pelusa Villagra rememora a hostilidade dos homens em relação aos grupos de reflexão e aos vínculos entre as mulheres, remetendo à suas vivências nos anos 1980 no Paraguai:

Conseguimos, creio que, nesse tempo, uma coisa muito interessante. Interessarmos realmente umas com as outras, estarmos satisfeitas com o grupo, por estarmos reunidas, pelo que estávamos falando e havia como que um grupo fechado neste momento. Pois claro que éramos objeto de muita... animosidade por parte dos homens, por exemplo, eles diziam a uma das nossas companheiras que éramos como as mal amadas (VILLAGRA DECOUD; SALDIVAR GONZALEZ, 2008, p. 27).

Assim como Pelusa descreve a necessidade de grupos exclusivos às mulheres a partir da década de 1970, em um movimento similar, mulheres lésbicas que faziam parte do movimento homossexual junto aos homens gays perceberam a necessidade de exclusivizarem seus espaços de reflexão. Assim, os grupos de reflexão foram reivindicados pelo movimento lésbico. No Brasil, eram chamados de grupos de identificação. Um dos objetivos da militância lésbica que emerge nesse período é a de ser um reduto para o acolhimento de mulheres lésbicas e politização da identidade lésbica (IRE; SILVA; LENZI, 2019). No Grupo Lésbico Feminista (LF), dissidência do Grupo Somos<sup>8</sup>, era comum a utilização da metodologia de identificação e afirmação da lesbianidade, que podemos pensar como um tipo de grupo de reflexão que abordava debates sobre lesbianidade e feminismo, dentre outras questões pessoais e cotidianas, refletindo, especialmente, sobre o preconceito sofrido por essas mulheres por conta de sua sexualidade. Percebe-se, dessa forma, a articulação de uma rede de vínculos de resistência entre mulheres lésbicas durante a ditadura militar, pois “essas mulheres buscavam estabelecer com outros grupos de reconhecimento lésbicos e feministas, a fim de construir redes de fortalecimento entre mulheres diversas” (BORGES; ZACCHI,; ZANDONÁ, 2019, p.

---

8 No Brasil, a militância lésbica se estruturou como tal pela primeira vez dentro do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, em 1979, mas, nesse mesmo ano, as mulheres lésbicas perceberam a necessidade de afirmarem que existiam diferenças entre a pauta dos homens gays e a pauta lésbica. Foi criado, então, a partir das demandas das mulheres lésbicas feministas, o Grupo Lésbico Feminista (LF).

228). Marisa Fernandes, cofundadora e integrante do LF e da Galf (Grupo de Ação Lésbica Feminista), rememora a importância desses grupos de identificação para o acolhimento e construção de laços solidários:

[...] a tática era ficar de duas em duas nos grupos de identificação, grupo de identificação, era de fortalecimento, então eu cheguei pela primeira vez no Somos: “eu sou uma bichinha, eu sou uma sapatinha, eu sofro dentro de casa, eu não sei o que fazer, eu sofro e Deus me castiga”, e a gente fortalecia. “Não, olha, estamos aqui”, fortalecia a identidade, empoderava para levantar a cabeça, para não se suicidar, né? (FERNANDES, 2018, p. 20).

Na Argentina também existem registros de grupos de lésbicas feministas que realizavam grupos de reflexão. Dentro da *Unión Feminista Argentina* (UFA), umas das mais importantes organizações feministas da década de 1970, ao menos três das figuras centrais grupo eram lésbicas (TREBISACCE, 2015). Nesse mesmo período, dentro da recém-formada *Frente de Libertación Homossexual* (FLH) foi criado o grupo Safo, um grupo de mulheres lésbicas. Dentro da própria FLH, as mulheres do Safo estimulavam a utilização da metodologia dos grupos de consciência, trazendo à tona questões sobre o afeto em espaços públicos e o amor entre mulheres (MÁSCOLO, 2015). As mulheres do Safo chamavam especial atenção ao fato de que os grupos de consciência não objetivavam ser terapêuticos e nem apenas simples encontros sociais, mas eram essenciais para o processo de organização política (MÁSCOLO, 2015). Cabe também apontar que, em setembro de 1972, a inauguração do FLH nos meios de comunicação se deu por conta do “escândalo” que envolvia as militantes do grupo Safo que pixavam um muro com os escritos “Lesbiana no estás sola” (INSAUSTI, 2019). Esta frase evoca a conexão entre as mulheres, negando o isolamento ao propor a construção de uma rede de solidariedade, amizade e afetos entre elas.

## **Mulheres e o exílio: entre o desenraizamento e a (re) construção de vínculos**

Quando problematizamos a questão da amizade nas ditaduras, uma das temáticas que também pode emergir é o contrário da amizade – o isolamento. Gostaríamos de pensar, nesse sentido, que uma das armas da repressão contra os e as militantes na ditadura foi justamente a prática de isolar essas pessoas. Muitas entrevistadas lembram que, na clandestinidade<sup>9</sup>, apesar dos agrupamentos na militância serem constantes, a sensação era de solidão já que, para a segurança de todos, não era comum que os e as militantes se apresentassem com nomes verdadeiros ou dessem informações pessoais. Alejandra Ciriza, militante argentina, lembra que, durante a ditadura, “uma das piores coisas era o isolamento”, e que “esse processo de ruptura de laços sociais que a ditadura provocou foi o pior dano que aconteceu à sociedade argentina.” (CIRIZA, 2019, p. 9). Ela também lembra:

O isolamento é um dano muito profundo. Porque me parece que uma das coisas que há nos outros e nas outras é que se motivam, incluindo os tempos de derrota. Digamos, quando já víamos que claramente nosso projeto político estava sendo derrotado, os outros e as outras nos motivaram a sustentar a militância, tinha a ver fundamentalmente com o compromisso, com o amor pelos nossos companheiros e companheiras (CIRIZA, 2019, p. 3).

O isolamento também é vivido e sentido no exílio. Segundo nossas entrevistadas, o isolamento ocasionado pelas ditaduras, o rompimento dos laços, dos círculos de amizade, a impossibilidade do afeto são algumas das memórias acionadas em relação ao exílio. Derlei Catarina de Luca, brasileira que militava no movimento estudantil de Florianópolis, lembra que o exílio foi um dos momentos mais difíceis da sua vida<sup>10</sup>. Nesse pe-

---

9 Não poderemos nos deter na questão da clandestinidade neste capítulo, mas muitas entrevistadas, como Eva Maria Sepulveda, do Chile, lembram a sensação de isolamento na clandestinidade.

10 Derlei, em seu livro de memórias intitulado *No Corpo e na Alma* (2002), narra a difícil decisão de deixar seu filho com uma amiga da militância para fugir da repressão. Ela temia que, se fossem pegos, os torturadores poderiam machucar seu filho. Derlei primeiro se exilou no Chile, onde viu o golpe militar

ríodo, Derlei relembra que juntou “os cacos da vida”, e diz: “No exílio você é uma folha ao vento. O exílio é ruim assim, o exílio é ruim. Porque você não tem amigo de infância, não tem vizinho que conhece há tempo, você não tem referências, **no exílio você fica sem raiz.**” (DE LUCA, 2008, p. 20-21, grifo nosso). O desenraizamento é lembrado também por Stella Rojas, que se exilou nos Estados Unidos por conta da perseguição da ditadura de Stroessner, do Paraguai. Stella remarca que não só a ida para o exílio era difícil mas, também, o momento da volta para casa, justamente por conta dos vínculos de amizade que foram quebrados pela distância que exigia a militância e pelo tempo fora. Ela rememora:

A vida do exilado é muito difícil, porque de um lado você tem todo o processo de desvinculamento, desenraizamento contra a sua vontade, você sai do seu país e vai para outro, com outra cultura e outra língua, no nosso caso, e sem vínculo familiar. [...] Depois, quando você retorna, você não tem raízes lá e você não tem raízes aqui, então é assim, a pessoa não se sente confortável no exílio, mas também não se sente ao retornar, não é como voltar às raízes, quer dizer, se retorna às raízes, mas com um grande desenraizamento, porque o círculo de amizade, o círculo foi quebrado (ROJAS VITTORE, 2010, p. 28).

Assim, podemos perceber que a ruptura dos vínculos deixou marcas nas memórias das mulheres que vivenciaram o exílio. Como apontou Denise Rollemberg (2007, p. 2), “as memórias no exílio [...] dos anos 1960 e 1970 são memórias de estranhamento, desenraizamento, sofrimento, perdas, luto, dor, confusão, loucura, morte”. Gostaríamos, porém, de apresentar um outro aspecto deste desterro, o avesso do desenraizamento, pois o exílio também é lugar “de descobertas, aprendizado, enriquecimento, redefinições, amplitudes, nascimentos, resistência, vida” (ROLLEMBERG, 2007, p. 2). Consideramos que algumas memórias relacionadas a esse aspecto de “vida” no exílio são as memórias das conexões e construção de vínculos de amizades entre as mulheres.

---

que depôs Salvador Allende. Em seguida, exilou-se em Cuba, onde, graças a uma rede de solidariedade constituída por amigos da militância, finalmente pôde reencontrar seu filho (DE LUCA, 2002).

Muitas entrevistadas rememoram que foi no exílio que houve a formação de seus vínculos de amizade mais intensos. Ângela Muniz precisou exilar-se depois de ser presa e torturada pelos militares no Brasil. Exilou-se na França. Lá, fez parte do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris<sup>11</sup>. Ela relembra os vínculos que estabeleceu com as mulheres que estavam, assim como ela, lá exiladas:

A família está longe, então você se ligava muito a determinadas pessoas. Eu tenho uma amiga, algumas particularmente, que te diria que elas sabem que contam comigo para qualquer coisa, são como minhas irmãs, amigas que fiz no exílio. Eu não construí essa relação com ninguém que tenha ficado no Brasil, [...]. Eu te diria que essas mulheres fundamentais na minha vida são do exílio. [...] Então, essas amigas que fiz foram e são importantíssimas na minha vida, é isso mesmo, é uma vida quase familiar (MUNIZ, 2015, p. 16).

Em alguns lugares, o exílio possibilitou a formação de redes de vínculos e afetos entre mulheres dos diferentes países do Cone Sul que enfrentavam as ditaduras. Em sua pesquisa, Eloísa Rosalen (2019, p. 282) aponta que “lugar de contestação, resistências diversas e formulações de novas lutas, foi na França que emergiu dois significativos grupos de consciências de mulheres brasileiras, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris<sup>12</sup> e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”.

---

11 O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi criado em 1976 por exiladas que, no Brasil, faziam parte de organizações da esquerda revolucionária. O Círculo propunha debater as especificidades das questões de gênero em conjunto à luta de classes (ROSALEN, 2019).

12 O Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris foi criado em 1972 pela brasileira Danda Prado. Nas reuniões das mulheres, o grupo assumiu um aspecto bastante similar aos grupos de reflexão que vinham sendo difundidos a partir da experiência das mulheres francesas do *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF).



**Figura 1: Integrantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris em 1977 ou 1978.**

Fonte: Acervo Centro de Informação da Mulher (CIM/SP).

Ana Maria Gomes foi presa em 1970 pela repressão da ditadura brasileira. Exilou-se em Paris, onde continuou sua militância no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ela relembra que, na França, a união entre as mulheres exiladas ultrapassava suas nacionalidades. “Tínhamos um contato muito estreito com as mulheres latino-americanas, porque acho que o processo foi mais ou menos o mesmo, então a gente convivia muito com as companheiras uruguaias, chilenas, bolivianas” (GOMES, 2011, p. 8).

Em um contexto bastante diferente daquele de repressão vivido pelas mulheres no Cone Sul, o exílio, normalmente, possibilitava muito mais liberdade para a reunião e criação por parte das mulheres. Nesse sentido, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris passou a publicar um boletim bilíngue chamado *Nosotras*, a partir de janeiro de 1974 até o segundo semestre de 1976. O boletim era distribuído em diversos países do Cone Sul, todos atravessados pelas ditaduras (ROSALEN, 2019). Assim, podemos refletir que essa foi também uma forma de comunicação entre as mulheres, e que “os grupos de consciência/reflexão de mulheres formavam uma grande rede, uma ‘coletividade internacional’” (PEDRO, 2012, p. 246).

## O cárcere político e a amizade para sobrevivência

A sistematização da repressão ditatorial nos países do Cone Sul também se deu a partir da perseguição, prisão e violência contra aquelas e aqueles que fossem, de alguma forma, subversivos às estruturas vigentes do poder ditatorial. Muitos foram as/os militantes de organizações e grupos de esquerda que vivenciaram as prisões políticas em estabelecimentos e instituições de isolamento como parte das práticas de violência e repressão dos sistemas ditatoriais. Assim, o cárcere político das ditaduras funcionou como um espaço de reprodução de uma série de violências e da sistematização de torturas legitimadas pelo Estado. Dentre os cenários das ditaduras militares do Cone Sul, destacamos um ponto em comum entre as vivências de mulheres no cárcere político: as relações de gênero foram mobilizadas pelas ditaduras como estratégias de fortalecimento de poder sobre os corpos dessas mulheres. Assim, foram recorrentes a utilização de torturas de gênero pelos aparatos ditatoriais, marcadas pelas violências sexuais, físicas e psíquicas.

Essas vivências marcaram toda uma geração de mulheres, e, por muito tempo, foram difíceis de serem lembradas<sup>13</sup>. Somente quando se pôde estabelecer espaços sociais de escuta para essas memórias marcadas pela violência de gênero<sup>14</sup> é que foi possível, de fato, construir uma memória coletiva de mulheres (TEGA, 2019). Mas, se por um lado essas memórias evocam as consequências da repressão fortemente instituída nesses espaços, por outro – ou, simultaneamente – evocam também as variadas formas de resistências coletivas estabelecidas entre essas mulheres. Resistências essas que manifestam sua potência nas memórias sobre os árduos momentos vividos por elas, marcados pelo isolamento e pela violência aos seus corpos e subjetividades.

---

13 Parte dos processos que marcaram a lembrança de mulheres que vivenciaram as violências de gênero durante o período da ditadura são discutidos no trabalho de conclusão de curso de uma das autoras deste capítulo. Ver Zacchi, 2019.

14 A constituição desse espaço de escuta atenta para estas violências está atrelada às conquistas desencadeadas até o tempo presente pelos movimentos feministas e de mulheres nos países do Cone Sul. Sobre isso, ver mais em Tega, 2019.

Margarita Iglesias, ex-militante chilena do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), ao retomar suas memórias sobre o período em que esteve presa em um centro de tortura clandestina, no Chile, relata sobre suas vivências e de suas companheiras:

E, nesse momento, foram nos golpeando muito, eu creio que isso foi o mais difícil, e até hoje nos perguntam como conseguimos [...] e tínhamos que continuar e ir e então nós não conversávamos muitas coisas, porque se nos ouvissem nos matavam antes de nos deixarem presas. E eu creio que isso foi o mais difícil até hoje, de entender e ver como conseguimos sobreviver, e se criaram laços muito fortes entre nós. Nós nos protegíamos, pois sabíamos que estavam matando os outros, e isso talvez nos impediu de ver que o que estávamos fazendo poderia levar-nos à derrota e não esquecer os frutos que tínhamos (IGLESIAS, 2007, p. 17).

O depoimento de Margarita Iglesias demonstra a importância desses laços afetivos desenvolvidos no cárcere na vida dessas mulheres, perdurando até a sua rememoração no presente. Ela destaca os laços e as redes de proteção que constituiu com outras mulheres na prisão como um dos aspectos necessários à sua sobrevivência do período. Nesse sentido, compartilhamos aquilo que Sara Ahmed (2018) define como “sobrevivência”, quando refere-se às constantes repressões vivenciadas por mulheres. Ela afirma que a “sobrevivência não se define só como o ato de manter-se viva, [...] pode ser o que fazemos por outras pessoas, com outras pessoas. Precisamos que a outra resista; precisamos ser parte da sobrevivência da outra” (AHMED, 2018, p. 319, tradução nossa)<sup>15</sup>. Ao pensarmos sobre os trechos destacados, percebemos que Margarita se coloca como parte da sobrevivência das outras, ao mesmo tempo em que as outras são parte de sua sobrevivência.

A brasileira Nair Yumiko Kobashi, em depoimento concedido ao filme *Torre das Donzelas* (2018) – cujo título faz referência ao nome dado, à época, às dependências do Presídio Tiradentes, em São Paulo –, também

---

<sup>15</sup> No original: “Con supervivencia no me refiero únicamente a seguir viva, [...] puede ser lo que hacemos por otras personas, con otras personas. Necesitamos que la otra resista; necesitamos ser parte de la supervivencia de la otra” (AHMED, 2018, p. 319).

ressalta os laços afetivos como aspectos relevantes no período de prisão política que vivenciou naquele espaço: “[...] é até estranho dizer isso, mas a prisão com os seus companheiros, com os seus pares é um momento de recomposição pessoal, de superação” (TORRE, 2018). Seu relato evidencia a percepção de que a experiência que vivenciou durante a prisão, quando em conjunto, foi sentida por ela como reconstrução pessoal através de um fortalecimento coletivo, subvertendo inclusive a lógica de repressão do aparato ditatorial. Em sequência, ressaltamos o depoimento da ex-presa política brasileira Dilma Rousseff que, ao retomar a memória do dia em que deixou a Torre das Donzelas, também ressaltou o aspecto da amizade construída no cárcere:

Eu percebi que eu ia ter saudades delas também. Que um lado era liberdade, mas, por outro lado, também eu tava perdendo muita coisa, que era esse convívio [...] Tem relações afetivas que você tem que você herda, que você escolheu. São relações eletivas, que você eleger e que a vida te deu. É que nem sua família, elas fazem parte da minha família (TORRE, 2018).

O fortalecimento de vínculos entre mulheres nesse período possibilitou que elas não se sentissem sozinhas e resistissem às estratégias de isolamento social, dos afetos e vínculos, utilizadas pelas ditaduras como parte de seus sistemas de repressão. Assim, essas mulheres relatam que foram capazes de encontrar o cuidado e o afeto até nos momentos mais árduos, cenário em que a amizade tornou-se “fundamental para permanecer[em] em combate, para transpor a linha de força, ultrapassar o poder e enfrentar a exposição ao fora” (ROSA, 2013).

Os vínculos entre mulheres foram potencializados, também, a partir de grupos de reflexão e consciência dentro do próprio cárcere. No contexto brasileiro, esses grupos de consciência e reflexão se constituíram como parte das estratégias de mulheres nas prisões políticas, as quais realizavam discussões sobre sexualidade, sobre suas vivências, estabeleciam discussões políticas alinhadas às pautas de mulheres, de feministas e dos grupos de esquerda, realizando leituras e tradução de textos e livros. Sobre este aspecto, leda Akselrud narra: “[...] nós tivemos as grandes mestras

da USP, professoras que tiveram conosco [no cárcere]. E começamos a fazer grupos de discussão” (TORRE, 2018). Acreditamos que aqui se aplica a ideia defendida por Sara Ahmed (2015) quando, ao retomar a autora Bonnie Burstow (1992), afirma que esses grupos de reflexão e consciência também foram efetivos na medida em que puderam amenizar as dores sofridas por mulheres em situações de violência, possibilitando a transformação dessas dores em coletividade e resistência.

Diversas foram as estratégias que mulheres que vivenciaram o cárcere político nas ditaduras do Cone Sul desenvolveram para resistir às repressões impostas pelas ditaduras no Cone Sul. A construção de laços afetivos e das amizades entre elas é retomada como elemento necessário para a descoberta de suas forças e de suas sobrevivências individuais e coletivas no período em que encontravam-se sujeitas às mais variadas formas de violências, em muito marcadas pela misoginia. De toda forma, mesmo submetidas à cruéis formas de tortura, se solidarizavam umas com as outras, tal qual o depoimento da chilena Alejandra Holzapfel: “Quando me traziam da sessão de tortura, sempre as companheiras ao lado nos fazendo carinho, perguntando se eu precisava de algo, o que me doía, e esse afeto, esse amor de umas com as outras, é muito importante.” (HOLZAPFEL, 2010 apud HINER, 2015, p. 883).

Para além de enxergar a amizade como aspecto de sobrevivência, observamos que essas mulheres retomam seus vínculos como formas de tensionar os mecanismos de repressão, subvertendo a ordem ditatorial que reproduzia o moralismo, a misoginia e o conservadorismo da sociedade. Nesse sentido, “se é desde sempre que o corpo não aguenta mais, é desde sempre que ele resiste: se o poder incide sobre a vida, essa vida escapa constantemente aos mecanismos que intentam controlá-la” (ROSA, 2013, p. 73).

### **“Ninguém resiste sozinha”: considerações finais**

os meus nervos e a minha carne, bem como meu intelecto,  
me dizem que as conexões entre as mulheres são as mais  
temidas, as mais problemáticas e a mais potencialmente

força transformadora do planeta (RICH, 1995, p. 318, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Escolhemos fechar este capítulo com uma epígrafe de Adrienne Rich (1995). Assim como nós, ela **pensa** e, mais do que isso, **sente** que as conexões entre mulheres são temidas e potencialmente transformadoras. A construção de vínculos entre mulheres é uma resistência política na medida em que se busca subverter uma ética patriarcal na qual as relações afetivas, muitas vezes, são pautadas em relações de poder e domínio. Uma amizade verdadeiramente política leva em conta diferenças que são, muitas vezes, estruturantes na materialidade das relações sociais, considerando os diferentes aspectos socioculturais e econômicos que perpassam todas as relações, sejam elas relações de raça, classe ou gênero. Como trouxe Edda Gaviola (2016, p. 12), construir esse tipo de relação implica um “esforço cotidiano de desconstrução”. A cumplicidade entre mulheres, ao mesmo tempo em que resiste à ordem social patriarcal, demanda esse cuidado em levar em conta que as amigadas fazem parte não só do âmbito pessoal, mas político.

Ao analisarmos as memórias que retomaram aspectos das ditaduras no Cone Sul, percebemos que a repressão foi sentida por nossas entrevistadas também por conta do rompimento de seus laços afetivos a partir da imposição do isolamento alinhado à clandestinidade, ao exílio e ao cárcere político. Dessa forma, romper as conexões foi uma arma das ditaduras para desarticular a resistência. Ao mesmo tempo, foi possível perceber que os vínculos de amizade estabelecidos nesse período foram mobilizados pelas mulheres como resistências, seja através dos grupos de reflexão e de consciência, das redes de mulheres no exílio, ou, ainda, a partir da amizade estabelecida entre mulheres que foram encarceradas. Recorrentemente, elas destacam os laços e as redes de proteção que constituíram entre si como um dos aspectos necessários para sua sobrevivência. Mais uma vez, mencionamos a carta de Edda Gaviola sobre sua amiga Margarita Pisano:

---

16 No original: “my nerves and my flesh as well as my intellect tell me that the connections between and among women are the most feared, the most problematic, and the most potentially transforming force on the planet” (RICH, 1995, p. 318).

A amizade política cresceu, tornou-se profunda cumplicidade. Construimos relacionamentos transparentes e honestos, pensamos juntas, aprendemos a abraçar as ideias umas das outras sem perder a capacidade de pensarmos por nós mesmas. Aprendemos a nos expressar, sem nos permitir sermos subsumidas nas ações da outra; fizemos exercícios de ações políticas que influenciaram fortemente outros ambientes. Opusemo-nos a operações para dismantelar nossas radicalidades. E nós nos divertimos (GAVIOLA, 2016, p. 15, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Neste capítulo, compreendemos a importância de pensarmos as ditaduras no Cone Sul a partir dos estudos das emoções, sobretudo a amizade, analisando sua dimensão política. Refletimos sobre como a ditadura mobilizou emoções em um sentido doloroso ao praticar diferentes violências aos corpos e às mentalidades dos sujeitos. Mas, também - e muitas entrevistadas reforçam esse aspecto -, a resistência às ditaduras sensibilizou relações muito fortes entre as pessoas, que, agarrando-se umas às outras, puderam sobreviver.

Alinhamo-nos, por fim, a bell hooks (2018) que, assim como Adrienne Rich (1995), destaca a importância das relações de amizade entre mulheres, visto sua força transformadora. Fortalecer e construir vínculos entre mulheres, tanto no passado quanto no presente, permite que possamos produzir práticas feministas que transformam as noções de rivalidade em relações de sororidade, esperança e luta, pois “temos a sorte de saber, em todos os dias da nossa vida, que a sororidade é uma possibilidade concreta, que a sororidade ainda é poderosa” (hooks, 2018, p. 59).

## Fontes

AGUÑÍN, Martha. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevideu, Uruguai, 27/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

---

17 No original: “La amistad política creció, se volvió complicidad profunda. Construimos relaciones transparentes y honestas, pensamos juntas, aprendimos a acuerpar las ideas de la otra sin perder la capacidad del pensar propio. Aprendimos a estar expresadas, sin dejarnos subsumir en el actuar de la otra; hicimos ejercicios de actuaciones políticas que influyeron fuertemente en otros entornos. Nos opusimos a las operaciones de desmontaje de nuestras radicalidades. Y nos divertimos.” (GAVIOLA, 2016, p. 15).

**“AS PESSOAS NÃO PODEM RESISTIR SOZINHAS”:  
MEMÓRIAS, AMIZADE E GÊNERO NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS NO CONE SUL**

---

- CIRIZA, Alejandra. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Alina Nunes. Mar del Plata, Argentina, 31/07/2019. Acervo do LEGH/UFSC.
- FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.
- GOMES, Ana Maria. Entrevista concedida a Nathália Ziolkowski. Campo Grande, Brasil, 18/01/2011. Acervo do LEGH/UFSC.
- IGLESIAS, Margarita. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Santiago, Chile, 26/06/2007. Acervo LEGH/UFSC.
- DE LUCA, Derlei Catarina. Entrevista concedida a Sérgio Luis Schlatter Junior. Criciúma, Brasil, 22/04/2008. Acervo do LEGH/UFSC.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Florianópolis, Brasil, 28/03/2007. Acervo do LEGH/UFSC.
- MUNIZ, Angela. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro, Brasil, 08/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.
- ROJAS VITTORE, Stella M. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Assunção, Paraguai, 28/07/2010. Acervo do LEGH/UFSC.
- TEIXEIRA, Analba Brazão. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello. Florianópolis, Brasil, 03/08/2017. Acervo do LEGH/UFSC.
- TORRE das Donzelas. Direção de Susanna Lira. São Paulo: Elo Company, 2018. (97 min.)
- VILLAGRA DECOUD, María de las Mercedes; SALDIVAR GONZALES, María Teresa. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 21/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

## Referências

- AHMED, Sara. Conclusión 1. Kit de supervivencia de las aguafiestas. In: AHMED, Sara. *Vivir uma vida feminista*. Barcelona: Bellaterra, 2018, p. 319-338.
- AHMED, Sara. Vínculos feministas. In: AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Tradução de Cecilia Olivares Manduy. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2. ed., 2015, p. 255-286.
- BORGES, Luiz Augusto Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que Somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 209-232.
- BURSTOW, Bonnie. *Radical Feminist Therapy: working in the Context of Violence*. Newsbury Park: Sage, 1992.
- CARDOSO JR, Hélio Rebello; NALDINHO, Thiago Canonenco. A amizade para Foucault: resistências criativas face ao biopoder. *Fractal, Revista de psicologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 2009, p. 1-10. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000100004>

**“AS PESSOAS NÃO PODEM RESISTIR SOZINHAS”:  
MEMÓRIAS, AMIZADE E GÊNERO NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS NO CONE SUL**

---

- DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora do autor, 2002.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo: 34, 2016.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (org.). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5, p. 264-287. Coleção Ditos & Escritos.
- FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: MOTTA, M. B. (org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. v. 2, p. 335-366. Coleção Ditos & Escritos.
- GAVIOLA, Edda. Apuntes sobre la amistad política entre mujeres. In: GAVIOLA, Edda; KOROL, Claudia. *A nuestras amigas*. Pensaré Cartoneras: San Cristóbal de las Casas, 2016. p. 5-31.
- HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009, p. 215-241. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100012>
- HINER, Hillary. “Fue bonita la solidaridad entre mujeres”: género, resistencia, y prisión política en Chile durante la dictadura. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2015, p. 867-892. ISSN 1806-9584. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p867>
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019: e54280. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254280>
- IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 185-208.
- MÁSCOLO, Tomás. Grupo SAFO: lesbianas cuestionando los roles de género. *La Izquierda Diario*, 8 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.laizquierdadiario.com/Grupo-SAFO-lesbianas-cuestionando-los-roles-de-genero>. Acesso em: 19 out. 2020.
- MORAGA, Cherríe. Preface. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDUA, Gloria. *This bridge called my back*. Writings by radical women of color. Boston: Kitchen Press, 1981.
- PEDRO, Joana M. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 115-137.
- PEDRO, Joana M. O feminismo de ‘segunda onda’: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.
- RICH, Adrienne. *On lies, Secrets, and Silence*: Selected Prose 1966-1978. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1995.
- ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). In: *Anais das XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História*. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007, p. 1-20. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/758.pdf>. Acesso: 19 out. 2020.
- ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias*: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: FAPESP, 2013.

**“AS PESSOAS NÃO PODEM RESISTIR SOZINHAS”:  
MEMÓRIAS, AMIZADE E GÊNERO NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS NO CONE SUL**

---

ROSALEN, Eloísa. Mulheres brasileiras no exílio francês: conflitos, rupturas e transformações das suas militâncias. In: WOLFF, Cristina S. ZANDONÁ, Jair. MELLO, Soraia C. *Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 280-302.

TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: Testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2019.

TREBISACCE, Catalina. Una batalla sexual en los setenta: las feministas y los militantes homosexuales apostando a otra economía de los placeres. In: D'ANTONIO, Débora (Org.). *Deseo y represión: Sexualidad, género y Estado en la historia argentina reciente*. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 2015, p. 53-61.

ZACCHI, Lara Lucena. *Violência de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

# Amores revolucionários: casais militantes nas ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Luísa Dornelles Briggmann<sup>2</sup>

No dia 11 de setembro de 2019, pude caminhar pelas ruas de Santiago, que ardiam. Em cada esquina, havia um Chile que não se permitia esquecer, um Chile que, mesmo depois de tantos anos, ainda denunciava o dia do golpe que matou o presidente Salvador Allende e deu início a uma ditadura que assolou o país. Nesse dia, presenciei um Chile resistente e incansável, que seguia buscando seus mortos e desaparecidos. Pude ouvir histórias que ainda tentam esconder, mas que gerações repetem sem descansar, todos os dias, há mais de quarenta anos. Encontrei um Chile amoroso e forte, com mulheres que me tocaram com suas lutas e esperanças.

No final da manhã, ao sentar em frente ao *Palacio La Moneda*, me deparei com a apresentação da “Cueca Sola”<sup>3</sup>, onde uma militante declamou a música de Sílvio Rodríguez “Por quien merece amor”:

Te perturba meu amor? Meu amor de juventude. E meu amor é uma arte em virtude [...]. Meu amor é minha prenda encantada, é minha extensa morada, é meu espaço sem fim

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC). Bolsista CAPES. E-mail: luisa.briggmann@gmail.com

3 A “cueca sola” é uma variação da Cueca (tradicional dança chilena). Essa variação apresenta a particularidade de ser dançada somente por uma pessoa, em sua maioria mulheres, sem o par, como seria a tradicional cueca. Busca recordar o desaparecido político. O ritmo e os passos se mantêm, mas os versos relatam a dor de suas perdas.

[...]. Meu amor, o mais apaixonado, é o mais esquecido na sua antiga dor. Meu amor abre o peito para a morte e entrega sua sorte por um tempo melhor (RODRÍGUEZ, 1982, s/p, tradução minha)<sup>4</sup>.

Ela denunciava o desaparecimento de seu marido. E, agora, enquanto escrevo essas linhas, ainda consigo sentir o silêncio que se fez naquela praça. Talvez só eu tenha sentido o silêncio, mas, por alguns segundos, pude compartilhar de sua saudade. De alguma forma, pude compreender a potência que envolve as lembranças de casais que viveram as ditaduras no Cone Sul.<sup>5</sup>

Cristina Scheibe Wolff (2015) afirma que esse compartilhar de emoções é, também, uma forma de gerar conhecimento e de fazer política:

Pedaços da alma, pesadelos, vergonha, raiva, sensação de impotência, desespero, esperança, solidariedade, são emoções que comunicam, no discurso, mais que palavras e pensamentos racionais. Ao ouvir/ler essas lembranças, nosso corpo compreende através de arrepios, lágrimas, risos nervosos, suor frio, desconforto, ternura. Dá vontade de abraçar, segurar a mão, expressar mais com o corpo também que com palavras, os sentimentos despertados por estes testemunhos. Mas esses testemunhos, talvez por essa força corporificada em sensações e reações, fizeram política, tiveram e têm ainda agência (WOLFF, 2015, p. 986-987).

Acredito que pensar sobre amores, saudades e perdas é pensar sobre vivências compartilhadas por muitos casais durante esse período. Os governos militares do Cone Sul devastaram muitas vidas, separaram muitos casais, mudaram trajetórias e marcaram intensamente aqueles que ousaram, juntos, resistir aos regimes autoritários instaurados.<sup>6</sup> Por

---

4 No original: "¿Te molesta mi amor? Mi amor de juventud. Y mi amor es un arte en virtud [...] Mi amor es mi prenda encantada, es mi extensa morada, es mi espacio sin fin. [...] Mi amor, el más enamorado, es del más olvidado en su antiguo dolor. Mi amor abre pecho a la muerte y despeña su suerte por un tiempo mejor" (RODRÍGUEZ, 1982, s/p).

5 Essa foi uma viagem de pesquisa para o projeto "Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul", coordenado pela professora Dra. Cristina Scheibe Wolff, financiado pelo CNPq. Por isso, reforço aqui a importância da educação pública e do investimento em pesquisa.

6 Em minha pesquisa de doutorado trabalho com casais militantes nas ditaduras do Cone Sul.

isso, nesse capítulo, buscarei analisar a presença de casais militantes nas resistências contra essas ditaduras, procurando compreender também a complexidade das emoções e das relações de poder e de gênero que os rodeavam e constituíam.

Em contraste com os regimes conservadores instituídos naqueles anos, as jovens militantes viviam também um período de agitação e mudanças sociais. Graciela Sapriza (2009) aponta que essa foi uma geração de mulheres que protagonizou a revolução sexual e a distinção do prazer da reprodução. Uma geração de mulheres que não mais aceitou a ideia de superioridade do marido e, gradativamente, passou a entender o matrimônio como um espaço de amor e de gratificação sexual (COSSE, 2008). Queriam experimentar a

[...] dita "libertação sexual", com as mudanças nas roupas e nos cabelos dos jovens, com a legitimação de carreiras profissionais para mulheres nas profissões liberais, a urbanização, a industrialização, a chamada modernização [...] criou-se toda uma conjuntura propícia à transformação dos costumes. Ao mesmo tempo também o conservadorismo erigia-se em defesa da família (WOLFF, 2007, p. 99).

Marisa Fernandes, militante do grupo Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), mostra, em seu relato, esse peso do conservadorismo - heteropatriarcal e autoritário - durante os governos militares nas relações amorosas:

Eu tinha começado a namorar uma amiga minha de escola. [...] Não sabia que nome tinha aquilo, nem o que era aquilo, nem se as pessoas gostavam ou não gostavam, nunca tinha visto nada igual. Duas pessoas do mesmo sexo namorando. E esse cenário que estava implantado no país me mostrou muito rapidamente o quanto aquilo era proibido. O quanto aquilo era um amor impossível de ser levado a frente. Um namoro absurdo, não podia existir (FERNANDES, 2018, p. 5).

Mas viviam-se tempos de transformações e de questionamentos na Europa, nos Estados Unidos da América e na América Latina: uma nova forma de pensar as relações, os corpos e a sexualidade trazia revoluções para a vida das jovens, que buscavam questionar os valores estabelecidos

e viver, em seus cotidianos, as transformações dos costumes (COSSE, 2008). Essas mudanças, entretanto, não aconteceram da noite para o dia e nem atingiram todas as regiões e classes ao mesmo tempo (WOLFF, 2007). Novas expectativas foram sendo depositadas nas uniões afetivas, onde se passava a buscar a compreensão, a realização pessoal e a entrega mútua, estabelecendo um ideal de companheirismo através da equidade (COSSE, 2010).

Isabella Cosse (2008) afirma que, para essa geração, o casamento, paulatinamente, foi deixando de ser percebido como algo obrigatório e indissociável, o que é evidenciado pela crescente aceitação do divórcio e pela difusão das “uniões livres”. Isso também é frisado por Roselane Neckel (2004): “havia um maior número de desajustamentos conjugais, mas principalmente pode indicar um número menor de mulheres dispostas a aguentar com resignação a permanência de representações ‘ultrapassadas’ diante das novas propostas modernizadoras” (NECKEL, 2004, p. 59). É importante destacar, assim, o efeito das ideias feministas que emergiram no Cone Sul nesses anos e possibilitavam uma maior independência e emancipação das mulheres (WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

Erika Hennings, militante do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) do Chile, relembra esse efeito entre as miristas:

As mulheres do MIR podiam ter relações sem problema, “amor livre”, digamos, ter sem problemas relações sexuais, questão que na época era má, salvo pelo movimento *hippie* que já começava a comunidade. Ter mais de uma relação, ter várias relações. Nesse sentido, também, a mulher militante, e mirista, sobretudo, se libertou de certos mandatos mais patriarcais, mais conservadores (HENNING, 2019, s/p).

Essas experimentações de uma nova forma de vivenciar os amores e a sexualidade se deram intensamente entre as militantes de esquerda. Isso acontece também pois, conforme afirma Alejandra Oberti (2015), devido às exigências do trabalho nas organizações, a grande quantidade de tempo dedicado às atividades políticas e os problemas de segurança na clandestinidade, as militantes tiveram de abandonar outros espaços

afetivos, o que acabou por resultar em uma restrição de convívio somente às companheiras e aos companheiros de organização. A vida anterior se dissociava e isto influenciou o modo como se formavam os casais. É o que recorda Alicia Sanguinetti, argentina, militante do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP):

Evidentemente, o casal era com um companheiro militante. Ou seja, não havia possibilidade de outro tipo de casal. Porque se começavas a estabelecer um casal com uma pessoa que não era militante, ou ele se integrava na organização, ou tinhas que sair, porque não havia possibilidade. Não havia meio termo (SANGUINETTI, 2001 apud OBERTI, 2015, p. 157, tradução minha)<sup>7</sup>.

Essa espécie de restrição de envolvimento com companheiros de organização poderia se dar, também, por questões de compartilhamentos de ideais políticos. Marlova de Souza Canabarro, militante brasileira, acredita que seria impossível se relacionar com alguém que não tivesse a mesma visão de mundo que ela:

M: Eu acho que eu não poderia nunca ter um companheiro que não fosse uma pessoa de esquerda, que não fosse uma pessoa que tivesse um olhar para vida com justiça, com liberdade. Não poderia fazer isso, de jeito nenhum. Não poderia ser de outra maneira.

E: Então, para você, o amor, a afetividade estava misturada?

M: Absolutamente [...]. Completamente junto (CANABARRO, 2019, p. 5).

Ana Maria Colling, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), no Brasil, ao rememorar o episódio de uma companheira de organização que se envolveu com um militante de outro partido, conta que houve resistência por parte dos companheiros do Oito quanto a esse

---

<sup>7</sup> No original: "Evidentemente la pareja era un compañero militante. O sea, no había posibilidad de otro tipo de pareja. Porque si empezabas a hacer una pareja con una persona que no era militante, o él se integraba a la organización o vos tenías que irte, porque no había posibilidad. No había términos medios" (SANGUINETTI, 2001 apud OBERTI, 2015, p. 157).

relacionamento. Ali, as questões partidárias e as do cotidiano se emaranhavam em relações de poder e emoções de uma maneira mais complexa:

[...] ela começou a namorar um cara do PCdoB, o partido enlouqueceu. **Obrigou ela a romper com o cara.** [...] Ela teve que romper porque o partido não admitia que ela namorasse um cara do PCdoB – PCdoB era esse caso, mas podia ser um cara de outro partido [...]. Passava pela questão, inclusive, do ciúmes também do partido, mas eu acho que passava também por uma questão do segredo. Porque entre casal tudo pode, imagina se a cara vai lá contar qual é o próximo... Tudo passa... um pouco da inveja, do ciúme, é tudo meio enrolado nessa questão partidária. Se ela vai lá e conta a ação do partido, **passa por uma questão de ciúme também: “tem tantos homens no nosso partido, o que tu tens que buscar do outro** – que é um partido “inimigo” –, então **era uma rede de coisas.** Mas, portanto, **dentro do partido, o que o casal fazia, se de fato era uma questão privada, porque dizia respeito ao casal, ela também era política,** porque esse casal estava no partido e só reproduzia aquilo que o partido examinava, entendeu? (COLLING, 2019, s/p, grifos meus).

A possibilidade de formação ou de dissolução de casais e o poder de decisão das organizações na vida amorosa de seus integrantes é retratada por Derlei Catarina de Luca, militante da Ação Popular (AP), que conta que, durante um período, a organização tinha como política separar os casais, e relembra o quanto isso foi difícil:

[...] **quem é solteiro não casa, quem é casado não tenha filho.** Essa era a orientação dentro da AP. A AP **separou todos os casais de namorados, foi a decisão mais difícil pros militantes, a gente chorava um monte.** Só quem era casado e a mulher não era militante é que continuavam juntos (DE LUCA, 2015, p. 10-11, grifos meus).

A organização, entretanto, não levou adiante essa decisão que, uns anos depois, foi abandonada: “o pessoal se deu conta da bobagem que era” (DE LUCA, 2015, p. 11).

A vida pessoal das militantes passava, portanto, também a ser uma pauta da organização, que discutia, em reuniões, os rumos dos relacionamentos. Na teoria, ao se dedicarem integralmente à causa revolucionária,

o amor pela organização deveria, sempre, vir antes de todos os outros amores. Quem assim não o fizesse, estava se deixando levar por um comportamento “pequeno burguês”; estava tendo uma “debilidade ideológica”, onde o individual se sobressaia em relação ao coletivo (DE LUCA, 2002).

Herbert Daniel, militante brasileiro, relata suas aflições frente aos seus sentimentos “pequeno burgueses”, que acabaram por se caracterizar em uma violência frente à sua sexualidade:

Meus problemas “pequeno-burgueses” me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles, a sexualidade, mais explicitamente a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária” -, ou, então, faria a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade. [...] Foi assim que, durante todos os meus anos de militância, minha homossexualidade nunca foi problema (para os outros). (DANIEL, 1982, p. 96).

Aqui acredito ser importante ressaltar que, apesar da defesa da libertação e da transformação radical da sociedade, organizações e partidos de esquerda marginalizaram e, muitas vezes, oprimiram mulheres e homens que não seguiam gêneros e comportamentos sexuais heteronormativos. A esquerda brasileira como um todo, considerava a homossexualidade “um comportamento ‘inapropriado’ e inaceitável” (GREEN, 2012, p. 61) e compartilhava discursos que eram paralelos e complementares: um ligava a homossexualidade ao comportamento pequeno-burguês e, assim, à contrarrevolução; outro entendia a homossexualidade como uma degeneração física e emocional; o terceiro, mais associado aos ensinamentos católicos tradicionais, a considerava como uma abominação moral; e um último, ainda, relacionava o comportamento homossexual e as críticas à homofobia a influências alheias e estrangeiras, mais especificamente estadunidenses (GREEN, 2012).

Além disso, militantes de esquerda propagavam conceitos populares que rejeitavam a homossexualidade masculina, uma vez que isso

implicava a feminização da masculinidade e interrompia a construção generalizada da masculinidade revolucionária, que estava no centro da autoconstrução dos militantes.<sup>8</sup> Assim, Herbert e diversos outros militantes, para pertencerem às organizações de esquerda, tiveram de se adaptar a uma norma de comportamento específica, onde uma postura era imposta: a do soldado, do guerrilheiro, que está diretamente associada a uma determinada masculinidade tida como padrão (GREEN, 2012; 2018).

Che Guevara, que era visto nestas organizações latino-americanas como o guerrilheiro ideal, escrevia que o revolucionário verdadeiro

[...] está guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar em um revolucionário autêntico sem essa qualidade. Talvez seja um dos grandes dramas do dirigente: este deve unir um espírito apaixonado a uma mente fria e tomar decisões dolorosas sem que se contraia um músculo. Nossos revolucionários de vanguarda têm que idealizar esse amor ao povo, às causas mais sagradas e fazê-lo único, indivisível. Não podem descer com sua pequena dose de carinho cotidiano até os lugares onde o homem comum o exercita. (GUEVARA, 1986, p. 5, tradução minha)<sup>9</sup>.

O amor pelo povo era, portanto, merecedor de um amor muito maior que aquele que podia ser sentido por um indivíduo (ANDUJAR, 2009). Derlei relembra a necessidade de se pensar na terceira pessoa, deixando de lado interesses pessoais:

“A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual”, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar na terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima de todos os nossos interesses pessoais. [...] Essas separações afetivas, discutidas “politicamente”,

---

8 Ressalto aqui que muitas militantes lésbicas também sofreram lesbofobia dentro de suas organizações. Essa, apesar das semelhanças com a violência homofóbica sofrida por militantes gays, carrega ainda a marca do machismo.

9 No original: “[...] está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario autêntico sin esta cualidad. Quizás sea uno de los grandes dramas del dirigente: éste debe unir a un espíritu apasionado una mente fría y tomar decisiones dolorosas sin que se contraiga un músculo. Nuestros revolucionarios de vanguardia tienen que idealizar ese amor a los pueblos, a las causas más sagradas y hacerlo único, indivisible. No pueden descender con su pequeña dosis de cariño cotidiano hacia los lugares donde el hombre común lo ejercita” (GUEVARA, 1986, p. 5).

foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes (DE LUCA, 2002, p. 36-37).

Muitos casais, entretanto, também acabaram por aumentar seu vínculo com o compartilhamento das atividades, da cotidianidade e das emoções. A restrição da sociabilidade e os perigos da militância intensificavam as relações amorosas, dando a cada encontro uma especial intensidade (COSSE, 2010), como recorda Raquel Lubartowski, militante uruguaia:

Era uma época onde os amores eram muito fortes. Porque era como se você encontrasse na relação amorosa um suporte, um lugar, um refúgio, diante de todas as coisas que aconteciam no dia a dia. [...] E, nesses momentos, é claro, o relacionamento afetivo que você poderia ter era muito importante. Era muito importante porque era como uma sustentação. E há um certo pudor em falar disso... Nos amávamos muito e existiam relacionamentos fortes (LUBARTOWSKI, 2008, p. 10).

É possível perceber, assim, que a afetividade da vida cotidiana foi, também, uma afetividade militante (OBERTI, 2015). As necessidades da vida prática, como um lugar para morar durante a clandestinidade, também pesavam na aproximação dos casais. Soledad Aránguiz relembra que foi morar junto com seu companheiro justamente por causa da clandestinidade:

Nós fomos viver juntos porque já era necessário devido à clandestinidade, por causa das nossas responsabilidades e, para isso, tínhamos que sair de nossas casas e, obviamente, que ele não ia sair para o seu lado e eu para o meu. E, além disso, era mais fácil que as famílias nos vissem indo juntos, que nos casamos, que tínhamos uma casinha, ainda que ninguém conhecesse a casinha, mas, para eles, era porque havíamos nos casado, não pela outra parte (ARÁNGUIZ, 2002 apud ARÁNGUIZ, 2006, p. 107-108, tradução minha)<sup>10</sup>.

---

10 No original: "Nos fuimos a vivir juntos porque ya era necesario plantearnos el tema de la clandestinidad por nuestras responsabilidades, y para eso teníamos que salir de nuestras casas, y obviamente que él no iba a salir por su lado y yo por el mío. Y además era más fácil que las familias nos vieran irnos juntos, que nos casábamos, que teníamos una casita, aunque nadie conocía la casita, pero para ellos era que nos habíamos casado, no por la otra parte" (ARÁNGUIZ, 2002 apud ARÁNGUIZ, 2006, p. 107-108).

A questão do casamento como uma maneira de facilitar a militância e de passar uma boa imagem para as famílias é recorrente na fala de diversas mulheres. Para elas, o casamento formal se torna apenas uma burocracia, uma concessão à família (VALADARES, 2005). Divo Guisoni, militante brasileiro, menciona esse conflito entre gerações e aponta que, quando o casamento acontecia, acabava por ganhar características particulares daquele grupo social, também como uma forma de expressão e de resistência aos antigos valores:

[...] **nos casamos por causa da família, não é? Porque também a gente não pode jogar tudo para cima.** [...] Então a gente fez um casamento com tocada de violão, **já bem diferente.** A Raquel casou de vestido em cima do joelho [risos] [...] vestido branco, mas vestido curto, a música de entrada era [...] “estamos chegando daqui, dali, trazendo na chegada, foíce velha, mulher nova, e uma quadra de esperança”. **Que era um pouco o que nos norteava e tal** (GUISONI, 2013, p. 12, grifos meus).

Yara Falcon conta que sua família pressionava para que se casasse, mas “Isso para nós de esquerda não tinha a menor importância. Era frescura de pequeno burguês. O que importava era o amor que sentíamos e não o papel assinado. A emancipação das mulheres e a quebra de tabus fazia parte da luta pela democracia” (FALCON, 2007, p. 105).

A formação de casais militantes também favorecia a união entre classes sociais distintas, indo contra o conservadorismo (COSSE, 2008), pois as organizações de esquerda eram formadas por uma grande diversidade de origens sociais (WOLFF, 2007). A verdadeira afinidade estava na luta e nas utopias compartilhadas. É o que afirma Ignez Maria Serpa Ramminger, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), ao lembrar Gustavo Buarque Schiller:

No Comando de Operações, conheci o Bicho ou Luiz – Gustavo Buarque Schiller –, companheiro muito inteligente, comprometido com a causa e não sabia quem era e nem de onde vinha. **Amei sua essência e seus sonhos, sem in-**

**fluências do tipo origem, classe social ou outras bobagens**  
(RAMMINGER, 2010, p. 142, grifo meu).

Entre os militantes, ser “companheiro”, portanto, era unir a nova noção de casal ao compromisso político, à entrega revolucionária (COSSE, 2010). Significava, também, negar a moralidade burguesa e as formalidades sociais (COSSE, 2008) e buscar alguém com quem se tivesse afinidades e sonhos em comum. Vera Sílvia Magalhães e Yeda Botelho Salles relembram:

Para nós, mulheres, a militância era uma faca de dois gumes: era uma forma de afirmação social e era também uma vivência de confusão entre a recusa à dominação e o reconhecimento das diferenças. **A tentativa de uma troca igual, quase sempre, dava uma troca desigual. Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo o que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles, homens, tivéssemos conseguido realizar o companheirismo e muitas frustrações tivessem se acumulado. Tentávamos uma forma de relação igualitária para já. Éramos jovens e, porque tínhamos tempo, tínhamos urgência** (MAGALHAES, SALLES [1998?] apud CARVALHO, 1998, p. 173, grifo meu).

Essa “troca desigual” ressaltada por Vera e Yeda foi exposta por diversas militantes, juntamente com a frustração das dificuldades de viver esse companheirismo: “embora chamando-se entre si de ‘companheiros’, homens e mulheres tiveram dificuldades de viver esse companheirismo, defendido nos discursos e programas, que pregavam a igualdade de gênero” (JOFFILY, 2005, p. 111). As desigualdades ficam mais perceptíveis na materialização das questões da vida prática cotidiana, na formação da família e nas divisões de tarefas dentro das organizações.

Construir uma família era entendida como uma forma de mudar a sociedade em que viviam, como uma política pessoal, como uma tarefa militante. Foi a partir da célula familiar que se buscou, na prática, novas formas de se relacionar, de criar os filhos e formá-los como “homens novos do amanhã”, como futuros revolucionários. Para as mulheres, a maternidade podia ser também um dever, que não se contradizia em nada com a necessidade de uma entrega absoluta à causa da revolução, como exemplifica Alicia

Sanguinetti: “Nesse momento nós estávamos com a filosofia de criar um casal militante, uma família militante, o que significava juntar-se ou casar, ter crianças e criar os filhos dentro da militância” (SANGUINETTI 2002 apud OBERTI, 2010, p. 20, tradução minha)<sup>11</sup>. Maria Rosa Gómez reitera: “Era tal o desejo de engravidar, de procriação do Homem Novo, que trazer um filho ao mundo era trazer um filho ao um mundo novo. Nos sentíamos protagonistas de multiplicar uma história” (GOMÉZ, 2001 apud TEGA, 2019, p. 152).

Para Cristina Chacaltana, da criação dos filhos ficou a lembrança da solidão, da falta que sentia de sua família que, segundo ela, acabou por uni-la mais a Mario Mujica, seu marido:

Minha maternidade? Antes de mais nada, surpresa em viver sozinha, pois sempre pensei que iria viver com minha família, com as avós, com as amigas, como se pensava no Chile. [...] O próprio fato de encarar isso sozinha faz você sentir que falta uma parte. [...] Outra coisa que lembro é que tive uma maternidade muito próxima, muito próxima do Mário. O simples fato de estar sozinha me fazia sentir muito próxima de Mario, muito próxima. E essa etapa também acho muito decisiva. Por sermos nós dois nos agarramos mais e esse foi o selo que marcou nossas vidas enquanto estivemos juntos. Unidos, enfrentamos um mundo diferente, diferente (CHACALTANA, 2002 apud ARÁNGUIZ, 2006, p. 170-171, tradução minha)<sup>12</sup>.

Essa união, entretanto, não é constante no relato de militantes. Muitas apontam que acabaram por passar pelo processo de gestação e de criação dos filhos sozinhas, a partir do afastamento de seus companheiros. Alejandra Oberti (2015) escreve que: “mãe em época de atividades intensas

---

11 No original: “En ese momento nosotros estábamos con la filosofía de crear la pareja militante, la familia militante, lo que significaba juntarse o casarse, tener chicos y criar a los hijos dentro de la militancia” (SANGUINETTI, 2002 apud OBERTI, 2010, p. 20).

12 No original: “¿Mi maternidad? Primero que nada sorpresa de vivirlo sola, porque siempre siempre pensé que iba a vivirlo con la familia, con las abuelas, con las amigas, como uno lo pensaba en Chile. [...] Eso mismo de enfrentarlo sola, hace que igual sientas que falta una parte. [...] Lo otro que recuerdo es que tuve una maternidad muy junta, muy unida a Mario. El mismo hecho de estar solos a mí me hizo estar muy unida con Mario, muy juntos. Y esa etapa yo creo que fue muy decisiva también. El estar los dos solos nos hizo aferrarnos más y ese fue el sello que marcó nuestras vidas mientras permanecimos juntos. Unidos enfrentamos un mundo diferente, distinto” (CHACALTANA, 2002 apud ARÁNGUIZ, 2006, p. 170-171).

lava fraldas, enquanto seu companheiro se compromete cada vez mais” (OBERTI, 2015, p. 164, tradução minha)<sup>13</sup>. A prioridade era os homens continuarem a fazerem as tarefas das organizações, as tarefas “de rua”, deixando os cuidados dos filhos para as companheiras. Margarita Fernández, militante chilena, afirma que “A política ia deixando as mulheres para trás, encarregadas das famílias” (FERNÁNDEZ et al., 2017, p. 68, tradução minha)<sup>14</sup>.

Para algumas militantes, ter um filho era também uma maneira de carregar seu companheiro consigo, caso algo acontecesse com ele. Laura Marques lembra que, em meio às angústias da clandestinidade e o temor da prisão, resolveu engravidar: “Vou agora engravidar, porque, na minha cabeça, o Wellington podia morrer e eu não ter nenhum filho” (MARQUES, 2016, s/p). A criança se torna uma continuidade, uma materialidade da união construída e da esperança no futuro.

Entretanto, a maternidade em um contexto específico de clandestinidade, de exílio ou de prisão, trouxe experiências distintas para cada militante. Algumas relatam a beleza da gestação e do cuidado com os filhos, outras lembram das dificuldades e aflições. Os filhos aparecem majoritariamente como “a vida em um contexto rodeado pela morte” (TEGA, 2019, p. 153). Em um depoimento para o documentário *Que bom te ver viva* (1989), Criméia Alice Schmidt de Almeida recorda:

Para mim, a gravidez marcou muito. Teve seus aspectos positivos. Eu acho que ter um filho é uma coisa gostosa, e eu senti isso, mesmo na prisão. Foi uma situação difícil ter um filho na prisão, mas foi uma sensação gostosa. Parece até meio impossível que a gente consiga pensar isso tendo um filho na prisão, cercada com metralhadoras etc. E eu pensava o seguinte: eles tentam acabar comigo e nasce mais um, aqui mesmo, onde eles tentam me eliminar, onde eles tentam acabar com as pessoas, a vida continua. Eu sentia o nascimento do meu filho como se ele estivesse se libertando do útero. Para mim, era um sinal de liberdade (QUE BOM, 1989).

---

13 No original: “madre en épocas de actividades intensas lava pañales, mientras su compañero se compromete cada vez más” (OBERTI, 2015, p. 164).

14 No original: “La política nos iba dejando a las mujeres atrás, a cargo de las familias” (FERNÁNDEZ et al., 2017, p. 68).

Para Nilce Azevedo Cardoso, militante brasileira, é esse sentimento que envolve a maternidade que “seria próximo do que eu chamo de amor”, um amor que “não é uma coisa só de poesia”, mas que “também é de poesia” (CARDOSO, 2019, s/p). Pois, conforme afirma Elisabeth Badinter, “O amor materno é apenas um sentimento humano, e como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito” (BADINTER, 1985, p. 22), que frequentemente vem acompanhado de múltiplas outras emoções<sup>15</sup>, dentre as quais, num contexto de militância, Maria Amélia de Almeida Telles, do PCdoB, ressalta o medo, dela e dos companheiros de organização:

E acho que existia por parte dos companheiros, com os quais eu convivi muito, uma preocupação de ser presa e ter meus filhos presa, como tu sabes que ocorreu. Existia essa preocupação. Quanto a isso, a preocupação deles tinha cabimento, tanto é que isso aconteceu. [...] É claro que é o medo de ver os filhos sofrendo, de me ver sofrendo e de entregar também. Existia o medo era de tudo. Não um ou outro. Eram todos os medos que estavam ali colocados. Todas as possibilidades de entregar porque também você sendo torturado ou ameaçado de tortura, de estar sofrendo também junto com o filho, de acontecer de me matar ou deixar os filhos sem mãe. Ou, então, de matar meus filhos. Todas as possibilidades que você possa imaginar eles também imaginavam. E tinham medo que isso acontecesse (TELLES, 2009, p. 4).

Havia, dessa maneira, um cuidado e uma preocupação por parte da organização, que temia pelas militantes mães, por seus filhos, mas também pela luta política. O uso da tortura, física e psicológica, que explorava as relações das torturadas com suas filhas, companheiros, pais e mães, ameaçando torturá-los ou matá-los era frequente. A repressão utilizava-se dos laços afetivos socialmente estabelecidos de uma mãe com seus filhos, de uma esposa com o marido, visando que isso desestruturasse as presas e que elas entregassem as informações desejadas. Para as militantes, na tortura, sempre pairava a ideia de que elas eram “corresponsáveis” pela violência sofrida (WOLFF, 2015). Erika Hennings afirma que, após muitos

---

<sup>15</sup> Sobre o sentimento de culpa que também envolveu a maternidade militante, ver o capítulo deste livro escrito por Athaysi Colaço Gomes e Laíza Fuckner Molmelstet.

anos, percebeu-se como um instrumento na tortura de seu marido, Alfonso Chanfreau, hoje desaparecido.

[...] **me trouxeram com o único objetivo de pressionar Alfonso.** [...] Me torturavam para pressionar Alfonso, mais que contrário, porque a mim não tinham o que perguntar. Não me fizeram perguntas [...] **Algumas vezes nos deixavam muitas horas juntos para que eu o pressionasse. Que eu lhe dissesse: "Alfonso, pela nossa filha..."** (HENNING, 2019, s/p, grifo meu).

Mas não foi o que aconteceu: "Mas não... Não. Tínhamos outros tipos de conversa. Nos apoiamos, nos amamos, nos despedimos..." (HENNING, 2019, s/p).

Assim como Erika, essas militantes, mesmo em uma situação de poder extremamente desigual dentro dos centros de detenção das ditaduras do Cone Sul, encontraram múltiplas formas de resistir. Resistiram não falando, não entregando companheiras, não se deixando morrer e não perdendo a esperança. Resistiram também falando, sofrendo e se reconstruindo. O amor pelos filhos e pelos companheiros foi também determinante para lhes dar força, como recorda Laura Marques: "Eu, na condição de mulher, de grávida, eu tinha aquele feto dentro de mim, aquilo me dava uma fortaleza" (MARQUES, 2016, s/p). Ignez lembra que a presença de Gustavo teve particular importância para que ela resistisse às sessões de tortura:

Quando eles me mostraram o Gustavo a primeira vez, que eu estava lá, e que eu vi ele demolido, o olhar dele... Ele tinha um olhar forte, extremamente forte, aquela determinação dele, ele dizia que não me conhecia e aquele olhar forte, determinado. Aquilo ali me deu a maior coragem, eu já escrevi sobre isso... Me ajudou profundamente a resistir, entendeu? E quando nós estávamos sendo torturados, só da gente se olhar a gente já sabia o que um estava pensando, sabe? É uma coisa muito louca. Quando tu amas com espírito<sup>16</sup>, um amor muito forte, que extrapola o convencionalismo, sabe? Que era o tipo

---

16 Ao se referir a "amar com espírito", Ignez me faz recordar o trabalho de Sobonfu Somé (2012) onde, através das crenças e sabedorias do povo Dagara, a autora defende o amor como uma emoção coletiva, como uma dádiva do espírito: "Assim, é importante ver o relacionamento como algo movido pelo espírito [a força vital que há em tudo], e não pelo indivíduo" (SOMÉ, 2012, p. 25).

**AMORES REVOLUCIONÁRIOS:  
CASAIS MILITANTES NAS DITADURAS DO CONE SUL**

---

de amor que nós tínhamos, tivemos, a gente se comunica sem falar. Até na tortura (RAMMINGER, 2019, s/p).

Ao contrário do que os militares visavam, portanto, muitas vezes a presença das pessoas amadas trazia ainda mais convicção para as lutas políticas, funcionando como uma espécie de suporte emocional, que fazia com que elas não entregassem as informações desejadas. Carlos e Loreta Valadares, militantes da AP, também estiveram detidos juntos. Carlos, que foi preso um pouco depois de Loreta, recorda que no momento em que lhe mostraram paa Loreta, já com muitas marcas da tortura, “eles disseram: agora ela vai falar” (VALADARES, 2015, s/p). E, após presenciar o espancamento brutal do marido, ela responde: “agora que eu não digo mais nada” (VALADARES, 2015, s/p). Os militares intitularam esse momento como “o teste do amor” (VALADARES, 2005, p. 102); Loreta o intitula como “a tortura maior” (VALADARES, 2005, p.101).



**Figura 1 - Casamento de Loreta e Carlos Valadares, 03/01/1968, Belo Horizonte, MG.**  
Fonte: VALADARES (2005)

bell hooks (2018) afirma que o amor age para transformar a dominação. Para a autora, é este amor revolucionário que possibilita “enxergar

o passado com outros olhos [...] transformar o presente e sonhar com o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura” (HOOKS, 2010, s/p). Neste contexto de intensa violência e de profunda tristeza, o amor aparece como acolhimento e força, como uma saída que vislumbra um futuro. Guillermina Kanonnikoff, militante paraguaia, demonstra que, mesmo após a morte de seu companheiro, foi a presença dele e do filho, juntamente com o ideal que compartilhavam, que a fez continuar vivendo:

Nesse momento, minha vida mudou radicalmente, e não me suicidei realmente pelo fato de que foi tão grande a entrega de Mário, que isso fazia com que eu me sentisse mal pensando em suicídio ou algo parecido. Então, eu dizia que se voltássemos a nos encontrar, e se eu tivesse me suicidado, ele me diria: o que fazes aqui, covarde? O que fazes aqui covarde de merda? Por acaso não bastou eles terem me matado? **Você tinha que ficar para seguir lutando, para educar nosso filho e para continuar nossas lutas. Porque sempre dizíamos que quando um companheiro caía, outro teria que recolher a bandeira e seguir andando** (KANONNIKOFF, 2008, p. 14, grifo meu).

Assim como o amor de Silvio Rodriguez e da militante na praça de Santiago, foi o amor que fez com que esses casais “abrissem o peito para a morte e entregassem sua sorte por um tempo melhor”. Foi este amor pela humanidade viva, por uma sociedade mais justa e igualitária que os levou a lutar: “O amor é o que nos faz, ou o que me faz, e que me fez estar nessa luta. Ou seja, na luta pela justiça, pela igualdade. O amor me faz sentir, e nos fez ter esse projeto político, revolucionário, de sentir que a miséria não é justa. É injusta. Questões tão básicas... o amor está refletido aí” (HENNING, 2019, s/p).

Amar é mesmo um ato político e revolucionário. Che estava certo: a verdadeira revolucionária é guiada por grandes sentimentos de amor. E é mesmo impossível pensar uma revolucionária autêntica sem essa marcante qualidade.

## Fontes

- CANABARRO, Marlova de Souza. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Paris, França, 20/09/2019. Acervo do LEGH/UFSC.
- CARDOSO, Nilce Azevedo. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann. Porto Alegre, Brasil, 05/11/19.
- COLLING, Ana Maria. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann. Porto Alegre, Brasil, 01/11/19.
- DE LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista concedida a Camila Nascimento Azevedo, Mirian Nascimento e Musa Santos. Florianópolis, Brasil, 03/09/2015. Acervo do LEGH/UFSC.
- FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. Florianópolis, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.
- GUISONI, Divo. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Florianópolis, Brasil, 10/09/2013. Acervo do LEGH/UFSC.
- HENNINGS, Erika. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann e Luiz Augusto Possamai. Santiago do Chile, Chile, 12/09/19. Acervo do LEGH/UFSC.
- KANONNIKOFF, Guillermina. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH, UFSC.
- LUBARTOWSKI, Raquel. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevidéu, Uruguai, 28/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.
- MARQUES, Laura. *Depoimento de Laura Marques para a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=19s>. Acesso em: 20 out. 2020.
- QUE BOM te ver viva. Direção e produção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taigã Filmes & Vídeos. 1 Videocassete, 1989 (110 min.).
- RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann. Porto Alegre, Brasil, 04/11/19.
- RODRÍGUEZ, Silvio. Por quien merece amor. Ojalá, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MOCjk1GD8A8>. Acesso em: 20 out. 2020.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira. Florianópolis, Brasil, 07/05/2009. Acervo do LEGH/UFSC.
- VALADARES, Carlos. *Relatos de um sobrevivente - uma entrevista com Carlos Valadares*. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OCLuG-QeJZs>. Acesso em: 20 out. 2020.

## Referências

- ANDUJAR, Andrea. El amor en tempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los 70 – Batallas, telenovelas y rock and roll. In: ANDUJAR, Andrea; PITA, Valeria. *De minifaldas, militancias y revoluciones*: exploraciones sobre los 70 en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009, p. 149–170.

**AMORES REVOLUCIONÁRIOS:  
CASAS MILITANTES NAS DITADURAS DO CONE SUL**

---

- ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. *Mujeres en rojo y negro*: reconstrucción de la memoria de tres mujeres miristas (1971-1990). Concepción: Escaparate Ediciones, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- COSSE, Isabella. *Del matrimonio a la pareja*: continuidades y rupturas en el modelo conyugal en Buenos Aires (1960-1975), Anuario IEHS, n. 23, 2008.
- COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*: una revolución discreta en Buenos Aires. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para um próximo sonho*: um possível romance autocrítico. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DE LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora Do Autor, 2002.
- FALCON, Yara. *Mergulho no passado*: a ditadura que vivi. Maceió: Livro Rápido, 2007.
- FERNÁNDEZ, Margarita; FLORES, Patrícia; LASTRA, Teresa; URIBE, Viviana. *Mujeres en el MIR*: (des) armando la memoria. Santiago de Chile: Pehuén, 2017.
- GREEN, James N. "Quem é o macho que quer me matar?": Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970, *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília/Ministério da Justiça, n. 8, p. 58-93, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- GREEN, James N. *Revolucionário e gay*: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GUEVARA, Ernesto "Che". *El hombre nuevo*. Texto dirigido a Carlos Quijano, semanario *Marcha*, Montevideo, marzo de 1965. In. ZEA, Leopoldo (ed). *Ideas en torno de Latinoamérica*. Vol. I. México: UNAM, 1986. Disponível em: <https://issuu.com/somosmer/docs/el-hombre-nuevo>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, bell. *Vivendo de amor*. Portal Geledés. 09 de março de 2020. Tradução de Maísa Mendonça. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 28 out. 2020.
- JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista*: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- NECKEL, Roselane. *Publica vida íntima*: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas. 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 13-30.
- OBERTI, Alejandra. *Las revolucionarias*: militancia, vida cotidiana y afectividad en los setenta. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

**AMORES REVOLUCIONÁRIOS:  
CASAS MILITANTES NAS DITADURAS DO CONE SUL**

---

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória*. Vol. 2. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 135-147.

SAPRIZA, Graciela. Cuerpos bajo sospecha: un relato de la dictadura en Uruguay desde la memoria de mujeres. *Labrys Estudos Feministas*. Brasília/Montreal/Paris, n. 15/16, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/graziela.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SOMÉ, Sobofu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2007.

TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Fapesp; Intermeios, 2019. (Coleção Entregêneros)

VALADARES, Loreta. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo, 2005.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. O movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural (Unioeste)*, ISSN: 1981-478X, v. 10, n. 2, 2º semestre 2009, p. 43-55.

WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p. 95-111.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, nov. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>

# Voluntariedade no fotojornalismo de Adriana Lestido<sup>1</sup>

Elaine Schmitt<sup>2</sup> e Cristina Scheibe Wolff<sup>3</sup>

A imagem dominante da ditadura militar são as fotos 4 por 4, feitas cartazes, dos desaparecidos. Uma foto ao lado da outra, em branco e preto, três quartos de perfil, caras jovens, caras sérias.

Caras em série.

A imagem dominante da ditadura militar são os lenços brancos na cabeças de mulheres mais velhas, lenços que reclamam, que buscam, que perguntam. Lenços que traçam um círculo na Praça. Essas mulheres mais velhas, enxotadas pela polícia e ignoradas pela cúria. Mas voltam, insistem, seguem caminhando. Fazem-se donas da Praça. Se multiplicam em milhões que caminham com elas.

Estas imagens, sim.

E essas outras.

A imagem da ditadura militar são os goles de Mario Kempes, Passarella levantando a copa, Menotti com sobretudo e fumando, Videla no palco. E depois de Videla cumprimentando os jogadores e José María Muñoz abalando o canalha.

A imagem da ditadura são os pés frios da guerra em Malvinas, os gorkas que ninguém viu, o frio do gelo para o whisky de Galtieri. O condutor Gómez Fuentes, as caras de Cacho

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Jornalista formada pelo Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV), especialista em História, Cultura e Patrimônio pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Brasil). E-mail: elaine.schmitt@gmail.com.

3 Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de Produtividade do CNPq 1D. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998), pós-doutorado pela Universidade de Rennes 2 (França, 2005 e 2018) e Universidade de Maryland (2011). Fullbright Chair of Brazilian Studies, Universidade de Massachusetts/Amhers, 2017. E-mail: cristiwolff@gmail.com

Fontana e Pinky. O regresso dos meninos da guerra, o trauma e os suicídios (VARELA, 2017, p. 157, tradução nossa) <sup>4</sup>.

Em 25 de novembro de 1982, a pauta a ser coberta era o protesto contra a ditadura que aconteceria na *Plaza Avellaneda*, em Buenos Aires, Argentina. Uma saída e uma intenção de registro que mudariam a carreira de Adriana Lestido para sempre e que, para além dos encaminhamentos profissionais consequentes daquele dia, carrega significados quase metafísicos: lugar em que Adriana estudou fotografia, fez a fotografia fundante de todo o seu trabalho e que, acredita, pode esconder os vestígios mortais de seu companheiro Willy, desaparecido em julho de 1978 durante a ditadura militar que assolava a Argentina, assim como outros países do Cone Sul.

No dia seguinte, a fotografia de Adriana Lestido era capa do jornal *La Voz*, compondo um espaço consagrado do ponto de vista midiático. Naquele instante, sua imagem também consagrou duas figuras femininas tão diferentes em idade, mas idênticas no gesto de punhos cerrados, na expressão facial de dor de perda e luta por justiça e no uso dos *pañuelos* (fraldas brancas) que, desde outubro de 1977, tornaram-se mais do que uma forma das *madres* se identificarem em suas peregrinações, era a marca do movimento (BORGES, 2013).

---

4 Do original: "La imagen dominante en la dictadura militar son las 4 por 4, hechas cartel, de los desaparecidos. Una foto al lado de la otra, en blanco y negro, tres cuartos de perfil, caras jóvenes, caras serias. Caras en serie./ La imagen dominante de la dictadura militar son los pañuelos que reclaman, que buscan, que preguntan. Pañuelos que trazan un círculo en la Plaza. Esas mujeres grandes, corridas por la policía e ignoradas por la curia. Pero vuelven, insisten, siguen caminando. Se hacen dueñas de la Plaza. Se multiplican en millones que caminan con ellas. /Estas imágenes, si. Y estas otras. La imagen de la dictadura militar son los goles de Mario Kempes, Passarella levando la copa, Menotti con sobretodo y fumando, Videla en el palco. Y después Videla saludando a los jugadores y José María Muñoz abalando la canalla./ La imagen de la dictadura son los pies fríos de la guerra en Malvinas, los gorkas que nadie vio, el frío del hielo para el whisky de Galtieri. El conductor Gómez Fuentes, las caras de Cacho Fontana y Pinky. El regreso de los chicos de la guerra, el trauma y los suicídios" (VARELA, 2017, p. 157).



**Figura 1: “Madre e Hija”, feita durante marcha contra desaparecidos na Plaza de Avellaneda, no dia 25 de novembro de 1982, por Adriana Lestido**

Fonte: Museo Nacional de Belas Artes<sup>5</sup>

Esse capítulo trata da Voluntariedade, essa emoção que vai da vontade à ação, que move o corpo e faz dele instrumento da vontade de transformação política, de solidariedade e de esperança. Para isso, decidimos tomar a fotojornalista Adriana Lestido, suas memórias e sua obra fotográfica durante o período da ditadura na Argentina, mostrando como a voluntariedade afetou sua vida e, através de suas fotografias, a vida política da Argentina e dos outros países do Cone Sul.

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.bellasartes.gob.ar/coleccion/obra/11967/>. Acesso em: 13 out. 2020.

Conforme conta Adriana, durante entrevista concedida ao Arquivo Oral *Memoria Abierta*<sup>6</sup> de Buenos Aires, o instante segue vivo em sua memória:

E me lembro que [elas] havia chamado minha atenção, a todos havia chamado a atenção. Estavam as mães e estava também esta pequena, que também estava com uma fralda branca. E a garotinha estava, a princípio, parada ao lado da mãe e chorava. E então todos os fotógrafos fizemos fotos dessa garotinha chorando, e a mim eu lembro que deu pudor levantar a câmera, não sei, não lhe fiz fotos. E depois começou o ato, porque havia um ato e todos os fotógrafos se foram porque não sei quem falava, e aí nos momentos dos gritos diante do discurso, a mãe levantou a criança, e eu estava sozinha nesse momento e fiz a foto da mãe e da garotinha gritando que foi, me lembro, capa do diário. E já a partir daí não me ferraram mais no jornal, já terminaram por me aceitar, digamos (LESTIDO, 2014, s/p, tradução nossa).

Sua preferência foi registrar ambas em um momento de resistência, exaltando o “vínculo forte” entre mãe e filha. Nesses poucos minutos, Adriana permitiu-se participar da situação, ao contrário do momento do choro, que foi muito mais explorado pelos outros fotógrafos ali presentes pelo possível apelo emocional da notícia. Diante do acontecimento, cabe discutir, para além do vínculo parental, o simbolismo dos braços erguidos, que permanecem perseverantes diante de tamanha violência, pois, como nos ensina Sara Ahmed nas suas reflexões sobre “*Viver uma vida feminista*”, o braço levantado simboliza a voluntariedade, a mulher e a menina que não se submetem ou se conformam com seu lugar estabelecido pelo gênero (AHMED, 2018).

Anos mais tarde, Adriana soube, por meio de um encontro com a mulher fotografada, que tanto o choro quanto os braços erguidos da sua fotografia diziam sobre o desaparecimento de Avelino Freitas, então operário da empresa *Molinos Rio de La Plata S.A*, que era, na realidade, irmão da mulher

---

6 *Memoria Abierta* é formada por uma aliança de organizações de direitos humanos argentinas que promove a memória sobre as violações de direitos humanos desde o passado até o presente, além de ações de resistência e lutas pela verdade e justiça. Ver: <http://memoriaabierta.org.ar/>

e tio da garotinha registrada. Mas a situação exata pouco importava, pois a foto, de certa forma, atualizava o sentimento de voluntariedade, colocando no lugar de uma senhora *madre* ou *abuela*, uma jovem e uma menina, um sentimento que ultrapassava as gerações, quase uma continuidade.

A mesma imagem também se tornou capa do catálogo da *Tercera Muestra de Periodismo Gráfico Argentino*, em dezembro de 1983, junto com outros dois registros de dois fotógrafos (GARMANIK, 2015). Até hoje, ela segue sendo reproduzida como símbolo de luta contra a ditadura militar argentina.

Vale ressaltar, no entanto, que durante o período ditatorial, em que militares, elites nacionais e o capital estrangeiro haviam conseguido encerrar o que chamavam de “círculo vicioso” composto por “crises políticas e econômicas”, “governos militares inoperantes” e a “consequente restauração de governos civis de caráter populista” (NOVARO; PALERMO, 2007), houve grande quantidade de fotojornalistas afetadas e afetados. Isso envolvia não somente o trabalho, que ficou absurdamente limitado, mas também a violação da integridade física, como aconteceu com a fotojornalista Cristina Bettanin, que trabalhava nas revistas *Ya* e *El Descamisado* e no jornal *El Diario de Noticias* e foi assassinada enquanto estava grávida, durante seu sequestro por militares (GARMANIK, 2009).

Nesse sentido, questionamos: como seria possível mapear a experiência dessas mulheres em eventos históricos que pouco permitiram registros ou memórias?<sup>7</sup>

A investigação sobre a participação feminina dentro do fotojornalismo argentino desse período tem demonstrado dificuldades, seja pelo fato de essas informações aparecerem difusas e esparsas em artigos e colunas de portais noticiosos online recentes, por serem pouco mencionadas em estudos acadêmicos já desenvolvidos sobre a história do fotojornalismo argentino ou, ainda, pela tênue separação entre aquelas que tinham uma relação profissional ou *freelancer* com o fotojornalismo. Remontar tais

---

<sup>7</sup> Esse é o tema da tese que Elaine Schmitt desenvolve, sob orientação da Profa. Cristina Scheibe Wolff, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

trajetórias exige minucioso exame por rastros que ainda precisam ser encontrados, checados e reconhecidos<sup>8</sup>.

Foi logrando força de vontade, insistência e voluntariedade que a América Latina tornou-se um espaço possível para as mulheres fazerem fotografia desde o final do século XIX, propondo a intersecção entre o privado e o político ao revelar que não existem, nem nunca existiram, relações pessoais e privadas que não sejam atravessadas pela dimensão política. O engajamento político, portanto, mostra-se solo fértil para buscar a relação entre política e afetos na construção imagética da realidade social.

Pensar a (re)produção fotográfica desde seus primórdios e possibilidades suscita debates que percorrem a comunicação, a filosofia, a história, a arte, a antropologia, a tecnologia até a sociologia, em um mosaico de conhecimentos que, de maneira interdisciplinar e dialética, nos ajudam a cercar esse ato/produto de tamanha complexidade e consumo.

Na vereda por compreender melhor sua potencial fonte de sentidos e de construções históricas, esse capítulo é dedicado às construções sociais da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1998), a partir da produção de um documento visual icônico feito por Adriana Lestido durante a última ditadura militar argentina que, a partir de 1976, foi palco de inúmeras violações de direitos humanos. Um dos objetivos é, portanto, debruçar-se sobre essa imagem da ditadura que, conforme Varela (2017, p. 157), faz parte das imagens dominantes daquele período, mesmo que estas tenham sido abafadas pelos militares em campanhas publicitárias, telenovelas e filmes que tentaram legitimar o golpe e esconder a faceta violenta do sistema ditatorial.

## **Adriana à deriva: do luto ao encontro com a fotografia**

Adriana Lestido nasceu em 1965 e cresceu no bairro Mataderos, em Buenos Aires, onde permaneceu até os 17 anos. Seu pai, Serafin, era vendedor e sua mãe, Laura, trabalhou até o momento da filha nascer. Ainda

---

<sup>8</sup> Entre os nomes já levantados, com recorte no período de atuação na fotografia (de 1976 e 1983), estão: Adriana Lestido, Sara Facio, Alicia D'Amico, María Cristina Orive, Annemarie Heirich, Grete Stern, Lisl Steiner, Julie Weisz, Cristina Bettanin, Alicia Sanguinetti, Isabel Hardoy, Crisina Fraire, Bibiana Fulchieri e Marta Strasnoy.

aos 17 anos, no ano de 1973, a jovem, que começou a estudar o curso de engenharia na universidade, recorda a quantidade significativa de mulheres naquele espaço e das paredes cobertas de pôsteres de cunho militante. Foi nesse ambiente que conheceu Guillermo “Willly” Moralli, militante da *Vanguardia Comunista*<sup>9</sup>, com quem se casou um ano mais tarde.

O pensamento político dentro do núcleo familiar de Adriana não era marcante, mas existia e vinha de longa data. Com um avô que flertava com o anarquismo, mas não chegava a militar de forma direta, e pais que não eram politizados, mas respeitavam sua ideologia mais à esquerda, logo se envolveu com um grupo comunista na faculdade. Desde 1973, ainda no governo de Isabelita Perón, Adriana estava ciente da proposta de combate à “subversão” que se exproiava entre militares e grupos de direita, mas foi com a perda de um amigo também militante, Daniel, que ela se sentiu, pela primeira vez, como em um “navio que começava a perder horizontalidade” (LESTIDO, 2014, s/p). A sensação serviu como espécie de prenúncio pelo que estava por vir, relata.

De passagem pela engenharia e com desejo de cursar psicologia, Adriana decidiu, na sequência, pelo curso de propaganda, sempre dividindo seu tempo com a luta política. Eram tempos em que militantes e participantes das guerrilhas se tornaram o alvo principal do regime - que se utilizou de métodos dos serviços militares secretos franceses, que haviam sido empregados na Argélia e na então Indochina, e que envolviam práticas sistemáticas de torturas e assassinatos, bem como a extensão da caça aos grupos armados para além dos limites territoriais do país (CHIRIO, 2012). Isso decorreu, principalmente, da difusão sistemática de doutrinas estadunidenses de “contrarrevolução”, que tentavam frear o avanço do comunismo não só na Argentina, mas por toda a América Latina. De acordo com Novaro e Palermo (2007), a ação de organizações paramilitares de extrema-direita, como a *Triple A* (Aliança Anticomunista Argentina), grupo de inspiração fascista fundado pelo Ministro do Bem-Estar Social de Juan Domingo Perón, José Lopez Rega, disponibilizava periodicamente listas de pessoas que deveriam deixar o país. Caso contrário, seriam assassinadas.

---

9 Este partido foi fundado a partir da ruptura do *Partido Socialista Argentino de Vanguardia* (PSAV), em 1965, com perspectiva marxista-leninista-maoísta (RUPAR, 2016).

Nessa época, Adriana trabalhava madrugadas adentro na produção em estêncil de um jornal. Muitas das madrugadas foram vigiadas por ela mesma, já que também fazia a esporádica segurança do local. Sem medo, carregava uma arma que nunca precisou utilizar. Lembra-se do dia em que, depois de fazer segurança, pegou um ônibus com amigos da gráfica que foi parado e verificado por militares armados. Entre encaradas e intimidações, ela foi uma das poucas pessoas a não passar pela revista naquela situação. Depois do susto, e com sua arma escondida, ganhou um chocolate de seus companheiros que tentavam, ao seu modo, acolhê-la e aliviar suas tensões.

“Uma loucura!”, afirma ao recordar de outro momento, em um dia chuvoso, em que pintava palavras de ordem em alguma parede da cidade quando um homem começou a gritar e lhe apontar o dedo. Ali, correu insistentemente algumas escadarias, sem pensar em olhar para trás. Coisas assim faziam parte da sua rotina. Por motivos semelhantes, relembra também quando foi presa junto com uma amiga, em 1976, por fazer uma pintura contra intervenções do Estado na educação (LESTIDO, 2014).

Enquanto levava um relacionamento amoroso com Willy, a militância era algo extremamente presente em sua vida. Entre reuniões e atividades políticas que a entusiasmavam, sentia falta, ao mesmo tempo, de espaço para uma vida privada, na qual pudesse se dedicar à leitura das obras de Simone de Beauvoir sem receber críticas do companheiro por comportar-se como “pequena burguesa” – uma tentativa de crítica comum em diversas organizações políticas de esquerda daquele momento que, de forma hierárquica, percebiam a luta de classes mais urgente que a luta pela liberdade das mulheres, que vinha sendo divulgada a partir de publicações feministas (WOITOWICZ, 2009).

Seguindo a onda de proletarização proposta por algumas organizações comunistas, Adriana também trabalhou em uma administradora de consórcio e, depois, no setor têxtil, em uma fábrica localizada na Rua Flores, em Buenos Aires, onde esteve por apenas um dia, tempo suficiente para saber que não continuaria no emprego. Na sequência, começou os estudos de enfermagem, ao mesmo tempo em que viveu uma separação conjunta: deixou Willy e a militância.

Em suas aulas, lembra de ser vista como uma espécie de líder e de ter algum protagonismo, algo que acontecia sem esforço ou vontade consciente. Na prática hospitalar, exercida ainda enquanto cursava enfermagem, menciona o dia em que teve que limpar um homem idoso, já sem vida, para os encaminhamentos funerários. Depois do episódio nunca mais voltou à classe e seguiu com a atividade de transcrever aulas de psicologia em uma Olivetti, durante as noites, como fonte de renda.

Transitava por idas e vindas na relação com Willy até que, em 18 de julho de 1978, ele foi sequestrado e dado como mais um desaparecido. Com a falta de evidências concretas, Adriana acredita que o tenham assassinado em um “voo da morte”, estratégia que foi utilizada principalmente na Argentina e no Uruguai, durante o período ditatorial, e que consistia em anestesiar opositores políticos em um avião em movimento para jogá-los ao mar (VERBITSKY, 1995). O desejo de ver a ossada que um dia foi de Willy soa doloroso para ela, mas, também, parece o desfecho que traria alguma reparação e a possibilidade de uma despedida - o ato humano tão antigo e ritualístico de despedir-se de seus entes queridos.

Apesar de temer a violência e estar consciente do perigo que corria toda a Argentina até a reabertura democrática (em 1983), nunca passou por sua cabeça o exílio. E com pungente clareza das dores que estavam sendo causadas pela ditadura, Adriana iniciou o movimento de aproximação ao fotojornalismo, dado por uma breve passagem pelo cinema:

E ali, estudando cinema, eu fiz um curso de fotografia, pois não tinha ideia de como manejar uma câmera. Mas eu o fiz, mais que nada, em função do cinema. Pensei que me serviria e que, além disso, não, eu não podia não saber como se maneja uma câmera de fotos. E, bem, aí foi a grande revelação de alguma maneira, não? É que comecei assim muito intensamente, digamos, a fazer fotos. Do cinema passei à fotografia (LESTIDO, 2014, s/p, tradução nossa).

A partir de então, a fotografia - e, principalmente, o fotojornalismo - começou a ganhar cada vez mais o seu interesse. Em meio à ditadura, percebeu que, para além de uma ocupação possivelmente remunerada, foi um modo de atravessar as dores da perda que havia sofrido.

Com a entrada na fotografia, aos 27 anos, Adriana logo tentou buscar empregos na área, conseguindo, a algum custo, espaço no *La Voz*, um jornal que, apesar de novo e de tamanho modesto, acompanhava os demais veículos da época, apresentando um ambiente fortemente masculino e machista:

Me custou muito entrar neste meio porque também nessa época havia muito poucas mulheres na imprensa. [...] Quando comecei a fazer fotos deixei o escritório que eu trabalhava como despachante da Havanna e comecei a fazer retratos das crianças na praça. (...) E, dentro das possibilidades, o jornalismo me atraía. Mas, bem, os jornais não me davam bola e, finalmente, *La Voz*, que era um jornal novo, pequeno, um diário de esquerda, me pegaram com pinças, mas, bem, me pegaram. Me lembro que meu chefe de redação me disse que ele queria ver minhas fotos todos os dias porque não estava de acordo em ter mulheres na equipe de fotografia e que não queria que perdêssemos tempo, nem eu nem ele. Esta foi a minha recepção. Mas, bem, naquela semana fui (...) a uma mobilização local que foi muito reprimida, que me haviam mandado cobrir e aí voltei com boas fotos e aí começaram a me respeitar um pouco mais (LESTIDO, 2014, s/p, tradução nossa).

Adriana acredita que esqueceu de longas épocas de sua vida, bloqueando memórias dolorosas. Depois de trabalhar no Jornal *La Voz*, também esteve na Agência *Diario y Noticias* (DYN), onde cobriu diversos julgamentos de militares condenados pela ditadura. Nunca mais voltou à militância política propriamente dita. Em 2012, dedicou à Willy seu livro *Lo que se ve*, o qual tem como imagem de abertura o famoso e fundante registro da mãe e filha.

A trajetória de Adriana nos faz pensar sobre o ato de fotografar como uma situação que torna corpo e mente - ou corpo e alma, como diria Espinoza (2015) - inseparável. A fotografia é atravessada pela voluntariedade: desde o olhar da fotógrafa que a faz escolher o seu objeto, posicionar a câmera, estabelecer o ângulo, a aproximação e o momento do clique no botão de disparo.

## Gênero e afeto como categorias de análise na fotografia latino-americana

Ao nos referirmos à fotografia, não pretendemos discuti-la por um viés técnico – ou dos limites desta superfície capaz de informar (FLUSSER, 1985), historicizar (SOUSA, 2002) ou chocar (SONTAG, 2004). Pretendemos explorar a sua dimensão como possibilidade de construção e denúncia, muitas vezes censurada, e em intensa relação com os movimentos sociais e de militância contra as ditaduras que acometiam diversos países latino-americanos entre os anos 1960 e 1980, tornando a câmera fotográfica uma ferramenta de resistência ante as inúmeras violações de direitos humanos que aconteceram, em solo argentino, até 1983.

Nesse sentido, propomos a história oral como método de pesquisa aliado à história das mulheres e ao feminismo, que tem contribuído para repensar o lugar das narrativas hegemônicas a partir de contribuições interdisciplinares, mostrando-se um campo teórico e crítico bastante fértil. Juntas, tais diretrizes embasam os argumentos apresentados nesta contribuição, que busca dar visibilidade e reconhecimento à participação das mulheres no registro histórico da realidade argentina e à compreensão das questões de gênero que a atravessam.

O progressivo interesse pela vertente histórica feminista, vale destacar, visa problematizar as formas tradicionais de se fazer pesquisa (SALVATICI, 2005), assim como as questões teóricas relacionadas à memória (PASSERINI, 2011), ao significado e à representação (SWAIN, 1996). Dessa forma, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com a perspectiva de gênero na produção científica colaboram para que novas narrativas sejam estimuladas e para que diferentes versões possam ser conhecidas a partir do protagonismo feminino.

Somada às articulações já mencionadas, gostaríamos de acionar, ainda, a política cultural dos afetos (AHMED, 2004; MORAÑA, 2012), pretendendo expor uma interpretação crítica que parte do exame centrado em diversas manifestações sociais e políticas, bem como no papel

das emoções no processo de formação, dominação e marginalização dessas eclosões<sup>10</sup>.

Retomar os processos de produção fotojornalística relacionada às biografias de mulheres durante os períodos ditatoriais é chave fundamental para entender uma outra história da fotografia contemporânea, que parte do sul global e, desde muito, não faz parte da narrativa oficial. Ou seja, uma história que encara os processos fotojornalísticos de forma crítica e não colonial, além de gendrada (BALLESTRIN, 2013).

Não é de hoje que podemos perceber a influência das mulheres na organização e produção de memórias fotográficas. Se, por um lado, foi atividade delas compor e conservar os álbuns de fotografia de seus núcleos familiares, exercendo a decisão sobre quais imagens mereciam ser guardadas e formar parte da história (NIEDERMAIER, 2008), por outro, foram surgindo cada vez mais relatos de protagonistas fotógrafas, desde o início da atividade, tornando-as parte ativa no jogo de representação e produção de sentidos.

Confrontar o ato da fotografia com o impulso afetivo é uma tentativa de desvendar a natureza dupla dos afetos que, ao mesmo tempo, constitui e interroga criticamente fenômenos próprios da pós-modernidade e do capitalismo e supõe um potencial emancipador para a abordagem cultural. No campo do jornalismo, estudos sobre a possibilidade de considerar os afetos um valor de critério de noticiabilidade já fazem parte dos debates que, há muito, discutem o caráter sensacionalista das notícias de maneira negativa, desconsiderando, muitas vezes, determinadas estratégias.

Ignora-se, nessa maneira [sensacionalista] de interpretar, que a dimensão informativa da imagem que a forma nada consegue expressar se não estiver ancorada numa estratégia afetiva, e que, por fim, este entrelaçamento entre afeto

---

10 A vertente dos estudos culturais que pesquisa o afeto tem tradição na filosofia com Henri Bergson, Baruch Espinoza, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, Nigel Thrift e Slavoj Zizek. Em sua obra, Mabel Moraña (2012) aborda o contexto do fim da Guerra Fria e processos relacionados à dinâmicas transnacionais para justificar o surgimento destes estudos. Foi o momento, também, do surgimento de mudanças acadêmicas que começam a se debruçar sobre a construção de subjetividades e imaginários coletivos por meio de modelos alternativos como de viés liberal, humanista e neopositivista.

e informação é inevitável no fotojornalismo (SOUZA E SILVA, 2018, p. 158).

Para Plamper (2014), é possível que as emoções se convertam em outra “categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1992), que tornará possível desvendar a relação social de interlocutoras e interlocutores afetados, também, na dimensão corporal da emoção, o que implica voz, ritmo cardíaco e expressão facial que são guiados pelo sentido prático do *habitus*, “em um lugar entre o controle deliberado e o hábito inconsciente” (PLAMPER, 2014, p. 26).

Neste potente processo de criação dos afetos como paradigma crítico, sujeitas e sujeitos participam de uma dinâmica de interpelação que se abre imprevisivelmente à criatividade da resistência e à mudança, e que se inter-relacionam com poder, classe, gênero, raça, etnia, identidade e espaço. Para Clare Hemmings (2005), é possível conceber ciclos afetivos que formam padrões e apreende-os não somente para efeito de análise, mas que devem ser descritos como uma série de repetições (corpo, afeto, emoção) em cadeia contínua, sempre se alterando e influenciando a capacidade de ação do sujeito no mundo.

A voluntariedade, entre as diversas emoções passíveis de análise, seria motor para este agenciamento, sugere Sara Ahmed (2018). Como uma palavra pontiaguda, a autora compartilha sua definição clássica e negativa do termo - uma pessoa voluntariosa é alguém que “impõe ou está disposta a impor a sua vontade frente à persuasão, instrução ou ordem: governada pela vontade sem atender a razões; determinada a seguir seu caminho, obstinadamente voluntariosa ou perversa” (AHMED, 2018, p. 97) - para expor, em seguida, suas consequências atravessadas pela questão de gênero:

Parece útil constatar que, segundo o dicionário de inglês Oxford, a definição de *willfulness* com “o sentido positivo de forte vontade” é obsoleta e rara. Os significados negativos de voluntariedade estão profundamente arraigados. A voluntariedade, portanto, tem um sentido mais feminista que masculinista (AHMED, 2018, p. 101, tradução nossa)<sup>11</sup>.

---

11 No original: “Resulta útil constatar que según el *Oxford English Dictionary* la acepción de *willfulness* (voluntariedade) con ‘el sentido positivo de flerte voluntad’ están profundamente arraigados. La voluntariedad, por tanto, tiene un sentido más feminista que masculinista” (AHMED, 2018, p. 101).

Em outras operações, isso significa que, talvez, seja mais habitual dizer que meninas ou mulheres são voluntárias e que os meninos e homens têm força de vontade, uma vez que são estimulados a exercitá-la.

Ao expor dicotomias relacionadas aos papéis sociais prescritos, a autora comenta o enraizado discurso sobre a necessidade de romper com este comportamento voluntarioso de mulheres por meio da renúncia da vontade, uma espécie de salvação das perigosas tentações proibidas que, com o passar do tempo, acabam por se tornar problema:

Ter vontade de obedecer é ter vontade de renunciar. Talvez a feminilidade como tal seja, então, uma resolução voluntariosa. Se a feminilidade se converte em um problema de vontade, então a feminilidade há de ser resolvida com vontade. As garotas devem ter a vontade de renunciar sua vontade (AHMED, 2018, p. 103, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Assim, Sara Ahmed relaciona voluntariedade com a vontade feminista, ou seja, uma vontade que se converte em vontade voluntariosa. Que é teimosa na medida em que se define contra uma vontade coletiva ou geral. Entende a voluntariedade, portanto, como outra forma de impor sua vontade às demais: uma vontade que deseja e que, desejando, se move. E por contrariar prescrições sociais, se move contra a corrente.

Esta seria a razão pela qual a voluntariedade cobra distintas valências quando é entendida como ferramenta do projeto feminista, especialmente se ainda for negro e de cor, que sobrevive à violência da escravização, da colonização, do império. Por isso, “Reivindicamos voluntariedade negando-nos a renunciar; e negando-nos a esquecer os cerceamentos que tiveram lugar e que têm sido narrados como a entrega dos cantos mais obscuros da terra; nossa perseverança encarna essa negação” (AHMED, 2018, p. 118, tradução nossa)<sup>13</sup>. Assim sendo, a mera perseverança pode ser compreendida como ato de desobediência.

---

12 No original: “Tener voluntad de obedecer es tener voluntad de renunciar. Quizá la feminidad se convierte en un problema de voluntad, entonces la feminidad ha de resolverse con voluntad. Las chicas deben tener la voluntad de renunciar a su voluntad” (AHMED, 2018, p. 103).

13 No original: “Reclamamos voluntariedad negándonos a renunciar; y negándonos a olvidar los cercenamientos que han tenido lugar y que han sido narrados como el alumbramiento de los rincones más oscuros de la tierra: nuestra perseverancia encarna esta negación” (AHMED, 2018, p. 118).

## Considerações sobre o reconhecimento das mulheres fotojornalistas

Toda fotografia parte de um referente, ou seja, não está isolada de um cenário tão desolador como foi o da ditadura militar argentina. No entanto, a aproximação histórica ou a exploração de seu processo de produção não seriam suficientes para que pudéssemos expandir os sentidos da imagem em sua potencialidade. É preciso envolver a cultura, a linguagem e estudos de gênero e decoloniais. É preciso compartilhar conhecimentos entre uma disciplina e outra, tornando o debate interdisciplinar, para que cheguemos a possíveis considerações sobre o complexo ato fotográfico e suas diversas ramificações.

Por isso, este estudo buscou imbricar raciocínios oriundos dos campos da história, do jornalismo e dos afetos em uma tradução de discursos, performances e subjetividades que, por meio da história oral, pretende colaborar para o rompimento da longa desigualdade de tradição racionalista, no reconhecimento das narrativas sobre o fazer e o sentir.

Destacar a falta de acesso das mulheres e de outros grupos estigmatizados e marginalizados como os LGBTQI+ e os afrodescendentes na produção do fotojornalismo revela como esta profissão, que ajuda a construir a realidade e cristalizar determinados acontecimentos a partir da promoção de determinadas imagens, segue refletindo os enquadramentos de pequena parcela da sociedade - a elitizada -, principalmente em países semiperiféricos como a Argentina. É preciso haver voluntariedade para romper com esta realidade.

Dessa forma, concordamos com Sarah Ahmed (2018) para quem afirmar a voluntariedade em si mesma ou em atitudes é reclamar um lugar e uma palavra que vem sendo utilizada historicamente como técnica para desvalorizar e dar continuidade à subordinação das mulheres. Assim, a voluntariedade torna-se um estilo de política libertador que cobra a existência da vontade de não seguir o caminho marcado do papel social feminino, igualmente construído em um mundo que viveu a violenta ascensão de ideais neoliberais, conservadores e desenvolvimentistas.

E já que continuamos a ter uma perspectiva de imagens e do fotojornalismo majoritariamente masculina<sup>14</sup>, reafirmamos a necessidade urgente de se produzir obstrução e rebeldia para, dessa forma, modificar a realidade. Uma realidade que é feita, também, por mulheres. E mesmo que por mãos tão diferentes, esperamos que se possa ver os braços erguidos das mulheres voluntárias (que podem estar empunhando câmeras fotográficas) como um grande ponto de intersecção.

Nessa necessária superação, pensar os afetos justapostos na imagem icônica de Adriana Lestido, para além de seu caráter mobilizador, é avançar no reconhecimento da participação de mulheres em momentos históricos que foram fundamentais para a compreensão contemporânea.

A construção da realidade está em nossas mãos e em nossos braços erguidos. É nossa a escolha por fotografá-la e historicizá-la com senso ético e político, se assim quisermos uma sociedade mais preocupada em compreender e desfrutar as vivências por meio de relações solidárias, ao invés de forjar falsas interpretações, orientadas ao “avanço do progresso”, rumo a um “projeto da modernidade” calcado no desaparecimento, tortura e assassinato de cerca de 30 mil cidadãos e cidadãs argentinas (SADER; JINKING, 2006).

### Fonte

LESTIDO, Adriana. Entrevista concedida à Alejandra Oberti (digital). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 11/06/2014. Acervo Memoria Abierta. Transcrita por Elaine Schmitt.

### Referências

AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. New York: Routledge, 2004.

AHMED, Sara. *Vivir una vida feminista*. Tradução María Engrux. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2018.

---

14 De acordo com a constatação feita pela iniciativa online chamada *Women Photograph* (WP), em 2018, a representatividade de mulheres na edição das melhores imagens de agências de notícias foi inferior a 10%. Já em alguns dos jornais globalmente influentes, o *The New York Times* publicou 17% de material produzido por mulheres, enquanto o *Le Monde* publicou 6 entre 78 imagens. (MORIYAMA, 2018).

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2013, n. 11, pp. 89-117. ISSN 0103-3352. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORGES, Joana Vieira. *Trajatórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)*. 355 páginas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papius, 1993.
- ESPINOZA, Baruch. *Ética*. Edição bilíngue Latim-Português. Tradução: Grupo de Estudos Espinosanos. Coordenação: Marilena Chauí. São Paulo: Edusp, 2015.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Tradução do autor. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.
- GARMANIK, Cora. Imágenes de la postdictadura en Argentina. *Artelogie [online]*, 7, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/artelogie.1072>
- GARMANIK, Cora. Reconstrucción de la primera muestra de periodismo gráfico argentino durante la dictadura. *V Jornadas de jóvenes investigadores*. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-089/93.pdf>. Acesso em 01 set. 2020.
- HEMMINGS, Clare. Invoking affect. Cultural Theory and the ontological turn. *Cultural Studies*, v. 19, issue 5, September, 2005, pp. 548-567. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502380500365473>
- MORAÑA, Mabel. El afecto en la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) *El lenguaje de las emociones*. Madrid: Iberoamerican, 2012, p. 313-338.
- MORIYAMA, Victor. As mulheres fotógrafas. *El País*. Publicado em 31 de dezembro de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/31/opinion/1546266865\\_425649.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/31/opinion/1546266865_425649.html). Acesso em 26 abr. 2019.
- NIEDERMAIER, Alejandra. *La mujer y la fotografía*: una imagen espejada de autoconstrucción y construcción de la historia. Buenos Aires: Leviatán, 2008.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PLAMPER, Jan. Historia de las emociones: caminos y retos. *Cuadernos de Historia Contemporanea*. v. 36, p. 4-29, 2014. DOI: [https://doi.org/10.5209/rev\\_CHCO.2014.v36.46680](https://doi.org/10.5209/rev_CHCO.2014.v36.46680)
- RUPAR, Brenda. *A emergência do maoísmo na Argentina*: uma aproximação através de Vanguardia Comunista e Partido Comunista Revolucionário. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2070.pdf>. Acesso em 30 nov. 2020.
- SADER, Emir; JINKINGS, Ivana et. al. (coord.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 9, n. 1, jun. 2005, p. 29-42. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v8i1.114>

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotójornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto, 2002. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotójornalismo.pdf>. Acesso em 30 nov. 2020.

SOUZA E SILVA, Wagner: Fotójornalismo e os afetos como valores-notícia. *Revista Discursos Fotográficos*, Londrina, vol. 14, n. 25. pág. 143-162, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1984-7939.2018v-14n25p143>

SWAIN, Tania. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.*, *Revista Do Programa De Pós-graduação em História da UnB*. Brasília, v. 4, n. 2, 1996. pp. 130-150. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27747>. Acesso em 23 abr. 2021.

VARELA, Gustavo. *La Guerra de las Imágenes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ariel, 2017.

VERBITSKY, Horacio. *El Vuelo*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1995.

WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais Opinião, Movimento e Repórter na década de 1970 no Brasil. In: WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). *Recortes da mídia alternativa: histórias & memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009. p. 31-48.

# Coragem, resistência e afetos nas ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Isabela Marques Fuchs<sup>2</sup> e Gabriele Marchioro Gomes<sup>3</sup>

“Corajosas”: é desta forma que muitas pessoas que participaram da resistência às ditaduras do Cone Sul são descritas. Seja em relatos autobiográficos, em descrições da juventude que estava à frente de passeatas e manifestações ou falando das companheiras e companheiros. Coragem, bravura, fôlego, valentia são qualidades vistas como inerentes às militantes deste período de revoltas e de desejos por transformações sociais.

Ao ler os relatos de militantes, estamos diante de um complexo emaranhado de sentimentos em suas falas. São dores, afetos, desafetos. Como uma espécie de corda infinita, uma emoção é ligada à outra. Fala-se de amor para, logo em seguida, falar de raiva. Muitas vezes, aliás, essas emoções não são bem definidas. Nossas emoções são bem delineadas, afinal?

Ao pensar em coragem não conseguimos não trazer à mente o jagunço Riobaldo, narrador do livro “Grande Sertão: Veredas” do escritor Graciliano Ramos. Com extrema simplicidade e sensibilidade, a definição

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Isabela Fuchs é doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa. Bacharel em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Integrante do projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC). Atualmente desenvolve pesquisas sobre História da Arte e feminismos no Brasil. E-mail: isa.fuchs@gmail.com.

3 Gabriele Marchioro Gomes é graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o quadro de pesquisadores do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no qual é bolsista PIBIC/CNPq. Atualmente desenvolve pesquisas relacionadas aos estudos de gênero e história das emoções nas ditaduras do Cone Sul. E-mail: gabrielemarchioro1@gmail.com.

de coragem de Riobaldo nos parece inclusive mais certa que a do próprio dicionário: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é **coragem**” (RAMOS, 2006, p. 267, grifo nosso).

A coragem, afinal, é um sentimento primeiro, quase que febril, de se permitir sentir tantos outros. Nos contornos e percalços das nossas experiências e da nossa própria finitude, a vida exige coragem. Coragem para lutar, para desistir, para amar, para, grosso modo, qualquer coisa. Difícil, inclusive, conseguir decifrar o que viria a ser a coragem nas ditaduras da América Latina pois, afinal, se opor às truculências por si só já não é um ato de bravura?

Nos relatos de militantes, vemos inúmeros sentimentos desordenados. O amor que se transforma em culpa que, então, traz à tona a solidariedade, e assim por diante. A coragem nunca está sozinha. Para se fazer emergir um gesto de coragem, é preciso de sentimentos e vínculos anteriores. A coragem não vem à tona por ela mesma. Seja pela profunda vontade e convicção de dias melhores, por amor e paixão às companheiras ou às pessoas as quais se sente saudade no exílio. Os relatos trazem uma temperança de emoções.

O que significava ser corajosa e corajoso durante os anos de ditaduras na América Latina? O sentimento de coragem é recorrente nos depoimentos de ex-militantes, sejam homens ou mulheres. É igualmente recorrente nas músicas brasileiras das décadas de sessenta e setenta: falam de coragem para suportar<sup>4</sup>, de pedir coragem e desculpas à mãe por ir embora<sup>5</sup>.

Coragem, muitas vezes, é lida como a ausência de medo, a falta de noção do perigo. Uma “loucura”, algo que se sobrevoa à realidade, pois não seria cabível imaginar tal ato. De fato, ao ouvir e ler os relatos de militantes, há um ímpeto que não é sinônimo de ausência de medo. Medo elas sentiram, contudo, com firmeza de espírito. Mesmo décadas após os acontecimentos das quais participaram, com suas memórias embara-

---

4 Música de Gilberto Gil (1968).

5 Música de Gal Costa (1968).

lhadas e marcadas por emoções (HALBWACHS, 1990), “coragem” e seus derivados são sentimentos recorrentes.

Para compreendermos o que seria a coragem e seus imbricamentos políticos nas ditaduras do Cone Sul, recorreremos a diferentes entrevistas. Nosso maior acervo é das entrevistas empreendidas pelo LEGH/UFSC entre os anos de 2004 e 2020. Nelas, mulheres relataram suas experiências nas ditaduras do Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil, em relação a seu gênero, seus contatos com a militância feminista, suas histórias de vida, particularidades e como se desenvolveu suas militâncias em oposição à ditadura.

As emoções, pensamos, apoiadas em Sara Ahmed (2015), são efeitos que não apenas deixam impressões, rastros, mas, sim, implicam em investimentos nas normas sociais. Isto é, a emoção não é apenas algo individualizado, silencioso, guardado, mas atrelado a um inconsciente, a uma comunidade (DIDI-HUBERMAN, 2016). Além das emoções percorrem uma gestualidade própria da longa duração - arregalamos os olhos ao sentirmos medo, sorrimos timidamente ao estarmos apaixonades, damos um pulo ao levarmos um susto -, que sobrevive, lampeja inconscientemente, a emoção não é da ordem da particularidade, mas da ocasião, do evento (DIDI-HUBERMAN, 2016). Mais do que falar da pessoa que sente, fala da circunstância à qual esta pessoa está sentindo: “as emoções têm um poder — ou são um poder — de transformação. Transformação da memória em desejo, do passado em futuro ou, então, da tristeza em alegria” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 44). E como expressamos coragem?

### **Generificando a coragem**

Ao ler os relatos de ex-militantes, é notável que os homens pouco falaram sobre seus sentimentos, sobre suas experiências individuais e subjetivas na prisão, exílio, tortura ou em células da resistência. De modo destoante, as entrevistas com mulheres eram carregadas de emoções já processadas e compreendidas de maneira orgânica, assim como maior sensibilidade para falar dos assuntos tratados.

Um dos substantivos mais utilizados em cartilhas, depoimentos e recomendações das movimentações revolucionárias era “coragem”. Etimologicamente, “coragem”, palavra originada do latim, tem como um de seus significados “o que vem do coração”, o que se liga ao impulso e insistência de enfrentar situações de adversidade.

Uma outra expressão, mais coloquial, para se referir a ter coragem é “colhões”, utilizada praticamente como um sinônimo – “tenha colhões!” (WOLFF, 2018, p. 271). Grosso modo, essa expressão tem como significado um “seja homem”. Afinal, força, vigor e agressividade são substantivos atribuídos ao masculino, enquanto adjetivos como passiva, emocional e fraca são determinados enquanto intrinsecamente femininos (COLLINS, 2015). Coragem, apesar de ser um substantivo feminino, seria geralmente atribuído ao masculino, ao homem cisgênero, ao herói.

## **Coragem na luta armada**

Em “O Manual do Guerrilheiro Urbano”, Marighella descreve o guerrilheiro enquanto um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais: “O guerrilheiro urbano é caracterizado por sua valentia e sua natureza decisiva (...)” (MARIGHELLA, 1969, p. 5). São muitos os adjetivos que Marighella se utiliza ao longo de sua cartilha, e muitos deles são sinônimos de “corajoso”. Ter coragem seria ter a honra e a dignidade de se engajar, de alguma forma, na luta armada contra as atrocidades da ditadura brasileira. Em sua cartilha de conduta revolucionária comunista, Marighella descreve em seu último parágrafo:

Com respeito à mulher brasileira, sua participação na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, tem sido distinguido por seu espírito lutador e tenacidade sem limite, não é somente por sorte que tantas mulheres tem sido acusadas de participação nas ações de guerrilha contra bancos, centros militares, etc., e que tantas estão em prisões enquanto que tantas outras ainda são procuradas pela polícia (MARIGHELLA, 1969, p. 60).

Mais do que uma cartilha tática, o “Manual do Guerrilheiro Urbano” era um instrumento de inspiração para a esquerda revolucionária. A Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Marighella, era um dos grupos armados mais bem organizados e que contava com um dos maiores índices de participação de mulheres (CARVALHO, 1998). Contudo, sofria com falta de organização tática e de inteligência (WOLFF, 2007).

As operações táticas dos grupos revolucionários se distinguiam em práxis, em teoria política, em linguagem, em ações. A luta armada em cada localidade tinha suas particularidades. O ímpeto, contudo, era compartilhado: de encerrar uma ditadura, de findar o poderio dos militares, de fazer emergir uma revolução popular. O imaginário revolucionário e seus códigos visuais eram bastante semelhantes.



**Figura 1: Ilustração da revista Evita Montonera. (jan-fev. de 1975).**

Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (Cedinci)

Essa ilustração (Figura 1) de contornos e formas simples, mostra-nos três braços erguidos segurando armas. Elas não estão sendo seguradas como se fossem para atirar de imediato, mas são erguidas orgulhosamente. Também não é possível apontar qual o gênero destes braços. Contudo, é uma imagem que foi produzida por um grupo específico, os Montoneros, fazendo com que seja possível algumas deduções do imaginário que o grupo desejava transmitir.

Montoneros era um grupo de luta armada que contava com vasta participação da classe operária e estudantil (ANDÚJAR, 2005). Uma ramificação do seu grupo era a *Agrupación Evita*, composta exclusivamente por mulheres. Alejandra Ciriza e Nora Llaver (2006) afirmaram que apesar de o feminismo não ser uma questão recorrente dentro da luta armada, elas jamais se sentiram ameaçadas ou discriminadas. O grupo, afinal, entendia o machismo enquanto uma “forma de opressão que a burguesia havia organizado nas relações familiares” (CIRIZA; LLAYER, 2006, s/p).

A imagem dos três fortes braços segurando armas refere diretamente à ideia de luta, afrontamento e ausência de medo. “Através da história estes braços falaram” (AHMED, 2017, p. 160). O ato de levantar os braços com o punho fechado, assim como outras manifestações que articulam corporeidade e política, é uma maneira de, embora silenciosamente, romper o silêncio. Sem falar, sem o uso de palavras ou gritos de ordem, fazer ser ouvido através de uma simbologia. O braço, este instrumento que permite ser uma ágil extensão do corpo humano (alcançar objetos, transportar materiais pesados, segurar uma porta), é o mesmo que trabalha, sinaliza, saúda e abraça – e o mesmo que faz os levantes e a revolta.

O processo revolucionário na guerrilha e no campo, afinal, estaria repleto de “tormentos e sacrifícios” como Ho Chi Minh (1969, s/p) escreveu em seu testamento. As mulheres que faziam parte das organizações de esquerda eram comumente chamadas de “macho” por seus companheiros de organização como uma forma de exaltação, em tom elogioso (WOLFF, 2007, p. 34). Era tido enquanto uma condição *sine qua non* a coragem e a convicção para se integrar à luta armada.

Vera Silvia Magalhães, que foi apelidada de “Loura 90” por usar uma peruca loira nas ações armadas, participou da Dissidência Comunista

da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Sobre sua participação ela conta:

Eu morria de medo. Eu, individualmente, vou para essa tarefa porque baixaram. Mentira... me chamavam de "Loura 90", eu tinha mal um 38 que emperrava toda hora (...) Nós queríamos uma coisa que era muito difícil de ser alcançada, que era o socialismo. Então todas as dificuldades tinham de ser superadas: o medo, a falta de arma, o inimigo, não nos dávamos conta do isolamento político que nós estávamos... Tanto é que a gente faz o sequestro do embaixador americano! Quer coisa mais audaciosa do que essa? (MAGALHÃES, 2004, s/p).

O relato de Vera Magalhães nos mostra que o sentimento de coragem na luta armada não vinha desacompanhado do medo. A maioria das integrantes eram pessoas muito jovens, que tinham recém saído das casas de suas famílias, muitas delas que nunca tinham manejado armas antes. As operações eram feitas com muito medo, mas também com audácia. Ela, inclusive, foi a única mulher a participar do sequestro de Charles Elbrick, em 1969.

Dulce Maia, que atendia pelo codinome Judith, era constantemente congratulada pelas suas ações de bravura. Ela, que tinha envolvimento próximo com as ações de luta armada, tinha um tratamento especial por seus companheiros, primeiro por saber manejar armas em oposição à ditadura instaurada e, em segundo, por fazer isso sendo mulher: um "atrevimento duplo" (MAIA, 1997, p. 99). Coragem dupla.

Carlos Lamarca, um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), apontou que as mulheres estavam adaptadas à pegar em armas após sucessivos treinamentos, igualando-se aos homens. Em suas palavras, apesar de algumas delas não terem força para manusear armamentos pesados, viriam a treinar em dobro. Maria do Carmo, ex-militante da VPR, relatou que sentia medo, mas que tentava constantemente demonstrar uma firmeza excepcional, para que outros guerrilheiros não a entendessem enquanto uma sujeita frágil e amedrontada (PATARRA, 1991. p. 337).

Não haveria lugar para sensibilidades, para extravasar sentimentos, para chorar, para lamentar. Havia apenas a chance de demonstrar coragem, força, valentia e bravura. Seja na guerrilha, no campo, nos centros das cidades ou em centros de tortura, não havia escolha: as mulheres deveriam ser corajosas.

## **Coragem na tortura**

Um ex-militante da ALN relata:

O limiar entre um ato de coragem ou de covardia é tão tênue que, muitas vezes, se confundem. Até que ponto o que eu achava ter sido um momento de coragem, na realidade, não havia sido um ato de covardia? Com relação a si próprio, o que é real? Aquilo em que você acredita ou o que os outros imaginam? Talvez, nem um nem outro. Como somos sujeitos a falhas e desvios de interpretação, é bem possível que nós nos analisemos com mais rigor e precisão do que qualquer um faria. A sociedade, provavelmente, avalia com base em estereótipos que não traduzem os sentimentos que levam àquelas iniciativas e decisões (SILVA, 2011. p. 430).

Principalmente sob tortura, como é possível medir se está sendo corajosa ou covarde? Simplesmente não é possível discernir e não é nem ao menos necessária esta reflexão e este julgamento. Esta era uma preocupação e um arrependimento recorrente aos militantes que sofriam torturas.

A questão é que a tortura, conforme os próprios militares que participaram ativamente da ditadura afirmaram, “funciona” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994. p. 67). Contudo, no pensamento das militantes, seria um ato de honra aguentar as dores e as horas de inquérito sem delatar seus companheiros, enquanto não aguentar os paus-de-arara, socos, despimentos, abusos sexuais e torturas psicológicas seria um ato de covardia.

Nos porões da ditadura, os torturadores que se impressionavam com a resiliência das mulheres nas longas horas de tortura, chamavam-nas

de “machos”, surpresos pela sua coragem. Dulce Maia, outrora integrante da Vanguarda Popular Revolucionária, relatou que foi

barbaramente torturada durante muitos meses. Eles me tinham ódio por várias razões – a primeira delas era eu ser mulher e estar resistindo como podia. Eles sabiam que eu estava ocultando. Diziam que eu era macho – o que de certa forma era um elogio dentro da concepção machista dos torturadores (CARVALHO, 1998, p. 56).

A coragem dos militantes era severamente medida nas suas sessões de tortura. Quem as aguentava era um “macho”. Ansiosos por uma delação, os militares não tinham escrúpulos em realizar suas técnicas que machucavam, que faziam com que as militantes passassem noites seguidas em claro, com medo da sua morte e da morte de seus companheiros e companheiras. À quem conseguia passar esses dias sofrendo torturas físicas e psicológicas, os militares chamavam também de “corajosa”, de “brava”, de “macho”. Afinal, apenas homens aguentariam sentir dores daquele nível. Dulce Maia, nestas circunstâncias, também recebia esses comentários.

Aplicaram-lhe choques elétricos nos lábios, na língua, nos seios e nos dedos das mãos e dos pés. Encharcaram o corpo inteiro, para os choques doerem mais. Com um arame em sua vagina, um torturador gordo se alucinou, “você vai parir eletricidade!”, e a violentou. Chamavam-na de “puta” e “ordinária” e diziam que era “muito macho” por suportar o castigo (MAGALHÃES, 2012. p. 301).

Às militantes que suportavam estes tormentos nos porões da ditadura, eram emanados comentários como “puta”, por ser comunista, e “macho”, por aguentar a dor e o sofrimento. Eram corajosas, bravas, viris, que realizavam enormes sacrifícios em nome da revolução brasileira. E, neste aspecto, seriam semelhantes aos homens, aos olhos dos militares. Porém, ainda eram lidas como mulheres, que abriram mão da domesticidade, de suas famílias, da vida recatada, do bom comportamento. Estupros eram recorrentes.

Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de 'soro da verdade', e eu estava muito zozna. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga (MERLINO; OJEDA, 2010. p. 70).

Aos homens que não aguentavam o suplício, a sua masculinidade era colocada em jogo pelos militares. Fios elétricos lhes eram colocados no pênis e nos testículos sob o desafio de "vamos ver se você é tão macho assim" (SERVICIO PAZ Y JUSTICIA, 1989, p. 154-155). A tortura, vale destacar, ainda é constantemente negada pelos militares brasileiros (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994).

A tortura era um instrumento básico de sujeição, de mostrar o poderio da força militar. Talvez mais do que isso, ela era um dos pilares que sustentava uma política de Estado.

As mulheres eram constantemente elogiadas por seu comportamento pelos agentes da repressão. Tinham, segundo eles, um comportamento digno por oposição ao comportamento revoltado de seus companheiros de detenção. Digno, neste caso, significaria conformado. Mas, muitas vezes, a expressão "comportamento digno" era utilizada por contraste a "comportamento indigno" (frouxo/ pusilânime). Gritar, gemer, chorar, suplicar não é comportamento de macho que, nesse caso, age como mulherzinha. Já as mulheres que não se comportam assim ou, simplesmente, se manifestam de modo comedido, são consideradas mais corajosas que os homens (COSTA, 2008, p. 7).

Os que proclamavam elogios sarcásticos e misóginos como "machos" ou "corajosas" às mulheres eram os mesmos que chamavam os homens de "frouxos", "covardes", "mulherzinhas" caso não suportassem a tortura. Eram "elogios" que evidentemente não sugeriam um alento aos torturados, mas sim uma provocação. É o caso de Estrella Dalva Bohadana que, após numerosas sessões de tortura, perturbada, mentalmente instável e querendo dar um fim à sua condição, cortou seus pulsos com um

tubo de pasta de dente - que em meados do século XX ainda eram feitos de um fino alumínio. Ensanguentada, foi levada ao hospital militar, onde o médico lhe disse: "Se você foi corajosa para cortar os pulsos, vai ter que ser corajosa para aguentar a costura sem anestesia" (BRASIL, 2014, p. 753).

Muitas das presas que tiveram de passar por procedimentos médicos o faziam sem o uso de anestesia. Isso era proposital. Hecilda Veiga, ex-militante da Ação Popular (AP), era uma jovem estudante quando foi presa em 1971, em Brasília. Ela estava grávida de cinco meses. Seu parto foi no Hospital de Guarnição em Brasília.

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas **fiquei firme e não chorei**. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a fera que estava ali (OJEDA, 2010, p. 76, grifo nosso).

O relato de Hecilda Veiga mostra o quão paradoxal é intitular alguém que passou por uma experiência terrível, amedrontadora, que poderia culminar em sua própria morte, de corajosa, e celebrar a sua firmeza por ter aguentado passar por essa experiência. Estrella não pôde ser outra coisa senão corajosa, mas pensamos que chamá-la assim não é em tom elogioso, mas sim em tom de revolta. Lamentavelmente, ela foi corajosa. "Segurar o choro" por dor e medo de perder o filho foi um triste ato de bravura. Engolir emoções e dores para manter-se firme são tristes exemplos de mulheres militantes que foram corajosas.

Suportar a dor e o tormento eram atos que assustavam os militares, que imaginavam que as mulheres teriam comportamentos mais, como relata Albertina de Oliveira Costa, "indignos" (COSTA, 2008, p. 7). Se as práticas de tortura já tinham as suas dissimilitudes em relação ao gênero, a interpretação das maneiras de se resistir (ou não) à ela também eram conduzidas desta mesma forma, sendo a "coragem" uma espécie de distintivo que os militares pregavam nos corpos das torturadas e torturados.

Guilhermina Kanonnikoff Flores, ex-militante paraguaia, nos diz:

Mulheres corajosas que se deixaram torturar passaram a ficar inconscientes sem dar o nome de um só companheiro ou companheira. E outros companheiros homens que passaram pela tortura sucumbiram. Então, eu acredito que há mulheres muito corajosas e mulheres preparadas como para aguentar e saber levar até às últimas consequências o compromisso pelo que significa respeitar as lutas do nosso povo e acumular essas forças, porque nós sabemos que não somos o único protagonista dessas lutas. Sabemos que antes de nós e conosco sem que estejam nessa organização, assim como parte de outra organização, mulheres e homens corajosos fizeram com que hoje possamos estar nessa encruzilhada da História, e que possamos seguir sempre como protagonistas no caminho desse país (FLORES, 2008, s/p).

“Corajosa” é um adjetivo muito recorrente para se falar sobre a vivência nas ditaduras do Cone Sul mas, principalmente, para se falar sobre a vivência traumática da tortura. O relato de Guilhermina mostra-nos, também, o que as militantes entendiam como um ato de coragem ou um ato de covardia. Muitos deles não conseguiram não denunciar outras companheiras após horas de sessões de tortura. Aqui não entra em pauta apenas coragem, mas o medo. Medo de morrer, de perder sua família. Não existe a possibilidade de criar hierarquias, posicionando uma militante como mais ou menos corajosa do que outra. Como os próprios militares disseram, a tortura funciona: altera o estado psicológico, a normalidade, o comportamento de quem está sendo torturado.

Interrogatório é a coisa mais crucial que existe. A mais difícil. Porque é preciso tirar informações de um camarada que não quer dizer. A verdade é essa. E essas informações são vitais, sem elas o serviço não pode ir adiante. Quando se tem tempo, há os métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos (CASTRO, 1994, p. 67).

A tortura foi, e ainda é, continuamente negada pelos militares brasileiros. Eles não exitam, porém, de apontar que em outros países do Cone Sul, ocorreu de fato.

Tortura, eu vi, por exemplo, no Paraguai. Servi dois anos e meio no Paraguai, na Missão Militar Brasileira, e vi o que faziam com os contrários ao governo Stroessner. Aquilo que é tortura física da brava. E, no entanto, a Anistia Internacional esteve no Paraguai e nunca falou da existência de tortura lá. Engraçado, não é? Muitos dos torturados, na época, estão vivos hoje, até aleijados. Porque nessa hora o paraguaio é bravo, não brinca em serviço. Quando toca deguelo, é deguelo mesmo (NETTO, 1994, p. 238).

Não pretendemos fazer uma hierarquização das truculências das ditaduras militares no Cone Sul, como se existisse uma ditadura mais malevolente do que outra. Contudo, este é um relato de um ex-militar brasileiro que estava em uma posição de comando tático da ditadura militar do Brasil. José Luiz Coelho Netto foi, durante o período Médici, subcomandante do Centro de Informações do Exército (CIE) e negou, nesta entrevista, qualquer tipo de tortura realizada pelos militares brasileiros – o que não é verdade. Contudo, não argumenta de semelhante modo sobre a ditadura paraguaia, destacando como o regime de Stroessner utilizava sistematicamente e cotidianamente a tortura enquanto prática militar para obter respostas às suas investigações. Vale destacar que a ditadura paraguaia foi a mais longa do Cone Sul, durando de 1954 a 1989 com Alfredo Stroessner no poder.

Guido Acalá descreveu que sofreu torturas nos seus três meses de prisão no Paraguai. Sobre sua experiência, ele simplesmente diz: “Sim, eu estive preso, não me molestaram muito”. Ele também fornece outra descrição sintética e pontual sobre as dessemelhanças de gênero na ditadura paraguaia: “Matar homens, tudo bem! Mas matar mulheres era mais grave.” (ALCALÁ, 2008, p. 3).

## Transições democráticas

A população do Cone Sul precisou de diversas estratégias diferentes na história para sobreviver aos desastres e guerras influenciados pelas políticas locais e exteriores, frutos do imperialismo na América Latina. Se há um aparato repressivo, uma sistematização do poder, há focos de resistência, como bem supôs Michel Foucault (1979). Sendo assim, cabia às formas de resistência uma articulação ágil e correspondente às formas de poder que lhe atingem: “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele” (FOUCAULT, 1979, p. 136). Assim, cabia a invenção de “brechas”, a decodificação de possíveis escapatórias e disfarces.

Nos períodos de redemocratização dos países do Cone Sul, essas brechas estavam um pouco mais maleáveis. Denúncias eram feitas e divulgadas fora das mídias hegemônicas, mais próximas dos movimentos sociais. Mais mulheres e jovens apareciam na grande mídia mostrando seus rostos e suas reivindicações. As mães da *Plaza de Mayo*, com as típicas fraldas brancas em suas cabeças, apareciam na televisão holandesa com seus cartazes, gritos, lamentos e reivindicações. Seus tons de voz são de raiva, de fúria, mas o gesto de exporem suas identidades na televisão internacional, pudera, é um ato de coragem (Entrevista a Madres y Abuelas en Plaza de Mayo, 1978).

Muitas foram as mulheres que procuraram pessoas queridas desaparecidas ou mortas pelas ditaduras. Clyde Badaui, em entrevista, destacou a experiência de Guilhermina Kanonnikoff, que lutou contra a ditadura de Stroessner no Paraguai, a chamando de uma mulher corajosa:

Seu marido foi morto em uma repressão e ela é muito valiosa, porque teve assim como a coragem e força para seguir até faz pouco, muito pouco tempo, ganhou as sentenças judiciais vinculadas ao caso de seu marido, que morreu em uma repressão e ela escapou milagrosamente (BADAUI, 2008, p. 7).

Mães de desaparecidos políticos tomavam fôlego para encontrar seus filhos. Iam aos órgãos de repressão para falar com os militares.

Exigiam respostas. O apelo das mães ia por vias públicas, com um forte apelo emocional. Resistiram a todos os tipos de pressão. Mães, avós, companheiras, irmãs de desaparecidos políticos em todo o Cone Sul ocuparam as vias públicas buscando justiça. Não sem medo, mas com coragem de mostrar seus rostos e suas reivindicações. Familiares se uniram e criaram grupos como o “Familiares de Desaparecidos Políticos do Araguaia” no Brasil (SOUSA, 2011).

Muitas das mães de militantes não sabiam ao certo para onde os filhos tinham ido. Algumas sabiam que eles eram militantes políticos, mas não sabiam de seus vínculos partidários, nem o seu apreço à luta revolucionária. Deixavam suas famílias sem dar grandes notícias, em muito por medo do que os seus pais lhe diriam – afinal, muitas delas eram bastante jovens – e também por segurança (SOUSA, 2011). Em primeiro lugar estava a revolução:

“Olha, se você sabia, por que deixou a sua irmã mais nova ir?”  
Eu falei: “Mãe, eu não ia segurá-la...”. E eu fiquei com aquilo, sabe? Como se eu fosse culpada... A Criméia disse uma vez muito claramente que a gente não deve ter sentimento de culpa, por que a culpada foi a ditadura, foram os militares, foi o regime arbitrário, a violência deles... Eles eram jovens, se dispuseram a melhorar o país, eram corajosos... (SOUSA, 2011, p. 185).

Na década de 1980, familiares organizaram a “Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia”. Uma das integrantes, Victoria Grabois, atualmente vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, relata: “Durante 15 dias, vasculhamos o passado e constatamos que na população local a coragem e a solidariedade daquele grupo ainda estavam vivas. Fomos recebidos como celebridades” (GRABOIS, 2010, s/p). Após esta caravana, foi exposta a existência da Guerrilha do Araguaia, fato que era constantemente negado pelo Estado brasileiro, e os familiares desejaram impedir o sepultamento simbólico de seus filhos e filhas.

Se para os guerrilheiros do Araguaia a coragem já era uma expressão recorrente, um sentimento compartilhado – “Guiar-se-á por uma disciplina consciente e seus componentes deverão ser exemplo de heroísmo, desprendimento e devoção à causa revolucionária” (GUERRA

POPULAR, 1969) – assim o foi com seus familiares. Familiares de 22 desaparecidos conseguiram instaurar uma ação judicial para obter quebra de sigilo de informações oficiais sobre a Guerrilha do Araguaia em julho de 2003 (BRASIL, 2007, p. 202). Alguns deles estão na busca de seus corpos até os dias de hoje.

No Brasil, movimentos pela democracia capitaneados por mulheres tomavam força. Um desses exemplos é o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), que se espalhou pelo território nacional em pouco tempo. Através do discurso que apelava a emoções como amor, paz, solidariedade, justiça e coragem, este e outros grupos se encontravam, sobretudo, na luta por justiça às desaparecidas políticas e pessoas torturadas e assassinadas pelo aparato militar.



**Figura 2: Cartaz do Movimento Feminino Pela Anistia em homenagem ao Ano Internacional da Mulher. 1975.**

Fonte: Acervo Centro de Informação da Mulher (CIM/SP).

“Saia da sombra, diga conosco: liberdade”, as nove mulheres nos dizem. Isto é, saia de seu espaço de acomodação, de silêncio, de medo; tenha coragem de dizer, de gritar por liberdade. O ato de gritar é o oposto de silenciar. Gritamos porque comemoramos, sentimos dor, chamamos a atenção. Nesse cartaz (Figura 2), mulheres gritam, convocando outras mulheres para

se juntarem ao mesmo grito pela anistia e, também, por liberdades políticas e emancipação. Apenas grita quem não está sendo ouvida.

a latino-americana tem uma consciência real e exata de sua problemática. Ela é revoltada, angustiada e toda emoção. Ela grita ao mundo seus problemas, mas convenhamos, o grito é a fala dos que não são ouvidos. Até dentro de seus países elas são marginalizadas do processo de libertação dos seus povos (ZERBINE, 1979, p. 31).

Essa fala da presidenta do Movimento Feminino Pela Anistia, proferida no lançamento do núcleo do grupo no estado do Rio Grande do Sul, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, coincide com a proposta do cartaz criado pelo movimento. Na angústia de seus problemas, particularidades e coincidências, gritaram em conjunto em uma só voz. Elas, que não são ouvidas, se juntaram em uma frase única, gritada a plenos pulmões: saia da sombra. O grito é um gesto de emoção. De raiva, de êxtase. É um gesto que vem de uma longa tradição, de uma história longa, inconsciente e que sobrevive em quem o expressa. O grito feminino, por sua vez, é recebido enquanto uma malcriação, como uma “rebeldia sem causa” das feministas, dentre outras opiniões misóginas (RAGO, 1995, p.12).

Yara Peres, jornalista que se engajou no Movimento Feminino Pela Anistia em São Paulo, diz: “Eu já conhecia a Anistia Internacional e achei que poderia colaborar e ao mesmo tempo aprender com aquelas mulheres corajosas” (CARBONI, 2008, p. 28). Muitas das mulheres que se juntavam ao MFPA eram ex-militantes ou tinham algum grau de afeto e parentesco com pessoas desaparecidas, torturadas ou mortas pela ditadura brasileira. A coragem era conclamada em muitos dos pronunciamentos do movimento.

## **Considerações Finais**

*Coragem pra lutar, coragem para resistir.* Quando falamos sobre a resistência contra as ditaduras do Cone Sul, qualquer sentimento evocado perpassa a coragem. Está presente nas narrativas, nas simbologias, nas artes e nas músicas. Apesar de ser um sentimento frequentemente relacionado à masculinidade, a coragem se faz muito presente entre as mulheres no período. Era preciso ter coragem para enfrentar os desafios colocados pelo regime autoritário. Não só em atos grandiosos como na luta armada e tortura, mas era uma emoção necessária à sobrevivência.

Frequentemente acompanhada de outras emoções, como o medo e até mesmo o amor e a amizade, a coragem se apresenta como uma emoção potencializadora para a resistência. Eram as pequenas faíscas de audácia que muitas vezes garantiam momentos históricos poderosos.

## **Fontes**

ALCALÁ, Guido Rodrigues. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Assunção, Paraguai. 19/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

BADAUI, Clyde Maria. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Assunção, Paraguai. 19/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

CARTAZ do Movimento Feminino Pela Anistia em homenagem ao Ano Internacional da Mulher. S/A. Acervo CIM/SP.

CIRIZA, Alejandra e LLAYER, Nora. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Vila Giardino, Argentina, 27/10/2006. Acervo do LEGH/UFSC.

ENTREVISTA a Madres y Abuelas en Plaza de Mayo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OBIVz3VO09k&t=193s&ab\\_channel=ParquedelaMemoria](https://www.youtube.com/watch?v=OBIVz3VO09k&t=193s&ab_channel=ParquedelaMemoria). Acesso em: 3 out. 2020.

GRABOIS, Victória. A verdade sob os refletores. Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro, ano 24, n. 72, jul. 2010. Disponível em: [http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm\\_72/artigo.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_72/artigo.html). Acesso em: 18 out. 2020.

GUERRA POPULAR. Caminho da luta armada no Brasil. Rio de Janeiro: Caramuru, 1969. Cópia datilográfica. Publicado pelo Comitê Central do PCdoB. Fundo Deops, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FLORES, Guillermina Kanonnikoff. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

MAGALHÃES, Vera Sílvia. A História de uma Guerrilheira. Ivan Santos. 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/212737-vera-silvia-magalhaes-a-historia-de-uma-guerrilheira/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

MINH, Ho Chi. Testamento. 10 mai. 1969. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/ho\\_chi\\_minh/1969/05/10.htm](https://www.marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1969/05/10.htm). Acesso em: 11 mar. 2021.

## Referências

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2. ed. 2015.

AHMED, Sara. *Living a feminist life*. Georgia: Duke University Press, 2017.

ANDÚJAR, Andrea. Historia, memoria y género: testimonios de militancia. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 495-502.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975 - 1979)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Luis Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In.: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015, p. 13-46.

COSTA, Albertina de Oliveira. "Memórias do Cárcere de uma feminista ex post". In: Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis, 2008. p. 1-7. Disponível em [http://www.coloquioconesul.ufsc.br/albertina\\_de\\_oliveira\\_costa.pdf](http://www.coloquioconesul.ufsc.br/albertina_de_oliveira_costa.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.

COSTA, Gal. *Mamãe, coragem*. São Paulo: Phillips Records. 1968.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glauco; CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção? Que emoção!* São Paulo: Editora 34, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIL, Gilberto. *Coragem para suportar*. São Paulo: Phillips Records. 1968.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MAGALHÃES, Mario. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- MAIA, Dulce. A morte, as donzelas e a Canção dos pescadores. In: FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 2007, p. 96-107.
- MARIGHELLA, Carlos. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. 1969. Digitalizado.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.
- RAMOS, Graciliano. *Grande sertão: veredas*. Nova Fronteira: São Paulo, 2006.
- RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo?: feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL: mulher, história e feminismo*, Campinas, SP, n. 3-4, 1995. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- SOUSA, Deusa Maria. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.* [online], v.27, n. 54, 2007, p. 19-38, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200003>
- WOLFF, Cristina Scheibe. Corpos narrados nas memórias das ditaduras do Cone Sul. *Sæculum*, n. 39. João Pessoa. jul-dez. 2018.
- MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- NETTO, José Luiz Coelho. Relato concedido a D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.
- SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. *Uruguay: nunca más*. Informe sobre la violación de los Derechos Humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989, 154-155.
- SILVA, José Pereira. Decisão que marcou minha vida. In.: FERRER, Eliete (org.) *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, p. 422-431.
- ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Editora Salesianos, 1979.

# Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Luiz Augusto Possamai Borges<sup>2</sup>

São Paulo, 6 de abril de 1981.

[...]

Fui criado em um clima de medo, me reservando as condições impostas pela sociedade; jamais pensei em minha vida que pudece haver uma organização como a de voçeis. Tenho vontade de participar [...], porém ainda tenho muitas duvidas, e tambem medo. [...] Eu quero estar com voçeis, eu quero lutar com voçeis, eu quero me sentir gente, eu quero varrer da minha vida, tudo oque me fizeram crer ser um anormal. Conto com voçeis, e escrevam-me. Por favor. (Carta de Rubens Soares Pereira, 1981. In: AEL/Unicamp).

O texto em epígrafe que começa este capítulo é referente a um trecho de uma carta que foi endereçada ao Somos: Grupo de Afirmação Homossexual<sup>3</sup>. A estruturação textual dessa correspondência, que apresenta semanticamente um sensível contexto privado e público de medo, situa algumas discussões e reflexões que propomos elaborar ao longo dessa investigação sobre a problematização do medo durante as ditaduras do Cone Sul.

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o quadro de pesquisadores do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no qual é bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luizaugustopossamai@hotmail.com.

3 O Somos é considerado o primeiro movimento homossexual organizado do Brasil, formado no período da ditadura brasileira (1964-1985) e em funcionamento entre os anos de 1978 a 1983.

O trecho da carta – atualmente salvaguardada no Acervo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp)<sup>4</sup> – demonstra algumas das estratégias de organização das sexualidades dissidentes durante a ditadura brasileira. Cartas de Norte a Sul foram enviadas ao movimento homossexual paulista, apresentando múltiplas experiências e pedidos de ajuda que não só são atravessadas por marcas de sexualidade, mas também em intersecção com classe, raça, gênero e regionalidade nessas narrativas de (r)ex(s)istências no período ditatorial (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019)<sup>5</sup>.

Os sentimentos presentes nas entrelinhas dessa correspondência apresentam, em poucas palavras, a cultura do medo que era vivida nesse momento de ditadura. Em sentidos próximos aos das teses sobre o poder disciplinar de Michel Foucault (1984), o medo e a contingência descritos em primeira pessoa na carta mostram explicitamente alguns resultados das subjetivações de um corpo que não se encaixava no padrão normativo. Nesse exemplo, o medo não pode ser interpretado como uma prática privada e individual que buscou reduzir a mobilidade e a liberdade desse corpo em específico, mas uma política coletiva e institucional de controle dos corpos (AHMED, 2015). Contudo, mesmo estando em um brutal contexto de autoritarismo e de medo, Rubens, o autor da carta, demonstra sentir também emoções que conflitam com o medo, como é o caso da esperança<sup>6</sup> de dias melhores (SPINOZA, 2016).

Logicamente, ter uma sexualidade não normativa não era algo que se podia vivenciar facilmente durante a ditadura, pois era sempre cuidado-

---

4 Não apenas esta carta, mas centenas de documentos do grupo Somos e de outros movimentos sociais que resistiram ao período da ditadura militar e ao conservadorismo do Estado brasileiro encontram-se neste arquivo. Entre os dias 14 e 21 de outubro de 2018, Lara Lucena Zacchi, Jair Zandoná e eu estivemos em uma viagem de campo no AEL/Unicamp digitalizando milhares de documentos sobre os movimentos feministas durante a ditadura - sobretudo do Brasil, com algumas fontes da Argentina. Para saber mais sobre a história do AEL/Unicamp e de seu conjunto documental sobre as sexualidades dissidentes, ver ZACCHI; BORGES, 2020. Por fim, gostaria de fazer um agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao projeto Mulheres de Luta: Esquerdas e Feminismo no Brasil (1964-1985) pelos investimentos públicos e apoio conferidos nessa viagem de trabalho.

5 Este capítulo é um dos resultados das investigações que venho realizando, desde agosto de 2018, sobre a relação das ditaduras e as dissidências sexuais no Cone Sul, como bolsista de iniciação científica no LEGH/UFSC.

6 Sobre esperança, indicamos o capítulo de Cristina Scheibe Wolff e Vera Fátima Gasparetto neste livro.

samente moderada por um poder soberano, um policial em nós mesmos, que é “desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente” (FOUCAULT, 1984, p. 153). Dessa forma, o medo, nesta correspondência, reflete um de muitos exemplos de sentimentos traumáticos (CVETKOVICH, 2008) compartilhados por toda uma geração que viveu esse tumultuado momento de terrorismo de Estado no Brasil e nos países do Cone Sul - com espionagens e interferências diretas da *Central Intelligence Agency* (CIA), golpes de Estados e governos civis-militares ligados diretamente aos ideais ideológicos e moralizantes da Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (MUNHOZ, 2004; FICO, 2008).

Partindo dessas considerações, a carta em epígrafe aponta ao fio condutor deste capítulo: a problematização do medo sobre determinados corpos abjetos (BUTLER, 2000; 2002) ao longo das ditaduras do Cone Sul. Retomamos a categoria abjeção de Judith Butler para pensar que, em determinados recortes históricos, certos corpos biológicos que não se encaixam nas normas hegemônicas se tornam criminosos pelos dispositivos de poder vigentes (BUTLER, 2000; 2002; 2018).

Nesse sentido, compreendemos que o medo foi uma prática institucional e transnacional<sup>7</sup> para o controle de determinados corpos abjetos durante as ditaduras do Cone Sul, que esteve vivamente presente nos espaços públicos e privados de pessoas e movimentos sociais, políticos e revolucionários considerados empecilhos à modernização capitalista desses países latino-americanos. O medo, portanto, acompanhou milhares de pessoas tanto pelo fato de simplesmente existirem quanto em sua militância, no cárcere, no exílio, na clandestinidade e em outros espaços de repressão e resistência nas ditaduras militares do Cone Sul. Entretanto, neste texto, nos debruçaremos mais atentamente sobre o medo enfrentado pelas sexualidades dissidentes. Intentamos que essa investigação atraia novos olhares e pesquisas para o campo da historiografia do Cone Sul, sobretudo para ampliar as perspectivas voltadas à história do medo, à história social e à história cultural, desde uma abordagem sobre as relações de gênero e das sexualidades.

---

<sup>7</sup> Pontuamos, também, que o medo foi umas das principais ferramentas políticas e ideológicas utilizadas nesse período que compreende a Guerra Fria.

## Medo, gênero e sexualidades dissidentes no Cone Sul

Provisoriamente não cantaremos o amor/ que se refugiou  
mais abaixo dos subterrâneos/ Cantaremos o medo, que es-  
teriliza os abraços/ não cantaremos o ódio porque esse não  
existe/ existe apenas o medo, nosso pai e nosso companhei-  
ro/ o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos/ o  
medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas/  
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas/  
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte/  
depois morreremos de medo/ e sobre nossos túmulos nas-  
cerão flores amarelas e medrosas (ANDRADE, 2012, p. 20).

Os profundos versos do poema *Congresso Internacional do Medo*, composto pelo poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, em 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, nos ajuda a pensar em um caso extremo dos mecanismos intrapsíquicos do medo frente a outras emoções, como o amor<sup>8</sup> e o ódio<sup>9</sup>. Mas o que significa ter medo?

Segundo a definição do *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa* (2010, p. 512), o medo “é uma perturbação psicológica diante de ameaça ou perigo, real ou imaginário”. Já o *Diccionario de la lengua española* da *Real Academia Española* (RAE), complementa com dois elementos diferenciais, definindo o medo como “angústia por um risco ou dano real ou imaginário; receio ou apreensão que alguém suceda ao contrário do que se deseja” (2014, s/p, tradução nossa)<sup>10</sup>. Um ponto singular apresentado pela dicionarização da RAE é a questão da relação do medo com a angústia, sobretudo de algo inesperado.

Para Óscar Useche Aldana (2008), o medo pode ser considerado um dos elementos mais poderosos da construção das relações sociais e dos processos de subjetivação dos corpos. De acordo com o autor, o medo é historicamente ligado a questões relacionadas à sobrevivência “e se apresenta como uma ausência de segurança em cada instância de uma

---

8 Sobre o amor, indicamos a leitura do capítulo de Luísa Dornelles Briggmann neste livro.

9 Sobre o ódio, indicamos a leitura do capítulo de Ale Mujica, Aline Dias e Morgani Guzzo neste livro.

10 No original: “angustia por un riesgo o daño real o imaginario. Recelo o aprensión que alguien tiene de que le suceda algo contrario a lo que desea” (REAL ACADEMIA ESPANHOLA, 2014).

vida vivida como uma experiência angustiosa” (USECHE ALDANA, 2008, p. 1, tradução nossa)<sup>11</sup>. Alguns campos teóricos da psicologia têm se debruçado sobre explicações acerca dos estudos do medo. Para a psicanálise freudiana, o medo pode funcionar como um sintoma frente ao perigo, um mecanismo de defesa (AHMED, 2015). Já a teoria lacaniana da psicanálise estende essa definição, enquadrando o medo como fruto da neurose (LACAN, 2004). Entretanto, o medo e a angústia, enquanto mecanismos de defesa, nem sempre funcionam da maneira simultânea, mas em momentos específicos de tensão.

Como nos ensina Sara Ahmed em *La política cultural de las emociones* (2015), a diferença entre o medo e a angústia se dá pela materialidade do objeto de perigo. Ahmed (2015), apoiada em Stanley Jack Rachman, discute que a angústia funciona como uma “antecipação tensa de um sucesso ameaçante ainda que vago”, enquanto que o medo é “uma ameaça que pode se identificar” (RACHMAN, 1998, p. 2-3 apud AHMED, 2015, p. 108, tradução nossa)<sup>12</sup>. Dessa maneira, o medo e a angústia são mecanismos fundamentais para a manutenção do *eros*/da vida de nossa psique - um paradoxo e uma dicotomia -, mas que funcionam de maneiras distintas, despotencializando e separando os corpos, em alguns casos, como veremos a seguir.

Ao refletirmos sobre as definições e mecanismos do medo, cabe relacionarmos essas subjetivações ao longo dos regimes de exceção e das ditaduras do Cone Sul. É importante pontuar que, nesse momento, o mundo passava por grandes mudanças. Parte da juventude dessa época, fruto da geração *baby-boom*, se caracterizou pela contestação da autoridade e das normas do poder estabelecido - fosse proveniente da família, da Igreja ou do Estado (NUNES; WOLFF, 2019). Nesse sentido, os movimentos contraculturais, assim como os movimentos das esquerdas, representavam um grande empecilho para a almejada modernização capitalista, sobretudo se formos pensar as estruturas econômicas do Cone Sul, marcadas

---

11 No original: “se representa como una ausencia de seguridad en cada instancia de una vida vivida como una experiencia angustiosa” (USECHE ALDANA, 2008, p. 1).

12 No original: “anticipación tensa de un suceso amenazante aunque vago”; “una amenaza que puede identificarse” (RACHMAN, 1998, p. 2-3 apud AHMED, 2015, p. 108).

historicamente por um modelo de capitalismo dependente dos países ricos do norte global, como os EUA e a Europa Ocidental (FERNANDES, 1975). Frente a um mundo que se transformava de forma desenfreada e ao medo de novas Cubas na América Latina, os EUA impulsionaram golpes de Estado em governos democraticamente eleitos e a militarização da sociedade em múltiplas vias da vida social (MUNHOZ, 2004; FICO, 2008). Nessa ótica, esse tumultuado cenário geopolítico levou à conservação e modernização das estruturas de exploração e das tradições nacionais - como o machismo, o racismo, o elitismo, o autoritarismo e assim por diante.

De acordo com Gayle Rubin (2017), em nossas sociedades modernas e capitalistas, os Estados-Nação transformam os corpos dos cidadãos em produtos do capital, assentados na heterossexualidade compulsória e na divisão sexual do trabalho. Ao se debruçar sobre alguns instrumentos de opressão às mulheres e minorias sexuais, Rubin, por meio de sua categoria "sistema de sexo/gênero", problematiza a relação da biopolítica<sup>13</sup> com o capitalismo, onde entende que o sexo biológico e a reprodução humana se tornam objetos de intervenções políticas, sociais e econômicas. Apoiada em Lévi-Strauss (1969), a antropóloga analisa o papel fundamental que exerce o tabu para a manutenção das relações de exploração em nosso cotidiano. Nessa linha, Ochy Curiel (2013), ao fazer um balanço da contribuição da obra de Adrienne Rich (1998), realiza uma análise para pensarmos que a heterossexualidade, a maternidade e a família nuclear são instituições políticas sustentadas por ideologias e relações históricas de desigualdades. Rich (1998 apud CURIEL, 2013) defende que não podemos compreender a heterossexualidade de forma ingênua e natural, mas sim como uma imposição institucionalizada em várias instâncias da vida social para assegurar o controle físico, econômico e emocional das pessoas em prol de acumulação de capital.

---

13 Michel Foucault, um dos célebres autores desse debate, entende que a biopolítica é "a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje" (FOUCAULT, 2008, p. 431). Nesse sentido, através de sua categoria e de suas teses, Foucault (2008) nos ajuda a pensar como os Estados Modernos transformam nossos corpos em função dos poderes sociais, culturais e econômicos hegemônicos.

Nesse sentido, mencionamos o emblemático assassinato do radiologista homossexual Bernardo Aranda, em 1959, na cidade de Assunção, para pensar alguns sentidos do medo às sexualidades dissidentes no Paraguai, exercido não só pelo aparelhos estatais de repressão, mas também pela sociedade civil e pelos meios de comunicação nesse momento (CUEVAS, 2015). De acordo com o pesquisador e professor Aníbal Orué Pozzo (2020), o caso Aranda tem inúmeras potencialidades a nível de pesquisa para entender os ciclos de repressão da ditadura de Alfredo Stroessner. Nas palavras do professor, “o Stronismo [...], com o poder judicial e a polícia, consegue armar uma matriz em termos de imaginário, a partir de 1959 se constrói, e é o que vai sistematicamente se repetir até 1989, quando cai a ditadura” (ORUÉ POZZO, 2020, s/p, tradução nossa). Orué Pozzo complementa, explicando que a matriz autoritária não era somente

[...] heteronormativa, se não que única em termos de seus valores associados ao nacional, aos ideais de pátria, de nação etc. Sempre constroem via meios de comunicação, mas não somente [...], nesse tripé que havia citado, meios de comunicação, poder judicial e polícia (ORUÉ POZZO, 2020, s/p, tradução nossa).

Segundo o que conta Orué Pozzo, os aparelhos de Estado e os meios de comunicação estavam intimamente ligados. A caça e a repressão às práticas e aos ideais considerados desviados ou promíscuos para a moral e os bons costumes foram duramente penalizadas nesse momento, normalmente concebidos como inimigos internos da nação. Outro ponto apontado pelo professor é a questão de que as identidades não hetero-cisgêneras vinham de fora da sociedade paraguaia, sendo normalmente relacionadas ao socialismo e ao comunismo (ORUÉ POZZO, 2020). Desse modo, a ditadura soube utilizar o medo como uma ferramenta política e ideológica para seu projeto de poder, buscando controlar os corpos em seu laboratório social.

Por esse ângulo, o que podemos perceber é que o medo está em mútuo diálogo com o poder, controlando e construindo fronteiras para restringir a mobilidade dos corpos e das ideologias consideradas subversivas

e, por suposto, perigosas para o *status quo*. Sobre a questão do medo e do espaço social, Marisa Fernandes, brasileira, ex-integrante do Somos, do Grupo Lésbico Feminista (LF) e do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), rememora como foi sua adolescência na ditadura, no pós-1964 no Brasil.

Então eu lembro de ter muito medo, de voltar e ir para a escola em grupo. A gente morava tudo no mesmo bairro, basicamente, vários alunos dessa escola, morávamos no mesmo bairro. Então nós íamos e voltávamos juntos e, a partir de 68, eu tinha, a gente tinha medo de ir. Então a gente vinha de 2 em 2, no máximo 3, porque se ouvia tanto falar em terrorismo, em jovens que estavam fazendo reuniões clandestinas, proibidas, em perseguição, e a perseguição era basicamente, pelo que a gente podia ver e ler, a juventude. Nós éramos jovens. Então a gente não parava nas esquinas para se despedir, falávamos um "oi", um "tchau", muito tímido. Porque a gente tinha medo de ser confundida com "estar conspirando". Isso para quem está se formando, na adolescência, é muito pesado, é muito marcante (FERNANDES, 2018, p. 5).

Um ponto enfático na fala de Marisa Fernandes é a questão dos mecanismos do medo no cotidiano da vida privada e pública. Como evidenciou-se, o medo encolhe os corpos, afeta desde a liberdade de circular livremente nas ruas até as redes mais profundas de afetos e de amizades<sup>14</sup>. Com relação à questão espacial, podemos notar que o medo estabelece uma distância e separação dos corpos, tornando o espaço público um lugar, por excelência, de não segurança (FOUCAULT, 1984). Portanto, o medo funciona para controlar a mobilidade e alienar o espaço corporal e social, funcionando de acordo com o poder vigente, restringindo a circulação de alguns corpos nas ruas (AHMED, 2015).

Para Sara Ahmed (2015), a política cultural das emoções na modernidade tem uma distribuição desigual do medo, onde o Estado permite a livre circulação de alguns corpos e de outros não. Na ciência política, por exemplo, o medo é uma emoção crucial para a formação e controle de coletivos<sup>15</sup>. De acordo com o sociólogo Zygmunt Bauman (2008), as nossas

---

14 Sobre amizade, sugerimos a leitura do capítulo de Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi neste livro.

15 Entre os autores consagrados nesse debate está Nicolau Maquiavel, com sua obra *O príncipe* (1532), onde discorre sobre o medo como uma ferramenta para o controle dos súditos-cidadãos, onde o poder

sociedades líquido-modernas tornaram o medo como algo tolerável no dia a dia, um dispositivo de poder silencioso e fundamental para a coerção e a preservação da ordem social.

Segundo Débora D'Antonio (2019), os estudos de gênero e da sexualidade têm contribuído em grande peso para complexificar e ampliar a história da repressão no Cone Sul, tensionando e construindo novas perspectivas teórico-metodológicas desde uma dimensão gendrada e sexualizada da violência institucional desses países - tanto física como emocional. Na Argentina, por exemplo, o gênero, a sexualidade e a juventude eram questões de segurança nacional não só durante os períodos ditatoriais (1966-1973 e 1976-1983), mas também ao longo do breve e tumultuado governo peronista no entre ditaduras (1973-1976). Lidia e Mariana - um casal lésbico - em entrevista concedida a *Comisión por los Derechos de la Gente Gay*, contam sobre uma traumática abordagem policial que sofreram nesse momento na cidade de Buenos Aires:

Estávamos em um boliche [no bairro] de *La Boca*<sup>16</sup>, e saímos para dar uma volta e comprar cigarros. Embarcamos no carro, e, no momento de arrancar, nos damos um beijo. Prontamente, nos golpeiam o vidro: era um patrulheiro e três policiais com lanternas cercando o carro, nos tiraram a golpes gritando: "sapatas, degeneradas, etc". Ficamos "incomunicáveis". Nos levaram a um hospital, onde nos revisam (?) e eles comentam, com as piores palavras, sua versão dos fatos médicos, pedindo que, além do testemunho [do médico] que estávamos drogadas, com que ele não aceitou. Depois, nos deslocaram a comissária, onde nos colocam em calabouços separados, não podíamos nos defender. No final, nos chama o comissário: pretende que estávamos fazendo amor no carro, quando ficamos com as bochechas rosadas. Nós negamos, mas não fomos escutadas. Nos puseram o

---

é relacionado com a dor e tortura. Já para Thomas Hobbes, em *O Leviatã* (1651), o medo é fulcral para o surgimento do governo. Hobbes advoga que o medo à anarquia é o que faz os sujeitos aceitarem serem governados. Nesse contrato social, a sociedade civil abdica de sua liberdade em prol de estar livre do medo. O que podemos perceber nos dois exemplos é que em ambos os casos funcionam através de uma tecnologia de governança que usa o poder soberano para eliminação do medo (AHMED, 2015).

16 *La Boca* é um bairro da cidade de Buenos Aires, localizado próximo ao porto. É conhecido por ser um bairro operário e ter diversos locais de entretenimento.

'2ºH' e nos soltaram. Temos medo, muito medo (CAMeNA/  
UACM, s/d, tradução nossa).

Neste depoimento fica evidente o terrorismo de Estado no controle e “higienização” dos corpos no espaço público. Mas não era justamente essa instituição, a Polícia, que deveria nos proteger e garantir segurança? Neste caso, o que percebemos é que, ao subjetivar o espaço em uma demonstração de afeto, Lidia e Mariana tornaram o seu relacionamento uma questão de segurança e saúde pública – afinal, nesse momento, a lesbianidade, ou qualquer outra identidade que se desviasse da heterossexualidade compulsória ou da cisgeneridade, era considerada uma depravação moral e doença mental, que precisava ser corrigida, tratada ou eliminada (GREEN, 2012).

É importante pontuar que essa demonstração do higienismo<sup>17</sup> não era um caso isolado da Argentina - muito menos novo -, mas eram práticas, saberes e discursos sobre a sexualidade exercidas em boa parte do mundo ocidental (FOUCAULT, 1984). A racionalidade médico-legal nesse momento era inquestionável. Especialistas - como médicos, psiquiatras, psicólogos e educadores sexuais - defendiam que, por um desequilíbrio hormonal, a homossexualidade poderia desenvolver a criminalidade. Alguns médicos sugeriam a internação para curar a doença, enquanto outros defendiam que o Estado deveria policiar esses comportamentos desviados (GREEN, 2012). Nesse sentido, Diego Sempol (2020), ativista homossexual e historiador uruguaio, nos explica como funcionavam os mecanismos do higienismo no espaço social do Uruguai, Argentina e Brasil.

A ideia de limpeza, [...] é como uma reificação do discurso higienista, que tem uma atualização no marco da Doutrina

---

17 O higienismo ou sanitarismo foi um movimento médico-jurídico de muita força no fim do século XIX e ao longo do século XX, que se apoiou nos ideais de ordem, progresso e eugenia. Nas palavras de Eivaldo Góis Junior e Hugo Rodolfo Lovisoló (2003), “esse movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação” (RABINBACH, 1992 apud GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003, p. 42). Nessa linha, Elaine Aparecida Laier Barroso (2016) discute que o higienismo se constituiu como um movimento científico de políticas de saúde pública que consistia em padronizar, submeter e medicalizar hábitos para favorecer o controle social e a socialização dos corpos para a acumulação de capital. Nesse sentido, com a formação dos Estados Modernos, novas práticas, saberes e discursos (FOUCAULT, 1984) foram desenvolvidos para se efetuar uma modernização feita de cima sobre os setores subalternos (BARROSO, 2016).

de Segurança Nacional. Ou seja, no Uruguai, o higienismo, a princípios do século [XX] teve uma força muito importante, como também ocorreu em Buenos Aires e no Brasil. E então, esta vai ser uma das razões porque se construiu as zonas vermelhas, para que de alguma forma se isole a contaminação, a sífilis e as zonas de micróbios dentro da cidade. E, depois, quando, de alguma forma, isso se estende a toda cidade em termos gerais. Durante o período autoritário Balestrino o que começa a construir é a necessidade de limpar a cidade... porque durante essa etapa é muito comum que a homossexualidade fosse definida como pederastia, ou seja, como que em realidade não há uma diferenciação entre homossexuais e pedofilia (SEMPOL, 2020, p. 6, tradução nossa).

Nesta fala, Sempol faz uma síntese de como funcionava a práxis dos discursos quanto às sexualidades dissidentes no espaço social, se atendo às especificidades da repressão da cidade de Montevidéu. Nesse sentido, o historiador traz para o debate a historicidade do higienismo no Cone Sul, fazendo-nos pensar que essas práticas de saúde e segurança pública já faziam parte da cultura institucional desses países há longa data e que, dessa forma, os militares só as adaptaram para o seu modelo da Doutrina de Segurança Nacional.

Um ponto interessante para problematizarmos e relacionarmos as falas de Lidia e Mariana (s/d) e de Diego Sempol (2020) é a questão da construção de estereótipos sobre determinados corpos. Os policiais, ao categorizarem Lidia e Mariana de sapatatas, degeneradas, promíscuas e drogadas, deixam claro, em seu discurso, a natureza médico-legal de seus superegos e, por suposto, das imagens e associações estereotipadas que tinham sobre a lesbianidade. Sempol, ao exemplificar as práticas repressivas da capital do Uruguai, nos provoca a pensar sobre algumas imagens estigmatizadas sobre a homossexualidade, normalmente relacionadas à patologia, às práticas sexuais sujas/imorais e à pedofilia.

Assim, podemos perceber que há uma economia do medo distribuída nos corpos, construindo simbolicamente hierarquias e fronteiras de perigosidade nos corpos (AHMED, 2015), sendo definida por gênero, sexualidade, raça, classe, regionalidade, religião e assim por diante. Sobre essa questão, vários campos das ciências humanas têm buscado com-

prender como os signos de poder são construídos sobre determinados corpos, envolvendo questões ligadas à cultura, à história e à interseccionalidade. No campo dos estudos raciais, por exemplo, os estudos críticos da branquitude<sup>18</sup> têm se ocupado em investigar os mecanismos intrapsíquicos da branquitude, como o pacto narcísico (CARDOSO, 2011) e o medo branco (SCHUCMAN, 2014) na construção e estigmatização do/a sujeito/a negro/a – problematizando, desde um olhar interdisciplinar, as relações étnico-raciais de alteridade e hierarquias nos corpos.

Para Bauman (2008. p. 6), o medo “é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance”. Este ponto tem sua importância na medida em que entendemos as múltiplas dimensões do medo sobre os corpos. Se o medo e a ignorância andam de mãos dadas, e para acabar com o nosso medo é preciso enfrentar e ir até o objeto temível, como funciona a homofobia? E a travestifobia?

Como veremos agora sobre a necropolítica<sup>19</sup> às sexualidades dissidentes no Chile, as práticas do “saneamento” e repressão institucional a determinados corpos geravam várias subjetividades no espaço social, tanto de medo e trauma nas vítimas, como de sadismo por parte dos agentes do Estado. De acordo com a declaração da *Frente de Liberación Homosexual* (FLH)<sup>20</sup>

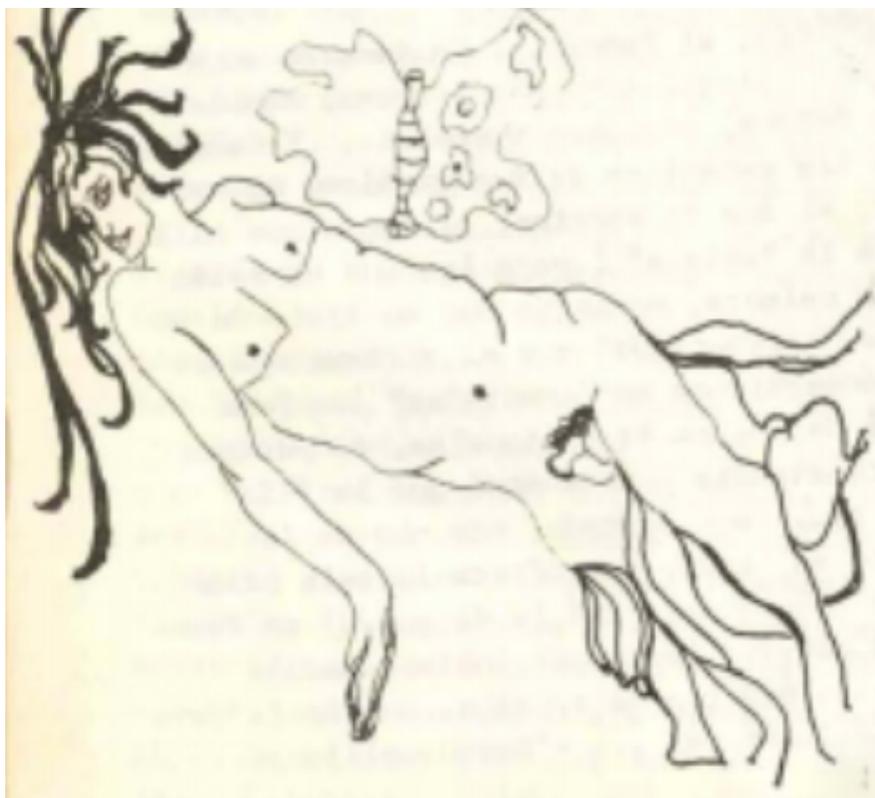
---

18 Gostaria de fazer um agradecimento ao pioneiro Grupo de Estudos Críticos da Branquitude (LEGH/UFSC), do qual participei entre 2018 e 2019. Além de me possibilitar ter um olhar mais crítico e pormenor dos meus privilégios e da realidade social, o grupo foi fundamental para aprofundar meus arcabouços teórico-metodológicos sobre a questão do racismo e do feminismo negro, corroborando enormemente na minha formação enquanto historiador e feminista no combate às desigualdades. Para saber mais da trajetória do grupo e de suas epistemologias, ver: COSME; SCHLICKMANN; NUNES; AFONSO; ZERBINATTI; AZEVEDO; SOTO; AGUIAR; PALACIO; BORGES; GOMES, 2019).

19 Achille Mbembe (2018) faz uma importante contribuição para pensarmos sobre a política da morte em nossas sociedades modernas. Apoiado em Michel Foucault, Mbembe analisa a questão da biopolítica e o controle estatal dos corpos, discutindo questões relacionadas ao poder político e judicial. Além disso, o filósofo camaronês, em diálogo com Georges Bataille, nos explica sobre como a morte, a soberania e a sexualidade estão correlacionados na estruturação dos Estados Nacionais. Nesse sentido, o terror se converte numa política estatal de controle dos corpos, onde determinados cidadãos são vistos como inimigos internos da nação.

20 A FLH é considerada precursora no cenário latino-americano na luta organizada de liberalização da homossexualidade. Foi formada durante a ditadura argentina (1966- 1973) e esteve em funcionamento entre os anos de 1971 e 1976, até o começo do novo regime ditatorial que durou entre 1976 e 1983.

da Argentina, publicada no seu periódico *Somos* (CeDInCI), em fevereiro de 1974, havia uma política da morte em pleno funcionamento no Chile. Um caso emblemático foi o brutal assassinato da travesti uruguaia Lola Peñales, na capital Santiago, morta com apenas 32 anos de idade - estuprada, torturada, castrada e esfaqueada - por um grupo de militares ligados ao governo de Augusto Pinochet. A figura 1 alude ao seu corpo como um símbolo de luto<sup>21</sup>, que transforma-se em uma borboleta depois de deixar o casulo. Outra prática adotada nesse momento de terrorismo estatal, logo após o golpe de 11 de setembro de 1973, era deixar cadáveres alguns dias nas calçadas para horrorizar e tornar evidente para a população quais corpos e vidas importavam ou não no novo regime ditatorial.



**Figura 1:** “Masacran homosexuales en Chile”, *Somos*, **Fevereiro de 1974.**

Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

---

21 Sobre luto, sugerimos a leitura do capítulo de Mateus Gustavo Coelho neste livro.

Nas problemáticas trazidas pelo caso chileno, destacamos que havia um controle e “saneamento” dos corpos nos espaços públicos via militarização da sociedade. Em sentidos próximos aos de Judith Butler (2018), podemos pensar que a precariedade deste último exemplo está intimamente ligada às normas de gênero, haja vista que Peñales, ao performar um gênero cujo padrão não é esperado pelo seu corpo biológico, teve seu corpo exposto “a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (BUTLER, 2018, p. 38). Nesse sentido, podemos perceber uma nítida economia da vulnerabilidade depositada em determinados corpos abjetos que não se encaixavam no modelo do cidadão nacional ideal nesse momento. Entretanto, a heterossexualidade compulsória e o medo institucional gerado em setores da população que não se encaixavam nessas normativas não eram só frutos das ditaduras de extrema-direita, mas também se evidenciavam dentro dos movimentos revolucionários de esquerda.

Nesse sentido, importa mencionar que os padrões de masculinidades e feminilidades não tinham fronteiras relacionadas às ideologias políticas de direita ou de esquerda. Ao refletir sobre as estruturas culturais e históricas da sociedade latino-americana, Juan Pablo Sutherland (2020), ativista homossexual chileno e ex-dirigente do *Movimiento de Liberación Homosexual* (MOVILH)<sup>22</sup>, relata sobre a sua militância dentro das *Juventudes Comunistas de Chile* (J.J.CC.), nos anos 1980, ainda durante a ditadura.

eu era um jovem de esquerda que, como qualquer jovem de esquerda na América Latina, quer transformações profundas, está pensando numa utopia política, que logo os ativistas homossexuais descobrimos que não continha a utopia sexual. Então é aí que há um problema para o ativista, que começava a pensar que a utopia de esquerda, a utopia política de esquerda, devia incluir a utopia sexual. Então, nesse sentido, os medos foram paralelos, ou simultâneos, porque de alguma maneira essa transformação do século XX, finalmente, também tinha a ver com a vida cotidiana, com tua vida sexual, com tua vida individual. Nesse sentido, desde essa juventude, quem sabe começamos a ter uma relação com o feminismo. Porque o feminismo nos ensinou

---

22 O MOVILH é considerado o primeiro movimento homossexual organizado do Chile, formado em 1991, no início da redemocratização, estando em funcionamento até a atualidade.

que o pessoal também era política. Então, vindo desde a relação de esquerda, com os grandes relatos utópicos eram os mais relevantes, o feminismo nos embasou que o corpo era político (SUTHERLAND, 2020, p. 4-5, tradução nossa).

Ainda nesse debate, Sutherland (2020) nos explica que os

medos, de alguma maneira, eram medos políticos, que abriam espaço desde o teórico político e desde essa juventude, tinha que lidar com os companheiros de militância, da juventude comunista, porque eram bastante machistas, patriarcais na convivência cotidiana, diária. Nesse sentido, um tinha que estar lutando contra a ditadura, mas também com a ditadura interna. Uma ditadura patriarcal, de esquerda, que não te deixava, digamos, expressar-te. Se alguém olha as imagens desde o masculino nas retóricas visuais da esquerda mundial e latino-americana no século XX, vai ver trabalhadores, muito machos, muito viris, com músculos. Vai ver uma lógica masculina muito forte, muito tradicional, muito autoritária (SUTHERLAND, 2020, p. 5, tradução nossa).

Neste depoimento, o ativista chileno nos faz refletir sobre a complexidade do medo durante esse período de ditadura, tendo em vista que as sexualidades dissidentes, além de resistirem contra a política genocida do regime pinochetista, ainda tinham que lidar com as relações de poder dentro dos grupos de esquerda. Além disso, Sutherland (2020) nos ajuda a pensar sobre algumas estruturas da cultura latino-americana e ocidental baseadas no machismo e no autoritarismo.

É interessante pontuar que, nesse momento, havia uma utopia de militância dentro das esquerdas, onde para ser o/a mais perfeito/a, o/a mais puro/a e o/a mais revolucionário/a dever-se-ia lutar arduamente contra desvios pequenos burgueses e, nesse sentido, a homossexualidade, o feminismo e a luta antirracista, por exemplo, eram consideradas lutas menores, que enfraqueciam e desmoralizavam a luta maior contra a ditadura. Portanto, a construção da imagem romântica do “homem novo” ao longo do tempo, propagada por Che Guevara e seus/uas simpatizantes em boa parte da América Latina, pode ser interpretada como um projeto de revolução social que, para chegar ao futuro socialista glorioso, passava

pelo sacrifício e o autocontrole dos prazeres mundanos pequeno burgueses dos/as militantes (GREEN, 2012).

Nesse sentido, os anos 1960, 1970 e 1980 constituíram um período de profundas transformações no que se refere ao modo de se pensar e fazer política. Ao longo do período da Guerra Fria, houve uma emergência de novas culturas de esquerda e de feminismos na América do Sul que, mesmo sendo movimentos com proporções não muito grandes, propuseram novas formas de fazer política e usar o corpo como instrumento político contra o capitalismo, o patriarcado e o medo institucional (CARO ROMERO; SIMONETTO, 2020).

### **Considerações finais**

Lorena Cabnal (2010) elabora algumas reflexões em relação ao corpo como território e espaço de criatividade, transgressão e transformação. Para ela, “recuperar o corpo para defendê-lo do embate histórico estrutural que atenta contra ele torna-se uma luta diária e indispensável, porque o território corpo tem sido [...] um território em disputa pelos patriarcados” (CABNAL, 2010, p. 22, tradução nossa)<sup>23</sup>. Dito isso, a feminista comunitária situa a importância de recuperar e defender nossos corpos territórios, pois “de maneira consciente, provocar a desmontagem dos pactos masculinos com o qual convivemos implica questionar e provocar a desmontagem de nossos corpos” (CABNAL, 2010, p. 22, tradução minha)<sup>24</sup>. Através dessa perspectiva, a autora nos convida a pensar a dignidade como princípio elementar da vida em sociedade, como um ato de resistência frente aos contextos históricos e estruturais de exploração e desigualdades.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre o medo enfrentado pelas sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul, problematizamos essa emoção numa perspectiva histórica, através das violências propagadas

---

23 No original: “Recuperar el cuerpo para defenderlo del embate histórico estructural que atenta contra él, se vuelve una lucha cotidiana e indispensable, porque el territorio cuerpo, ha sido [...] un territorio en disputa por los patriarcados” (CABNAL, 2010, p. 22).

24 No original: “de manera consciente provocar el desmontaje de los pactos masculinos con los que convivimos, implica cuestionar y provocar el desmontaje de nuestros cuerpos” (CABNAL, 2010, p. 22).

nesses países. Um dos pontos centrais dessa discussão foi que, mesmo em um brutal contexto de autoritarismo ao longo das ditaduras, esse momento também foi marcado por ações de pessoas que buscaram transgredir o medo em busca de esperança (SPINOZA, 2016). Portanto, essas pessoas, além de utilizarem seus corpos e sexualidades como ferramentas políticas frente aos diferentes contextos públicos e privados de precariedade e medo, buscaram dizer: “nós não somos descartáveis’[...], ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça [...] [pela] possibilidade de uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 30).

## Fontes

AEL/Unicamp. Pasta: “Grupo Somos”.

CAMeNA/UACM. Pasta: “K IS25”.

CeDInCl. Pasta: “Somos”.

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Paulo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Transcrita por Glenda Lunardi. Revisada por Aline Dias dos Santos. Acervo do LEGH/UFSC.

ORUÉ POZZO, Aníbal. Entrevista on-line concedida a Luiz Augusto Possamai Borges. Assunção, Paraguai/Florianópolis, Santa Catarina, 12/10/2020. Acervo do LEGH/UFSC.

SEMPOL, Diego. Entrevista on-line concedida a Luiz Augusto Possamai Borges. Montevidéu, Uruguai/Florianópolis, Santa Catarina, 03/10/2020. Acervo do LEGH/UFSC.

SUTHERLAND, Juan Pablo. Entrevista on-line concedida a Luiz Augusto Possamai Borges. Santiago, Chile/Florianópolis, Santa Catarina, 06/11/2020. Acervo do LEGH/UFSC.

## Referências

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Tradução de Cecilia Olivares Manduy. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2. ed. 2015.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. Carlos Drummond de Andrade. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. Higienismo, controle social e capitalismo - método de leitura da medicalização contemporânea das subjetividades. In: XX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE. *Anais eletrônicos*. Uberaba: UFMG, 2016. p. 1-13.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

## CARTOGRAFIAS DO MEDO E DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NAS DITADURAS DO CONE SUL

---

- BORGES, Luiz Augusto Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. "Queremos ser o que Somos": o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 209-232.
- BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151- 198.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, p. 11-25.
- CARDOSO, Lorenço. O branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. *Instrumento-Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 13, n. 1, 2011. ISSN 1984-5499.
- CARO ROMERO, Felipe Cesar Camilo; SIMONETTO, Patricio. Sexualidades radicales: los Movimientos de Liberación Homosexual en América Latina (1967-1989). *Izquierdas*, Santiago, n. 46, mai. 2019, p. 65-85. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50492019000200065>
- COSME, Luana B.; SCHLICKMANN, Renata; NUNES, Adelina M. B.; AFONSO, Ana Paula J. M.; ZERBINATTI, Camila D.; AZEVEDO, Cláudia P.; SOTO, Ivette S.; AGUIAR, Juno N. M.; PALACIO, Linaia V.; BORGES, Luiz Augusto P.; GOMES, Maria Adaiza L.. Relatos de experiências sobre o Grupo de Estudos Críticos da Branquitude (2018-2019): Um manifesto. In: Emily Fidelix da Silva; Luana Balieiro Cosme; Maria Adaiza Lima Gomes; Mariurka Maturell Ruiz. (Org.). *Gênero, ciências e experiências*. 1ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2019, v. 1, p. 64-76.
- CUEVAS, Clara Eliana. *Corpos abjetos e amores malditos: homossexualidade, anonimato e violência Institucional na Ditadura Stronista em Assunção, 1959*. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica y En la Frontera, 2013.
- CVETKOVICH, Ann. *An Archive of Feelings: trauma, sexuality and lesbian public cultures*. 3. ed. S/C: Duke University Press, 2008.
- D'ANTONIO, Débora. Represión, género y sexualidad: abordajes para la historia reciente en Sudamérica. *Revista Digital de La Escuela de Historia*, Rosário, v. 11, n. 27, p. 1-6, set-dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.35305/rp.v11i27.362>
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FICO, Carlos. *O grande irmão*. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vasallo. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GÓIS JUNIOR, Eivaldo; LOVISOLO, Hugo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 1, p. 41- 54, 2003.
- GREEN, James N. Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 8. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.
- HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- LACAN, Jacques. Entrevista inédita de Jacques Lacan concedida ao jornalista Emílio Granzotto para a revista italiana Panorama em 1974. *Magazine Littéraire*, Paris, n. 428, fev. 2004. Tradução de Marcia Gatto. Disponível em: <http://subversos.com.br/textos-ensaios-e-entrevistas-entrevista-inedita-de-jacques-lacan-a-revista-italiana-panorama-1974/>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. S/C: N-1 Edições, 2018.
- MUNHOZ, Sidnei. Guerra fria: Um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Cord.). *O século sombrio: guerras e revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 261-281.
- NUNES, Alina; WOLFF, Cristina Sheibe. A todo vapor: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 213-230.
- REAL ACADEMIA ESPANHOLA. *Diccionario de la lengua española*. 2014. Disponível em: <https://dle.rae.es/miedo?m=form>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- RUBIN, Gayle. Tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo. In: RUBIN, Gayle. *Política Sexual*. São Paulo: UBU Editora, 2017, p. 1-62.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 13, p. 134-147, mar./jun. 2014.
- SPINOZA, Benedictus de, 1632-1677. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed., 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- USECHE ALDANA, Óscar. Miedo, seguridad y resistencias: el miedo como articulación política de la negatividad. *Polis: Revista Latinoamericana*, S/C, v. 7, n. 19, p. 1-27, jul. 2008.
- ZACCHI, Lara Lucena; BORGES, Luiz Augusto P. Espaços de resistência: o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil. *VENTILANDO ACERVOS*, v. especial, p. 77-93, 2020.

# O melhor do humor e dos feminismos: o riso feminista na resistência às ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Cintia Lima Crescêncio<sup>2</sup>

“Mal amada”, “mal comida”, “mal humorada”. O senso comum e, às vezes, nem tão comum, parece povoar o imaginário sobre as feministas e os feminismos. A palavra “mal” integra uma série de adjetivos compostos pelo qualificativo que nega às feministas a presunção do amor, do sexo e do humor, assim mesmo, sem advérbio. Não há dúvida que tais adjetivos têm um importante componente de gênero e em diferentes contextos podem ser endereçados às mulheres de maneira geral, basta que elas contradigam pequenas expectativas de feminilidade e/ou passividade. As feministas, habitantes permanentes da subversão de gênero, contudo, parecem sempre aptas a serem chamadas de “mal amadas”, “mal comidas” e, em especial, “mal humoradas”. Trata-se da feminista estraga-prazeres/*aguafiestas/killjoy* abordada por Sara Ahmed (2017): aquela que, ao não sorrir e ao não mostrar signos de felicidade, é lida imediatamente como negativa e hostil.

A negação do riso, do sorriso e do humor assume ares de protagonista na vida feminista. Sara Ahmed afirma que negar o riso é uma ação, na medida que sorrir é uma obrigação das mulheres e que “Uma greve de sorriso é necessária para anunciar nossa discordância, nossa infelicidade,

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas-MS, Brasil. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e coordenadora do Grupo de Pesquisa História, Mulheres e Feminismo (HIMUFE/UFMS). E-mail: cintia.crescencio@ufms.br

com um sistema” (AHMED, 2017, p. 254, tradução nossa)<sup>3</sup>. Em que tempo e lugar cogitou-se declarar que feministas célebres ou desconhecidas são bem humoradas? Apesar das mulheres serem acusadas de emocionais, o riso e o humor, em especial, parecem gestos de um domínio que não diz respeito a elas, seja pela presunção de sua incapacidade de rir, seja pelo gesto político que integra a negativa do riso. No entanto, a história e suas fontes estão sempre prontas a nos revelar o (des)conhecido costumeiramente forjado por componentes de gênero.

Feministas dos países do Cone Sul que lutaram contra ditaduras na segunda metade do século XX, mas também em defesa de um feminismo emergente e contra o machismo do regime e de seus companheiros, em suas histórias de violência, informam-nos, também, sobre casos marcados pelo riso e pelo humor, muitas vezes o único gesto possível diante da brutalidade da vida. Neste sentido, este capítulo pretende contar uma breve história do riso e do humor feminista no Cone Sul, durante as ditaduras que assolaram democracias e sujeitos, mas não conseguiram neutralizar o potencial dos afetos e das paixões que caracterizaram a luta das mulheres pelo retorno à democracia e por uma sociedade baseada na justiça em termos de gênero.

Rindo elas encontraram meios de refletir, sobreviver e lutar. As histórias dessas mulheres, contadas em primeira pessoa em depoimentos concedidos à equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)<sup>4</sup>, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), resultado do encontro entre história oral e feminismo (SALVATICI, 2005), falam-nos dos sofrimentos da luta armada, da clandestinidade, das fugas e torturas sofridas, de histórias entrecruzadas de experiências latino-americanas, mas também de humores e amores, fundamentais para seguir lutando em tempo de guerra (TELES; LEITE, 2013). Fruto da militância feminista, também os jornais construídos por elas informam-nos, em textos e no humor gráfico, o papel do riso nos feminismos.

---

3 “A smile strike is necessary to announce our disagreement, our unhappiness, with a system” (AHMED, 2017, p. 254).

4 As entrevistas utilizadas como fonte neste capítulo foram gravadas em formato de áudio ou em formato de áudio e vídeo.

Nas entrevistas, o riso emerge em meio a sentimentos como raiva, imerso no esquecimento fruto de tempos sérios, em histórias de companheirismo e pequenas traições machistas praticadas por companheiros que acreditavam fazer “brincadeiras” inofensivas. Emerge também na contação de histórias vividas com companheiras feministas, nas preocupações e promessas da imprensa alternativa, nas lembranças e esquecimentos do humor gráfico feminista, nas memórias das festas e encontros que tinham como motivação o feminismo. Nesse contexto, o riso, estado de comunicação não discursivo, não objetivo e componente do domínio afetivo (DELIGNE, 2011) é duplo, talvez triplo. Vivido e sentido no passado, o riso feminista é novamente reverberado em depoimentos orais que registram os causos e as risadas que acompanham o ato de lembrar, ecoando novamente em “(risos)” que marcam o trabalho de transcrição. Uma teia complexa, então, envolve a nós, historiadoras feministas. Diante da história e do riso feminista que atravessa o tempo e as fronteiras do Cone Sul, somos também tomadas pelo riso compartilhado entre todas nós, fruto de nossa cumplicidade de gênero e feminista (BARRECA, 1991).

### **A Raiva do Riso e o Riso (Im)Possível**

“Eu vou começar a ler sobre feminismo no *O Pasquim*, justamente o jornal machista” (TELES, 2017, s/p). “[...] Esse conceito de feminista mal-amada e feia é *O Pasquim* que registrou. Registrou, ampliou e divulgou (TELES, 2016, s/p), afirma Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nos anos 1960 e nome importante do jornal *Brasil Mulher*<sup>5</sup>. Mais do que machista, *O Pasquim*<sup>6</sup> é a primeira e principal referência em termos

---

5 *Brasil Mulher* foi um jornal alternativo brasileiro, de esquerda e feminista, criado na cidade de Londrina, Paraná, em 1975. Inicialmente vinculado ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), tornou-se defensor da dupla militância (partidária-sindical-feminista), sempre alinhado a uma visão de mundo de esquerda. O jornal logo no princípio mudou-se para a cidade de São Paulo, onde circulou até 1980.

6 *O Pasquim* foi um jornal alternativo brasileiro, criado em 1969 na cidade do Rio de Janeiro. É considerado uma das mais importantes e combativas publicações do contexto ditatorial, conhecida por alinhar jornalismo e humor. Circulou até 1991, com diferentes perfis e composições.

de produção de humor no Brasil no período ditatorial e publicação fundamental para quem vivia prisioneiro(a) da ditadura. Amelinha informa que os integrantes do jornal e o periódico em si “[...] eram um bálsamo pra nossa alma. Porque a gente vivia em cativeiro. Seja na clandestinidade, seja na cadeia” (TELES, 2016, s/p). O machismo da patota, como eram chamados os integrantes do jornal, destaca-se em depoimentos múltiplos, sugerindo as extensas cicatrizes deixadas na memória das feministas brasileiras. Rachel Soihet (2005) é nome importante na “revelação” do periódico como promotor de violência simbólica contra as mulheres.

As feministas relembram do jornal com um misto de estima, raiva e choque. “Eu ficava brava e, quando eu ficava brava, eles diziam: ‘ah, mas você não tem que se preocupar com isso, imagina, isso é uma brincadeira’” (BELELI, 2012, s/p), rememora Iara Beleli, que integrava um grupo de reflexão feminista na cidade de Campinas, São Paulo, no final da década de 1970. Sem medo, *O Pasquim* atacava inclusive feministas célebres, como Betty Friedan e a brasileira Rose Marie Muraro. Ataque que, segundo Hildete Pereira de Melo Hermes Araújo, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1970 e uma das fundadoras da seção Mulher do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), “[...] foi muito desagradável, nos chocava” (ARAÚJO, 2012, s/p).

Pesquisa anterior já analisou as marcas deixadas pelo *O Pasquim* na memória das feministas brasileiras (CRESCÊNCIO, 2016), o que interessa neste momento é o uso do humor na quebra do pacto democrático assumido pelos integrantes do jornal e por muitos companheiros de esquerda e partido com mulheres militantes e feministas, ação evidente no Brasil, mas também na Argentina.

Mara Burkart (2019), em estudo comparativo entre os jornais *O Pasquim* e o argentino *Satiricón*<sup>7</sup>, analisa a posição de ambiguidade assumida por ambas as publicações. Ao mesmo tempo que criticavam a ditadura e defendiam a liberação sexual das mulheres, os jornais não questionavam

---

<sup>7</sup> *Satiricón* foi um jornal argentino, criado em 1972, na cidade de Buenos Aires. Idealizado por integrantes da agência de publicidade Blotta y Asociados, a redação era composta por jornalistas e humoristas que dedicavam suas edições à sátira política. Com mudanças e interrupções, o jornal circulou até 2005.

as relações de poder entre homens e mulheres, o que não rompe com a estrutura patriarcal existente, mantendo as expectativas em relação ao corpo das mulheres a serviço do outro.

Analisando o tema riso historicamente (ALBERTI, 2011), é possível conjecturar que a atuação do *O Pasquim* na sua empreitada antifeminista “bem humorada”, bem como do *Satiricón*, era uma espécie de traição e rompimento da aliança silenciosa formada em defesa da luta pela liberdade e pela democracia que, para as militantes de esquerda e feministas, incluía a desconstrução dos ideais de privado e público. Reivindicava-se a democracia também no lar e nas relações entre homens e mulheres. “Democracia en el país! ... Y en la casa” defendia charge do jornal feminista boliviano *La Escoba*<sup>8</sup> (1987, p. 11). O riso sistematizado do *O Pasquim*, a ambiguidade do *Satiricón* e o riso em tom de “brincadeira” dos companheiros de luta armada, de partido, de militância, de imprensa, simboliza a quebra deste pacto diante da ridicularização das mulheres, de seus direitos e de suas formas de mobilização. Em charge de 1973, o *Satiricón*, por um lado, reconhecia a importante atuação das mulheres na luta contra a ditadura argentina, ao representar uma mulher diante do pelotão de fuzilamento, mas, por outro, a construía entregue à frivolidade do “feminino”, quando como último desejo ela pede para passar batom (1973, s/p). Nem todos humoristas gráficos, no entanto, adotaram tal postura. Alguns – poucos – tornaram-se importantes aliados, como é o caso de Henfil, cartunista que contribuiu com o *Nós Mulheres*<sup>9</sup>.

Hildete Pereira de Melo Hermes Araújo (2018), ao narrar a história de um encontro para angariar fundos para a candidata a vereadora Comba Marques Porto, em 1982, descreve o tratamento dado por um companheiro às faixas com dizeres feministas que decoravam a festa.

---

8 *La Escoba* foi um boletim boliviano feminista publicado pela primeira vez no ano de 1986, na cidade de La Paz. Era produzido pelo Centro de Información y Desarrollo de la Mujer (CIDEM), Centro que propunha a questão de gênero como transversal e fundamental para a transformação da sociedade. O CIDEM atua ainda hoje.

9 *Nós Mulheres* foi um jornal alternativo brasileiro feminista, publicado entre os anos de 1976 e 1978, na cidade de São Paulo. Era produzido por mulheres que já haviam acumulado experiências e leituras feministas.

E um colega, que era um ex-comunista, ele chegou antes da gente e “Nosso corpo nos pertence”. Meu “n” é assim, daí ele trocou o “n” e colocou assim: “Nosso corpo vos pertence”. Quando eu entrei na sala... Eu falei “o quê?” Menina, eu fiz um banzê que vocês não imaginam [...] Ele ria pra se acabar, pra dizer que tinha feito uma grande graça (ARAÚJO, 2018, s/p).

A profanação da faixa que defendia uma bandeira feminista é símbolo preciso do desconforto e da raiva impingido às mulheres através de um riso jocoso que pouco constrói. A ação do companheiro, em 1982, remonta a uma releitura de uma charge assinada por Ziraldo no *O Pasquim* dois anos antes, em 1980. Nela, uma pessoa – um homem ou uma feminista? – escreve em um muro “Nosso corpo nos pertence” e, ao lado, uma mulher bonita e desejável para os padrões brasileiros escreve “Nossos corpos nus pertencem” (ZIRALDO, 1980, p. 8). No mesmo sentido, Clair Castilhos Coelho, ao contar sobre um discurso realizado durante a campanha das Diretas Já, descreve o sucesso de sua fala, combinado ao deboche de seus companheiros de Câmara.

“E nós, mulheres, que parimos todos os filhos e filhas desta nação, queremos agora parir a filha mais esperada, que é a democracia”. Ai o povo “ruahhhhh”. Altos aplausos e coisas assim. Aí eu saio, veio uma mulher do meio, que depois ficou super amiga minha, com buquê de flores pra me dar. Quando eu chego na Câmara eles tudo rindo pra mim [...] (COELHO, 2017, s/p).

Clair Castilhos, professora universitária com longa trajetória legislativa, foi vereadora por dois mandatos em Florianópolis, Santa Catarina, entre 1982 e 1992, além de ser uma das fundadoras da Associação Casa da Mulher Catarina, criada em 1989. Conhecida por sua defesa dos direitos da mulher no campo da saúde, seu prestígio não impediu a reação dos colegas legisladores.

Em um dos princípios de seu manifesto estraga-prazeres, Sara Ahmed (2017) afirma que “[...] o humor é uma técnica crucial na reprodução da desigualdade e da injustiça”, e reforça: “Não fique tentada a rir. Se a situação é sem humor, não precisamos atribuir humor a ela” (AHMED,

2017, p. 261, tradução nossa)<sup>10</sup>. Os companheiros de Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo e Clair Castilhos Coelho, bem como a turma do *O Pasquim*, parecem mergulhados na sátira, na ironia e no deboche dedicado não apenas ao humor machista, mas também ao humor antifeminista.

“Quando não há motivos para rir, o riso/a risada importa” (AHMED, 2017, p. 261, tradução nossa)<sup>11</sup> e as militantes e feministas do Cone Sul estavam conscientes disso.

O jornal uruguaio *Cotidiano Mujer* questionava-se: “Se o humor exige uma ‘momentânea anestesia’ do coração, um desprender-se dos sentimentos que acompanham as coisas, se pretende também que para rir deixemos de fora o que sentimos? Não, não queremos rir como palhaças, ou como bobas” (1988, s/p). Comprometidas com uma visão de mundo outra, incomodavam-se com o riso bobo dos companheiros e com a violência de uma imprensa comprometida com uma liberdade que violentava minorias, ao mesmo tempo que não tinham uma resposta política para isso (ARAÚJO, 2012, s/p).

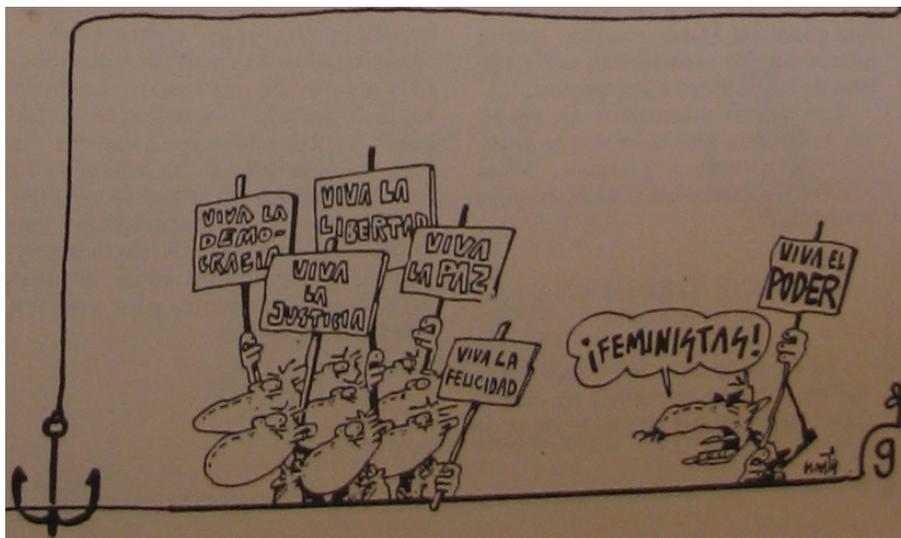
Através do riso, o pacto entre feminismos, esquerdas e partidos políticos viu-se fraturado pela impossibilidade de superação de dicotomias e hierarquias que marcam a construção do gênero e da política, reforçando o incômodo causado pelas mobilizações de mulheres e feministas neste contexto (ALVES, 2017). Estas fraturas, apesar disso, não barraram o alinhamento feminista às esquerdas, uma vez que o projeto de mundo feminista nos países do Cone Sul seguiu baseando-se na luta contra as desigualdades e com uma nítida preocupação com a divisão de classes.

O riso reativo dos homens é, sem dúvida, a expressão máxima do medo, talvez expressão da “[...] impossibilidade de resposta [...]” (ALBERTI, 2011, p. 29), um riso imaturo, mimado, de quem enxerga ameaça onde há mudança, talvez a prova maior – inclusive que o riso – da importância de se colocar os afetos e as emoções no centro da investigação histórica (PLAMPER, 2014). Charge do *La Cácerola*, reproduzida na sequência, representa exatamente o temor e os estereótipos em torno do feminismo.

---

10 No original: “[...] humor is such a crucial technique for reproducing inequality and injustice [...] Do not be tempted to laugh. If the situation is humorless, we need not to add humor to it” (AHMED, 2017, p. 261).

11 No original: “When it is no laughing matter, laughter matters” (AHMED, 2017, p. 261).



**Figura 1 – Feministas!**

Fonte: Aurtoria Ilegível. La Cacerola, Montevideu-Uruguai, ed. 6, p. 9, nov. de 1986.

Enquanto as feministas mobilizavam-se por democracia, liberdade, justiça, paz e felicidade, seus críticos, de esquerda e direita, celebravam o poder e faziam uso da expressão “feminista” como um xingamento, como pode ser observado na figura 1. Alvo do riso e do humor dos homens, ao mesmo tempo que chamadas de mal humoradas por não acharem graça das piadas sobre si, militantes mulheres e feministas viam-se, também, num paradoxo de impossível solução, já que “Você ser bem humorada, às vezes, era confundido com irresponsabilidade. O partido te tira muito o humor” (TELES, 2016, s/p). Elas, mais do que todos, precisavam ser dedicadas e sérias, qualquer deslize poderia ser confundido com frivolidade. Mas riam juntas, em segredo.

A artista argentina Diana Raznovich, refletindo sobre a importância das mulheres humoristas, afirma, na publicação latino-americana *Fempres*<sup>12</sup>: “No humor, é preciso zombar do outro e de si mesma. Na intimidade [elas] fazem humor permanentemente. Morrem de rir imitando alguém,

12 *Fempres* foi fundado em 1981, na Cidade do México. Era uma unidade de comunicação alternativa do Instituto Latino Americano de Estudos Transnacionais (ILET). Tinha como objetivo dar visibilidade às discussões sobre mulheres e igualdade de gênero. Depois de sua criação, sua sede foi transferida para Santiago, no Chile. O *Fempres* caracterizou-se como rede de informações latino-americana,

contando piadas sujas, intimidades sexuais” (1996, p. 7). A cartunista feminista reforça a posição de Nancy Walker (1988), que defende a existência de uma cultura isolada e compartilhada pelas mulheres em oposição ao humor dos homens.

Elas riam dos absurdos impostos por uma sociedade injusta, da desigualdade de gênero, base da definição de humor feminista (CRESCÊNCIO, 2019): “A gente ria... Na Academia Brasileira de Letras não podia ter mulher” (REZENDE, 2018, s/p). Como não rir? Maria Valéria Rezende, escritora e importante nome da educação popular, sublinha que, muitas vezes, só nos resta rir do absurdo. Também na imprensa feminista o machismo da Academia era atacado. Charge do *Brasil Mulher*, de 1976, colocou Rachel de Queiroz sobre o pódio dos imortais diante do olhar atento de homens de túnica, inconformados com a nova integrante que usava calças (1976, p. 5).

Riam também das experiências impostas por regimes repressivos e violentos. Diante do trauma, reagiam com o riso sobre o inesperado. Glória D’Alessandro, integrante do Partido Socialista do Uruguai, no período da ditadura, e militante comprometida com a defesa dos direitos das mulheres, ao rememorar o enterro de um companheiro, narra a história de uma amiga que, no enfrentamento com a polícia, teria recolhido um salame que caiu das mãos de um manifestante durante uma batalha com um policial. O objetivo era compartilhá-lo com a amiga mais tarde.

Estou rindo porque uma vez nos pegaram na universidade e eu estava com uma amiga que era advogada de presos políticos, que já morreu. Ela veio comer aqui em casa, então eu disse a ela “olha, se nos perdemos, venha à minha casa”. Então, ela apareceu com um salame, e brincou que em meio a uma batalha com a polícia, arrebentaram a artéria de um [manifestante], e ele caiu, e ela pegou [o salame]. Eu a adorava (D’ALESSANDRO, 2008, s/p).

Entre as risadas do rememorar, marcadas pelos “(risos)” da transcrição, ela narra um caso que nos informa sobre o viver e o sobreviver em tempos de ditadura, sobre as sociabilidades e afetos fundamentais

---

tendo correspondentes em 14 países da América Latina. A este respeito, consultar o *site* <http://www.fempres.cl/que-es-fempres/>. Acesso em: 14/09/2020.

para seguir, sublinhando a habilidade das mulheres em contar histórias de humor sobre si e sobre outras mulheres (BARRECA, 1991).

As histórias vivenciadas e narradas por mulheres militantes e feministas nas ditaduras, contudo, não se destacam pelo riso e pelo humor. Em muitos momentos os “(risos)” emergem, mas na maior parte das vezes é um riso doloroso, fruto de experiências traumáticas. Isso não significa que o riso e a alegria não fossem a tônica de muitos momentos, como demonstra bem Gloria D’Alessandro. Por razões diversas, o riso e o humor não marcaram profundamente as memórias dessas mulheres e, quando deixaram cicatrizes, foi em função da raiva causada (CRESCÊNCIO, 2016), expressa no ódio e nos rancores, ou seja, no ressentimento (ANSART, 2001). O humor produzido pelas próprias mulheres, alinhado a uma proposta de mundo feminista, embora visível e potente em causos, em centenas de charges e tiras, é menos lembrado.

## **O Riso Feminista**

“O humor é, também, um tipo de sabedoria que resolve muitas tragédias sentimentais, econômicas, políticas e sociais” (1996, p. 6), reforça Diana Raznovich, que defende a importância de um humor feminista e era figura frequente na imprensa feminista latino-americana das décadas de 1980 e 1990. No mesmo sentido, Sara Ahmed (2017) aponta que o humor problematiza questões ao trazê-las para a superfície. Não é novidade o potencial político e revolucionário do humor e, em função disso, os feminismos usaram e abusaram dele para causar o riso e fazer pensar. A partir da década de 1970, a imprensa feminista do Cone Sul lançava mão abertamente de tiras e charges que tinham como objetivo ridicularizar a desigualdade entre homens e mulheres e refletir sobre estruturas que sustentavam não apenas o machismo, como também um mundo baseado na injustiça generalizada. Nesta modalidade de imprensa, o humor de mulheres e feminista encontrou espaço privilegiado de difusão de um tipo de humor que dificilmente seria divulgado no brasileiro *O Pasquim* ou no argentino *Satiricón*, famosos pela defesa da liberdade e da democracia,

mas também alinhados a discursos machistas (BURKART, 2019). O humor gráfico, portanto, afirma-se como uma das principais fontes para o estudo do humor das mulheres no Brasil e em outros países do Cone Sul.

Amelinha Teles, refletindo sobre os usos do humor no *Brasil Mulher*, afirma:

O humor tradicional que aparece sempre é muito machista, é muito racista, muito estereotipado. Para fazer gracinha você tem que usar... achar graça na desgraça, né? Então a gente tinha muito cuidado pra não repetir isso, assim, reproduzir isso, até sem perceber. Isso era uma coisa. Outra coisa que a gente gostava era que as mulheres fizessem. E aí era mais difícil. Era menos mulheres. Sempre menos mulheres (TELES, 2016, s/p).

A fala de Amelinha converge com as revisões bibliográficas que procuram contar uma história do humor gráfico de mulheres e feminista no Brasil. Pesquisa anterior já indicou que antologias, dicionários e enciclopédias de humor conservam enorme dívida com as mulheres humoristas gráficas. Mesmo em menor número em comparação aos homens, é significativa a quantidade de humoristas gráficas, o que denuncia a exclusão deliberada das mulheres da história do humor brasileiro (CRESCÊNCIO, 2018). Até Ciça, um dos principais nomes do humor gráfico nacional, é silenciada em coletâneas que prometem “o melhor” do humor brasileiro. Com longa trajetória na grande imprensa e na imprensa feminista brasileira, rememorando seu percurso e o número de mulheres no campo, Ciça informa que elas eram “Poucas, muito poucas, mulheres pouquíssimas... No começo quase nenhuma, depois Crau começou a fazer, tinha uma que se chamava Cahú que era muito boa, tinha algumas, mas aí eu já era assim, eu já tava fazendo tempo” (CIÇA, 2017, s/p).

Não são poucas as cartunistas que obrigam um compromisso feminista acadêmico de organização e recuperação. Isso porque, embora a suposição de que haviam poucas mulheres produzindo humor gráfico no Brasil e em outros países do Cone Sul esteja comprometida com uma “realidade”, é preciso considerar que parte expressiva dessas artistas foi esquecida ou silenciada. Assim, nossas afirmações precisam ser revistas à

luz da crítica feminista. Mariela Acevedo (2019), no catálogo *Nosotras Contamos*, faz esse movimento de apresentar ao público trabalhos e autoras de humor gráfico da Argentina de ontem e hoje, revelando que o número de produções e humoristas gráficas apresentadas poderia ser ainda maior. A obra *Mulheres & Quadrinhos* (2019) é outro exemplo de esforço de sistematizar e divulgar a ampla produção nacional e internacional de humor de quadrinhos e humor gráfico.

No final dos anos 1980, o jornal brasileiro *Nexo*, anteriormente *Mulherio*<sup>13</sup>, criou um Concurso de Humor Feminino em que a chamada inicial começava perguntando se “As mulheres têm ou não têm humor?” (1988, p. 27). Já em 1990, o jornal argentino *Feminaria*<sup>14</sup> (1994) ofertava oficinas de humor para mulheres e texto de Diana Raznovich (1994) lamentava o fato de o feminismo não ter produzido humoristas e humoristas gráficas, com votos de que o feminismo dos anos 2000 aderisse ao humor. Tudo indica que seus desejos foram ouvidos, especialmente quando olhamos para a produção de humor gráfico em países como Brasil e Argentina.

Ora violento, ora “feminino”, ora grotesco, ora pudico, ora auto-depreciativo, ora feminista e, muito frequentemente, uma mistura de tudo, o humor é instrumento de luta para elas que brigam pela sobrevivência e/ou por uma causa atualmente. São inúmeras as humoristas gráficas e quadrinistas que hoje, por meio da *web*, alcançam projeção antes impensável. Trata-se, portanto, de fenômeno novo na história das mulheres no humor gráfico, já que o papel, enquanto materialidade, torna-se formalidade que não garante difusão ou sustento. Conceição Pires (2020) demonstra como a cartunista Fabiane Longona utiliza as redes sociais como plataforma de trabalho no Brasil, especialmente no trato de temas considerados tabu,

---

13 *Mulherio* foi um jornal feminista brasileiro criado em 1981, na cidade de São Paulo. Construído por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC), com financiamento da Fundação Ford, o jornal teve vida longa e circulou até 1988. Finalizadas suas atividades, foi renomeado com o nome *Nexo*, assumindo caráter de publicação cultural. Como *Nexo* foram publicadas duas edições.

14 *Feminaria* foi uma revista feminista criada em 1988, na cidade de Buenos Aires, tendo como foco a publicação e divulgação teórica feminista da Argentina e do exterior. A partir de 1991 a revista dedicou-se parcialmente às discussões sobre literatura de mulheres, especialmente da América Latina. Foi publicada até 2007. A este respeito, consultar o *site* <http://www.res-publica.com.ar/> *Feminaria*. Acesso em: 4 dez. 2020.

como o aborto. Mariela Acevedo (2018) aponta o amplo uso de meios digitais na difusão da produção gráfica humorística feminista da Argentina. Luana Baliero Cosme (2018), refletindo especificamente sobre quadrinhos produzidos por mulheres, indica a internet como elemento importante, já que sua emergência, a partir dos anos 2000, eliminava a necessidade de simpatia de editor ou editora para que mulheres e outros grupos “à margem” conseguissem publicar. Um dos exemplos citados pela autora é o da equatoriana Paola Gaviria que, inicialmente, publicava suas histórias em um *blog*. Os votos de Diana Raznovich, nos anos 1990, aparentemente, foram mais do que atendidos e as plataformas de financiamento coletivo engrossam ainda mais essa nova era para as mulheres humoristas gráficas.

Na militância feminista cotidiana e na lembrança dela, o riso feminista também emerge. A argentina Lucrécia Oller, integrante da *Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer “25 de noviembre”* (ATEM), grupo que publicou o periódico feminista *Brujas*<sup>15</sup>, narrando as relações entre as feministas e as mães da praça de Maio, lembra que

Tem uma delas que é muito divertida que disse: “Eu era feliz, mas essas aí descobriram que eu tinha clitóris! E agora é bárbaro, por que tenho que usá-lo, tenho que usá-lo!!!”. É genial. É genial. Bom: “essas...” – dizia – “essas descobriram que eu tenho clitóris”. Muito divertida!!!. (OLLER, 2007, s/p)

Colocando no centro da narrativa a sexualidade, o depoimento não apenas reverbera o riso experienciado e revivido, como acentua a disposição das mulheres em rir sobre temas que a história do humor, com certa frequência, recusa a elas a partir de explicações psicológicas (LAMPERT, 2014). Sexo e sexualidades são motes importantes do humor, inclusive durante a ditadura militar brasileira (BROERING, 2018) e, apesar das expectativas de timidez e recato das mulheres, o trecho da entrevista conta-nos sobre uma das mais importantes “descobertas” do feminismo: o clitoris.

---

15 *Brujas* foi um periódico feminista criado na cidade de Buenos Aires, em 1982, pelo grupo ATEM. Fundado em época de ditaduras, marcado pelo ideal patriarcal de morte e patriotismo da Guerra das Malvinas, defendia a autonomia e rechaçava a subordinação a qualquer tipo de grupo e/ou instituição. Foi publicado até 2006.

Diante de tanto otimismo, é importante perguntar: seria o feminismo bem humorado? Clair Castilhos Coelho, em depoimento, nos informa que sim. Relembrando os encontros feministas regionais e nacionais brasileiros, ela afirma que

Não só tinha mesa de discussão, mas tinha oficinas. E tinha as articulações políticas, de poder, no melhor estilo machista assim. Conchavo pra cima e pra baixo. Quem que assume tal coisa, que assume aquilo. E aí as próprias mulheres já denunciavam essas práticas, já dava um monte de bate boca. Era bárbaro, era super divertido. Entusiasmadíssimos os encontros. E tinha, claro, uma longa parte de festas, de confraternização, de gozação de tudo que era tipo. Era altamente prazeroso participar do movimento feminista. Era bem humorado, sabe? Hoje tá meio, às vezes, um pouco formal demais, um pouco sisudo, digamos (COELHO, 2017, s/p).



**Figura 2 – O Riso Feminista**  
Fonte: Vera Simonetti (1985).

Os encontros são definidos como bárbaros, divertidos, entusiasmados, prazerosos, imersos na gozação. A brasileira confirma e demanda cumplicidade: “[...] Era bem humorado, sabe?”. Muito embora nossas greves de sorrisos sejam constantes, importantes e publicamente anunciadas, o riso era tônica da prática feminista, como pode ser observado na figura 2.

## **Considerações Finais**

“Mal amada”, “mal comida”, “mal humorada”? Não é o que os risos vividos, rememorados e reproduzidos como “(risos)” em transcrições dos depoimentos concedidos à equipe do LEGH transparecem. O mesmo vale para jornais feministas que anunciam grande disposição de entrega ao riso, mesmo no contexto de violência das ditaduras. O “mal” que qualifica as feministas parece desestabilizado quando as fontes alinham-se para historicizar a feminista *estraga-prazeres/ aguafiestas/ killoy* (AHMED, 2017; 2019). A História, especialmente a história oral feminista, demanda uma reflexão profunda sobre a suposta incapacidade de rir feminista. Foi neste sentido que este capítulo pretendeu contar uma breve história do riso e do humor feminista no Cone Sul, sublinhando o riso como resistência, forma de refletir, sobreviver e lutar.

Os depoimentos orais selecionados para a escrita deste texto narrram histórias marcadas por um riso doloroso, resultado de experiências tristes e/ou traumáticas. Jornais e companheiros de luta, do mesmo lado da trincheira no combate às ditaduras, com frequência riam das mulheres, das feministas e da luta por direitos que marcaram a militância das latino-americanas. Os jornais *O Pasquim*, do Brasil, o argentino *Satiricón*, os relatos sobre a profanação de dizeres feministas e o deboche sobre mulheres atuando na política institucional emergem no rastro de um antifeminismo cotidiano, persistente e fruto do medo da mudança. Entre alianças e rupturas, a raiva provocada por este riso derrisório fraturou as crenças feministas em companheiros de militância, de esquerda, de partido, mas certamente não as afastou do feminismo, das esquerdas, dos partidos e do riso.

Entrevistas, excertos de jornais e o humor gráfico feminista produzido no contexto das ditaduras do Cone Sul lançam luz sobre o riso e o humor como uma sabedoria feminista (RAZNOVICH, 1996) necessária e fundamental a este tempo de guerra que, reinventado, lança faíscas contemporaneamente na América Latina. Vivemos tempos obscuros, mas também tempos feministas, e o riso fortalece-se como instrumento de subversão e revolução de mulheres, permitindo pensar o feminismo, novamente, como divertido, prazeroso e bem humorado. Nossas greves de sorriso seguem necessárias, porém o riso feminista assume o papel de definidor das regras. O humor gráfico, neste contexto, confirma-se como importante fonte para o estudo do humor das mulheres no Brasil e em outros países do Cone Sul, raiz inquestionável da produção de humoristas gráficas e quadrinistas que, hoje, utilizam a internet na difusão do humor feito por mulheres e feministas.

A teia complexa, tecida por depoimentos orais que narram causos e risadas, registrando e ecoando memórias transcritas como “(risos)”, não se encerra. Imersas no acesso a afetos e a paixões por meio de registros sonoros – e visuais – permitido pelas entrevistas, como historiadoras feministas somos envolvidas e tomadas pela certeza da existência de um riso feminista. “[...] Era bem humorado, sabe?” (COELHO, 2017, s/p). Sabemos!

## Fontes

ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes. [vídeo]. Entrevista concedida à Soraia Carolina de Mello. Florianópolis, Brasil, 30/07/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes. [áudio]. Entrevista concedida à Cintia Lima Crescêncio. Florianópolis, Brasil, 08/11/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

Autoria Ilegível. [charge]. *La Cacerola*, Montevideú, n. 6, p. 9, nov. 1986.

Autoria Ilegível. [charge]. *La Escoba*, La Paz, ed. 6, p. 11, nov. 1987.

BELELI, Iara. [áudio]. Entrevista concedida à Cintia Lima Crescêncio. Florianópolis, Brasil, 09/11/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

CIÇA. [áudio]. Entrevista concedida à Cintia Lima Crescêncio. São Paulo, Brasil, 11/04/2017.

COELHO, Clair Castilhos [vídeo]. Entrevista concedida à Cláudia Regina Nichnig. Florianópolis, Brasil, 02/10/2017. Acervo do LEGH/UFSC.

## O MELHOR DO HUMOR E DOS FEMINISMOS: O RISO FEMINISTA NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS DO CONE SUL

---

COTIDIANO MUJER. Urgente: se necesitan mujeres dispuestas a reír. *Cotidiano Mujer*, Montevideú, n. 20, s/p, 1988.

CRIST. [charge]. *Satiricón*. Buenos Aires, n. extraordinário, s/p, dez. 1973.

D'ALESSANDRO, Gloria. [áudio]. Entrevista concedida à Cristina Scheibe Wolff. Montevideú, Uruguai, 23/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

NEXO. Concurso de Humor Feminino. São Paulo, n. 1, p. 27, jun.1988.

OLLER, Lucrécia. [áudio]. Entrevista concedida à Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 24/02/2007. Acervo do LEGH/UFSC.

RAZNOVICH, Diana. [anúncio]. *Feminaria*. Buenos Aires, n. 13, p. 27, nov. 1994.

RAZNOVICH, Diana. Algunas cuestiones sobre el humor feminista. *Feminaria*. Buenos Aires, n. 13, p. 30, nov. 1994.

RAZNOVICH, Diana. Llorar em privado, reir em publico. *Fempres*. Santiago, n. 171, p. 6-7, jan. 1996.

REZENDE, Maria Valéria. [vídeo]. Entrevista concedida à Ana Maria Veiga. João Pessoa, Brasil, 08/12/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

Sem Autoria. [charge]. *Brasil Mulher*, São Paulo, n. 2, p. 5, 1976.

SIMONETTI, Vera. [fotografia]. Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, Bertioga/SP, Brasil, Oficina, fotografia. Acervo Centro de Informação da Mulher (CIM), 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. [vídeo]. Entrevista concedida à Cintia Lima Crescêncio, Elaine Schmitt e Luisa Brigman. Florianópolis, Brasil, 03/08/2017. Acervo do LEGH/UFSC.

TELES, Maria Amélia de Almeida. [áudio]. Entrevista concedida à Cintia Lima Crescêncio. São Paulo, Brasil, 20/09/2016.

ZIRALDO. [charge]. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, n. 588, p. 8, out. 1980.

### Sites Consultados

RES-PUBLICA. Revista Feminaria. Disponível em: <http://www.res-publica.com.ar/Feminaria/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

FEMPRESS. Quem somos. Disponível em: <http://www.fempres.cl/que-es-fempres/>. Acesso em: 14 set. 2020.

### Referências

ACEVEDO, Mariela. Humor como espacio de dialogismo sexogenérico: Del canon y el contracanon a la constelación crítica. *Revista Ártemis*, vol. XXVI n. 1, p. 29-52, jul-dez, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2018v26n1.42099

## O MELHOR DO HUMOR E DOS FEMINISMOS: O RISO FEMINISTA NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS DO CONE SUL

---

- ACEVEDO, Mariela. *Nosotras contamos*: Un recorrido por la obra de autoras de Historieta y Humor Gráfico de ayer y hoy. Buenos Aires: Mariela Alejandra Acevedo, 2019. Disponível em: <https://www.feminismografico.com/muestra-de-autoras/> Acesso em: 03 dez. 2020.
- AHMED, Sara. Conclusion 2. A Killjoy Manifesto. In: AHMED, Sara. *Living a Feminist Life*. Georgia: Duke University Press, p. 251-268.
- AHMED, Sara. *La promesa de la felicidad*. Una crítica cultural al imperativo de la alegría. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.
- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, n. 2, p. 107-140, 2017. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/17245/12146> Acesso em: 03 dez. 2020.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001, p. 15-36.
- BARRECA, Regina. *They used to call me snow white... but I drifted*. Women's strategie use of humor. USA: Penguin Book's, 1991.
- BROERING, Virginia. Humor e sacanagem no contexto da ditadura militar brasileira. In: 3ª Jornadas do LEGH: feminismo e democracia. 2018, Florianópolis. *Anais*, Florianópolis: LEGH/UFSC, 2018. p. 49-62. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188285>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- BURKART, Mara. Irreverencia, liberación y sensualidad en la prensa satírica de Argentina y Brasil en los años setenta. In: GORDIM DA SILVEIRA, Helder; ITURRALDE, Micaela (Org.): *Imprensa e Ditaduras na Argentina e no Brasil*. EDIPUCRS- EUDEM: Porto Alegre, 2019, p. 85-112.
- COSME, Luana Balieiro. Quadrinhos e quadrinistas: uma análise das histórias em quadrinhos produzidas e protagonizadas por mulheres. In: 5ª Jornada de História em Quadrinhos da Escola de Comunicação e Artes da USP, 2018, São Paulo. *Anais*, São Paulo: USP, 2018, p. 1-10. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/jornadas/anais/5asjornadas/q\\_educacao/luana\\_cosme.pdf](http://www2.eca.usp.br/jornadas/anais/5asjornadas/q_educacao/luana_cosme.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Humor Feminista. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2 ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, v. 2, p. 405-408.
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima. As mulheres ou os silêncios do humor: uma análise da presença de mulheres no humor gráfico brasileiro. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 53-75, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v26n1.42094>
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima. *Quem ri por último, ri melhor*: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). Tese (Doutorado em História Cultural) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- DELIGNE, Allan. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo? In: LUSTOSA, Isabel (orgs.). *Imprensa, humor e caricatura*: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 29-46.
- LAMPERT, Martin Daniel. Gender and humor: psychological aspects of. In: ATTARDO, Salvatore (ed.). *Encyclopedia of humor studies*. USA: Texas A&M University, 2014, p. 259-261.

**O MELHOR DO HUMOR E DOS FEMINISMOS:  
O RISO FEMINISTA NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS DO CONE SUL**

---

MARINO, Dani; MACHADO, Laluna. *Mulheres & Quadrinhos*. Florianópolis: Skript, 2019.

PIRES, Conceição. A defesa da interrupção voluntária da gravidez nos cartuns "Abortinho" de Fabiane Langona (2015-2017). *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 31: e0101, 2020 DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180312312020e0101>

PLAMPER, Jan. Historia de las emociones: caminos y retos. *Cuadernos de Historia Contemporanea*. v. 36, p.4-29, 2014. DOI: [https://doi.org/10.5209/rev\\_CHCO.2014.v36.46680](https://doi.org/10.5209/rev_CHCO.2014.v36.46680)

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1 p. 29-42, 2005. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v8i1.114>

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Artcultura*, Uberlândia, v. 9. n. 14, p. 39-53, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1444>. Acesso em: 03 dez. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista. A construção do Feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-198)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

WALKER, Nancy A. *A very serious thing*. Women's humor and American culture. United States: American Culture, 1988.

# Transformando luto em luta: o papel do luto como mobilizador na luta contra as ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Mateus Gustavo Coelho<sup>2</sup>

É impressionante o quanto certas narrativas do passado se fazem ainda tão presentes na contemporaneidade. Ao olharmos para ao pretérito, percebemos inúmeras interconexões com o tempo presente. Mesmo que nos distanciemos temporalmente, ainda nos resta fragmentos de narrativas que continuam vivas em nossa história, se fazendo presentes na subjetividade coletiva. Dentre estas narrativas passadas, ao voltarmos para a civilização grega, nos deparamos com um complexo sistema de mitos que, ao decorrer da história, foram sendo reatualizados e mantiveram-se presentes no imaginário social. Da guerra de Tróia até as conturbadas relações familiares da casa dos Labdácidas, inúmeros mitos e suas personagens nutriram e continuam a nutrir discursos em relação ao tempo presente.

Em meio aos mitos que os gregos nos legaram, a figura de Antígona é recorrente quando pesquisamos movimentos de mulheres. Desde que Sófocles descreve a sua transgressão às regras do Estado e a sua luta por enterrar seu irmão, diversos movimentos de mulheres evocam a sua figura como bandeira para sua luta, trazendo uma personagem de quase 2.500 anos atrás ao palco dos movimentos sociais.

Neste trabalho buscamos compreender as relações entre Antígona e a luta de mulheres contra as ditaduras no Cone Sul. A partir do sentimento de luto por seus entes queridos desaparecidos e mortos pelas mãos dos regi-

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Mestre em Filosofia e doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mateusgusco@gmail.com

mes militares, diversos grupos encontraram forças para lutar contra aquele modelo de sistema opressivo. A partir de narrativas presentes em entrevistas com mulheres que foram vítimas deste sistema, procuramos perceber o quanto o luto teve um papel mobilizador na luta contra as ditaduras.

## **O luto**

O luto é um conjunto de reações, emoções e sentimentos relacionados a uma perda significativa, geralmente pela morte de outro ser. Pode ser comumente relacionado com o sentimento de melancolia, tipificado em 1917 no ensaio *Luto e Melancolia* de Sigmund Freud. Neste ensaio, ele afirma: "O luto é, em geral, a reação à perda de uma pessoa amada, ou à perda de abstrações colocadas em seu lugar, tais como a pátria, liberdade, um ideal etc." (2006, p. 103). Segundo ele, o luto não se caracteriza enquanto patologia, mesmo que seja representado por graves desvios do comportamento normal. Assim, em suas palavras: "confiamos em que, após determinado período, o luto será superado" (FREUD, 2006, p. 103). Freud explica que no luto há um conflito inconsciente originado na ambivalência do sujeito em relação a um objeto perdido, conflito no qual os sentimentos de amor e ódio lutam para, respectivamente, afrouxar e manter os laços libidinais com o objeto. Desta forma, o luto se revela como uma defesa que permite a elaboração de uma perda percebida pelo ego (GUAJARDO; ANCHONDO; CANTÚ, 2019, p. 327). Assim, podemos entender o luto enquanto um profundo sentimento de tristeza em relação à perda de algo, sentimento este que tende a diminuir e até desaparecer com a passagem do tempo.

## **A importância dos ritos fúnebres**

Podemos perceber diferentes formas de expressão do luto em culturas distintas. Desde que a humanidade passou a viver em grupos, os povos ritualizam seus mortos e apresentam reações diante da perda. Des-

ta forma, desde a Pré-História, já se encontram registros arqueológicos de cerimônias ritualísticas ligadas à morte (SOUZA; SOUZA, 2019, p. 1).

Os ritos fúnebres fazem parte do processo de luto. Segundo o filósofo francês Jacques Lacan, o trabalho do luto realiza-se por meio dos ritos, que se dão em grupo ou comunidade. Em suas palavras: “É por essa mediação que o rito introduz ao que o luto abre como hiância, mais exatamente a maneira como ele vem coincidir, colocar ao centro de uma hiância absolutamente essencial, a hiância simbólica, maior, a falta simbólica” (LACAN, 1958-1959, p. 360). Ou seja, os ritos fúnebres são responsáveis por transpor algo que ainda é inexistente para o campo simbólico. Assim, ao cumprimos os rituais fúnebres, trazemos o luto para o campo do simbólico, podendo, assim, externalizar a dor da perda. Os rituais fúnebres são fundamentais nos processos de se encarar a morte e o luto decorrente dela.

Para Lacan, o luto é sempre um processo coletivo, um sentimento que se dá em grupo, que externaliza os processos culturais e que une coletividades. Enquanto uma emoção, o luto também precisa se expressar coletivamente, segundo Didi-Huberman (2016):

Isso talvez queira dizer que uma emoção que não se dirija a absolutamente ninguém, uma emoção totalmente solitária e incompreendida, não será sequer uma moção - um movimento -, será somente uma espécie de cisto morto dentro de nós mesmos. Não seria mais uma emoção, portanto (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 33)

De rituais grandiosos como os que podem ser encontrados em culturas como a do Antigo Egito - em que gigantescas tumbas fúnebres a embalsamamento faziam parte da ritualística -, até formas mais simples de se encarar a morte, a humanidade sempre expressou respeito por seus entes falecidos. Desde os primórdios da cultura ocidental, o luto esteve presente em nossa sociedade. Para os gregos, a melancolia era uma doença associada a determinados sintomas físicos e mentais; Hipócrates afirmava que era uma extensão do medo e da tristeza (CLARA, 2009). Luto e melancolia, segundo Freud, estão intrinsecamente relacionados, sendo o

luto uma expressão da melancolia. Em contrapartida, o afeto que move a melancolia é o luto, ou seja, o desejo de recuperar algo perdido.

No mundo dos gregos, era impossível separar por completo a extensão religiosa e política dos rituais fúnebres. Assim, precisamos lembrar que, numa sociedade como a da *polis* grega, separar religião e política não é inteiramente possível. “O ‘político’ em uma *polis* grega está ligado à vida na *polis*, à relação com a cidade em muitos aspectos e não somente com a esfera institucional” (SANTOS, 2010, p. 362). O luto fazia parte da vida dos gregos. Em sua cultura, era essencial que os mortos recebessem os devidos ritos fúnebres, que fossem cantados e lembrados, para que, assim, sua memória se mantivesse viva. Por outro lado, a falta dos ritos maculava a glória dos mortos (SOUZA, 2015, p. 69). Na literatura dos gregos podemos encontrar diversas fontes simbólicas da importância dos rituais fúnebres para esta cultura.

## **Antígona e o luto**

Quando se trata de cumprir o luto, nenhuma história grega é mais marcante que a de Antígona. Filha da relação incestuosa entre Édipo e Jocasta, Antígona é herdeira da maldição decaída sobre sua casa e é a filha devotada que acompanha o pai cego ao exílio pelos bosques de Colono até o momento de sua morte. Quando Antígona retorna à sua terra natal, Tebas, esta está assolada pela violência fratricida. Seus irmãos, Eteócles e Polinice, matam-se em uma batalha pelo trono. Creonte, o atual regente da cidade, em seu primeiro édito, dá a Eteócles o direito ao funeral, mas relega ao corpo de Polinice que seja deixado largado à esmo, sem direito aos rituais fúnebres. Quem desrespeitasse a lei de Creonte deveria ser punido com a morte. Antígona vai e enterra seu irmão, indo ao encontro do édito real. É assim que se desenvolve a narrativa do terceiro livro da Trilogia Tebana de Sofócles, *Antígona*. Por conta de seu crime, a personagem é condenada à morte por seu próprio tio, apesar dos pedidos de súplica da cidade. Antígona se enforca na caverna em que havia sido deixada para morrer. Com isto,

seu noivo, Hêmon, filho de Creonte, ao ver o corpo de sua amada, se mata. Por fim, a rainha regente de Tebas também tira a sua vida.

A história da casa dos Labdácidas é exemplo de uma perfeita tragédia grega, onde o destino tem papel fundamental na trajetória das personagens. Antígona tem seu destino traçado antes mesmo de seu nascimento: como herdeira de sua casa, ela também herda a maldição de sua família. Desta forma, segundo a filósofa estadunidense Judith Butler, “a própria tragédia passa a agir como uma maldição sobre a vida cotidiana” (BUTLER, 2014, p. 116), pois faz parte de seu conhecimento o não conhecimento. Édipo conhece e não conhece; apesar de saber a respeito de seu destino, no momento de sua ação, ele age sem conhecer, ou conhecer as consequências de sua ação.

Assim, apesar de herdeira da maldição, Antígona é agente de seus atos. Ao enterrar seu irmão, ela coloca em xeque todo o aparato legal do Estado, evocando aquilo que considera anterior às leis dos “homens”<sup>3</sup>. Ao declarar que as leis dos deuses são superiores às dos homens, Antígona não nos remete diretamente à uma teologia, nos colocando em contato com a ancestralidade, com as leis do princípio da humanidade, expondo os limites da política e da representabilidade. Antígona vai até as últimas consequências em nome do que considera correto. Segundo Maria Borges,

A subjetividade sensível de Antígona representa uma justiça cuja esfera própria é a família e cujo fundamento é dado pelos deuses da primeira linhagem – que possuem a característica da naturalidade (ligação com a natureza). Por essa razão, ela apela para a vinculação natural existente entre ela e seus dois irmãos, uma justiça do sangue e das entranhas: ela apela ao sentimento do amor e à virtude da piedade. O sensível, derivado da naturalidade dos deuses que representa, caracteriza a subjetividade de Antígona (BORGES, 2009, p. 112).

---

3 Colocamos aqui “homens” entre aspas para marcar que não entendemos a ideia de “homem” enquanto sinônimo de “humanidade”, mas entendemos que as leis às quais Antígona vai contra são as leis escritas por sujeitos marcados por gênero, ou seja, que não são sujeitos abstratos, mas sujeitos situados em sua masculinidade.

Os deuses aos quais invoca não são os Olímpicos, estes que consagram o Estado grego. Ela chama por aqueles anteriores à uma Teogonia, anteriores aos mitos, às palavras, ao Estado, aqueles que representam o princípio da vida, não entidades exteriores à natureza, mas, sendo a própria natureza, anteriores à cultura, representantes da ligação primeira entre seres humanos, o sangue. Antígona representa o feminino, e este, por assim dizer,

[...] torna-se isso que subsiste, e o “sangue” passa a ser a figura gráfica para esse traço que ecoa do parentesco, uma refiguração da figura da linhagem consanguínea que acentua o violento esquecimento das primeiras relações de parentesco na fundação da autoridade simbólica masculina (BUTLER, 2014, p. 21).

O próprio parentesco que Antígona representa é anterior ao conceito de parentesco. Ela não representa a família enquanto instituição, talvez por conta de descender de uma relação que vai contra a instituição familiar. Enquanto o parentesco instituído é representante basilar de uma cultura patriarcal, o defendido por Antígona não se liga a estes princípios culturais. O que ela busca é nos mostrar as relações primárias entre indivíduos, trazendo à tona aquilo que é anterior à própria cultura.

## **As mulheres e o seu papel no luto**

Ao evocar o direito de enterrar seu irmão, Antígona subverte toda a lógica do Estado baseada na divisão entre o público e o privado. Assim, ao ir contra a lei de Creonte, Antígona retira o caráter universal das leis, deslocando o político para a propriedade privada, esta que é domínio do feminino.

Na antiguidade, a Antígona de Sófocles dramatiza o conflito entre a esfera cívico-política e a esfera religioso-ritual. O confronto entre civilidade e domesticidade encontra sua manifestação central no sepultamento dos mortos. Esta tarefa, tradicionalmente típica das mulheres, corresponde à irmã quando o homem não tem mãe nem esposa. Nesse

sentido, o ato de Antígona é considerado o mais sagrado que uma mulher pode realizar (BONACCORSI; GARRIDO, 1997, p. 144, tradução minha)<sup>4</sup>.

Desta maneira, em nossa sociedade, segundo Luce Irigaray (1985), é a mulher que tem o papel de reassociar o homem com a comunidade (religiosa), ligando-o novamente com o que ela chama de “útero da terra”. É a partir dos ritos fúnebres que esta reassociação se dá e consiste em um papel feminino devido às relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade. Irigaray fala das relações entre irmãos, nas quais o irmão (homem) é incumbido de cuidar e proteger sua irmã (mulher), e esta, como única forma de retribuição, tem como papel prestar os ritos fúnebres. Em suas palavras: “*O culto dos mortos e o culto da morte seriam, portanto, o ponto onde a lei divina e a lei humana se juntam*. E também aquele ponto onde, pelo menos no nível ético superior, a relação entre homem e mulher é possível” (IRIGARAY, 1985, p. 216, grifo da autora, tradução minha)<sup>5</sup>.

Em “Édipo em Colono”, Polinices, ao saber da maldição de seu pai, pede para que não lhe chorem a morte. Mas, como Antígona deixaria de cumprir o seu papel? Antígona simplesmente não pode deixar de prestar os devidos cultos ao seu irmão morto, pois sua relação com ele é anterior a qualquer lei do Estado; sua relação se dá no pertencimento ao mesmo útero, no compartilhar o mesmo sangue. Aqui se encontra um ponto controverso na leitura de Antígona, quando ela afirma que não se oporia aos seus concidadãos se o morto em questão fosse seu marido ou um filho pois, caso o esposo falecesse, poderia encontrar outro, e filhos poderia tê-los novamente, mas, como seu pai e sua mãe estavam mortos, jamais poderia ter outro irmão. Na visão de Irigaray, a relação entre irmãos é extremamente forte, pois estes, além de compartilharem o mesmo sangue,

---

4 No original: “En la antigüedad, Antígona de Sófocles dramatiza el conflicto entre la esfera política-cívica y la esfera religiosa-ritual. El enfrentamiento entre civilidad y domesticidad halla su manifestación central en el entierro de los muertos. Esta tarea, tradicionalmente propia de la mujer, corresponde a la hermana cuando un hombre no tiene madre ni esposa. En este sentido, el acto de Antígona se considera el más sagrado que pueda cumplir una mujer” (BONACCORSI; GARRIDO, 1997, p. 144).

5 No original: “*The cult of the dead and the cult of the death would thus be the point where divine law and human law join*. And also that point where, at least on the higher ethical level, the relationship between man and woman is possible” (IRIGARAY, 1985, p. 216, grifo da autora).

compartilharam também o mesmo lugar de nascimento: o pertencimento ao mesmo útero é elo de ligação fundamental nas relações humanas.

Apesar da postura bastante essencialista<sup>6</sup> colocada por Irigaray sobre o papel das mulheres diante dos ritos fúnebres, buscamos compreender seus escritos além dessa visão, entendendo que, em nossa estrutura social, é papel destinado às mulheres o culto aos mortos. Em quase todo o mundo, apesar de o sentimento de perda causado pelo luto ser sentido por ambos os sexos, em sua maioria são as mulheres que cumprem o dever de realizar os rituais fúnebres. Do antigo Egito aos rincões da China, do México e aos sertões nordestinos, a figura das carpideiras nos lembra o quanto as mulheres têm um papel fundamental nos ritos fúnebres.

Desta maneira, Antígona segue seu dever moral de prestar os devidos ritos fúnebres ao irmão. É seu papel inexorável cumprir o luto. Na história do Ocidente, ela é vista como uma mulher forte que encara seu destino, sendo uma figura recorrente na história da filosofia, concebida como transgressora das leis do Estado e representando uma moralidade subjetiva. Por encarar seu “destino”, Antígona se faz presente nas narrativas feministas, e a sua busca por enterrar seu ente querido nos leva ao encontro das lutas das mulheres contra as Ditaduras Militares instauradas no Cone Sul, mais especificamente a um grupo de mulheres que ficou conhecido como as *Madres de la Plaza de Mayo*.

### **Do mito ao campo de ação: *Las Madres***

Os mitos estão arraigados e internalizados em nossa cultura e, apesar dos milênios que nos separam temporalmente, eles ainda fazem parte do cotidiano humano. “Partimos da ideia de que os mitos estão ocultos por trás do aparecimento de suas múltiplas versões porque possuem uma

---

6 Diversas críticas foram feitas ao trabalho das teóricas do feminismo francês acusando-as de uma espécie de “essencialismo”. Estas críticas, em sua maioria, decorrem das escolas de pensamento feminista anglo-americanas. Apesar de ser uma grande leitora de Irigaray e de toda a escola do feminismo francês, Judith Butler é um dos grandes nomes dentro da perspectiva do “antiessencialismo”. Para compreender melhor ver “Écriture féminine: Um olhar a partir da estética da existência” (OLIVEIRA, 2007).

estrutura mental e uma lógica subjacente apreendida sem se perceber” (BONACCORSI; GARRIDO, 1997, p. 145, tradução minha)<sup>7</sup>. Desta maneira, os mitos ainda são parte integrante de nossa estruturação social. No Cone Sul, diversos movimentos buscaram nos mitos forças para lutarem contra a opressão das ditaduras. O movimento das *Madres* na Argentina está intrinsecamente ligado à trajetória de Antígona.

A denúncia do abuso de poder e o protesto contra as injustiças têm raízes profundas em nossa cultura. Esse fato recorrente surgiu na Argentina na década de 1970, quando em resposta pelo desaparecimento de seus filhos, surge o movimento de *Madres*. Em sua condição de mulheres, abandonam o âmbito privado-doméstico e se instalam no espaço simbólico do público, a *Plaza de Mayo*. Guardiãs de sua linhagem, transgridem as leis de “obediência”, como Antígona. Algumas delas, assim como Antígona, morrem (BONACCORSI; GARRIDO, 1997, p. 143, tradução minha)<sup>8</sup>.

O grupo de mães que buscavam descobrir o que ocorreu com seus filhos se organizou em passeatas na *Plaza de Mayo*, em frente à sede do poder argentino, a Casa Rosada. Uma forma de desafiar o terror institucionalizado pelo Estado, que buscava silenciar toda a oposição política. Usando lenços brancos em suas cabeças, as *Madres* lutam contra o governo, denunciando as violações de direitos humanos cometidos pelo regime militar. Nas palavras de Patrícia Barrera:

Como “Antígonas” que buscam enterrar seus mortos, contra tudo, contra todos, entendam ou não, porque não há sentido sem esse sentido. A partir de uma morte, só há encerramento começando com o enterro e o luto. O resto, que antes estavam sozinhas e agora todos nos atrevemos

---

7 No original: “Partimos de la idea de que los mitos se ocultan tras la apariencia de sus múltiples versiones porque poseen una estructura mental una lógica subyacente aprehendida sin aperibirse de ello” (BONACCORSI; GARRIDO, 1997, p. 145).

8 No original: “La denuncia por el abuso del poder y la protesta contra la injusticia tiene profundas raíces en nuestra cultura. Este hecho recurrente emerge en la Argentina en la década del 70 cuando ante el reclamo por la desaparición de sus hijos surge el movimiento de Madres. En su condición de mujeres, abandonan el ámbito privado-doméstico y se instalan en el espacio simbólico de lo público, la Plaza de Mayo. Guardianas de su linaje transgreden las leyes de “obediencia”, como Antígona. Algunas de ellas, así como Antígona, sufren la muerte” (BONACCORSI; GARRIDO, 1997, p. 143).

a falar sobre isso, é só um detalhe... (BARRERA, 1999, p. 2, tradução minha)<sup>9</sup>.

O luto sentido pelas *Madres* quase sempre não era simplesmente relativo à morte de seus filhos, mas pela busca em saber o que aconteceu com os jovens sequestrados e desaparecidos pela ação do regime militar. Uma busca pela história e pelo direito de prestar os devidos ritos aos seus entes queridos.

Estas mães, parentes, esposas e outros militantes que sistematicamente denunciaram a violência das ditaduras e resistiram a todos os tipos de pressão, sempre dizendo não e exigindo o retorno de seus filhos e companheiros, muitas vezes usaram as emoções e sentimentos que circundam a ideia de maternidade e família [...] (WOLFF, 2013, p. 117).

O que fica claro na entrevistada dada por Hebe Pastor de Bonafini, uma das fundadoras do grupo de *Madres*:

[...] nós não vamos aceitar a morte, por que ninguém nos disse o que passou. Nós os queremos vivos, morte o que é? O individual! Cada mãe pelo seu corpo, pelo corpo de seu filho, os restos, a reparação econômica. Direito complicado esse de reparação econômica, por que não se põe preço na vida de uma pessoa. Direito à exumação de cadáveres, mas nossos filhos não são cadáveres. E negamos, somos contra tudo que é homenagem póstuma, homenagem da morte: uma placa, um monumento. Isso nós não queremos, porque para fazer teríamos que reconhecer a luta" (BONAFINI, 2018, s/p, tradução minha)<sup>10</sup>.

---

9 No original: "Como 'Antígona' buscando enterrar a sus muertos, contra todo, contra todos, lo entiendan o no, pues porque no hay sentido sin ese sentido. A partir de una muerte solamente hay cierre empezando por el entierro y duelo. Lo demás, que antes hayan estado solas y ahora todos nos animemos a hablar del tema es solo un detalle..." (BARRERA, 1999, p. 2).

10 "Não aceitamos que se ponha preço à vida". A frase lida no site oficial das *Madres* ao processo de reparação econômica em forma de indenização às famílias das vítimas da ditadura na Argentina. No mesmo site podemos ler: "Nossos filhos nos ensinaram o valor que tem a vida. Eles a puseram em serviço de todos os oprimidos, do que sofrem injustiças. As *Madres de Plaza de Mayo* rejeitam a reparação econômica e dizemos que a vida apenas vale vida. Que a vida apenas vale quando a colocamos à serviço do outro. O que se tem que reparar com justiça não se pode reparar com dinheiro [...]" (MAYO). Em 1986, o movimento das *Madres*, sofreu uma ruptura, de um lado o grupo chamado

No Brasil, muitos jovens continuam desaparecidos ainda hoje. A luta de suas mães na busca de seus corpos e de ter direito de enterrar seus filhos também se fez presente. A pesquisadora Deusa Maria de Sousa (2011) relata a trajetória de Dona Helena, costureira, mãe, que vai em busca de saber o que aconteceu com o seu filho, Miguel.

Contudo, apenas o retorno dos exilados e/ou a constatação de que houve um conflito na região do Araguaia e que Miguel era o Cazusa não podiam dar aquela mãe uma prova cabal de que seu filho estava morto, pois, afinal, que materialidade Dona Helena tinha da morte do filho? Que lugar ela teve para celebrar seu luto, sua trágica perda? Sob que corpo ela chorou, lamentou e derramou suas lágrimas? Aspectos que servem para dar materialidade/realidade à morte de uma pessoa (SOUSA, 2011, p. 150).

O direito ao luto é, também, o direito ao conhecimento, a saber o que se passou. Retomando o que disse Lacan, o luto só pode ser dado a partir dos ritos, sem os ritos o luto se coloca enquanto uma dor infinita, um desconhecimento completo do destino.

Uma lição que podemos tirar do movimento das *Madres de la Plaza de Mayo* e de todas as mães e familiares que lutaram por enterrar seus filhos é o quanto o luto tem papel mobilizador na luta política. Foi o luto que retirou muitas mulheres do espaço privado, aquele que histórica e culturalmente foi relegado a elas, e as levou ao espaço público, transgredindo as regras do jogo político e abrindo espaço para mobilização de corpos em busca por justiça. Assim como Antígona, as *Madres* desafiaram as regras do jogo político ao se colocaram no espaço público reivindicando saber o que aconteceu com seus filhos desaparecidos. Elas subvertam o sistema que tem no gênero a base de suas divisões.

---

Mães da Praça de Maio-Linha Fundadora, de outro a Associação Mães da Praça de Maio, liderado por Bonafini que recusa a compensação governamental pela perda de seus filhos.



**Figura 1: Madres de la Plaza de Mayo reprimidas por la caballería (1982)**

Foto: Luis Longoni.

## O luto transforma-se em luta

No Brasil, o assassinato com um tiro à queima roupa em um restaurante no centro do Rio de Janeiro do estudante de 18 anos de idade, Edson Luís de Lima Souto, no dia 28 de março de 1968, levou o país a uma comoção coletiva, desencadeando diversas manifestações que ocorreram nesse ano. A maior delas, conhecida como a Passeata dos Cem Mil, organizada pelo movimento estudantil, ocorreu em 26 de junho de 1968, levando mais de 100 mil pessoas, entre elas intelectuais, artistas e políticos para as ruas em frente à igreja da Candelária, com as palavras de ordem “Abaixo a Ditadura. O Povo no poder”. O luto e a comoção pela morte de Edson Luís acabaram permitindo que a luta contra a ditadura em nosso país ganhasse ainda mais força. O que pode ser percebido no relato escrito no diário de uma jovem estudante anônima de Florianópolis:

Terça-feira, 02 de abril de 1968.

O Instituto de Educação está em greve. Tudo por causa da morte no Rio de Janeiro de um estudante secundarista: Edson de Lima Souto. O rapaz foi assassinado quando pro-

**TRANSFORMANDO LUTO EM LUTA:  
O PAPEL DO LUTO COMO MOBILIZADOR NA LUTA CONTRA AS DITADURAS DO CONE SUL**

---

testava contra as más condições da comida do Restaurante Calabouço e também contra a ditadura do atual governo e o imperialismo americano no Brasil (CUNHA, 1999, p. 293).

Por um acaso etimológico, as palavras luto e luta, em nossa língua, são extremamente parecidas. Apesar de distanciarem em suas origens latinas, estas palavras estão ligadas. O luto, em muitos casos, mobiliza a luta. Levando, assim, os sujeitos ao caminho da ação moral e, desta forma, da ação política. A emoção do luto se torna uma emoção coletiva, tomando as ruas e subvertendo os limites do público e do privado.

Como se o povo em lágrimas se tornasse, sob nossos olhos, um povo em armas. O que quero sugerir aqui — talvez rápido demais — é que, se não podemos fazer política efetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções, isto é, as emoções de toda e qualquer pessoa, as emoções de todos em qualquer um (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 38).



**Figura 2: Enterro de Edson Luís de Lima Souto, 1968.**

Foto: Arquivo Nacional

Em todos os países do Cone Sul percebemos o papel do luto na luta contra os terríveis regimes militares que nos legaram milhares de mortos e desaparecidos. No depoimento da jornalista Gladys Díaz, uma das mais

conhecidas personalidades do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), uma organização da nova esquerda latino-americana formada no Chile, podemos perceber como ter presenciado os horrores da ditadura militar a fez querer lutar contra aquele sistema tão sanguinário. Ela nos conta que, quando ainda era estudante de jornalismo, foi mandada para cobrir uma greve de mineradores que acontecia no norte de seu país. Em 11 de março de 1966, os grevistas estavam reunidos em assembleia no sindicato e os carabineiros ordenaram que eles saíssem. Como não saíram, foram atiradas bombas de gás lacrimogêneo. Na medida em que eles saíam, os militares atiravam. Doze pessoas foram mortas, incluindo uma mulher grávida. Este massacre que ficou conhecido como Massacre de Salvador foi ponto fundamental para que Gladys entrasse no MIR. Em suas palavras, ela conta o quanto isto a marcou.

Foram coisas que não só me marcam, mas me mostram uma realidade de uma maneira que nem com quarenta livros... É uma coisa demasiadamente brutal e evidente, muito evidente. Porque, além disso, depois dessa matança, o Partido Comunista Chileno negocia a greve e a negocia por quatro pesos, por nada, com os mortos em cima. Então eu disse: "Não, isso não serve". Tudo isso está dentro de um sistema, e aí se ajeitam eles... Há que estar fora deste sistema, não é (DIAZ, 2009, s/p).

Apesar do caráter de tristeza que acompanha o luto, este tem um importante papel em mobilizar diferentes sujeitos para a luta. Se deparar com a morte de outrem nos coloca defronte de nossa própria finitude, impedindo ao desejo de mudança. A morte, desta maneira, simboliza um processo de mudança. Isto não retira o peso trágico relacionado ao luto, pelo contrário, é o próprio ato trágico que nos conecta enquanto sujeitos sociais.

O luto quebra as barreiras estabelecidas politicamente entre o público e o privado, é quando o sofrimento pode tomar as ruas, transbordando de emoções e sentimentos o espaço próprio e tradicionalmente frio da política. As emoções e sentimentos despertados pela exposição do luto tornam algo normalmente relegado às esferas da intimidade uma questão pública, "a dor privada, em vergonha pública, o choro, em ação política"

(WOLFF, 2013, p. 130). Este processo de tornar o luto público pode ser percebido em outro ponto levantado por Deusa Maria de Sousa (2011), onde ela relata as manifestações que ocorreram na Praça Tiradentes, São Paulo, organizadas pelos familiares de desaparecidos do Araguaia. Em suas palavras:

Na Praça, onde o exercício da distribuição dos panfletos tentava sensibilizar os transeuntes para as tragédias pessoais na qual estavam envolvidos e, ao mesmo tempo, denunciar o que poucos sabiam, à época. Às vezes, certamente, era mais que sensibilizar e denunciar, aquela manifestação era o momento no qual “se podia” externar, publicamente, o luto, a perda permanente (SOUSA, 2011, p. 172).

O luto, assim, possui um papel mobilizador nas lutas contra as ditaduras no Cone Sul. Sendo o luto pelos companheiros de luta caídos, pelos filhos desaparecidos ou pelos familiares que nunca mais voltaram, em toda a história de nossas ditaduras, o luto sempre esteve presente mobilizando para a luta.

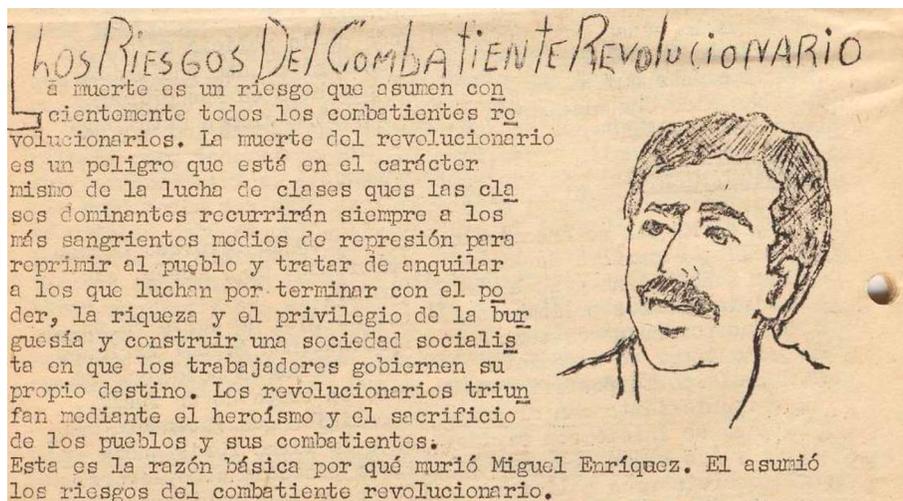
## **A morte, companheira constante**

Os regimes autoritários na América do Sul culminaram em anos de repressão, exílios, prisões, tortura, mortes, sequestros e desaparecimento forçado (BARRETO, 2017, p. 1421). Assim, a morte sempre esteve presente e próxima daqueles que ousavam se opor aos regimes ditatoriais. Podemos perceber isso em um trecho extraído do periódico *El Rebelde en la Clandestinidad*, promovido pelo MIR, que atuou fortemente contra a ditadura militar no Chile.

A morte é um risco que assumem conscientemente todos os combatentes revolucionários. A morte do revolucionário é um perigo que está no mesmo caráter da luta de classes. As classes dominantes recorreram sempre aos mais sangrentos meios de repressão para reprimir o povo e tratar de aniquilar os que lutam por terminar com o poder, a riqueza e o privilégio da burguesia e construir uma sociedade socialista em que os trabalhadores

governem seu próprio destino. Os revolucionários triunfam mediante o heroísmo e do sacrifício dos povos e de seus combatentes. Esta é a razão porque morreu Miguel Enríquez. Ele assumiu os riscos do combatente revolucionário (EL REBELDE EN LA CLANDESTINIDAD, 1974, p. 44, tradução minha).

Ao falar da morte do médico e combatente Miguel Enríquez, morto por uma granada em 5 de outubro de 1974, o periódico nos coloca o quanto morte e vida estavam entrelaçadas no cotidiano dos revolucionários.



**Figura 3: Fac-símile do jornal El Rebelde em la Clandestinidad, edição de dezembro de 1974.**

Fonte: EL REBELDE EN LA CLANDESTINIDAD (1974).

Milhares de pessoas morreram ou desapareceram por conta da atuação dos regimes militares nos países do Cone Sul. Dados levantados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República mostram os números aproximados.

No Brasil foram 50 mil pessoas presas, 20 mil torturados, 356 mortos e desaparecidos, 4 crianças provavelmente sequestradas. No Uruguai foram 166 desaparecidos, 131 mortos, 12 bebês sequestrados, 55 mil detidos. No Paraguai foram de 1 mil a 2 mil mortos e desaparecidos, 1 milhão de exilados. No Chile foram 1.185 desaparecidos, 2.011

mortos (embora estatísticas extraoficiais falem em até 10 mil assassinados), 42.486 presos políticos apenas em 1976. Na Argentina foram 30 mil mortos e desaparecidos (BRASIL, 2009, p. 101).

Apesar destes números mudarem em diferentes relatórios, conseguimos aqui ter uma noção do quanto a morte estava realmente presente no cotidiano daqueles que se opunham aos regimes na América do Sul.

### **Considerações finais**

Muita coisa mudou desde que Sófocles escreveu a sua célebre versão de Antígona. A ambição mudou de traje, a guerra de veículo, o poder de método. O mundo girou muito, a humanidade mudou pouco (WILMA, 2019). Os gregos nos deixaram um vasto legado do qual nós somos ainda herdeiros (GINZBURG, 1989, p. 155). Desta forma, ao lembrarmos o passado, podemos compreender mais de nós mesmos e do mundo que nos cerca.

Assim sendo, a partir dos relatos aqui trazidos, entendemos o papel do sentimento de luto enquanto seu caráter mobilizador. Juntando forças da tristeza gerada pela morte de companheiros, filhos, irmãos, amigos, muitos conseguiram se reerguer na luta e encontrar forças para seguir vivendo e, assim, seguir lutando. Da mesma forma que Antígona encontrou forças na morte de seu irmão para desafiar o aparato do Estado, muitos são os exemplos, no Cone de Sul, de pessoas que, a partir do sentimento de perda, mobilizaram-se contra os horrores de nossas ditaduras militares.

Em um período tão sombrio de nossa história, é do sentimento mais profundo que brota a potência e a vontade de mudança. Diante de tantas perdas, de incontáveis vidas, nossa sociedade encontrou forças para lutar e seguir lutando contra toda e qualquer forma de opressão. Que nenhuma dessas perdas tenha sido em vão, que estejam conosco sempre, nos impelindo e mobilizando para a luta.

## Fontes

BONAFINI, Hebe. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Florianópolis, Brasil, 17/10/2006. Transcrita por Gabriela Miranda Marques, revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergerko e Yarssan Dambrós. Acervo do LEGH/UFSC.

DIAZ, Gladys. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (digital). Chile, 06/2010. Transcrição por Lílian Back. Revisada por Yarssan Dambrós. Acervo LEGH/UFSC.

EL REBELDE EN LA CLANDESTINIDADE ¡A fortalecer la resistencia! ¡A fortalecer el MIR! Órgano Oficial del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, n. 102, Diciembre 1974, Santiago de Chile. Fondo Documental Eugenio Tagle, CLACSO, Chile.

## Referências

BARRERA, Patricio. Antígona, las madres y el psicoanálisis como práctica de la verdad. *Affectio Societatis*, v. 2, n. 5, p. 1-2, 1999. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/affectiosocietatis/article/view/5389>. Acesso em 23 abr. 2021.

BARRETO, Ana Flávia Arruda Lanna. Sob a mira da condor. *Revista Quaestio Iuris*, v. 10, n. 3, p. 1398-1431, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/rqi.2017.25186>

BONACCORSI, Nélide; GARRIDO, Margarita. Antígona en plaza de mayo: un diálogo entre literatura e historia social. *Revista de Lengua y Literatura*, v. 11, n. 17-22, p. 143-150, 1997. Disponível em: <http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/letras/article/view/1213/1251>. Acesso em 23 abr. 2021.

BORGES, M. de Lourdes. *A Atualidade de Hegel*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BUTLER, Judith. *O Clamor de Antígona: Parentesco entra a vida e morte*. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CLARA, Carlos José da Silva Santa. Melancolia: da antiguidade à modernidade. Uma breve análise histórica. *Mental*, Barbacena, v. 7, n. 13, p. 1-11, 2009.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Nas Margens do Instituído: memórias de mulheres desassossegos do corpo e da alma. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 289-300.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo: Editora 34, 2016.

FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: HANNS, L. A. (coord. geral de trad.). *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 99-122.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IRIGARAY, Luce. *Speculum of the other woman*. New York: Cornell University Press, 1985.

**TRANSFORMANDO LUTO EM LUTA:  
O PAPEL DO LUTO COMO MOBILIZADOR NA LUTA CONTRA AS DITADURAS DO CONE SUL**

---

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação*. Publicação não comercial. Circulação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

MAYO, Madres de Plaza de. *Nuestras consignas*. Disponível em: <https://madres.org/index.php/consignas/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

OLIVEIRA, Marcos Jesus. *Écriture Féminine: um olhar a partir da estética da existência*. In: X ENPROL - ENCONTRO DE PROFESSORES DE LETRAS DO BRASIL CENTRAL E IV COLÓQUIO LER: LÍNGUA, ENSINO E CIDADANIA, *Anais*, Brasília-DF, 2007.

SANTOS, Sandra Ferreira dos. Ritos funerários na Grécia Antiga: um espaço feminino. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELIGIÃO MITO E MAGIA NO MUNDO ANTIGO, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, *Anais (on-line)*, Rio de Janeiro, 2010, p. 348-465. Disponível: <http://neauerj.com/Anais/coloquio/sandraferreira.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.

SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Donaldo Schüller. Porto Alegre: L&PM, 2016.

SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana*. Tradução de Mário da Gama Cury. Zahar, 1990.

SOUSA, Deusa Maria de. *Lágrimas e Lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUZA, Mayara Paiva de. Entre a história e o luto: o ativismo de familiares de vítimas da ditadura militar no Brasil. *Cadernos de História*, v. 16, n. 24, p. 68-82, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2015v16n24p68>

SOUZA, Christiane Pantoja de; SOUZA, Airle Miranda de. Rituais Fúnebres no Processo do Luto: significados e funções. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online], v. 35, e35412, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35412>.

GUAJARDO, Edith G. Pompa; ANCHONDO, María A. Campero; CANTÚ, Walter D. García. Mourning in the dead mother complex. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 326-334, set-dez., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142019003008>.

WILMA, Eva. *O mais difícil da luta é escolher o lado em que lutar*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kRLKAbzsUoU&feature=youtu.be>. Acesso em: 07 dez. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho: gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedos*, v. 5, n. 13, p. 117-131, 2013.

# Afetos construídos: solidariedade na resistência às ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Kelly Cristina Teixeira<sup>2</sup> e Tamy Amorim da Silva<sup>3</sup>

Disse que solidariedade é um sentimento. É esse o sentimento que nos torna humanos. É um sentimento estranho – que perturba nossos próprios sentimentos. A solidariedade me faz sentir sentimentos que não são meus, que são de um outro (ALVES, 2008, p. 12).

Rubem Alves, em sua crônica, coloca a solidariedade como uma categoria pertencente ao mundo interior, atrelada à emoção, aos sentimentos, aos afetos e, por conseguinte, seria entendida como oposta à razão. No contexto social, político e econômico, a solidariedade é um vocábulo polissêmico e, muitas vezes, se confunde com compaixão, piedade e empatia, todavia cada uma possui particularidades. A compaixão e a piedade mantêm relações semânticas de vizinhança e de imbricação, mas também possuem diferenças. A compaixão está mais ligada ao acolhimento, à compreensão da dor do outro, sendo mais da ordem da sensibilidade; enquanto piedade é a uma avaliação da situação, associada à inteligibilidade (LIMA, 2012), como um sentimento de culpa e pena dentro de nós. No estado de piedade, pouco intervimos no sofrimento do outro. A empatia é a capacidade de se colocar no lugar do outro através da imaginação, compreen-

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: kellyhistoriadora@yahoo.com.br

3 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, com orientação de Cristina Scheibe Wolff. Bolsista CAPES/DS. E-mail: tamyamorim@gmail.com

dendo seus sentimentos e perspectivas, de modo a guiar as próprias ações (HUNT, 2007). Já a solidariedade, etimologicamente, advém de “sólido e consistente” (*solidus*, em latim), assim exercê-la implica fazer-se parte de algo maior, com vistas a tornar algo sólido, concreto (WEISZFLOG, 2004, p. 111). Deste modo, compreendemos que a solidariedade ultrapassa a ação de perceber, de avaliar e de colocar-se no lugar de outrem frente ao sofrimento. Solidariedade consiste em um ato, uma intervenção na realidade. Vera Herweg Westphal aponta que,

Na concepção pré-moderna de solidariedade, esta é entendida como amor altruísta ao próximo, tendo sua origem nos termos fraternidade e irmandade. Esse conceito, *fraternité*, foi adotado na revolução francesa e tornou-se lema de luta para a construção de uma sociedade de cidadãos iguais. Em consequência, a concepção de luta da *fraternité* passou a ter um significado político. Com o início da revolução dos trabalhadores de 1848, passou-se a adotar o conceito de *solidarité* (WESTPHAL, 2008, p. 45).

Essa concepção de solidariedade possui certa influência cristã que traz em seu bojo os sentimentos de unidade entre pessoas consideradas iguais entre si. Por sua vez, tal compreensão engendrou propostas políticas e práticas coletivas racionalizadas em seus propósitos, ao mesmo tempo em que compõe uma das ramificações da emoção. Então, simplificá-la como diametralmente oposta à razão seria um equívoco. Ao pensar sobre as emoções, é importante questionar: como os historiadores se posicionam diante desta categoria analítica? E, nesse texto, nos perguntamos: como pensar a experiência da solidariedade no contexto histórico ditatorial do Cone Sul? Se a emoção acontece dentro de relações específicas, como ela “nasce” na reflexão narrativa da experiência passada? A historiadora argentina Maria Bjerg, ressalta a dificuldade dos historiadores em definir precisamente o conceito de emoção.

Não é incomum abrir um livro de história das emoções e encontrar em seus prolegômenos reflexões sobre a diferença entre emoção, sentimento e afeto, e interrogações sobre se as emoções são expressões linguísticas, experiências,

práticas ou atos conscientes. Frequentemente, os pesquisadores acabam admitindo que, na indagação histórica, afeto e emoção podem ser tomados como sinônimos, ou que a emoção apenas constitui um termo organizador na hora de historicizar o medo, a raiva, o ódio ou o amor (BJERG, 2019, p. 12, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Destarte, definir qual é o conteúdo de emoção ainda se coloca como um desafio para nós, historiadoras e historiadores. Para Cristophe Prochasson, a emoção encontra seu equivalente na paixão que, por sua vez, indica o conjunto de movimentos afetivos, mais ou menos estáveis, produzidos pelo choque entre um estado individual com a análise de uma situação (PROCHASSON, 2005)<sup>5</sup>. Partindo desta análise, a emoção está vinculada ao seu tempo, ao cotidiano e ao momento vivido; ela faz parte das alternativas apresentadas para romper ou não com períodos de constrição. Assim, compreendemos a emoção como um conjunto de movimentos afetivos que produzem ações, no caso em estudo, ações políticas. Deste conjunto de movimentos afetivos, vamos nos deter à solidariedade e buscar compreender como esta desemboca em práticas políticas efetivas no período ditatorial. Estamos cientes do peso semântico da solidariedade no contexto da repressão e das múltiplas nuances de seu significado, uma vez que a mesma palavra pode designar experiências emocionais diferentes aos indivíduos que vivenciam o período, dependendo da compreensão que

---

4 No original: "No resulta inusual abrir un libro de historia de las emociones y encontrar en sus prolegómenos reflexiones sobre la diferencia entre emoción, sentimiento y afecto, e interrogaciones sobre si las emociones son expresiones lingüísticas, experiencias, prácticas o actos de conciencia. A menudo, los investigadores terminan admitiendo que, en la indagación histórica, afecto y emoción pueden ser tomados como sinónimos, o que la emoción apenas constituye un término organizador a la hora de historizar el miedo, la ira, el odio o el amor (BJERG, 2019, p. 12).

5 A História chegou "atrasada" ao estudo das emoções, porém, nos últimos quinze anos, um campo que experimentou um crescimento e atingiu um notável grau de institucionalização, que é evidenciada na criação de centros, grupos e redes na Europa, Estados Unidos (de estudos pioneiros) e, embora em menor número, na América Latina. Aqui destacamos dois centros: a *Red Nacional de Investigación en los Estudios Socioculturales de las Emociones* (México) e o Núcleo de Estudos Sociais sobre a intimidade, os afetos e as emociones (Argentina). Atualmente, existem três centros que lideram a investigação sobre as emoções: Alemanha (Geschichte der Gefühle-Max Planck Institute für Bildungsforschung), Grã-Bretanha (Center for the History of Emotions-Queen Mary University) e Austrália (ARC-Center of Excellence for the History of Emotions).

tinham sobre o mesmo, do grau de envolvimento, a que grupos pertenciam, entre outros.

Neste capítulo, articulamos as emoções, no caso a solidariedade, ao conceito de “jogos de gênero”, elaborado por Luc Capdevila (2001). Na compreensão do autor, os jogos de gênero se assemelham a uma partida de xadrez, onde os atores políticos, conscientes ou inconscientes dos discursos e representações relacionadas à identidade de gênero, tentam intervir em determinados espaços. Nesses jogos, os sujeitos intervêm nas realidades em andamento, ora reforçando padrões tradicionais, ora assumindo posições de ruptura, em uma encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo antagonista.

Do exposto, nossas reflexões partem, principalmente, da atuação de pessoas envolvidas em organizações de direitos humanos como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), do Brasil, e a *Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay* (CODEHUP), do Paraguai. Estas escolhas não foram ao acaso, fazem parte de nossos estudos acadêmicos que resultaram em uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado, defendidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (TEIXEIRA, 2019; SILVA, 2016). Instrumentalizamos a história oral e narrativas da memória de sujeitas e sujeitos que vivenciaram o período e possuem em comum uma narrativa sobre a solidariedade. Compreender a solidariedade como forma de resistência criada em períodos de repressão entre 1960-1990 e, portanto, racionalizada e partilhada como um ato político de afeto é o que nos provoca neste capítulo.

### **Solidariedades em tempos sombrios, memórias sobre o passado-presente**

No Paraguai, em meados de 1960, um grupo muito pequeno de pessoas das camadas médias da sociedade, em Assunção, passou a atentar sobre as violências praticadas pelo regime de Alfredo Stroessner (1954-1989) e no alento a pessoas presas. Em meio à repressão, criaram a CODEHUP, que foi liderada por Carmen de Lara Castro.

[...] A Comissão foi criada no meio de um horizonte sombrio, em que a vigência dos direitos humanos estava apenas na letra da Constituição e nos Códigos do nosso país [...] Em um momento em que uma única referência aos direitos humanos era considerada subversiva e perigosa, esta Comissão trabalhou para conscientizar sobre a necessidade de uma vigência real e efetiva dos direitos humanos no Paraguai, pelo melhor tratamento aos presos, pela libertação dos inocentes, pela sua assistência jurídica, social e religiosa, por suas familiares abandonadas ou desfeitas. [...] Encontramos no caminho compreensões e incompreensões, solidariedades e receios, apoio e covardia, generosidade sem limites e também insensibilidade e até calúnias. Mas nada disto nos surpreendeu, pois quem age segundo nossa consciência e nossos princípios, não buscamos o aplauso nem a lisonja fácil [...] (DECLARACIÓN DE LA COMISIÓN DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY, 1977, tradução nossa)<sup>6</sup>.

O trecho destacado foi retirado de uma carta em comemoração aos 10 anos de atividades da comissão. As reflexões trazidas no documento indicam que defender os direitos humanos, esses que estavam presentes na Constituição do país (1967), era algo perigoso, subversivo e colocava as pessoas envolvidas em situação de confronto com o regime vigente. Em seu início, em 1967, a comissão tinha ação limitada, com poucos associados que faziam atividades de assistência a pessoas presas e a seus familiares. Mas, com o passar do tempo, foram se fortalecendo mediante as redes de solidariedade construídas e, mesmo sob ameaças constantes de repressão e perseguição, associaram-se à CODEHUP dirigentes políticos, professores e representantes de instituições religiosas, juvenis e de

---

6 No original: "La Comisión era creada en medio de un horizonte sombrío, en que la vigencia de los derechos humanos sólo estaba en la letra de la Constitución y los Códigos de nuestro país [...] En un momento en que la sola referencia a los derechos humanos era considerada subversiva y peligrosa, esta Comisión trabajó para hacer conciencia sobre la necesidad de una vigencia real y efectiva de los derechos humanos en el Paraguay, por el mejor trato a los presos, por la liberación de los inocentes, por su asistencia jurídica, social y religiosa, por sus familiares abandonadas o deshechas. [...] Hemos encontrado en el camino comprensiones e incomprensiones, solidaridades y recelos, apoyo y cobardía, generosidad sin límites y también insensibilidad y hasta calumnias. Pero nada de ello nos ha sorprendido, pues quienes obramos según nuestra conciencia y nuestros principios, no buscamos el aplauso ni la lisonja fácil [...]" (DECLARACIÓN DE LA COMISIÓN DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY, 1977).

trabalhadores. Em ação articulada, realizaram a tarefa de denúncia, ações de conscientização e busca de apoio às pessoas presas e seus familiares (SILVA, 2016).

Nesse país, a cultura do medo se traduziu como prática política produzida desde o Estado e criou, como salienta José Luis Simón, “una segunda piel: la piel del miedo” (1992, p. 15). Assim, é muito comum, nas narrativas sobre o período, a lembrança da vigilância, dentro de uma estrutura de controle formada pelas seccionais do partido oficial Colorado, pelos *pyragues* (informantes) e por pessoas comuns<sup>7</sup>.

Luis Alfonso Resck (2012), um dos integrantes da CODEHUP, na época professor de filosofia na Universidade Católica de Assunção (UCA) e filiado ao Partido Democrata Cristão, ao tratar da atuação da organização informou que entre eles havia uma espécie de pacto de fé. Segundo ele, as pessoas da comissão sobreviveram “por uma vontade e uma fé inquebrável e uma solidariedade efetiva entre os membros, um compromisso com o povo levado até às últimas consequências” (RESCK, 2012, p. 9, tradução nossa)<sup>8</sup>. As memórias de Resck apontam para ideia de que havia uma perseguição mortal contra as pessoas que faziam parte da Comissão mas que, apesar disso, sabiam que precisavam realizar as denúncias sobre as violências que ocorriam no país. O uso dos termos “fé e solidariedade” são importantes pois, na leitura de Resck, são esses os sentimentos, para além do conteúdo cristão, que mantiveram as pessoas associadas à comissão.

A CODEHUP funcionou na casa de Carmen de Lara Castro de 1967 a 1993, localizada na região central de Assunção, muito próxima às delegacias em que se praticavam torturas e prisões irregulares. Nas memórias dos filhos, a casa era um local extremamente vigiado não só porque muitas pessoas buscavam ajuda, mas, também, por conta das atividades políticas desempenhadas por Carmen de Lara Castro no Partido Liberal Radical, pelo qual foi deputada nacional entre 1968 e 1978. Por conta dessas

---

7 Os inúmeros documentos do *Archivo del Terror* nos deixam ver o arsenal de informações que a polícia possuía sobre pessoas, grupos políticos, movimentos sociais, entre outros (PAZ; GONZÁLEZ; AGUILAR, 2014).

8 No original: “Por una voluntad... y una fe inquebrantable, y una efectiva solidaridad entre sus miembros, y un compromiso con el pueblo hasta las últimas consecuencias” (RESCK, 2012, p. 9).

atuações, Carmen foi presa algumas vezes, assim como seus filhos Jorge e José. Após sua morte, em maio de 1993, ocorreram muitas homenagens a ela nos jornais, destacando sua firmeza diante dos policiais ao visitar os cárceres para levar comida às pessoas presas e sua casa como um refúgio de pessoas perseguidas (TROCHE, 1993, p. 16-17).

“*Madriña de las víctimas* e outros a chamavam de *madre coraje*” (GALEANO, 2015, p. 15), era assim que muitas pessoas identificavam Carmen de Lara Castro, seja em livros ou entrevistas. Esse tipo de recordações sobre a personagem nos faz crer que os jogos de gênero faziam parte de seu arcabouço de luta, uma vez que mesclava afeto e carinho maternal com coragem o suficiente para proteger seus “filhos” das atrocidades de agentes repressores.

Porém, o que levou pessoas como ela a cederem o espaço de sua casa para escutar familiares de pessoas presas, abrigar desconhecidos e a expor sua imagem em jornais e em eventos, enfatizando a violência do regime autoritário? Essa pergunta se multiplica quando lemos, ouvimos e vemos as narrativas de pessoas que viveram esse período. Muitas vezes, nem mesmo as que receberam ações de solidariedade sabem como, em certa situação, foram ajudadas por desconhecidos. Já as muitas pessoas que realizavam alguma ação solidária enfatizavam que precisavam agir, intervir na realidade diante de uma situação de injustiça. Portanto, as memórias sobre a solidariedade ultrapassam o individual e abraçam coletividades no caso das ditaduras no Cone Sul. Muitas vezes, a solidariedade é praticada por desconhecidos que oferecem abrigo e sustento, agindo à margem da lei. Em outros momentos, surgem movimentos legalmente constituídos, que visam lutar por pessoas atingidas pela repressão, como é o caso do Movimento Feminino pela Anistia, que fundou núcleos em diversos estados brasileiros a partir de 1975<sup>9</sup>.

---

9 O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) foi lançado por Therezinha Zerbini numa sessão do Congresso do Ano Internacional da Mulher, realizado pela ONU na Cidade do México, em 1975. De volta ao Brasil, a ativista articula um manifesto nacional, reunindo mães e familiares de presos políticos e de exilados brasileiros. O MFPA, fundado primeiramente em São Paulo, foi a primeira organização a defender abertamente a anistia no país e possuiu núcleos espalhados em diversos estados. Sobre sua criação e diferentes núcleos ver Silva (2020), Barreto (2011), Duarte (2012) e Teixeira (2019).

## **Mulheres, presente! O MFPA em Minas Gerais**

Sairemos do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, normalmente explorados em pesquisas sobre o MFPA, para compreender como o conceito solidariedade foi instrumentalizado pelas integrantes do núcleo mineiro, a partir de 1976.

Coube às mulheres o pioneirismo na luta pela Anistia em Minas Gerais. Isso aconteceu também no restante do país, possivelmente por terem familiares e/ou amigos perseguidos. Essas mulheres criaram estratégias que se baseavam em atitudes menos incisivas e mais persuasivas, no sentido de mobilizar a sociedade a seu favor<sup>10</sup>. Essa nova forma de resistência visava deslembrar um passado de militância na guerrilha ou em partidos, assim como o tempo na prisão, seu ou de parentes próximos.

Em seu relato, Magda Neves conta que Eleonora Menecucci, assim que saiu da prisão, em uma viagem a Belo Horizonte, indagou sobre como as mineiras estavam se organizando contra a ditadura. Durante a conversa, Eleonora contou sobre a fundação do MFPA, em São Paulo, e a importância de haver um núcleo em Minas. Magda não conhecia esse movimento de mulheres e há poucos meses havia tido um filho, porém ainda desejava uma nova forma de militância. Assim, ela e Eleonora buscaram nomes de mulheres estrategicamente pensadas para formar e, principalmente, para ser a primeira presidenta do Movimento, afinal, esta era uma possibilidade de voltar à militância com uma nova forma de atuação para suas vivências. Segundo Magda, já havia uma mobilização de parentes, especialmente mulheres, que visitavam presos políticos levando cigarros, material para artesanato e, sobretudo, solidariedade. Assim, elas foram chamadas para participar do novo movimento feminino que surgia em Belo Horizonte (NEVES, 2017).

O envolvimento de militantes na luta política contra o regime gerava consequências a toda a família, ainda que esta não tivesse nenhuma

---

10 Segundo Heloisa Greco (2003), em sua tese de doutorado, este papel coube às mulheres em um primeiro momento por serem mães, irmãs, companheiras e filhas de atingidos pela ditadura, que se uniram em torno de um objetivo comum: a busca de familiares desaparecidos ou a defesa dos familiares presos (GRECO 2003).

participação direta nas ações políticas da/o militante. Como lembrou Magda Neves, as famílias se deslocavam muitas vezes para as visitas, o que ocasionava a necessidade de reestruturação da dinâmica familiar. Em especial as mães, passam a assumir um lugar de busca de informação por filhas/os presas/os ou desaparecidas/os, se tornando ausentes na esfera doméstica, dando lugar a outros membros da família que ocupavam seu espaço (GIANORDOLI-NASCIMENTO et al., 2012. p. 103-119). Desta forma, unir-se a grupos ou movimentos interessados na causa da Anistia era uma alternativa tanto para trocas de informação quanto para formação de redes de solidariedade. Segundo Magda Neves, faziam parte desse grupo inicial: Zélia Rogedo, Ângela Pezzuti, Maria Luiza Meyer e Diva Moreira. Essas mulheres, entre outras, tinham em comum familiares presos pela ditadura (NEVES, 2017).

As reuniões funcionavam para pensar como organizar o movimento. A ideia inicial era o comprometimento de cada uma em criar um tipo de célula/grupo em suas comunidades. As mães e irmãs participavam desses grupos e levavam outras pessoas para participarem. Essas estratégias eram importantes na divulgação e adesão ao Movimento nos bairros, assim, as células aumentaram o poder de alcance destas mulheres. Se o Movimento se inicia com uma classe média intelectualizada, seu raio de alcance se ampliou e esta abrangência, em Belo Horizonte, em muito se deve ao sentimento de solidariedade que toca essas mulheres.

Em 1976, o MFPA se concretizou, sendo Helena Greco eleita presidenta: uma mulher de 62 anos de idade, formada em Farmácia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e esposa de um médico conceituado em Belo Horizonte. Helena Greco não tinha familiares presos ou perseguidos pela ditadura, apesar de sua filha, estudante de história da UFMG, ter certa proximidade com integrantes do grupo de esquerda Centelha<sup>11</sup>. Porém, foi convidada por possuir atributos importantes para

---

11 A Organização Mineira conhecida apenas pela abreviatura "O" foi criada na primeira metade dos anos 1970 por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de Juiz de Fora (UFJF) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Seus integrantes eram contrários à atuação do PCdoB e da AP-ML no movimento estudantil e críticos da luta armada.

o momento: uma senhora, mãe, da sociedade e acima de suspeitas sobre atividades subversivas.

A imagem abaixo corrobora a nossa análise. Helena Greco é fotografada à frente de um enorme banner com os nomes de mineiros mortos pela ditadura entre 1964 e 1979. Uma mulher com marcas do tempo e, aparentemente, inofensiva. No entanto, ao olharmos mais atentamente, essa fotografia é mais um elemento no jogo de xadrez que compõe este tabuleiro no período ditatorial. A idade e os fios brancos de Helena remetiam a estereótipos de fragilidade e despertavam sentimentos à sua volta. Esse tipo de imagem, de mulheres posando próximo aos nomes dos desaparecidos, é recorrente em outros países que viveram governos autoritários e repressivos.



**Figura 1- Helena Greco e os mineiros mortos na Ditadura**

Fonte: Instituto Helena Greco (IHG)

Helena Greco, a primeira presidenta do MFPA, em um dos maiores núcleos do Brasil, após esse período, jamais saiu da cena pública, sendo a

primeira vereadora eleita em solo mineiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e grande expoente da defesa dos direitos humanos no país.

Assim como Carmem, Helena é lembrada como uma figura afeetuosa e maternal. Ambas possuem em comum o fato de morarem próximas a locais de repressão (Helena morava em frente ao 12<sup>a</sup> Batalhão do Exército), e de serem reconhecidas por suas militâncias em prol dos direitos humanos em seus respectivos países. Apesar de trajetórias e momentos distintos (Carmen iniciou suas atividades de visitas às prisões na década de 1940, na conjuntura da ditadura militar de Higínio Morínigo, no Paraguai, enquanto Helena foi envolvida por esse tipo de atuação na década de 1970, quando o General Ernesto Geisel era presidente do Brasil), essas duas mulheres se dispuseram a enfrentar conjunturas de autoritarismo e repressão. Carmen, que visitava pessoas presas e apresentava denúncias contra à ditadura usando seus próprios infortúnios, como de seus filhos presos e torturados, era também vista como uma “mãe”. Eram mulheres que traziam no corpo e nas falas as características entendidas como femininas e carregadas de emoção. O sentimento que, muitas vezes, é entendido como “oposto” à razão e colocado fora do âmbito político foi remodelado, e o que seria uma “fraqueza” foi instrumentalizado e inserido como uma peça no jogo do poder.

Com o MFPA organizado e legalizado com seu registro em cartório, o artigo 2º de seu Estatuto consta que o movimento “busca defender, dar apoio e solidariedade a todos que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadania, assegurados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscritas no Brasil”, além de lutar pela anistia ampla e geral (REGIMENTO, 1976, p. 3). Esse sentimento de solidariedade inscrito no Estatuto foi muito bem cultivado pelas integrantes. Para Diva Moreira, o MFPA “se tornou um movimento popular e de gente que não tinha parentes envolvidos, mas aquela coisa do dó, sabe, da vizinha, aí daquele *gurizinho* que eu conheci, que era meu *vizinhozinho*, que sumiu, está desaparecido, está fora do país, sabe” (MOREIRA, 2017, s/p). Conforme ressalta Diva Moreira, muitas mulheres que passaram a fazer parte das células não estavam diretamente ligadas aos atingidos pela Ditadura, muitas sequer

sabiam sobre as atrocidades cometidas pela mesma, mas foram levadas por sentimentos, pela emoção.

As integrantes atuavam nas células lançando mão de uma espécie de “pedagogia da emoção”. No início de nosso capítulo objetivamos estabelecer as diferenças entre compaixão, piedade, empatia e solidariedade. No depoimento de Diva, ela nos apresenta outro sentimento: a dó. Em uma busca em dicionários do tipo escolar, compaixão e piedade se cruzam e entre seus sinônimos encontra-se a dó (RODRIGO; NUNO, 2008). Portanto, esse sentimento por si pouco desencadearia uma ação na realidade, provocando apenas um sentimento de angústia em quem a sente. Mas as mulheres do MFPA, no que chamamos de “pedagogia da emoção”, estrategicamente rompiam a inércia deste sentimento, modificando-o para uma ação concreta, gerando o sentimento de solidariedade. A dimensão analítica da solidariedade está fundamentada no eixo eu/outro-nós/ação. Porém é importante perceber que as nomenclaturas dos sentimentos de dó, piedade, compaixão, empatia e solidariedade confundem-se na dinâmica vocabular cotidiana se levarmos em conta os regionalismos culturais, apesar de haver fronteiras nos estudos e na retórica dos direitos humanos.

Nesse sentido, tanto o MFPA quanto a CODEHUP usavam a Declaração dos Direitos Humanos (1948) como retórica que embasava suas ações, como um suporte legal, tendo em vista o Estado autoritário vigente no período. Essas organizações precisavam se proteger com as defesas que possuíam, pois, se por um lado, os grupos articulavam um compromisso de empatia, com discursos e estatutos que corroboravam com a emoção e atuação solidária, por outro, os mecanismos do entorno mobilizaram outros discursos, que buscavam invalidar a possibilidade de sentir solidariedade com pessoas apontadas como classes subversivas.

Lynn Hunt (2007), em “A Invenção dos Direitos Humanos”, não ignora a participação do indivíduo, do “eu”, na transformação do pensamento, da postura social, da cultura e da política. Ela observa como a mudança interior do ser humano, pela empatia, pelo “se colocar no lugar da outra pessoa” através de experiências como leituras de romances, por exemplo, pode modificar a opinião da sociedade na aceitação de novos paradigmas. A historiadora

salienta que para que os direitos humanos se tornassem autoevidentes, os indivíduos comuns precisavam ter novos entendimentos sobre as relações que nascem de novos tipos de sentimentos (HUNT, 2007, p. 33). Em sua obra, a autora se refere à empatia, ou seja, à capacidade psicológica para sentir o que sentiria outra pessoa se estivesse em seu lugar. Este, assim como outros sentimentos, podem desembocar em uma prática política, incorporada ao que chamamos de “pedagogia das emoções”.

Diva Moreira exerceu um papel importante de agente dessa pedagogia, com o intuito de levar cada vez mais mulheres para o Movimento. Segundo ela, “era uma ativista do movimento, sabe, no sentido de mobilizar, de participar das reuniões, eu sabia, convidava outras pessoas” (MOREIRA, 2017). Diva era uma ativista do MFPA em seu bairro e, através dos sentimentos, mobilizava a “massona” em prol da anistia. A emoção que congregava chamava cada vez mais mulheres do povo e as “conscientizava de seu dever cívico”, um dos objetivos inscrito no estatuto.

Cristina Scheibe Wolff, ao analisar como a razão e a emoção interferem na vivência de mulheres militantes nas Ditaduras do Cone Sul, ressalta que emoção e razão se entrelaçam na vida destas mulheres e nas suas motivações para a ação (WOLFF, 2019). O sentimento de solidariedade em ver uma mãe, irmã ou esposa sem saber o paradeiro de seu familiar em um contexto político que estão conhecendo, analisando e percebendo seu perigo, as levava a integrar o Movimento. Além disso, a militância inicia no bairro para, depois, esse núcleo participar dos grandes atos, das passeatas ou dos cultos ecumênicos realizados pelo Movimento mineiro. Iniciar no bairro, em grupos onde as pessoas já se conhecem, são vizinhas ou já se cruzaram, traz certa segurança, ou seja, existe uma racionalidade nessa participação movida pela emoção.

Outra questão interessante é que unir-se a estas mulheres que, a princípio, não estão fazendo ameaças ou “balbúrdias” - para usar uma expressão atual - ao estado, em um Movimento dentro da legalidade é, também, racionalizar sua entrada na militância. Ou seja, não estão à margem da lei. Portanto, emoção e razão, conforme Wolff (2019) analisa, estão em um mesmo lugar no corpo humano. Neste sentido, grupos do

que se pode chamar de “oposição legal” (WOLFF, 2019, p. 76), isto é, setores da ala progressista da Igreja Católica, familiares de presos, desaparecidos, advogados e jornalistas de oposição ao regime, bem como novas entidades, a exemplo do MFPA, adotaram o discurso dos direitos humanos como estratégia para o enfraquecimento do regime militar, uma vez que as organizações de esquerda já estavam praticamente diluídas por causa da repressão. Essa mobilização em torno do repertório dos direitos humanos tem maior ênfase sobretudo em fins dos anos 1970.

Em Minas, o MFPA solidarizou-se com as prisões políticas, contribuindo com a contratação de advogados, visitas e rifas para a compra de material para artesanato. Realizou Cultos Ecumênicos em solidariedade a presos mineiros e de outras regiões do Brasil, como foi o caso do estudante de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Edval Nunes da Silva, conhecido como Cajá, que, aos 27 anos, foi sequestrado pelo Doi-Codi e Polícia Federal ao deixar a Cúria Metropolitana, em 1978. Além de Movimentos defensores dos direitos humanos como MFPA e, mais tarde, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), existia, como citamos, as solidariedades exercidas por familiares, amigos e companheiros a encarcerados ou pessoas comuns que não tinham nenhum vínculo direto.

Nos relatos de quem recebeu apoio e foi tocado pela solidariedade alheia, citamos o caso de Carlos Alberto Dias Duarte, conhecido como Betinho, militante da Ação Popular (AP) e, posteriormente, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em Minas Gerais. Betinho auxiliou as mulheres do MFPA desde sua fundação, em 1976 e, ao ser presidente do CBA, Helena Greco foi sua vice, em concomitância com a presidência do MFPA. Em entrevista, nos contou sobre um evento em que, encarregado de proteger os quadros da AP, foi preso e se viu em uma situação de conflito.

Lembro bem quando Carlos Alberto Scott, quadro de AP, meu companheiro, foi preso pichando palavras de ordem 1, 2, 3 Vietnã inspirado em Che Guevara. Mesmo correndo risco, fui visitá-lo no Dops, que era um dos centros de tortura em Minas Gerais. Em 14 de maio de 1968 fui preso pela primeira vez, participava de uma passeata e era segurança de uma das lideranças de AP. A manifestação foi violentamente

dissolvida pela repressão e o único preso fui eu. Senti com o dever cumprido, pois ela caso fosse presa eu teria falhado. No Dops, um dos torturadores me disse que a comida servida para os presos políticos tinha veneno. Pedi aos meus familiares que levassem *marmite*. Penso até hoje no meu pai, médico tradicional, na porta do Dops sendo humilhado pelos torturadores e carcereiros. Meu advogado foi o doutor José Mateus Pinto Filho, ele não cobrou nada, fui julgado e absolvido por falta de provas (DUARTE, 2020, s/p).

A narrativa de Betinho realça a experiência militante daquele que “cumpru o seu dever” e protegeu o seu grupo. Primeiro, ao visitar seu amigo preso e, após isso, recebendo apoio. Na prisão, a fala articulada a acontecimentos significativos envolve personagens que teriam associação direta com ele, seu pai e o advogado. Esses entrelaçamentos estão vinculados à ideia de que ele, diante de um conflito provocado pelos detratores, teve o auxílio de seu pai que, mesmo humilhado, esteve presente levando comida e solidarizando-se com o pesar do filho e, também, a solidariedade no trabalho do advogado, recordado por seu nome e sobrenome, que não cobrou pelos serviços realizados.

A prisão, o exílio ou a morte foram fatos corriqueiros da vida na militância de esquerda no período da Ditadura. Mas, para além da experiência na prisão e do exílio, o cotidiano da clandestinidade também marcou de forma constante a trajetória dos militantes. Cair na clandestinidade era, acima de tudo, uma tentativa de sobrevivência. Ao ingressar em uma organização da esquerda armada e/ou ao tornar-se clandestino, o militante rompia de forma radical com toda sua vida anterior. Identidades falsas e códigos de conduta e comunicação eram estratégias para que se mantivessem livres e vivos (PEDRO, 2014; PEDRO; ROSALEN; SANTOS, 2013).

A solidariedade na clandestinidade era colocar-se em risco constante, como salienta a chilena Eva Carmona Acevedo Sepúlveda ao contar sobre a situação de clandestinidade em que se encontrou até meados de sua adolescência. Sua mãe, Lucia Sepúlveda, e seu pai, Augusto Carmona Acevedo, ambos jornalistas, pertenciam ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e, após o golpe, passaram a

ser vigiados. A atuação política de seu pai nos meios de comunicação foi ceifada até a interrupção de sua vida, em 1977. Ao se inteirar da morte de Augusto, Lucia passou a esconder-se com a filha mas, em algum momento, teve que deixar Eva com seus familiares devido ao cerco montado pelos órgãos de repressão. Depois de algum tempo, Eva voltou a viver com sua mãe e seguiram na clandestinidade.

Quando perguntada sobre como foi viver naquele período de clandestinidade, Eva destacou a solidariedade como uma forma de sobrevivência.

Por um lado, tem a ver com a solidariedade que se ativa entre as pessoas que se conheciam de antes, isso é, um [antes] que tem a ver com afetos construídos, com vínculos que existiam e que no fundo se ativam por carinho, por querer que você esteja bem apesar de que muita gente tinha muito medo. Mas sobre isso eu acredito que havia um tema de sentir-se participante de alguma maneira, de fazer algo (SEPÚLVEDA, 2013, p. 13, tradução nossa)<sup>12</sup>.

A solidariedade, para Eva Sepúlveda, tem nas palavras “afeto” e “vínculos criados” as chaves para o seu entendimento e validação do sentimento que era intensificado pela necessidade de agir, apesar do medo instaurado. Os afetos construídos em países do Cone Sul que viveram a repressão abarcam, como consequência direta, a solidariedade de pessoas que arriscaram suas vidas com sua ação solidária. Esse afeto engendrado, muitas vezes, a partir de outras emoções, modificou trajetórias e a realidade política de seus países. Quantas Magdas, Eleonoras, Divas, Helenas, Carmens e Evas anônimas existiram neste contexto, foram solidárias e receberam a solidariedade? A transformação não foi imediata, mas a solidariedade está na base desta mudança.

---

12 No original: “Por una parte tiene que ver con la solidaridad que se activa entre gente que se conocían de antes, eso es un [antes] que tiene que ver con afectos construidos, con vínculos que existían y que en el fondo se activan por cariño, por querer que tu estés bien pese a que mucha gente tenía mucho miedo, pero por sobre eso yo creo que había un tema de sentirse participe del alguna manera, de hacer algo” (SEPÚLVEDA, 2013, p. 13).

## **Considerações Finais**

“A história dos direitos humanos mostra que os direitos são afinal mais bem defendidos pelos sentimentos, convicções e ações de multidões de indivíduos que exigem respostas correspondentes ao seu senso íntimo de afronta” (HUNT, 2007, p. 214-215). Refletindo sobre as ações de solidariedade associadas ao período tratado e que ressaltamos, nesse texto, nas ações de empatia, destacamos Lynn Hunt, pois a historiadora nos recorda que os direitos humanos tiveram sua eficácia nos sentimentos e ações individuais, mas também na atuação de grupos.

Nesse sentido, os relatos de vida apontaram para algo mais que vivências excepcionais num momento histórico hostil e violento. Havia diferentes formas de se colocar frente à Ditadura e ao opressor, tivessem consciência disso ou não: a construção de uma concepção de mundo e das relações entre os seres humanos que era a base de uma postura ética, libertária, calcada em valores tais quais a solidariedade. Isso não estava presente apenas nos grandes gestos como, por exemplo, pegar em armas, pondo em risco a própria vida, ou ser pertencente a um grupo de esquerda ou, ainda, resistir bravamente à tortura, mas também nas atitudes aparentemente pequenas do cotidiano, como oferecer abrigo a pessoas perseguidas pelo regime, contribuir financeiramente com a resistência, cuidar da infra-estrutura dos militantes, ajudar familiares que passam por dificuldades. Ou seja, práticas de solidariedade políticas atreladas às emoções, mas que ousaram resistir às estruturas repressivas de forma minuciosamente planejada. Negar as emoções e, por conseguinte, a solidariedade enquanto uma ação política, que possui a capacidade de transformar realidades é negligenciar as vivências de homens e mulheres que ousaram resistir às ditaduras do Cone Sul.

## **Fontes**

DECLARACIÓN DE LA COMISIÓN DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY. Jun. 1977, Assunção, Paraguai Jun/1977. In The North American Congress on Latin America (NACLA) Archive on Latin Americana. Wilmington, DE: Scholarly Resources Inc., 1998. Rol 2, file 9, Frames 1153, 0003, File 9. (Disponível no Acervo do LEGH).

- DUARTE, Carlos Alberto Dias. Entrevista concedida a Kelly Teixeira. Minas Gerais, Brasil, 19/08/2020.
- GALEANO, Dionisio Gauto. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. Assunção, Paraguai, 19/01/2015.
- MOREIRA, Diva. Entrevista concedida a Kelly Teixeira. Sabará, Brasil, 11/05/2017.
- NEVES, Magda Maria Beto de Almeida. Entrevista concedida a Kelly Teixeira. Gravador digital. Belo Horizonte, Brasil, 10/05/2017.
- SEPÚLVEDA, Eva Maria Carmona. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Santiago do Chile, Chile, 06/09/2013. Acervo do LEGH/UFSC.
- RESCK, Luis Alfonso. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Assunção, Paraguai, 14/06/2012. Acervo do LEGH.

## Referências

- ALVES, Rubem. É assim que acontece a bondade. In: *As melhores crônicas de Rubem de Alves*. Campinas: Editora Papirus, 2008.
- BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna Barreto. *O Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. Curitiba, Editora CRV, 2011.
- BJERG, María. Una genealogía de la historia de las emociones. *Quinto Sol*, v. 23, n. 1, p. 1-20, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.19137/qs.v23i1.2372>.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre: France-Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale – annés 1970-1980. *Annales de Bretagne et Pays des l'Ouest*. Rennes: Press Universitaire de Rennes, Tome 108, n. 2, p. 103-128, 2001. Disponível em: <https://abpo.revues.org/1737>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. *Psicologia e Saber Social*, v. 1, n. 1, p. 103-119, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3249>
- GRECO, Heloisa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, Eliane Soares de. Entre compaixão e piedade: a configuração passional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 1183-1192, set-dez 2012.
- PAZ, Alfredo Boccia; GONZÁLEZ, Myrian Angélica; AGUILAR, Rosa Palau. *Es mi informe: Los archivos secretos de la policía de Stroessner*. 4 ed. Assunção: Editorial Arandurá, 2014.
- PEDRO, Joana Maria. La question du genre dans la clandestinité au Brésil (1960-1980): usages et mémoires. Texto apresentado no *Colloque International 1964: La Dictature Bresilienne et sont legs*. Paris, 11-13 juin 2014 - EHESS – BROWN UNIVERSITY.

**AFETOS CONSTRUÍDOS:  
SOLIDARIEDADE NA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS DO CONE SUL**

---

PEDRO, Joana Maria; ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. Relações de Gênero na Clandestinidade no Cone Sul (1960-1990). In: *Congrès Femmes dans les Amériques – Aix – Marseille Université – França*, Dezembro, 2013.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, pp. 305-324, 2005. ISSN 0104-8775. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752005000200004>

RODRIGO, D.; NUNO, F. *Mini Larousse Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

SILVA, Mislene Souza da. *Mulheres em luta: O Movimento Feminino pela Anistia*. Curitiba: Editora CVR, 2020.

SILVA, Tamy Amorim. *Memórias sobre uma dama valente: Carmen de Lara Castro e a ditadura stonista (1967-1989)*. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. *Mulheres presente! Helena Greco e o movimento feminino pela anistia em Minas Gerais*. 2019. 247 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0679-T.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

TROCHE, Elsa. *NOTÍCIAS*. Assunção, 9 mai. 1993, p. 12-13. (Acervo Autora).

WESTPHAL, Vera Herweg. Diretrizes Matrizes da ideia de Solidariedade. *Revista Kátal*. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 43-52, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4757>. Acesso em: 10 out. 2020.

WEISZFLOG, W. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

WOLFF, Cristina Scheibe. Razón y emoción: mujeres militantes en las dictaduras del Cono Sur. *Historia del Presente*, n. 33, p. 75-87, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7264887>. Acesso em 10 out. 2020.

# “Quem me leva os meus fantasmas?”: Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul<sup>1</sup>

Athaysi Colaço Gomes<sup>2</sup> e Laíza Fuckner Molmelstet<sup>3</sup>

*De que serve ter o mapa  
Se o fim está traçado?  
De que serve a terra à vista  
Se o barco está parado?  
De que serve ter a chave  
Se a porta está aberta?  
Pra que servem as palavras  
Se a casa está deserta?  
Aquele era o tempo em que as mãos se fechavam  
E nas noites brilhantes as palavras voavam  
Eu via que o céu me nascia dos dedos  
A ursa maior eram ferros acesos  
Marinheiros perdidos em portos distantes  
Em bares escondidos  
Em sonhos gigantes  
A cidade vazia da cor do asfalto  
Alguém me pedia que eu cantasse mais alto  
Quem me leva os meus fantasmas?  
Quem me salva desta espada?  
Quem me diz onde é a estrada?*

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ-GD). E-mail: athaysicolaco@gmail.com.

3 Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participou do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Integrante do Projeto Políticas da Emoção e do Gênero na resistência as ditaduras militares do Cone Sul. E-mail: laizafucner@gmail.com

*Aquele era o tempo  
Em que as sombras se abriam  
Em que homens negavam o que outros erguiam  
Eu bebia da vida em goles pequenos  
Tropeçava no riso, abraçava de menos  
De costas voltadas não se vê o futuro  
Nem o rumo da bala  
Nem a falha no muro  
E alguém me gritava com voz de profeta  
Que o caminho se faz entre o alvo e a seta  
Quem leva os meus fantasmas?  
Quem me salva dessa espada?  
Quem me diz onde é a estrada?<sup>4</sup>*

A inigualável intérprete Maria Bethânia vocifera na música que batiza este artigo: “Aquele era o tempo em que as sombras se abriam, em que homens negavam o que outros erguiam e eu bebia da vida em goles pequenos”. Tomamos a liberdade de ressignificar a canção como um grito de sobrevivência a tempos traumáticos, ainda que os fantasmas estejam presentes e a vida tenha sido bebida em goles pequenos, ainda que a subjetividade tenha sido construída na clandestinidade, pela luta em defesa de erguer o que outros quiseram e ainda querem calar.

Aqui, escolhemos analisar os usos políticos de uma emoção, a culpa, fortemente presente na cultura cristã ocidental, através dos depoimentos de mães militantes que atuaram contra as ditaduras militares nos países do Cone Sul. No entanto, a culpa trabalhada neste capítulo mantém distância do julgamento moral ao buscar compreender a sua relação com as construções de maternidade e seus usos políticos pelos agentes da repressão das ditaduras.

Nosso objetivo é analisar as relações estabelecidas entre as mulheres que vivenciaram a maternidade e a militância em contextos de intensa repressão e autoritarismo, buscando entender, através do fluxo narrativo das entrevistas, como a culpa está relacionada às questões de gênero no tocante à maternidade e à atividade política das militantes mães.

---

4 Composição: Pedro Abruñhosa. Interpretação: Maria Bethânia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rgMWyJxIIJo>. Acesso em: 26 out. 2020.

Para isso, utilizamos entrevistas de mulheres de diferentes países do Cone Sul que narram questões relativas à culpabilização sofrida nos momentos de tortura, cárcere e clandestinidade com seus filhos e suas filhas. Vemos que o uso de estereótipos de posições sociais como mulher, mãe e militante foram usados pelos militares de modo a transferir a responsabilidade das violências políticas sofridas para os indivíduos, articulando processos políticos de emoções.

### **Militância, Maternidade e Culpa**



**Figura 1: A militante Rosalina e seu filho André.**

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2014).

Durante as ditaduras militares nos países do Cone Sul latino-americano, além da doutrina de segurança nacional e das macroestruturas jurídicas de poder - como os Atos Institucionais, o bipartidarismo, as eleições indiretas -, os discursos militares perpassavam pela defesa de ideais de sociedade conservadores e coloniais, baseados, portanto, em comportamentos de homens e de mulheres que performassem os estereótipos de gênero em construção pela cisgeneridade (BUTLER, 2016; VERGUEIRO, 2015). Desse modo, o ideal da mulher enquanto dona de casa, esposa e mãe era defendido discursivamente e ideologicamente durante os processos ditatoriais na América Latina. Tal assertiva não foi novidade criada pelos militares. De fato, a participação das mulheres em espaços da política representativa, como a possibilidade de voto, foi reiteradamente proibida ao longo da história (DUARTE; MEIZE, 2014).

No Brasil, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu um número expressivo de mulheres que saíram às ruas em apoio aos militares e rejeitando processos de mudanças identificados como nefastos à tradição e à família brasileira. Muitas dessas mulheres eram esposas, familiares de homens tradicionais no cenário político partidário e ligadas a ordens religiosas católicas, por isso, o nome da marcha trouxe conceitos em disputa como “família” e “liberdade”, ambas sob a proteção de Deus como o elo divino dos termos defendidos. A noção tradicional de família nuclear cristã é formada pela equação: homem + mulher = filhos. Assim, a procriação seria essencial para a constituição de uma família, e a maternidade seria uma função a ser exercida abnegadamente pelas mulheres mães, garantindo o bom funcionamento do elemento basilar da nação.

As mulheres presentes na Marcha estavam participando de um ato político - algo identificado como tipicamente masculino -, mas o fizeram em defesa da manutenção dos valores tradicionais e se apresentaram enquanto mães, esposas e filhas preocupadas com o destino do país. No entanto, quando as mulheres que participavam de manifestações políticas eram identificadas com os grupos de resistência à ditadura militar brasileira, estavam subvertendo os ideais de mulher defendidos pela ditadura e pelos grupos civis conservadores que a apoiaram, portanto, eram identificadas

como uma ameaça à estabilidade das normas de gênero, à família e à pátria (TELES, 1993).

Essa noção é fundamental para entendermos os abusos e as violências diversas sofridas pelas mulheres militantes durante as sessões de tortura, pois ao representarem uma ameaça, estavam sujeitas ao punitivismo militarista aliado às práticas misóginas que demarcavam a relação entre as torturas aplicadas e as questões de gênero. Lógica semelhante se apresenta em relação às militantes mães, pois a maternidade idealizada não coadunava com o exercício da militância de mulheres e, portanto, os discursos normativos de sacralização da relação mães/filhas foram deliberadamente negligenciados pelos torturadores ao separar as mães de suas filhas, ao torturar crianças e ao utilizá-las como moeda de troca para que as militantes dessem informações sobre as organizações das quais faziam parte (CORREA, 2018; BRASIL, 2014; JOFFILY, 2010).

A militante e pesquisadora Maria Amélia de Almeida Teles (2015) enfatiza a exposição do seu corpo como a primeira forma de tortura sexual, sendo seguida de violações e de estupros, o que demarca um limite no processo de subjetivação dessa experiência de encarceramento. As opressões de gênero, no contexto da sociedade patriarcal, concedem ao homem domínio sobre o corpo da mulher. Quando essa opressão se soma ao exercício do poder militar, nas ditaduras, sobre as opositoras, percebe-se que as mulheres militantes foram duplamente sujeitas às violações sexuais (TELES, 2015).

Amelinha aponta que a pior tortura que sofreu foi a exposição de Janaína e Edson, seus filhos, ainda crianças, aos corpos torturados dos pais, pois aciona as construções de afetos da família, em especial da relação de proteção da mãe com os filhos. Nesse contexto, a impossibilidade da mãe militante de garantir a segurança de suas crianças desperta o sentimento de culpa bastante envolvido com as construções sociais da maternidade, o que representa uma tortura psicológica com reflexos psicossociais bastante complexos de serem superados (MERLINO; OJEDA, 2010; ÁVILA, 2019).

Me amarraram na cadeira do dragão, nua, e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido. Fiquei nessa cadeira, nua, e os caras se esfregavam em mim,

se masturbavam em cima de mim. A gente sentia muita sede e, quando eles davam água, estava com sal. Eles punham sal para você sentir mais sede ainda. Depois fui para o pau de arara. Eles jogavam coca-cola no nariz. Você ficava nua como frango no açougue, e eles espetando seu pé, suas nádegas, falando que era o soro da verdade. Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: ‘Mãe, por que você está azul e o pai verde?’. O Edson disse: ‘Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?’. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão (TELES apud MERLINO; OJEDA, 2010, p. 162).



**Figura 2: Janaína e Edson, filhos de Amelinha Teles, em 1978.**

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2014).

Durante os atos de tortura, a responsabilidade das mães no cuidado com os filhos foi usada como justificativa das arbitrariedades cometidas pelos agentes da repressão, pois o tratamento dispensado às mulheres militantes se baseou na retórica falaciosa de que as vítimas estavam provocando o sofrimento e a dor que lhes foi dispensada. Desse modo, a culpa foi utilizada como mecanismo de isenção dos torturadores e de responsabilização das vítimas pelas violências perpetradas pelos Estados ditatoriais. Esse jogo de inversão de culpa foi bastante utilizado como modo de desumanizar as vítimas e de justificar as violações aos direitos humanos cometidas durante o período (JOFFILY, 2010).

Sobre isso, Amelinha afirma:

A maternidade foi um dos meios de tortura utilizados pela repressão política. Foi usada para enlouquecer e fragilizar militantes, o que causou, em muitas situações, o enfraquecimento afetivo e emocional às mulheres e às crianças. As mães, por serem violentamente reprimidas pela ditadura devido à militância política, eram obrigadas a assistir suas crianças serem submetidas às mais vis torturas psicológicas ou físicas (TELES, 2015, p. 1017).

A militante Helena Serra Azul Monteiro ressalta a relação entre maternidade, militância e culpa ao destacar as palavras usadas para qualificar sua acusação em uma das vezes em que foi presa:

Uma das vezes em que fui presa, eu estava grávida e uma das torturas que eles usaram foi ameaçar de aborto que é uma ameaça de gênero, de sexo, porque quem engravida é a mulher. A acusação do procurador militar é toda porque eu sou mulher. Ele diz que eu sou uma irresponsável, porque eu estava grávida e no lugar de estar em casa cuidando do meu filho, eu era uma mãe desnaturada. Ele não fez uma acusação do ponto de vista político, eu fui julgada porque eu estava grávida e estava lutando contra a ditadura (MONTEIRO, 2013, s/p).

A partir dos trechos destacados acima, podemos analisar algumas questões importantes sobre a experiência de militantes mães nas ditadu-

ras: as relações afetivas foram marcadas pelo uso da violência política, seja na separação das mães de seus filhos e filhas; seja pela efetiva tortura que algumas crianças sofreram nas instalações militares; ou, mesmo, pelas dificuldades que a vida na clandestinidade requeria.

Importante nos atentarmos para as palavras que Helena afirma terem sido ditas pelos agentes da ditadura durante seu julgamento. A militante foi presa grávida e pariu o filho enquanto estava detida na Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife. Seu filho, Emanuel, ficou os primeiros meses de vida com a mãe e outras militantes na cela do cárcere. As acusações recebidas por Helena ressaltam os usos políticos da culpa em relação às mães militantes, já que o termo “desnaturada” se refere a alguém cuja natureza não é efetivamente cumprida. Nesse caso, segundo o julgamento do procurador, “sua natureza” seria se dedicar somente ao filho, cumprindo as expectativas construídas sobre as mulheres na sociedade patriarcal. Ao ser militante e mãe, Helena estaria, então, se desviando de sua “função natural” e, portanto, estaria passível de penalidades jurídicas que, em contextos autoritários, incluem torturas e violações dos direitos humanos.

O conceito de maternidade está envolto em disputas narrativas históricas a respeito de seus significados. Significados estes que se encontram no limiar entre discursos biológicos e construcionismo social. Elizabeth Badinter (1985), em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, questiona a existência do instinto materno e, conseqüentemente, de um comportamento universal que abrangeria todas as mulheres e todas as mulheres mães. Na perspectiva de Badinter, amor materno<sup>5</sup> é uma construção histórica que apresenta diversos significados e sentidos ao longo do tempo, afastando as noções reinantes de que o amor das mães pelos filhos seria uma condição inerente e generalizante.

As experiências de maternidade são plurais, subjetivas e precisam ser relacionadas com o contexto histórico - a ditadura militar, nesse caso -, bem

---

5 Badinter (1985) afirma que o conceito de amor materno representou uma substituição ao conceito de instinto maternal, visto por pesquisadores como ultrapassado. Porém, não houve, segundo ela, um deslocamento de seus significados. O termo amor materno serviria para humanizar as relações mães-filhos, pois o termo instinto remete às condições de animais, porém, seu sentido continuou como uma característica inerente a todas as mulheres mães com forte apelo biologizante.

como a partir da problemática das relações de gênero. Por isso, as experiências de maternidade necessitam ser analisadas de acordo com as relações sociais e políticas nas quais as militantes mães estavam integradas.

A doação integral das mães aos filhos era semelhante à doação que as militantes deveriam demonstrar com as organizações de resistência à ditadura, por isso muitas organizações, especialmente no Brasil, desencorajavam suas integrantes a serem mães, pois seria incompatível se dedicar integralmente às duas funções, além de configurar uma ameaça à integridade das organizações, pois a criança seria o “ponto fraco” da militante caso viesse a ser presa e interrogada pelos militares. Os ideais de maternidade e de militância seriam, então, inconciliáveis e o não cumprindo satisfatório das duas funções teria como efeito, para as mulheres, o despertar de emoções como a culpa por quebrarem com as expectativas sociais dos grupos (família e organizações) ao não coincidirem com os códigos de valores morais desejados para o desempenho dessas funções (PEDRO, WOLFF, 2010; TELES, 2015).

A historiadora Cristina Scheibe Wolff (2013), analisa, comparativamente, como a noção de maternidade e as relações de gênero foram utilizadas pelos grupos de resistência às ditaduras no Cone Sul. A pesquisadora investiga de que forma as emoções e as sensibilidades despertadas pela figura da mãe que procura pelos filhos/as desaparecidos/as nas ditaduras contribuíram para humanizar a figura desses/as militantes, já que a imagem construída pelos agentes da repressão era de que eram terroristas abomináveis e cruéis.

Estas mães, parentes, esposas e outros militantes que sistematicamente denunciaram a violência das ditaduras e resistiram a todos os tipos de pressão, sempre dizendo não e exigindo o retorno de seus filhos e companheiros, muitas vezes usaram as emoções e sentimentos que circundam a ideia de maternidade e família, como também as configurações de gênero do feminino, para chegar aos corações da opinião pública (WOLFF, 2013, p. 117).

As violências sofridas pelas mulheres militantes são acessíveis ao público através de suas memórias e depoimentos. Portanto, na tentativa

de tornar uma experiência pessoal compreensível para outras pessoas, as entrevistadas selecionam, conscientemente ou não, os elementos que consigam dar conta da complexidade dessa reconstrução da experiência vivida. Assim, a reelaboração dessa memória constitui uma disputa em torno do que se tornará público sobre o período da ditadura militar brasileira.

Em oposição às tentativas sem fim de setores conservadores da sociedade brasileira de relativizarem os abusos aos direitos humanos executados pelos militares, os sobreviventes das ditaduras militares no Cone Sul reconstróem suas experiências através da memória e, para tal, utilizam-se dos sentimentos e emoções, agenciando o trauma individual e situações íntimas como questões públicas através da memória social. Ao denunciarem os suplícios sofridos enquanto estavam grávidas, as ex-militantes recorrem à humanização do sujeito torturado como uma oposição à tortura realizada pelos agentes do Estado ditatorial brasileiro, que buscavam eliminar a noção de sujeito em suas técnicas de interrogatório (WOLFF, 2013).

A história de militância dessas mulheres que ousaram criar filhos e filhas em tempos de autoritarismo é ainda pouco estudada pela historiografia e pouco conhecida pelos próprios companheiros de luta, visto que, após os processos de redemocratização, as memórias e as experiências dos homens militantes gozaram de maior destaque nas pesquisas e nas obras produzidas sobre os processos de resistência à ditadura militar.

Segundo Márcio Seligmann-Silva: “[...] a memória do trauma é sempre uma busca de **compromisso** entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. O testemunho é analisado como parte de uma complexa ‘política da memória’” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 65, grifo do autor). Ao ganharem destaque, os depoimentos de homens militantes se outorgavam encarnar a experiência de diversos grupos, mas excluía outras experiências, pois as políticas de memórias estão articuladas, também, com as relações de gênero da sociedade.

Sobre isso, a militante uruguaia Carmen Beramendi conta que esteve presa por sete anos, durante os anos 1970, em companhia de outras 35 companheiras com seus filhos e filhas em cativeiro, mas que só recen-

temente essa história veio à tona a partir das pesquisas de historiadoras dedicadas a recuperar as experiências de mulheres em cárceres políticos.

Quando fui presa tinha uma filha de oito meses e estive comigo até os três anos no quartel, ela completou seus três anos no quartel. E como eu, trinta e cinco outras mulheres que estiveram presas com seus filhos no quartel juntas e é uma história que agora resgatamos. [...] A lógica de vinculação de como se articulam essas relações matrimônias e as questões de maternidade com essa situação é uma coisa, a qual acho especificamente, que temos que dar a mão à palmatória, porque a maternidade para essas mulheres que estavam nesses movimentos, é uma vida muito complexa, era muito complexa (BERAMENDI, 2008, s/p).

A militante uruguaia do MLN ressalta que a posteriori repensou a decisão de ter uma filha, decidida após um episódio em que o companheiro quase foi morto pelos militares:

E eu me lembro que um dia, um dia que quase mataram meu companheiro, e pensei: ele se salvou de morrer porque dormiu, no dia em que mataram os outros [...] Então me recordo, que bom que tive essa decisão no dia em que pensei: estavam morrendo muitos companheiros e eu queria ter um filho com ele, e eu não sabia o quanto mais iríamos viver, e eu queria ter um filho com ele, e me decidi e lhe disse: “Quero que tenhamos um filho”, e bom, que bom que eu comuniquei a ele, e tivemos essa filha que tinha três meses quando ele foi preso, e quando ele se lembra dessa vez que quase o mataram, ele diz que foi muito bom termos tido essa filha também (BERAMENDI, 2008, s/p).

A decisão de ter um filho ou filha passava pelo questionamento da relação entre os responsáveis pela criança e o trabalho de militância clandestina, além de, muitas vezes, se chocar com as orientações das organizações às quais os pais faziam parte. Especialmente a maternidade foi identificada como uma perigosa possibilidade de atuação violenta dos militares a fim de obter informações através da delação de outros companheiros, por exemplo. Essa ação, muitas vezes, foi forjada pelos militares a fim de culpabilizar os pais e, destacadamente, a mãe pelas possíveis violências que seus filhos sofreriam.

Se a noção de maternidade abnegada e de amor incondicional da mãe com o filho norteou as ameaças feitas às mulheres militantes, no caso dos homens houve o apelo ao zelo e à proteção que o “pai de família” deveria ter ao colocar a segurança de sua família - compreendida nos moldes cristãos tradicionais de uma unidade formada por um homem, uma mulher e seus descendentes diretos - em primeiro lugar. Portanto, à tortura física aplicada às mulheres grávidas se unia a tortura psicológica ao responsabilizar a própria vítima pelos possíveis males sofridos por sua companheira.

Carmona Sepúlveda conta a história de sua vida na clandestinidade enquanto filha de pais militantes do MIR, no Chile, desde o nascimento até a juventude, quando decide deixar o exílio na Argentina e voltar sozinha para o país com o intuito de reconstruir sua história e sua identidade. Ela narra múltiplas emoções vividas desde a infância por não conseguir construir laços de amizade mais profundos, pois não podia contar aos amigos de escola detalhes sobre a vida de sua família - nem mesmo os nomes que usava eram os nomes reais (SEPÚLVEDA, 2013).

Ou seja, eu estive, depois dos 18, foi como minha reação, claro, veio minha reação de ficar brava, mas minha raiva não era pela clandestinidade, não era pela exposição, *não era por isso*, eu estava brava com minha mãe como filha por outras coisas que eu discordava na minha criação... eu sentia que havia me dado muita liberdade e, com isso, demasiada responsabilidade e isso havia sido um peso muito forte para mim porque somada a outras condições da vida, não foi bom, eu creio. Talvez agora eu entenda um pouco mais o contexto de porque o fez e seus motivos e entenda mais sua história como pessoa e entenda que nem tudo que foi feito estava relacionado com a ditadura, mas tinha a ver com a sua infância, com sua criação, com a solidão em que se encontrava e uma série de outras coisas. Conversamos, mas creio que para ela é difícil entender todas as consequências que isso teve para mim, mas, digamos, ela tolera isso (SEPÚLVEDA, 2013, s/p, tradução nossa)<sup>6</sup>.

---

6 No original: “O sea, yo estuve, después de los 18 fue como mi reacción, por supuesto vino me reacción de enojarme, de, de... pero fíjate que mi enojo no era por la clandestinidad, no era por la exposición, *no era por eso*, yo estaba enojada con mi mama como hija por otras cosas que yo estaba totalmente en desacuerdo de cómo me había criado..., yo sentía que me había dado demasiada libertad y con eso demasiada responsabilidades y que ello había sido un peso muy fuerte para mi, porque sumado a las

A dificuldade de socializar e de contar sobre sua vida pessoal a acompanha até a vida adulta como uma marca dos traumas e das formações subjetivas forjadas em meio ao medo de perder a mãe e o padrasto, já que o pai havia sido morto pelos militares quando ainda tinha três anos de idade. O depoimento é marcado por ambiguidades de sentimentos, como ela mesmo afirma, ao reforçar a coragem e o sofrimentos dos pais para permanecer militando pelo fim da ditadura no Chile, mesmo em condições muito sofridas (SEPÚLVEDA, 2013).

Encontramos semelhanças no sentimento de culpa em relação à criação de crianças na clandestinidade no relato da militante Guilhermina Kanonnikof Flores (2008), do Paraguai:

Eu me lembro que, em uma ocasião, tocou o telefone e eu estava conversando com meu pai, e ao terminar a conversa, Manuel me disse chorando: Mamãe, porque nós estamos aqui se toda nossa família, toda a gente de que gostamos, estão no Paraguai. Eu quero voltar ao Paraguai. Aí começou minha crise, outra vez de volta. Custou-me muito, os primeiros seis meses me acostumar a essa separação familiar, a ausência da família, ausência do afeto. Custou a Manuel interagir com crianças que falavam outro idioma (FLORES, 2008, s/p).

A construção dos estereótipos de feminilidade passa pelo papel materno, cujo peso da responsabilidade da criação das crianças é quase inteiramente da mulher. Em momentos de terrorismo de Estado, como no caso das ditaduras militares na América Latina, muitas militantes viveram na clandestinidade e tiveram suas vidas alteradas diante do imperativo da sobrevivência, mas a pressão pelo desempenho do papel de mãe se fazia presente e, ao não conseguirem manter uma rotina de infância tida como comum, os filhos e filhas buscaram construir sua subjetividade em meio às

---

otras condiciones de vida no había sido bueno, lo sigo creyendo, tal vez ahora entiendo un poco mas el contexto de porque lo hizo y tratar de entender mas su historia como persona y entender de que no todo lo que hizo estuvo relacionado con la dictadura, si no que también tenia que ver con su propia infancia, como la criaron, con lo sola que estuvo y una serie de otras cosas....conversamos pero yo creo que para ella es difícil...como comprender todas las implicancias que tuvo para mi...pero la..., lo recibo digamos, lo soporta (SEPÚLVEDA, 2013, s/p).

condições impostas pela perseguição política. Como crianças, buscavam entender a si e ao mundo, o que, por vezes, gerava perguntas que despertavam o sentimento de impotência e de culpa nas mães militantes.

Como destacamos acima, no Brasil, de modo geral, as organizações clandestinas não eram favoráveis à parentalidade entre seus membros, mas os grupos de resistência às ditaduras no Cone Sul possuíam divergências quanto a isso. Na Argentina, por exemplo, os Montoneros incentivaram os nascimentos de crianças entre seus integrantes, pois elas seriam homens e mulheres criados para o “mundo novo” após o fim da ditadura. Já no Uruguai, Carmen relata que ela e o companheiros tinham o pensamento parecido com essa política natalista, mas que isso foi tópico de intensos debates dentro da organização na qual militavam, pois havia grupos contrários e favoráveis à decisão de que os militantes tivessem filhas e filhos (WOLFF, 2013).

No momento em que tive minha filha, a decisão de ter filhos foi uma polêmica que também me colocou frente à outra coisa forte que existia dentro da MLN, pois ele tinha duas posturas, havia alguns que diziam que não tínhamos que ter filhos, principalmente pelo nível de compromisso, pois muitas mulheres que estiveram nas guerrilhas não tiveram filhos [...] Eu tinha a ideia de que se eu entregasse minha vida a isso, a vida da minha filha se resolveria, eu tinha essa ideia de que a vida da minha filha seria melhor se nós chegássemos a tomar o poder e se a guerrilha triunfasse, pois teríamos um país mais livre e também acreditava que lutar junto com a minha filha e [...] Então teve toda essa à polêmica interna sobre ter ou não ter filhos. Tínhamos esta perspectiva romântica, dizíamos que a revolução não vai resolver a vida dos filhos e, portanto, temos que ter filhos se não se pode ter a vida (BERAMENDI, 2008, s/p).

A complexidade está, em grande parte, pelas condições de clandestinidade em que as famílias de militantes buscavam sobreviver às ameaças de morte. Diante da extensão do aparato repressivo do Estado, as condições de resistência e de sobrevivência eram bastante limitadas. A isso, soma-se o peso cultural da responsabilidade das mães no cuidado e na criação das crianças. Muitas vezes o faziam sozinhas, pois, na clan-

destinidade, as redes de apoio familiares eram impossibilitadas de serem acionadas com frequência. Esses dois elementos nos parecem constituir o cerne da compreensão da relação entre culpa, militância e maternidade.

### **Considerações finais**

A maternidade é uma noção elaborada a partir da possibilidade de pessoas com útero engravidarem e gestarem uma vida. Na cultura ocidental, a ideia de “ser mãe” é tida quase como uma função sagrada, especialmente para as mulheres, e reforça as características atribuídas à feminilidade como a doação ao outro, doação do corpo, do tempo, dos cuidados, da vida. As imagens sacras de Maria ajoelhada aos pés da cruz vendo o filho crucificado ou de Pietá com o corpo do filho desfalecido no colo agenciam emoções atreladas ao ideal de maternidade desenvolvido desde a infância para as mulheres. É comum se reproduzir discursivamente que uma mulher só é plenamente satisfeita/realizada através da maternidade, que esse é o maior exemplo de amor que alguém pode sentir. Todas essas questões suscitam ideais de comportamentos sociais e de normas de gênero reforçadas pelas emoções com o objetivo de consolidar o modelo de maternidade e de mãe a ser desempenhado pelas mulheres ao longo da história.

A historiografia sobre as ditaduras militares na América Latina se estabeleceu como a narrativa de vozes e escritas masculinas. As abordagens sobre as participações de mulheres nas organizações de resistência aos governos ditatoriais têm se consolidado recentemente, mas ainda em campos de disputa, pois está inserida em relações de poder que permeiam as instituições acadêmicas e de financiamentos de pesquisas. As experiências de mulheres na ditadura, em diversas dimensões, foram subestimadas diante da sacralização da virilidade do militante homem, assim como as pesquisadoras o foram por seus colegas. Desse modo, o encontro de pesquisadoras e pesquisadas forjam novas formas de narrar essas experiências, ao mesmo tempo em que promovem as desestabilizações das relações de poder presentes nas relações de gênero. Assim, as fronteiras entre saber e poder são circundadas por novas possibilidades de análise.

A abertura dessas fronteiras para a histórias das emoções abarca as dimensões subjetivas das narrativas não só epistemologicamente, mas a compreende como uma dimensão fundante das memórias e das experiências vividas. Reconhecer que as emoções são elementos fundamentais na partilha do sensível não desmerece a cientificidade das produções acadêmicas. De fato, questiona a sacralidade da ciência moderna colonial e falocêntrica. A quem interessa a objetividade? É possível alcançá-la? As construções das hierarquias de poder e das delimitações estanques e binárias que opõem, por exemplo, razão e emoção são reiteradas com um propósito bem definido de consolidar epistemes coloniais. Ao borrarmos esses limites, estamos deslocando também condições estruturantes de poderes.

A partir disso, buscamos entender a culpa presente em diversos depoimentos de mulheres e homens militantes como um caminho a ser investigado pelas trajetórias das emoções acionadas pelas lutas de resistência e de sobrevivências em contextos repressivos no Cone Sul. Optamos por analisar a culpa sentida por aqueles que sobreviveram e viram inúmeros companheiros serem assassinados ou desaparecidos sob a guarda do Estado e pelas mulheres mães militantes que tentavam, muitas vezes sozinhas, criar filhos em meio às degradantes condições impostas pela clandestinidade.

## **Fontes**

BERAMENDI, Carmen. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevideu, Uruguai, 28/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume 1. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014.

FLORES, Guillermina Kanonnikoff. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

MONTEIRO, Helena Serra Azul. Entrevista: concedida a Athaysi Colaço Gomes. Fortaleza, Brasil, maio de 2013. 1 arquivo .amr (82min).

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Infância Roubada, Crianças atingidas pela ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

SEPÚLVEDA, Eva Maria Carmona. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Santiago do Chile, Chile, 06/09/2013. Acervo do LEGH/UFSC.

## Referências

- ÁVILA, Alana Aragão. Armadilhas da culpabilização materna. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e65236, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n265236>
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- BARBOSA, Patrícia Z.; ROCHA-COUTINHO, Maria L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.163-185, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000100012>
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CORREA, Ana Paula A. “*Eles torturavam as crianças na frente das mulheres*”: Mulheres, trauma e maternidade na resistência à ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles, MEIZA, Regina de Lucena Lucas (org.). *As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira: 1964-1985*. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.
- JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 225-245.
- MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 398-405, set./dez. 2011.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>
- TELES, A. A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v-23n3p1001>
- TELES, A. A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1993.
- VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho: Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedos*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago./dez. 2013.
- WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 138-155.

# A potência da raiva e os efeitos do ódio político nas narrativas sobre as ditaduras no Cone Sul<sup>1</sup>

Ale Mujica Rodriguez<sup>2</sup>, Aline Dias dos Santos<sup>3</sup> e Morgani Guzzo<sup>4</sup>

*que nadie nos quite las ganas de gritar  
que nadie nos quite la rabia  
que nadie nos quite el odio  
que nadie nos quite la ternura  
que nadie nos quite el amor  
porque no necesitamos el permiso de nadie para ser como nos  
de la gana de ser y recuerda  
NO SENTIR RABIA ES UN PRIVILEGIO.  
(Fishfirika)*

## Introdução

Rio de Janeiro, Brasil, 28 de março de 1968. Em uma abordagem para reprimir um protesto contra os altos preços da refeição no restaurante estudantil Calabouço, o comandante da tropa da Polícia Militar, aspirante Aloísio Raposo, atira e mata o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto com

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Formada em Medicina pela Universidad Autónoma de Bucaramanga, Colômbia (UNAB), com especialização em Docência Universitária pela Universidad Industrial de Santander (UIS), Colômbia. Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pela UFSC. E-mail: mujica.rodriguez86@gmail.com.

3 Professora de história formada pelas faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), mestra em história pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutoranda por cotas raciais no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES e membra do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Email: diasdealine1@gmail.com.

4 Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), jornalista e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Email: morganiguzzo@gmail.com.

um tiro à queima roupa no peito. O choque desse assassinato move jovens do Brasil inteiro. O sentimento de raiva, de dor e de indignação leva ao levante, à vontade de agir que resulta em manifestações em várias capitais.

O contexto desse acontecimento - o Brasil em plena ditadura militar - é cercado, também, pela efervescência cultural e política dos anos 1960 em várias partes do mundo. Enquanto o movimento por direitos civis e o feminismo ganhava visibilidade em países europeus e nos EUA, no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia a “ameaça comunista”, usada como justificativa para a instauração de regimes autoritários, barra-va, de maneira truculenta e violenta, as expressões de vida, de liberdade e de criatividade de toda uma geração.

A organização política em torno de projetos de sociedade coletivos que levassem à superação da desigualdade social e à abertura dos regimes de sentido conservadores foi confrontada pelas forças autoritárias de um projeto capitalista, patriarcal, cristão, branco e heterossexual durante as ditaduras militares nos países do Cone Sul latino-americano na segunda metade do século XX. Tal contexto político produziu marcas não só nas identidades nacionais, na estrutura social e nas formas de mobilização política, mas, também, nos corpos físicos e na estrutura psíquica que, por se tratar de um passado ainda muito recente, não cessa de afetar, mover afetivamente, atingir os corpos e produzir sentidos relacionados às violências, à dor, à perda, ao luto, ao ódio e à raiva. Segundo Wolff (2018), as emoções estão coladas ao corpo e aos pensamentos, e cada pessoa as demonstra de formas diferentes. O ódio, por exemplo, tem movimentações muitas vezes complexas, é uma emoção intensa; implica um sentimento de “ser contra”, é sempre aversão a algo ou alguém (AHMED, 2017).

Nas histórias sobre as ditaduras, estas emoções podem estar presentes, mas nem sempre são nomeadas nos relatos e registros<sup>5</sup>. Isso pode ser explicado porque existe um processo de “aprendizagem emocional” que, desde a infância, molda nossas emoções, nos ensina quais sentimentos devem ser expressados e quais devem ser reprimidos, quais emoções

---

5 A expressão da raiva e do ódio nem sempre é nomeada ou se dá explicitamente. Pode tomar forma de um nó na garganta, um suspiro ou, às vezes, um grito. Por isso, não iremos trazer essas emoções e as expressões dessas emoções como categorias totalizantes.

são “próprias” dos homens e quais são “próprias” das mulheres, e cria um circuito que hierarquiza as emoções (AHMED, 2017). Assim, a expressão dessas emoções está atrelada às relações de gênero, raça e classe que impõem, por exemplo, às mulheres, dentro de um regime patriarcal-colonial, o dever de serem conciliadoras. Por outro lado, quando estas mulheres são negras, indígenas ou não-brancas, expressar raiva e ódio pode se converter em uma justificativa para práticas e narrativas racistas<sup>6</sup>.

A raiva e o ódio são emoções distintas. A raiva pode estar presente no ódio, assim como o ódio pode estar presente na raiva, elas podem se entrelaçar, mas têm suas intensidades diferenciadas. Por isso, nos motiva, neste capítulo, refletir sobre as potências que podem surgir da raiva quando coletiva e os alertas que devemos observar quanto aos usos políticos do ódio durante o período de ditadura militar.

A partir de entrevistas feitas com militantes que atuaram na resistência às ditaduras no Cone Sul<sup>7</sup> e suas narrativas sobre as mobilizações, a prisão e a tortura, buscamos analisar o que faz a raiva com um corpo e as formas que o ódio do Estado militar tomou na repressão às ideias e aos corpos daquelas que se opuseram às ditaduras. Para embasar nossa discussão, nos apoiamos especialmente nas análises de Sara Ahmed (2017; 2018) sobre a política cultural das emoções.

## **Uma paixão que move: a raiva**

A raiz grega da palavra “paixão”, *pathós*, significa aquilo que move, que impele a fazer algo e é traduzida como “paixão, sofrimento e afeto”. Na ordem social hegemônica do ocidente, ser passiona é considerado inferior a ser racional. Ainda hoje, as emoções são tratadas como manifestações radicalmente opostas à razão, hierarquizando, assim, os processos e aqueles/aquelas envolvidos neles. “Ser emotiva quer dizer que o próprio

---

6 Essa punição, por exemplo, se dá na construção de estereótipos sobre as mulheres negras como raivosas, mal-educadas e/ou violentas (LORDE, 2019), inferiorizando e invalidando seus sentimentos, “como uma estratégia sexista e racista” (D’ALVA, 2019, p. 280).

7 As entrevistas fazem parte do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

juízo se vê afetado: significa ser reativa e não ativa, dependente em vez de autônoma” (AHMED, 2017, p. 22, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Assim como ser movida por paixões é considerado algo negativo nessa sociedade racionalista colonial, a dicotomia entre racional e emocional também é generificada, sendo a capacidade de sentir e demonstrar emoção ou a “emotividade” uma característica atribuída à feminilidade, enquanto a razão ou “racionalidade” é atribuição da masculinidade. Essa diferenciação já foi respaldada por estudos científicos que procuravam sustentar, através de argumentos biológicos, o predomínio de faculdades afetivas e não intelectuais nas mulheres (ROHDEN, 2001), gerando noções estereotipadas de um “emocional feminino” e de um “não emocional masculino” (LOCKE, 2002). Segundo Lutz (1990) denominar a emoção como caótica e irracional e rotular as mulheres como mais emocionais reforça a sua subordinação ideológica.

Como no caso citado de Edson Luís, o choque desse assassinato pela repressão da ditadura gerou um movimento ainda maior de indignação. Para além das reivindicações e dos debates políticos, a truculência, as violações dos direitos humanos e as mortes deram outro sentido à mobilização, especialmente no âmbito estudantil. Segundo Lídia Schneider Bristot (2014, p. 12-3), o movimento estudantil “é reconhecido como um dos importantes atores sociais na resistência à ditadura civil-militar brasileira, tanto na ideia de jovem rebelde [...], quanto como um movimento organizado e sério” de onde saíram pessoas importantes no cenário político do país<sup>9</sup>.

Para Derlei Catarina de Luca (2008), estudante da Universidade Federal de Santa Catarina e militante estudantil e da Ação Popular, em Florianópolis, a violência do Estado e a morte de Edson Luís foram o estopim para a insurgência estudantil. Apesar do contexto opressivo, o medo foi substituído pela raiva que tomou os corpos dos estudantes.

---

8 No original: “Ser emotiva quiere decir que el propio juicio se ve afectado: significa ser reactiva y no activa, dependiente en vez de autónoma” (AHMED, 2017, p. 22).

9 De acordo com a pesquisadora, foi o movimento estudantil que “mais rapidamente se reorganizou e teve força contra a ditadura civil-militar, enquanto outros setores dos movimentos sociais precisaram de mais tempo para se reorganizarem frente à derrota que foi o golpe de Estado” (BRISTOT, 2014, p. 27).

Nós tínhamos uma série de reivindicações para ir levantando [...], e isso nós já tínhamos clareza. Só que não precisou a gente se esforçar, porque a ditadura foi que deu motivo. A ditadura deu motivo porque em seguida ela começou a bater, a prender, a matar. Então, aqui em Florianópolis, nas assembleias, a polícia estava permanentemente, eles ameaçavam [...] No Rio e em São Paulo começaram a bater e daí deu a morte do Edson Luís. Para ver que deu só um mês, a gente só tava há um mês brigando na rua, fazendo assembleia e tentando levantar os estudantes. E eles foram e mataram o rapaz. [...] Deram um motivo. Quando sai a notícia que tinham matado, que o Edson... que o exército tinha matado um estudante no Rio de Janeiro, todo mundo se levantou e não precisou a gente mais convidar, não precisou fazermos nosso discurso e tentar mobilizar o pessoal. O pessoal se levantou. Foi a repressão que deu motivo para eles, para os estudantes se levantarem (DE LUCA, 2008, s/p).

Ao relatar que “foi a repressão que deu motivo”, mencionando que o convencimento e a mobilização por meio das ideias de esquerda foi atropelada por um sentimento que mobilizou os/as estudantes, Derlei demonstra que, às vezes, a razão de uma mobilização perpassa pela reação a algum golpe, a emoção provocada por esse golpe nos corpos políticos afetados: uma sensação, a percepção de uma injustiça (AHMED, 2018).



**Figura 1: Manifestação no Rio de Janeiro em 1968.**

Fonte: Arquivo Nacional/Correio da Manhã.

A percepção de injustiça que leva à mobilização pode ser movida pela raiva. No entanto, essas emoções que engajam e impelem ao movimentos são, também, genericadas. Segundo Cristina Scheibe Wolff (2007), havia, nas organizações de esquerda, tanto nos movimentos estudantis como na luta armada, características desejáveis de seus/suas militantes que estavam associadas ao masculino, como a coragem, o heroísmo, a determinação e o espírito de sacrifício. Assim, tanto a resistência à ditadura poderia ser um lugar de difícil acesso e permanência para as mulheres (ou características “femininas”), quanto era evidente que aquelas que fizessem parte das organizações deveriam se “masculinizar” de alguma forma, para serem aceitas como companheiras da luta.

Olívia Joffily, militante na resistência à ditadura no Brasil filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), conta que o sentimento que a movia para a organização política não era considerado “adequado” por seu pai por ela ser mulher. Isso fez não só com que ela fosse proibida de participar das organizações e mobilizações que seguiram após o assassinato de Edson Luís, como também justificou sua internação em um hospital psiquiátrico para “amenizar” ou “aquietar” suas emoções.

Quando chegou em 68, quando começaram aquelas grandes manifestações estudantis, eu ainda era secundarista [...] mas aí eu fui para as manifestações. Eu ia por minha conta própria. Inclusive algumas vezes eu tive que eu fugir de casa, porque meu pai trancava a porta com medo de eu ir. E eu fugi e fui assim mesmo, porque eu achava que tinha que estar lá, para mim era uma coisa muito importante. [...] O meu pai decidiu que então eu não voltava mais para casa. Aí eu saí do hospício. Eu só estava com uma roupa do corpo e algumas outras que minhas colegas da Unicamp me mandaram, porque era inverno. E eu me lembro que no dia que eu saí, sentei no degrau com a trouxinha de roupa do lado e eu fiquei pensando, por aonde eu vou? [...] E, ao mesmo tempo, eu me dizia: “não faz drama porque você tem que sobreviver. Siga em frente”. A gente não tinha muito tempo para chorar. [...] A única coisa que tenho é meu corpo, se eu não tenho direito sobre isso, eu nunca terei direito de nada, inclusive em vários sentidos. Quando eu fiquei presa no quarto em casa, eu também senti essa rebeldia (JOFFILY, 2009, p. 5-10).

A raiva também pode organizar outros sentimentos ou afetos, como o da frustração pela retirada da liberdade de uma juventude em plena fase de experimentação política, cultural e do corpo. Assim, a vontade é de quebrar a jaula quando se percebe, repentinamente, enjaulado, amarrado e amordaçado. Além disso, a impossibilidade de se fazer ouvir também pode acumular angústias, frustrações e mais raiva. Pode provocar um sentimento de urgência, de que a hora de viver é agora, de que é tudo ou nada.

Para Marisa Fernandes, historiadora e uma das primeiras ativistas lésbicas do Brasil, cofundadora e integrante do LF (Lésbico-Feminista-1979) e da Galf (Grupo de Ação Lésbica Feminista – 1980-1989), diferente do discurso de “paz e amor” ou “faça amor, não faça a guerra” que era propagado pelos *hippies*, especialmente nos EUA, no Brasil, a urgência do momento, a violência, a dor das perdas, a opressão e a perseguição davam outro caráter às experiências da juventude.

Então a gente não via perspectivas de futuro, e tudo tinha que ser vivido, como se cada dia fosse o último. Na verdade, essas eram as perspectivas que a gente tinha. Então tinha um movimento de libertação e essa urgência de viver. E como nós também não sabíamos, como eu já disse, de que não era um amor lindo, não era “paz e amor”, não era “o amor vencerá a guerra”, esse nosso amor não era assim (FERNANDES, 2018, p. 6).

O amor lésbico, no contexto de repressão violenta a qualquer ideia ou prática que não fosse conservadora, provocava nos corpos a urgência de viver. Essa urgência também poderia vir acompanhada por um sentimento de raiva pelo não lugar, pela inexistência de esperança ou perspectivas de viver os afetos com mais liberdade.

### **As mulheres, os “esquecimentos” da história e a raiva feminista**

A atuação das mulheres nas resistências às ditaduras no Cone Sul é tema de diversos estudos (PEDRO; WOLFF, 2010; PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011). Seja na luta pela anistia, no movimento feminista, na busca pelos

desaparecidos políticos, no exílio ou em diversos espaços de militância, as mulheres fizeram parte da resistência tanto quanto os homens. No entanto, nem sempre são “lembradas” e mencionadas nos anais da história do período.

Carmem Beramendi, militante uruguaia do grupo guerrilheiro Movimento de Libertação Nacional, relata que a existência e a participação das mulheres na resistência foi ignorada logo após a queda da ditadura. Segundo ela, os homens é que tinham ficado como protagonistas da memória da luta contra a ditadura.

Quando saí da prisão choquei-me muito, principalmente após a queda da ditadura, que na realidade os presos para o conjunto da população eram os “peladinhos”. A prisão estava associada aos homens, os homens eram os protagonistas, os homens saíam da prisão e faziam conferência com a imprensa. Nós, mulheres, saíamos da prisão e íamos correndo nos encontrar com a nossa família. Então, chocava-me muito essa espécie de esquecimento imediato com a memória recente de Resistência e de Luta, de que existiam também essas mulheres havíamos estado presas, assim como eles (BERAMENDI, 2008, s/p).

Esse esquecimento perdurou ao longo dos anos. Moriana Hernandez, ativista da Juventude Comunista no Uruguai, conta da ausência das mulheres em uma mesa redonda sobre o movimento estudantil de 1968, organizada na universidade.

Uma vez, na Faculdade de História, fizeram uma mesa redonda sobre os estudantes de 68 e todos os convidados para falar foram homens, salvo uma companheira, uma historiadora feminista. Então ela disse, “sou a única mulher em toda esta quantidade de homens, preciso fazer patente a existência de mulheres”. Fizemos uma lista bem grande das mulheres dirigentes estudantis em 68 e fomos até a mesa redonda formando uma fila de militantes, pois nessa época sentávamos todas juntas, com uma fita na boca e, depois, nos dirigimos falando: “esperem a nossa morte para tirar-nos da história, por favor” (HERNANDEZ, 2008, s/p).

A sensação de esquecimento, de ser excluída da história enquanto ainda se está viva, podendo reivindicar essas experiências e contar sua história, pode resultar em sentimentos de indignação e, até mesmo, de raiva. Tanto na diferença na forma como eram torturadas quanto no seu “esquecimento” logo após a queda da ditadura, as mulheres perceberam que não tinham os mesmos direitos que os homens nem na sociedade como um todo, nem nas organizações em que atuavam (BRIGGMANN; WOLFF; 2019).

A militante brasileira Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha, relata que foi durante a prisão que fez uma reflexão feminista, analisando que lugares os homens ocupavam em comparação às mulheres e se dando conta que o futuro foi reservado a eles.

Passamos tudo isso que passamos e, hoje, eu olho e vejo a história de cada uma de nós e é cruel. Qual mulher que foi bem sucedida? E as (poucas) que são bem sucedidas estão segurando duras penas. E são bem sucedidas em termos, porque, comparadas com os homens não tem nenhuma. Os ex-presos, não todos, mas muitos, hoje, são deputados, são pessoas importantes. Tem ministro, deputado, tiveram ascensão social. A sociedade é machista mesmo, existe uma falta de reconhecimento, tudo o que fizemos parece menor. Isso inclusive na esquerda (JOFFILY, 2005, p. 148).

A ativista chilena Erika Hennings Cepeda recorda que essa estrutura machista, responsável pelo “esquecimento” das mulheres, também era percebida nas relações e formas de organização dos movimentos. Pouco ou nada foi discutido sobre as relações de gênero dentro desses espaços e seus efeitos para as mulheres militantes.

[...] eu sustendo que o machismo nos alcançou a todos e todas. [...] Não obstante a participação da mulher sobretudo a Mirista e também no Partido Comunista, igualmente éramos dominados por métodos, formas de nos estruturarmos e trabalho que era machista. Era machista. As mulheres, inclusive no MIR, tinham grande participação, [...]. Mas, igualmente, o Partido as relegava, ou nos relegava, incluindo eu, a tarefa que era mais... a secretaria, o apoio, a ajuda. [...]

Não se davam discussões desse tipo. Ou seja, não havia maior questionamento e discussão a respeito do lugar que ocupavam umas e outros, ou o que tínhamos que enfrentar as mulheres como era, não sei, desde o rompimento com a família para poder participar, que tinha um enfoque também machista, porque ao homem deixavam participar de maneira mais livre, havia menos questionamentos (HENNING, 2019, s.p, tradução nossa)<sup>10</sup>.

A sensação de injustiça, de querer fazer algo com ela, nos move. Dessa forma, o feminismo também pode ser um movimento de rechaço - e a raiva está incutida no rechaço. Feministas são mulheres raivosas (AHMED, 2018).

De acordo com Moriana, a percepção de algo como errado, injusto, foi o que a fez perceber feminista. Mesmo incomodada desde muito cedo com as regras de conduta sexual distintas para homens e mulheres, foi quando estava exilada no México que efetivamente percebeu que aquilo não era algo pessoal, mas um problema geral das mulheres (HERNANDEZ, 2008). A dupla moral sexual, o conservadorismo e o machismo são relatados pelas militantes quando recordam as dificuldades e a discriminação vividas dentro das organizações e dos partidos de esquerda. Assim, o perceber-se feminista perpassa por dar-se conta de que as injustiças e as desigualdades são coletivas. É assim que se constrói um “nós feminista” (AHMED, 2018).

Ahmed (2018) argumenta que a consciência feminista pode vir atrelada à raiva quando se reconhece como se inflige a violência e que tão logo te identifiquem como menina estarás submetida a ela. “Expressará sua raiva feminista porque responsabilizam as mulheres pela violência que as infligem” (AHMED, 2018, p. 48, tradução nossa)<sup>11</sup>. Assim, a relação entre

---

10 No original: “[...] yo sostengo que el machismo nos alcanzó a todos y todas. [...] No obstante, la participación de la mujer, sobre todo la Mirista y también en el Partido Comunista, igualmente éramos dominados por métodos, formas de estructurarnos y trabajo que era machista. Era machista. Las mujeres, incluso en el MIR, tenían gran participación, [...]. Pero igualmente el partido las relegaba o nos relegaba, incluyéndome, a tareas que eran más de... la secretaria, o el apoyo, la ayudita [...] No se daban discusiones de ese tipo. Es decir, no había mayor cuestionamiento y discusión respecto del lugar que ocupaban unas y otros, o lo que teníamos que enfrentar las mujeres como era, no sé, desde el rompimiento con la familia para poder participar, que tenía un enfoque también machista, porque al hombre lo dejaban participar de manera más libre, había menos cuestionamientos (HENNING, 2019, s/p).

11 No original: “Expressarás tu rabia feminista porque responsabilizan a las mujeres de la violencia que les infligen” (AHMED, 2018, p. 48).

feminismo e raiva pode se dar a partir da “política da dor”<sup>12</sup>, mas não é só a dor que leva ao reconhecimento de si como feminista ou à existência do feminismo como um movimento de transformação social e política. A resposta à dor pode requerer raiva para levar ao movimento, à ação, resultado da interpretação de que essa dor está errada, que é um ultraje, e que algo deve ser feito sobre isso. Os grupos de consciência ou grupos de reflexão feministas dos anos 1970 são um exemplo de espaços que transformaram a dor individual em luta coletiva.

Analba Brazão Teixeira, militante brasileira do movimento feminista e do movimento negro desde os anos 1970, recorda como os grupos de reflexão constituíam-se como espaços onde canalizar as experiências de opressão e potencializar suas ações. Jovens de dezoito, dezenove anos, que formavam grupos para escutar, para fortalecer, para abraçar umas às outras na hora do choro, para daí “ter a catarse, e a revolta, e vamos pra luta” (TEIXEIRA, 2017, s/p). Os espaços feministas, assim, são espaços onde a raiva pode ser ressignificada. Em um processo de acolhimento, de solidariedade e de amizade, a raiva pode se transformar em revolta que, coletivamente, pode construir uma estratégia, um direcionamento para a luta.

Eu acho que eu me revoltei bem cedo, porque eu acho que a revolta é que faz a luta. Muitas vezes você não está inserida no movimento, mas o legado do movimento faz com que você tenha essa percepção. [...] Agora, como é bom quando isso se coletiviza né? Porque eu acho que só na coletividade que a gente consegue transformar, eu sozinha posso transformar na minha casa, né? Mas a ideia é a transformação da sociedade. Então é muito além, é muito maior. [...] Então eu acho que é muito importante ter esses momentos de fala, ter esses momentos onde as pessoas possam se colocar, e não se colocar...transformar essa revolta em luta, né? porque eu acho que o feminismo é isso (TEIXEIRA, 2017, s/p).

---

12 Há uma vasta bibliografia sobre a relação entre feminismo e dor, em que se analisa que as experiências de violência contra as mulheres, a injúria (ofensa) e a discriminação têm sido cruciais para as políticas feministas. Os testemunhos de mulheres sobre a dor, como suas experiências de violência, são cruciais não só para a formação dos sujeitos feministas (uma maneira de ler a dor como uma violência estrutural e não incidental), mas também para a criação de coletivos feministas, que têm se mobilizado em torno da injustiça e da demanda política e ética para reparação e compensação.

Os espaços feministas, portanto, criam a possibilidade de politização mediada, ligada às “jornadas emocionais” (AHMED, 2018), de modo que reanimam a relação entre sujeito e um coletivo. Segundo Ahmed (2018), não é que a raiva da opressão das mulheres “nos torne feministas”, mas a raiva envolve uma leitura de mundo particular, que permite compreender como, por exemplo, a hierarquia de gênero é implicada em outras formas de relações de poder, incluindo raça, classe e sexualidade, e como as normas de gênero regulam corpos e espaços. Assim, identificar-se como uma feminista depende de tomar essa raiva como base para uma crítica do mundo e revela uma abertura ao futuro. Segundo a autora, a raiva direcionada contra isto ou aquilo move o feminismo para uma crítica maior, abrindo possibilidades que, muitas vezes, não podem ser localizadas ou encontradas no presente.

### **A raiva potencializadora - o feminismo deve ouvir a raiva**

Para a argentina Alejandra Ciriza, que entrou no *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) em 1975 e que já era feminista quando iniciou sua militância de esquerda, o feminismo precisa escutar a raiva, compreender que, por sermos um continente colonizado, a forma como nossas experiências de opressão operam são distintas de acordo com raça, classe, gênero e demais marcadores de diferença.

O feminismo não pode ser assunto de poucas, o feminismo tem que ser assunto de todas, se não é de todas, não é. E para isso precisamos que as jovens escutem as pessoas afro, escutem as Mapuches, escutem, escutem a raiva, escutem, porque tem que escutar a raiva e aguentá-la, porque este é um continente colonizado e acredito que isso é muito importante. Nós temos que trabalhar sobre isso, não podemos nos comportar como se nosso ser feministas dependesse das teorias estadunidenses, das teorias francesas, ou das teorias sei lá de onde, não me importa. Tem que entender que a raiz do feminismo tem a ver com as experiências de opressão e essas experiências não são apenas de sexo e gênero, são

experiências que têm a ver com o racismo e com a classe (CIRIZA, 2019, s/p).

Segundo Ciriza (2019), nosso “ser feminista” deve ouvir a raiva que vem do reconhecimento das experiências de opressão entrelaçadas de gênero, raça e classe vividas pelas pessoas de nosso continente. Em consonância, Ahmed (2018, p. 57) argumenta que a “consciência feminista e antirracista não só implica encontrar as palavras, mas descobrir, através das palavras, de que forma dão a conhecer, compreender como é dirigida a violência: a violência é dirigida mais a uns corpos que a outros” (tradução nossa)<sup>13</sup>. Na perspectiva do Feminismo Negro, especialmente de Audre Lorde (2019), a raiva é uma “poderosa fonte de energia” contra os profundos investimentos sociais e psíquicos do racismo, assim como do sexismo.

Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. Usada com precisão, ela pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança. E quando falo de mudança não me refiro a uma simples troca de papéis ou a uma redução temporária de tensões, nem à habilidade de sorrir ou se sentir bem. Estou falando de uma alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas (LORDE, 2019, p. 161).

Segundo Lorde (2019), a raiva toma diferentes formas: pode ser uma resposta à injustiça do racismo, uma tradução da dor para o conhecimento ou uma visão de futuro, repleta de informação e energia. Para ela, “[...] a raiva expressa e traduzida em uma ação a favor de nossos ideais e nosso futuro é um ato de esclarecimento que liberta e dá força” (LORDE, 2019, p. 161). Amparada em Lorde (2019), Ahmed (2018) argumenta que o feminismo pode ser uma resposta à dor e uma forma de raiva direcionada contra essa dor.

É o que fazem as Zapatistas quando reivindicam a “raiva digna”, nascida coletivamente “como proposta de luta, de resistência e de organização”

---

13 No original: “La conciencia feminista y antirracista no solo implica encontrar las palabras, sino descubrir, a través de las palabras, de qué forma señalan, comprender cómo es dirigida la violencia: la violencia es dirigida más hacia unos cuerpos que hacia otros” (AHMED, 2018, p. 57).

(MEJÍA et al., 2017, p. 19, tradução nossa)<sup>14</sup> e tornam-se inspiração para vários outros movimentos graças à “capacidade destas de quebrar algumas das regras do sentir do sistema de dominação” (GRAVANTE; POMA, 2019, p. 2).

## Ódio, substantivo masculino

O dicionário explica pontualmente: “aversão ou repugnância que se sente por alguém ou por alguma coisa; antipatia, desprezo, enzona, odiosidade” (MICHAELIS, 2021). Nas palavras de Ahmed (2017),

A psicanálise nos permite ver que as emoções como o ódio envolvem um processo de movimento ou associação, por meio do qual os “sentimentos” nos levam através de diferentes níveis de significação, não todos os quais podem admitir-se no presente (AHMED, 2017, p. 81, tradução nossa)<sup>15</sup>.

No campo político, as nuances das associações que o ódio faz podem ser apreendidas através dos discursos autoritários, inflamados, mais frequentes em lideranças extremistas. Visto desde uma perspectiva regional, as experiências de ditaduras no Cone Sul latino-americano são fontes emblemáticas e ricas para a análise da raiva e do ódio, pois estas foram emoções muito mobilizadas e, até, naturalizadas neste período.

No Brasil, instaurada de 1964 a 1985, a ditadura militar foi marcada por profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, e a intensa repressão político-social aos seus opositores. Em 1975, os vínculos entre Brasil e Chile se estreitaram com a conformação da Operação Condor (CERVEIRA, 2009), uma aliança político-militar internacional, uma das formas de repressão mais intensas e brutais. Dentro de seus

---

14 De acordo com Mejía et al (2017, p. 19), “el dolor, el olvido y la rabia en donde estaban siendo aplazados(as) cotidianamente las comunidades zapatistas por las cuatro ruedas del capitalismo – ‘explotación, despojo, desprecio y represión’ – se convirtió en Digna Rabia. Esta nació siendo colectiva como propuesta de lucha, de resistencia y de organización. Es amorosa y creativa, no es destructiva: la no eliminación del hermano(a) marca sus pasos. Junta la fuerza de la rabia, del coraje y de la indignación para aprender enseñando a tejer otra historia donde se respeta la vida”.

15 No original: “El psicoanálisis nos permite ver que las emociones como el odio involucran un proceso de movimiento o asociación, por medio del cual los “sentimientos” nos llevan a través de diferentes niveles de significación, no todos los cuales pueden admitirse en el presente” (AHMED, 2017, p. 81).

objetivos, estava, através das alianças com outros países do Cone Sul em regime ditatorial, continuar a perseguir e torturar pessoas adversárias políticas fora das fronteiras<sup>16</sup>. Emoções como o ódio são frequentemente utilizadas nesses processos para reforçar o sentimento de coletividade, identificação e proximidade entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que moldam a existência de um “outro” ao qual se direciona o ódio, a partir de ideias, concepções e estereótipos a fim de causar medo e estranhamento. Esse outro não será bem vindo, pelo contrário, será hostilizado e servirá de exemplo para todos de como não ser, não existir.

Nesse sentido, o ódio funciona como uma via de mão dupla, criando sempre elementos de inclusão e exclusão<sup>17</sup>, causando sentimentos de inadequação e necessidade de encaixe em algum grupo. Por meio destas confusões, se expande. No contexto da ditadura brasileira, uma das vias de vazão de ódio se deu a partir da oposição criada entre comunistas e não comunistas. As mulheres, por serem consideradas influentes, formaram o primeiro grupo a ser mobilizado para sensibilizar as pessoas contra o comunismo e em defesa da ordem tradicional da família e da religião (MOTTA, 2002). O discurso crescente era de que o comunismo era um mal que tinha que ser combatido como um câncer, e comunistas deveriam ser combatidos, pois representavam um mal à nação. Nesse sentido, as pessoas deveriam identificar-se como não comunistas e deveriam sentir aversão, medo, querer distância desses “monstros comunistas” (TREVISAN, 2018), e denunciar caso percebessem algum desses nas proximidades.

De acordo com Motta (2002), o anticomunismo foi um sentimento construído a partir de convicções ideológicas e ocorreu por diversas motiva-

---

16 Esta aliança foi firmada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e, indiretamente, foi realizada na Colômbia, Venezuela e Peru (TORRES, 2018). A luta contra o comunismo internacional foi também parte importante das bases da Operação Condor, o que justificava o ódio e as diferentes violências para com as pessoas que eram tidas como comunistas e, por consequência, vistas como “subversivas” e uma ameaça à ordem do Estado (CERVEIRA, 2009).

17 Numa conjuntura de extremismo político, Ahmed (2017) questiona de que maneira emoções como o ódio podem funcionar para que os coletivos se sintam confiantes sobre a maneira como leem os corpos dos outros. “Como funciona o ódio para alinhar alguns sujeitos com alguns outros e contra outros outros?” (AHMED 2017, p. 77-8), quais as consequências desse ódio com poder de opressão para esses corpos “outros” sem permissão de existir? No contexto atual, será que todos os corpos podem existir?

ções, dentre elas a rejeição a processos de mudanças sociais que afetariam valores tradicionais e o desejo de constituir um aparato estatal autoritário. Aqueles que não se adequam serão forçados, por meio de diversas violências, a se identificar com um grupo e hostilizar os que são diferentes.

Conforme apontado por Sara Ahmed (2017), estruturalmente, o ódio se move de forma rizomática, porém são as estruturas de poder que irão dimensionar os danos das violências geradas por essa emoção. Assim, o ódio é um elemento estruturante para criar semelhança entre indivíduos, numa nova organização cultural/política, ao mesmo tempo em que gera a separação entre os “semelhantes” e aqueles que, de alguma forma, rejeitam a nova ordem. Estes serão o grupo não bem vindo e se tornarão vítimas de ódio, sofrendo desde violências psicológicas, ameaças, xingamentos, humilhações de diversos tipos, até físicas, choques elétricos, espancamentos, abusos sexuais<sup>18</sup>. Assistirão parentes, familiares, amigos e conhecidos também sendo ameaçados, perseguidos, torturados e desaparecidos.

As ditaduras têm como característica a censura e a tortura. Qualquer pessoa - homem, mulher, criança etc. - que fosse apontada como próxima à comunistas era presa, torturada e, muitas vezes, assassinada (ARNS, 1995; BRASIL, 2009). De acordo com Gianordoli-Nascimento (2006), as consequências das violências causadas pela ditadura são presentes de maneira profunda na vida de familiares de pessoas que foram presas, militantes contra o regime ou não, demonstrando a dimensão do sofrimento que as arbitrariedades do período podem alcançar.

As torturas, inclusive no âmbito sexual, vitimaram tanto homens quanto mulheres. A historiadora Gabriela Sapriza (2010), que escreve sobre a ditadura no Uruguai, relaciona a tortura às mulheres como uma forma de afirmação da masculinidade do torturador, o que adicionaria elementos diferentes do que quando a tortura é contra homens. Segundo a autora, as relações de gênero eram utilizadas como um jogo, onde a masculinidade

---

18 Eram diversas as formas que torturadores usavam para machucar as pessoas. Homens, mulheres grávidas, travestis, crianças, diversas pessoas passaram por tipos diferentes de torturas registradas na literatura. Havia uma “hierarquia da tortura” que buscava o controle do sujeito, começando dos membros inferiores até chegar à cabeça, à mente. Ver Correa; Fernandes (2017) e Gianordoli-Nascimento (2006).

dos torturadores era um dos elementos essenciais do seu poder de causar sofrimento. Os abusos sexuais ao corpo feminino, portanto, eram como troféus dessa assimetria de poderes (SAPRIZA, 2010, p. 104).

As mulheres sofreram as mais diversas violências físicas, psicológicas e morais no cárcere: “desde o momento da prisão até o horror da sala de torturas, estavam nas mãos de agentes masculinos fiéis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como uma forma a mais para atingir as mulheres” (ROSA, 2015, p. 319). Por meio dos relatos de militantes torturadas, autoras como Sapriza (2010) e Briggmann e Wolff (2019) perceberam a ênfase de torturas marcadas pela questão de gênero, como a violência sexual, o estupro, o sadismo, a mutilação dos seios e da vagina e o uso de familiares na tortura. O ódio, portanto, também tem caráter misógino na tortura de mulheres militantes nos porões das ditaduras do Cone Sul.

A repressão odiava as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisões (TELES, 2015). Também por isso as mulheres eram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, numa clara intenção de imposição de poder, não apenas de militares para com prisioneiras, mas também de homens para com mulheres (BRIGGMANN; WOLFF, 2019, p. 311).

Vera Sílvia Magalhães, militante brasileira da Dissidência da Guanabara (DI-GB), depois do MR-8, ao ser questionada se quando foi torturada eram apenas homens ou se haviam mulheres também, relata a quantidade de homens e a violência empregada durante as torturas.

Eram 8 homens. As equipes eram compostas de 8 homens da Polícia do Exército. Eram uns brutamontes. E era aquela coisa, tinha um ritual. Em verdade é tudo tão violento que eu nem consigo reproduzir, exatamente, nem quantas sessões eu tive. Era misturado o dia com a noite, não comer. A tortura física básica é o pau-de-arara, muito choque elétrico – que enlouquece qualquer um. Afogamento, fuzilamento simulado – põem você contra a parede e atiram com bala de estopim; e você tem certeza que morreu (GOTO, 2003, p. 11).

Em seu depoimento, é evidente o desconforto pela presença masculina dos “brutamontes”. Wolff (2019), ao analisar como a razão e a emoção afetam a vida de mulheres militantes nas Ditaduras do Cone Sul, conclui que a razão e a emoção estão entrelaçadas ocupando o mesmo lugar no corpo humano. Assim, acessar memórias de dias vividos no período da ditadura militar traz ao presente lembranças ancoradas em sentimentos de um momento onde eram utilizados dispositivos repressivos, dos mais sutis aos mais invasivos, presentificando, também, as emoções experienciadas, pois como escreve Sara Ahmed (2017), as palavras usadas para referenciar emoções e sentimentos circulam, e as emoções circulam junto formando um circuito.

O ódio, a raiva e o medo formam um circuito político que se beneficia dessa circulação de sentimentos, agregando elementos simbólicos para fortalecer o discurso que interessa àqueles que estão no poder. Para a efetiva circulação do ódio, é necessário transformar a linguagem em ação. Em um trecho de outra entrevista cedida por Vera Sílvia ela narra o que se lembra de ter sentido num dos dias em que foi torturada:

Eles me torturaram na sexta-feira santa. Fui a única pessoa torturada na sexta-feira santa na PE. E eles me disseram: Você vai ser torturada como homem, como Jesus Cristo. E aí foi uma loucura o que fizeram porque eles estavam com ódio de mim, não sei se é porque eu era mulher, eu não sei, eu acho que foi uma tortura inteiramente desmesurada, desproporcional a que os outros. A do Daniel foi pesada também, mas pra mulher eu acho que exagerou. Exageraram mesmo, tanto é que eu nunca mais me recuperei fisicamente, cheia de sequelas, cheia de problemas (MAGALHÃES, 2013, s/p).

O ódio transformado em tortura física pode estar associado, segundo Gianordoli-Nascimento (2006), ao fato de que os regimes autoritários mantêm um estereótipo de mulheres ligado aos valores tradicionais, como comportar-se como reprodutoras, ocupar-se dos afazeres domésticos e cuidar dos filhos. As mulheres militantes, ao se afastarem desses ideais, estariam colocando em risco não só a estabilidade do regime, mas também o futuro da nação, visto que a socialização de seus filhos é vista como obrigação delas e estas estão “desviadas” de seu caminho.

Assim, é possível dizer que a expressividade do ódio foi resultado do choque entre diversas correntes político-ideológicas dentro dessa matriz econômica, na qual é necessário diferenciar o “nós” do “eles”, porque “eles” constituem a causa de “nossos” danos e de “nosso” ódio.<sup>19</sup>

Dessa forma, Vera Silvia Magalhães compreende que a tortura que seus algozes lançaram a ela se deve ao ódio, que ela não sabe exatamente como explicar, mas sente que é ódio. No que tange às representações anticomunistas da conjuntura, as mulheres militantes foram vistas como cometendo dois pecados: “[...] o de lutar junto com os homens, e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino” (COLLING, 1997, p. 80). Ao se voltar para Vera e dizer “você vai ser torturada como homem, como Jesus Cristo”, os torturadores mobilizam um ódio frequentemente direcionado a mulheres lésbicas e sapatonas quando sofrem violência física, sendo possível dizer que mulheres que ousam adentrar espaços compreendidos como masculinos devem ser castigadas com mais força, com maior crueldade, muitas vezes sendo violentadas mais severamente do que outros homens, pois mulheres que subvertem a ordem cometem dois pecados (COLLING, 1997).

Diante disso, os torturadores realizavam um ritual de tortura especial para as mulheres que, aos seus olhos, eram pecadoras (GIANOR-DOLI-NASCIMENTO et al., 2012). No caso de Vera, quando se referem a elementos religiosos, mencionando Jesus Cristo e enfatizando a sexta-feira santa, os torturadores acionam o mecanismo simbólico e ritualístico já que,

---

19 O racismo é parte fundante da cultura brasileira, ainda que não seja dito, explicado ou demonstrado. Da mesma forma que as pessoas negras, dissidentes sexuais, travestis, transexuais, transgeneros, trabalhadoras do sexo, sapatonas e qualquer que seja o “outro” formam os grupos que o ódio hegemônico deseja que deixem de existir. Para aprofundar sobre assunto, ver Silva (2019). Durante a ditadura, a palavra travesti era interdita e fortemente censurada, e o regime repressivo promoveu, através das tecnologias de captura e violência contra travestis, aquilo que chamaram de “limpeza social” (VIEIRA, 2015). O processo de limpeza e higienização era feito através de “rondões”, como foi descrito no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV): “Em 1º de abril de 1980, O Estado de São Paulo publica matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, no qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo”. (SÃO PAULO, 2014, p. 297).

na cultura judaico-cristã, a data refere-se a quando Jesus foi condenado à crucificação, sofreu e morreu pelos nossos pecados. Assim, é possível afirmar que o sentimento de ódio não é pessoal contra Vera mas, sim, pelo que ela representa, ao ser alguém que atuou de forma “subversiva”, ferindo seu país, sua fé e suas crenças com sua existência. É sua inimiga e, também, inimiga de Jesus Cristo.

Nos discursos de teor autoritário, o ódio circula como um elemento de defesa e muitos grupos de ódio acreditam estar agindo em nome do amor e da proteção de suas famílias e de Deus, justificando, assim, suas ações violentas. No exemplo utilizado por Ahmed (2017), há uma construção social do ódio aos imigrantes; no caso das ditaduras, houve uma construção do ódio aos comunistas. Em ambos, o ódio atua como uma proteção que se camufla de amor. Vera, assim como outras mulheres e homens militantes, eram compreendidos, naquele contexto, como um “ferimento” ao corpo nacional (AHMED, 2017), a quem os torturadores desejavam combater pois, na visão deles, eram uma ameaça a tudo o que eles amavam. Usando o ódio como recurso a possíveis danos, eles se “defendiam”. Tudo em prol de um “bem maior”.

## **Considerações finais**

Segundo Ahmed (2018), as emoções nos movem, e a forma como somos movidas envolve interpretações de sensações e sentimentos não apenas no sentido de interpretarmos o que sentimos mas, também, no sentido de que aquilo que sentimos depender de interpretações passadas que não são necessariamente feitas por nós, mas que vêm antes de nós. Ler as emoções como mediadas e, não, imediatas, nos lembra que o conhecimento não pode ser separado do mundo corpóreo dos sentimentos e sensações. Isto é, o conhecimento está ligado àquilo que nos faz suar, estremecer, tremer, e todos os sentimentos sentidos na superfície do corpo, onde nos tocamos e somos tocados pelo mundo (AHMED, 2018).

Identificar e analisar a forma como o ódio e a raiva são sentidos e afetam aquilo que tocamos permite perceber as emoções tanto como

aquilo que provoca reações quanto como resultado de ações provocadas. Da mesma forma, permite reconhecer que as emoções não são sentidas de forma individual e isolada, mas se entrelaçam a outras e podem ser sentidas coletivamente.

A raiva pode estar associada e ser intensificada pela dor. Por outro lado, também pode ter uma papel importante no que se refere à rebeldia organizada e no sustento do ativismo e de movimentos que procuram romper com contextos opressores e sufocantes, como o das ditaduras. As emoções vivenciadas em consequência da violência de Estado fazem parte do que Flam e King (2005) definiram como *subversive counter-emotions* (contra-emoções subversivas), que têm efeitos no processo de identificação coletiva. Desta forma, a reapropriação da raiva pode ser um movimento crucial para a mobilização coletiva.

A raiva também pode ser uma resposta ao ódio que move ditadores, torturadores e todos aqueles que nos oprimem. Por isso, esse ódio e a nossa raiva são muito diferentes. Como argumenta Audre Lorde (2019), nós estamos atuando em um contexto de oposição ao ódio virulento direcionado contra todas as mulheres, pessoas de cor, lésbicas e gays, pessoas pobres e contra todas, todos e todes que procuramos examinar as particularidades de nossas vidas ao mesmo tempo em que resistimos às opressões e avançamos em direção a uma coalização e a mudanças concretas. “O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos, e a sua finalidade é a morte e a destruição. A raiva é um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e sua finalidade é a mudança” (LORDE, 2019, p. 164).

Assim, a raiva pode abrir caminhos para o futuro. Ser contra algo é, também, ser por algo, mas algo que ainda tem que ser articulado ou ainda não é. A raiva pode ser visionária, assim como o medo da raiva, ou sua transformação em silêncio é o afastamento do futuro. Por isso, segundo Lorde (2019, p. 163), temos que levar muito a sério a raiva e as suas “fúrias entrelaçadas”, porque, “tenham certeza, nossos oponentes nevam muito a sério o ódio que sentem de nós e do que estamos tentando fazer aqui”.

## Fontes

BERAMENDI, Carmem. Entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff. Montevideú, Uruguai, 28/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

CIRIZA, Alejandra. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Alina Nunes. Mar del Plata, Argentina, 31/07/2019. Acervo do LEGH/UFSC.

DE LUCA, Derlei Catarina. Entrevista concedida a Sérgio Luis Schlatter Junior. Criciúma, Brasil, 22/04/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

GOTO, Newton. "Micropolítica do afeto". Entrevista concedida por Vera Sílvia Magalhães a Newton Goto, com participação de Felipe Maranhão. Rio de Janeiro, novembro de 2003. Disponível em: [https://newtongoto.files.wordpress.com/2011/10/ab\\_micropolc3adtica-do-afeto\\_ok.pdf](https://newtongoto.files.wordpress.com/2011/10/ab_micropolc3adtica-do-afeto_ok.pdf). Acesso em 21 abr. 2021.

HENNINGS, Erika Cepeda. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann e Luiz Augusto Possamai Borges. Santiago, Chile, 12/09/2019. Acervo do LEGH/UFSC.

HERNANDEZ, Moriana Valentini. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevideú, Uruguai, 24/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

JOFFILY, Olívia. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, Joana V. Borges e Sérgio S. Júnior. Florianópolis, Brasil, 07/05/2009. Acervo do LEGH/UFSC.

MAGALHÃES, Vera Sílvia. Programa Memória Política. Entrevista concedida a Ana Maria Lopes de Almeida. Arquivo da Câmara dos Deputados, 12/05/2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes/texto>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TEIXEIRA, Analba Brazão. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello. Florianópolis, Brasil, 03/08/2017. Acervo do LEGH/UFSC

## Referências

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2017.

AHMED, Sara. *Vivir uma vida feminista*. Barcelona: Bellaterra, 2018.

ARNS, Paulo Evaristo, Cardeal. *Brasil: Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Presidência da República: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

## A POTÊNCIA DA RAIVA E OS EFEITOS DO ÓDIO POLÍTICO NAS NARRATIVAS SOBRE AS DITADURAS NO CONE SUL

---

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Caroline de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 303-322.

CERVEIRA, Neusah. Rumo à Operação Condor – Ditadura, Tortura e Outros Crimes. *Projeto História*, São Paulo, n. 38, p. 97-118, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/5235/3765>. Acesso em: 2 abr. 2021.

COLLING, Ana M. *A Resistencia da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Volume 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 23 abr. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Tomo 1, Parte II: Ditadura e Homossexualidade: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. São Paulo: ALESP, 2014.

CORREA, Ana Paula Alves; FERNANDES, Andressa Brenner. Ecos de um passado/presente: a tortura feminina e as posições sujeito no discurso sobre a ditadura brasileira. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p. 21-34, 2017. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/595/o/2A-na\\_P\\_A\\_Correa.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/595/o/2A-na_P_A_Correa.pdf). Acesso em: 2 abr. 2021.

D’ALVA, Roberta Estrela. *SLAM: voz de levante*. *Rebenton*, São Paulo, n. 10, p. 268-286, jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/360>. Acesso em: 23 abr. 2021.

FLAM, Helena e KING, Debra (eds.). *Emotions and Social Movements*. Londres/Nueva York: Routledge, 2005.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. *Psicologia e Saber Social*, v. 1, n. 1, p. 103-119, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3249>

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. Mulheres e Militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GRAVANTE, Tommaso; POMA, Alice. Presentación. 25 años de movimiento zapatista: desde el desencanto a la digna rabia. *Boletín Onteaiken*, n. 27, ano 14, p. I-V, mayo, 2019.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LOCKE, Abigail. Gendered emotion: Personal, cultural or discursive? *Feminism and Psychology*, v. 12, n. 1, p. 97-104, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1177/0959353502012001012>

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 157-171.

LUTZ, Catherine. Engendered Emotion: gender, power, and the rethoric of emotional control in American discourse. In: In: ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (eds.),

*Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 69-91.

MEJÍA, Noemí; GUERREIRO, Miguel Escobar; BUEN, Andrea; SILVA, Mayra; NAVARRO, Fernanda. La grieta zapatista en el muro capitalista: resistencia y organización frente a la hidra capitalista,

## A POTÊNCIA DA RAIVA E OS EFEITOS DO ÓDIO POLÍTICO NAS NARRATIVAS SOBRE AS DITADURAS NO CONE SUL

---

pensamiento crítico y educación emancipadora. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 18-38. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v19i41.3646>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PEDRO, Joana Maria.; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. 2 ed. rev. and ampliada Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ROSA, Susel Oliveira. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7537/5625>. Acesso: 02 dez. 2020.

TREVISAN, Daniel. A "ameaça vermelha": medo e paranoia anticomunista. a *Café História*, 22/01/2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/anticomunismo/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SAPRIZA, Graciela. Memória y memórias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Editora mulheres, 2010. p. 94-114.

SILVA, Tauana, Olívia Gomes. Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

TORRES, Henry. La Operación Cóndor y el terrorismo de Estado. *Revista Eleuthera*, 20, p. 114-134, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17151/eleu.2019.20.7>

VIEIRA, Fernanda Dantas. A Caça aos Homossexuais e Travestis na Ditadura Militar. *Pragmatismo Político*, 17/04/2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/a-caca-aos-homossexuais-e-travestis-na-ditadura-militar.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. Corpos narrados nas memórias das ditaduras do Cone Sul. *Sæculum – Revista de História*, n. 39, João Pessoa, p. 267-278, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.41419>

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200003>

WOLFF, Cristina Scheibe. Razón y emoción: mujeres militantes en las dictaduras del Cono Sur. *Historia del Presente*, n. 33, 2a. Epoca, pp.75-87, 2019.

# Esperança Equilibrista: emoções e gênero nas lutas contra as ditaduras no Cone Sul<sup>1</sup>

Cristina Scheibe Wolff<sup>2</sup> e Vera Fátima Gasparetto<sup>3</sup>

Em 1979 foi gravada a música “O bêbado e a equilibrista” pela voz da inesquecível Elis Regina, escrita por João Bosco e Aldir Blanc. Seu tom melancólico revela o momento da abertura política no Brasil, o ano em que a Lei da Anistia foi aprovada e a censura aos meios de comunicação e às artes relaxava (RODEGHERO et al., 2011). Ela fala das perdas sofridas na ditadura, do luto, da tortura mas, também, “que uma dor assim pungente não há de ser inutilmente, a esperança, dança, na corda bamba de sombrinha”, mesmo uma esperança equilibrista “sabe que o show de todo artista tem que continuar” (BOSCO; BLANC, 1979).

Esperança é, assim, uma emoção sempre presente nos movimentos políticos, tanto naqueles que procuram a criação de um mundo melhor, quanto naqueles que, ao resistir a regimes autoritários, buscam a superação de momentos difíceis. Sem esperança não há por quê lutar, não se justificam os sacrifícios, perdem-se os objetivos políticos. Como reflete Paulo Freire no livro *Pedagogia da Esperança*, escrito num cenário de ditaduras, dor e exílio: “Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (FREIRE, 1992, s/p).

A esperança de um mundo melhor foi chave no engajamento político de jovens nos anos 1960, 70 e 80 nos países do Cone Sul que viviam

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Professora Titular do Departamento de História – UFSC, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

3 Pós-doutoranda PPGICH/UFSC, pesquisadora do LEGH/IEG e bolsista PNPd/Capes.

ditaduras militares baseadas na doutrina de segurança nacional. Ela estava em todos os discursos e símbolos das organizações de esquerda, nas lutas clandestinas que visavam a revolução socialista e a resistência à ditadura e, também, nos movimentos sociais de camponeses, operários, indígenas, negros e de exilados/as políticas/os que enfrentaram as ditaduras e resistiam em nome da esperança. A revolução estava no horizonte de muitas pessoas, que se entregaram de forma absoluta sacrificando suas vidas, seus corpos e a vida de familiares em nome da crença na possibilidade de transformação social no sentido de uma sociedade mais justa e humana (RUIZ; PARIS, 2004).

Os feminismos também enfrentaram as ditaduras e perseguiram sonhos de transformação que geraram esperanças para lutar por sociedades em que mulheres e homens tivessem direitos iguais. Assim como a esperança foi a força motora dos sonhos, as utopias inspiraram as lutas nos contextos subalternizados, colonizados e onde as mazelas das violências de Estado encontraram, nas ferramentas do empobrecimento, dos preconceitos e do patriarcado, formas de se enraizar. O assombro com essas realidades, como reflete Sara Ahmed (2015), ajuda a compreender a forma como delas nasce a esperança.

A dor e a indignação cobram vida mediante o assombro, pois este nos ajuda a nos darmos conta de que o que dói e o que causa dor, e o que sentimos que está mal, não é necessário, e pode desfazer-se assim como fazer-se. O assombro injeta energia à esperança de transformação e à vontade de ação política (AHMED, 2015, p. 274, tradução nossa)<sup>4</sup>.

As contribuições feministas decoloniais têm buscado o reconhecimento das emoções na produção de conhecimento tanto como objeto de análise quanto como eixo estruturante de sua produção. Os estudos sobre a ação social coletiva se ocupam, entre outros objetos, do sofrimento social produzido pelas violências e suas implicações nas emoções, as quais são um componente importante da política,

---

<sup>4</sup> No original: "El dolor y la indignación cobran vida mediante el asombro, pues éste nos ayuda a darnos cuenta de que lo que duele y lo que causa dolor, y lo que sentimos que está mal, no es necesario, y puede deshacerse así como hacerse. El asombro inyecta energía a la esperanza de transformación y a la voluntad para la acción política" (AHMED, 2015, p. 274).

da produção do conhecimento e da realidade, não se constituindo em oposição à razão (CORREAL, 2019)<sup>5</sup>.

Uma perspectiva epistemológica decolonial busca repor o lugar das emoções na política e questiona a centralidade do chamado conhecimento científico hegemônico, que se funda em detrimento das experiências e conhecimentos outros, como as lutas concretas das mulheres, que criam outras formas de existir e resistir diante da violência de Estado, como aconteceu no contexto das ditaduras no Cone Sul nas décadas de 1960 a 1980.

Partindo das emoções e dos desafios epistemológicos que elas nos trazem, buscamos, neste capítulo, analisar como a esperança se relacionava com as questões de gênero em duas dimensões: a sua importância para o engajamento na luta contra a ditadura e pela revolução, e a esperança feminista que propiciou outros engajamentos e novos sonhos. A esperança é uma emoção equilibrada, está sempre numa corda bamba, sustentando-se - apesar dos percalços, das mortes, das torturas, das perdas e dos preconceitos que se renovam - entre o passado, o presente e o futuro.

### ***Tomar el cielo por asalto***

Após a Revolução Cubana, em 1959, surgiram, na América Latina, grupos chamados de "Nova Esquerda". Eram tempos de encontro entre sentimentos e ações que exigiam firmeza e seus protagonistas eram, na sua maioria, jovens (RUIZ; PARIS, 2004). Che Guevara, um ícone da esperança internacionalista, anunciava em seu discurso *La esperanza de un mundo mejor*<sup>6</sup>:

A satisfação sempre crescente de que o nome de Cuba percorre os campos da América, e percorre também os campos de outros países do mundo que lutam por sua liberdade, significando sempre o mesmo: a imagem do que se pode conseguir

---

5 Correal (2019) faz um estudo das emoções partindo de uma epistemologia feminista, sobre os processos de politização de familiares de pessoas desaparecidas e assassinadas pela violência estatal e paramilitar na Colômbia, e como lidam com a experiência de sofrimento social.

6 A esperança de um mundo melhor (tradução nossa).

com a luta revolucionária, a esperança de um mundo melhor, a imagem pela qual vale a pena arriscar a vida, sacrificar-se até a morte nos campos de batalha de todos os continentes do mundo (GUEVARA, 1964, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Falas como esta ecoavam nas mentes e sonhos das juventudes e buscavam romper com as estruturas tradicionais dos partidos de esquerda atrelados aos partidos comunistas ligados à União Soviética (URSS) stalinista e burocratizada, num tempo de Guerra Fria. Esses novos grupos queriam “tomar o céu por assalto”, fazer a revolução.

Homens e mulheres<sup>8</sup>, jovens e não tão jovens sentiam-se com “a história na mão”, em busca de uma utopia e uma luta que não seriam possíveis sem o gosto da liberdade e da esperança. Vivendo em um contexto de ditaduras, a esperança era derrubar a ditadura mas, também, criar um mundo melhor, como relata Raquel Guisoni (2013), que iniciou seu ativismo na Juventude Universitária Católica (JUC), foi militante da Ação Popular (AP) e, depois, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) onde está até hoje:

Eu aprendi no colégio interno que as mulheres eram culpadas [...] a JUC me ajudou muito, porque diferente do individualismo, ali a gente tinha o lema “ver, julgar e agir”, com o objetivo de um trabalho coletivo. [...] Era a visão da teologia da libertação de se inserir no movimento, lutar e mudar. Dali comecei a ter uma participação ativa quando entrei na UFPR. Particpei do Congresso da UNE de Quitandinha, onde houve infiltração da direita soltando bomba [...]. A juventude nesse período tinha muita doação e comprometimento, queria que mudasse as coisas. [...] a vida da gente tava em jogo e a gente acreditava. E por acreditar e concordar a gente entrava nessa luta de cabeça (GUISONI, 2013, s/d).

Esse sentimento de que a luta valia a pena e de que os sacrifícios seriam recompensados, movido muito pelo exemplo da Revolução

---

7 No original: “La satisfacción siempre creciente de que el nombre de Cuba recorre los campos de América y recorre también los campos de otros países del mundo que luchan por su libertad, significando siempre lo mismo: la imagen de lo que se puede conseguir mediante la lucha revolucionaria, la esperanza de un mundo mejor, la imagen por la cual vale la pena arriesgar la vida, sacrificarse hasta la muerte en los campos de batalla de todos los continentes del mundo” (GUEVARA, 1964).

8 Para uma discussão sobre gênero e a luta da esquerda armada no Cone Sul ver Wolff (2007).

Cubana, criava confiança no projeto revolucionário e ajudava a superar as dificuldades para o engajamento nos grupos de esquerda, como conta a argentina Adriana Boria (2006), que participava do movimento estudantil em Córdoba:

Nesse momento, os estudantes, principalmente em Córdoba, todo mundo era militante. Digo todo mundo que pensava em algo na vida tinha que militar. E nesse momento havia uma grande confiança na revolução, nos alcances da revolução, num processo que tinha a ver com a revolução cubana (BORIA, 2006, s/d).

As e os protagonistas da “nova esquerda” queriam “mudar a vida [e] mudar o mundo” (RUIZ; PARIS, 2004, p. 268, tradução nossa)<sup>9</sup>. Queriam o impossível, também embalados pelas lutas de maio de 1968<sup>10</sup>: “assaltar o céu, tocá-lo com a mão, vivê-lo nesta vida” (RUIZ, PARIS, 2004, p. 268, tradução nossa)<sup>11</sup>, mobilizavam energias de resistência. Esse sentimento está presente na entrevista da argentina Alejandra Ciriiza (2019), que vivia em Córdoba e era engajada ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT):

[...] tínhamos uma enorme confiança na força do nosso projeto revolucionário e [...], na nossa moral revolucionária. [...] deveríamos nos transformar em mulheres e homens novos. Essa convicção, esses laços construídos, esse debate intelectual, esse debate político, a relação política e a resolução de problemas que tínhamos que enfrentar na clandestinidade, nas organizações, e saber que a nossa própria vida dependia desses outros e outras com quem tínhamos esses laços de amizade, de confiança, de carinho, de sinceridade [...] essa ideia de militância da construção de um mundo novo transformando a nós e aos outros (CIRIZA, 2019, s/d).

---

9 No original: “[...] cambiar la vida [y] cambiar el mundo” (RUIZ; PARIS, 2004, p. 268).

10 O Maio de 1968 mobilizou utopias em boa parte do mundo, recebendo mais visibilidade na Europa e nos EUA, unindo ativistas da contracultura, estudantes, intelectuais, operários/as. Nesse período proliferaram as lutas de libertação nacional em vários países da África.

11 No original: “[...] asaltar el cielo, tocarlo con la mano, vivirlo en esta vida” (RUIZ; PARIS, 2004, p. 268).

Esse depoimento revela o quanto a militância acreditava no alcance das utopias de mudança social, econômica e de transformação interior. Esse último aspecto forjava projetos de mudança em vários continentes, tendo em comum a ideia de transformação dos sistemas vigentes e da sociedade hipócrita, construindo uma nova moral, um mundo justo e humano, cujos edificadores seriam esses “homens [e mulheres] novos” (RUIZ; PARIS, 2004).

A jornalista chilena Gladys Diaz (2010) conta que esse sentimento de engajamento era tão importante que, apesar de presa, barbaramente torturada e exilada, sua militância foi uma realização: “Mas, quero que saibam de uma coisa: não sei quanto tempo de vida me resta, mas jamais poderei fazer algo tão importante quanto foi a minha militância. De longe, minha militância foi a coisa mais importante que fiz em minha vida” (DIAZ, 2010).

Seu engajamento iniciou profissionalmente ao cobrir uma greve de mineiros que foi duramente reprimida e como sindicalista. Foi uma liderança do *Movimiento de Izquierda Revolucionário* (MIR), responsável pelo jornal *El Rebelde en la Clandestinidad*, que era impresso de forma rudimentar, mas com mensagens de esperança.



**Figura 1 – Capa do jornal** El Rebelde en la Clandestinidad  
Fonte: Fondo Documental Eugenio Tagle, CLACSO, Chile.

Na capa do número 102 vemos um grupo de pessoas, homens e mulheres, com os punhos levantados e, também, o que possivelmente seria uma arma, seguindo juntos em frente. Trazia notícias como a morte de Miguel Enriquez (líder do MIR), da repressão massiva pelo governo Pinochet, a reestruturação do MIR, a convocação ao trabalho e à resistência:

Os gorilas reprimem sanguinariamente os revolucionários: os militantes e os elementos da Resistência. Sua repressão e fome criminosas nascem do terror que têm à massificação

da Resistência Organizada. Sabem que quando um povo se organiza e é conduzido pela vanguarda política nada o detém em seu caminho para a vitória. Nada pode impedi-lo de destruir a Ditadura (EL REBELDE EN LA CLANDESTINIDAD, 1974, tradução nossa)<sup>12</sup>.

O gesto das mãos levantadas em punho significa, para Ahmed (2015), um gesto de inconformismo, uma postura de luta. Um símbolo de voluntariedade que significa “vamos continuar lutando”<sup>13</sup>. Um gesto que corporifica uma emoção de combatividade, afetando a quem vê, trazendo esperança para quem se via abalada pela terrível repressão da ditadura.

Esses símbolos criavam algo que alguns movimentos sociais chamam de *mística*<sup>14</sup>, que mobilizava estudantes em diferentes países, como a ativista Nora Llaver (2006), que atuava junto à organização *Montoneros*, em Buenos Aires, Argentina, realizando o “trabalho de massas” em frentes diferentes, como favelas e bairros, junto a pessoas comuns: meninos, meninas, crianças, mulheres, jovens e homens. Segundo ela, isso permitiu uma organização solidária que reivindicava condições básicas de existência, mas que criava confiança para o trabalho de base.

[...] entre tudo isso fazia trabalho político, de alfabetização, trabalhamos muito Paulo Freire e tudo o que significava. Armamos centros culturais, tudo que foi a estrutura da ideia de educação de jovens e adultos. [...] Esses lugares eram considerados de retaguarda onde, na realidade, por uma questão também histórica, não havia armas. [...] Porque tínhamos algo que eles não tinham, a *mística* e um projeto (CIRIZA; LLAYER, 2006, s/d).

---

12 No original: “Los gorilas reprimen sanguinariamente a los revolucionarios: a los militantes y a los elementos de la Resistencia. Su represión y hambre criminal nacen del terror que la tienen a la masificación de la Resistencia Organizada. Saben que cuando un pueblo se organiza y es conducido por la vanguardia política nada le detiene en su camino a la victoria. Nada le puede impedir que destruya a la Dictadura” (EL REBELDE EN LA CLANDESTINIDAD, 1974).

13 Conferir o capítulo de Elaine Schmitt neste livro.

14 O sentido de *mística* apresentado aqui parte da pedagogia dos movimentos e lutas de resistências, como um momento de reflexão sobre valores e atitudes através do lúdico, da arte, da espiritualidade, de modo a mobilizar subjetividades e emoções, reflexão crítica e para a libertação. bell hooks (2019) analisa que a espiritualidade feminista contribui para a construção de consciência e para a necessidade de autoamor e autoaceitação, compreendendo que o cultivo da espiritualidade não está ligado necessariamente a uma religião.

Os passados têm seus próprios futuros, contidos nos projetos e nas esperanças das pessoas que emergem das camadas de tempo (KOSELLECK, 2006). Naquele momento, a esperança surgia de um projeto e se materializava como ação no presente. Assim, a revolução era um “horizonte de expectativas”, no qual a esperança requeria ação no presente para construir o futuro (AHMED, 2015).

Erich Fromm era muito lido naqueles tempos e trazia a perspectiva de um socialismo humanista, influenciando o discurso de organizações como a Ação Popular (AP), no Brasil, e de outros países. No livro *The Revolution of Hope* (1970), percebe-se proximidade com Freire (1992):

Será esperança se o objeto da esperança não é uma coisa, mas uma vida completa, um estado de maior vivacidade, a liberação do tédio eterno; ou, para usar um termo teológico, para salvação; ou, um termo político, para revolução? Esse tipo de expectativa pode realmente ser esperança; mas é não-esperança se tiver a qualidade de passividade, de esperar por, até que a esperança se torne, de fato, uma cobertura para resignação, ou uma mera ideologia (FROMM, 1970, p. 6, tradução nossa)<sup>15</sup>.

O autor faz uma relação entre esperança, fé, fortitude e coragem, o que parece misturar política e religião e que vê a revolução como uma salvação, uma forma de “recriar o paraíso agora”, como na canção de Beto Guedes (1981). Essa visão permeava símbolos e discursos das organizações e intelectuais de esquerda: “Esperança antes, almas proibidas simplesmente de falar gritam e cantam; corpos proibidos de pensar discursam e arrebentam as amarras que os prendiam” (FREIRE, 1992, s/p).

A estrela é um desses símbolos de esperança e rebeldia, sendo uma imagem que se destacava nas produções imagéticas dos grupos revolucionários, junto com as mãos levantadas em punho e, em muitos casos, símbolos de armas. O órgão de imprensa do *Ejercito Revolucionario*

---

15 No original: “Is it to hope if hope’s object is not a thing but a fuller life, a state of greater aliveness, a liberation from eternal boredom; or to use a theological term, for salvation; or, a political term, for revolution? Indeed, this kind of expectation could be hope; but it is non-hope if it has the quality of passiveness, and “waiting for” - until the hope becomes in fact, a cover for resignation, a mere ideology” (FROMM, 1970, p. 6).

*del Pueblo* (ERP), da Argentina, chamava-se *Estrella Roja* (Estrela Vermelha) e sua bandeira estampava uma estrela, símbolo presente também nas bandeiras do MIR chileno, do MLN boliviano e no *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLNT), do Uruguai. Era o símbolo que estava na boina da foto emblemática de Che Guevara, estampada nos pôsteres, nas camisetas, nos muros da América Latina. Uma constelação de estrelas que representava uma mística, uma esperança revolucionária e, também, aos poucos, com muita paciência e perseverança, uma esperança feminista.

## **A esperança feminista**

Ao mesmo tempo em que a luta contra as ditaduras engajava jovens em todo o Cone Sul na busca pelo fim da ditadura e por um mundo mais justo, anti-imperialista, socialista ou comunista, baseado na construção do “homem novo”, o feminismo se expandia no mundo com novas faces e ampliando suas reivindicações (WOLFF et al., 2016). Em alguns lugares, como na Argentina, desde os anos 1960 já havia organizações feministas, ainda que separadas das organizações de esquerda. Em outros países, no entanto, nossas pesquisas mostram que o discurso feminista chegava por meio de livros, textos, cartas, e que, aos poucos, foi aparecendo nas discussões internas das organizações e movimentos.

Joana Maria Pedro (2010) mostra como a identificação com o feminismo teve vários caminhos no Cone Sul, que passaram por grupos de consciência, pelos questionamentos das dinâmicas das organizações de esquerda, pelo contato com grupos e ideias feministas no exílio, por leituras. Na produção de comunidades afetivas, a promulgação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, significou uma abertura no contexto das ditaduras, favorecendo a realização de encontros, publicações e organizações de mulheres (PEDRO, 2010). Num momento que parecia de grande derrota, em que as ditaduras estavam a pleno vapor, com sua guerra suja, torturas, assassinatos, desaparecimentos, o feminismo, com sua esperança, abria uma janela para a construção da liberdade.

A ativista da Juventude Comunista no Uruguai, Moriana Hernandez (2008), exilou-se no México, onde encontrou outras mulheres tocadas pelo feminismo e, juntas, perceberam as contradições das organizações de esquerda que consideravam as questões de gênero como “secundárias”. Ela narra que, durante uma reunião de exilados uruguaios, concluíram que não havia a igualdade de gênero nas organizações de esquerda e que esse problema era coletivo e não pessoal.

Se eu me pergunto quando me fiz feminista, não sei dar uma data correta, o que eu sei dizer é que foi desde muito cedo que a existência de duplas regras para as condutas sexuais, masculinas e femininas me preocupavam, me incomodavam e me levavam a questionar contra. Eu sempre [senti], mas até o momento do exílio, via isto como um problema pessoal. Não passava pela minha cabeça que isso era um problema geral das mulheres, eu achava que era meu problema (HERNANDEZ, 2008, s/p).

Enxergar os problemas pessoais como políticos significava colocá-los em outro patamar e fortalecia nessas mulheres a esperança, uma nova bandeira, uma força renovada, que as fazia entender que o pessoal constituía subjetividades e emoções coletivas, fundamentais para as sonhadas mudanças. Nos tornamos feministas por causa da desigualdade, da injustiça no mundo e a construção de um “nós feminista”, uma coletividade, é complexo, difícil, é uma luta resultante da esperança (AHMED, 2015). Sobre esse estalo do “eu” para o “nós” trazemos o depoimento da advogada Silvia Pimentel, uma destacada ativista feminista no Brasil:

[...] é uma sensação muito interessante saber que as dificuldades pessoais que você enfrentou [...] eram de uma mulher dentre bilhões de mulheres no mundo. É uma coisa muito interessante, quando chegou aquele momento em que me deu esse estalo. [...] Foi depois, trabalhando, trabalhando, trabalhando. E aí até que entendi melhor porque eu tinha escolhido e o quanto nada mais [era] a minha própria história, em que houve bastante sofrimento, opressão, no meu primeiro casamento. E acho que, indiscutivelmente, isso foi o que já me levou a optar. [...] de repente, a gente sente que tudo aquilo que passou, a gente não tá sozinha [...]. Então,

quando você vê que várias e várias, muitas e muitas (PIMENTEL, 2017, s/p).

Essa discussão da coletividade se dava nos grupos de consciência formados, muitas vezes, nas universidades ou a partir de grupos de amigas<sup>16</sup>, mas, também, aparecia nos grupos de esquerda, mesmo com oposição por parte dos “companheiros” homens, incompreensão e o discurso de classe como a luta principal. Entretanto, segundo Alejandra Ciriza (2019), o principal para as feministas era a luta pela igualdade e contra a opressão:

[...] Me recordo da discussão de que ser feminista não era necessariamente ser burguesa e que havia feministas burguesas, mas que havia feministas socialistas e que, para mim, com o nascimento da propriedade privada, se formava a família burguesa, e que as feministas socialistas deveriam lutar pela igualdade com os homens e contra toda a forma de opressão que a burguesia havia organizado nas relações familiares. A demanda de liberdade sexual não era uma demanda puramente burguesa, mas uma demanda de liberdade para as mulheres (CIRIZA, 2019, s/p).

Ela fala sobre a revolução dos costumes, a revolução sexual (NUNES; WOLFF, 2019). A utopia feminista era construir, nas relações cotidianas, com seus companheiros, com filhas e filhos, em suas famílias, outros tipos de relações<sup>17</sup>. Essa ideia de mundo novo, do homem e da mulher novos era forjada no dia a dia, enfatizada na arte e na cultura, como afirmam as ativistas argentinas:

Nora - [...] devo reconhecer que foi a experiência que me permitiu sentir que realmente estamos construindo outro mundo, mas não ao futuro, mas na prática cotidiana, solidária, comprometida, paixão, paixão também na relação com os companheiros e com as companheiras.

---

16 Para aprofundar a questão da amizade neste contexto, ver o capítulo da Alina Nunes e Lara Zacchi neste livro.

17 Sobre a vida cotidiana das mulheres nas organizações de esquerda ver Oberti (2015) e Briggmann e Wolff (2019).

Alejandra - Em meu caso, na minha célula era [...] absolutamente assim, o mundo novo se constrói todos os dias, desde a subjetividade.

Nora - Éramos homens e mulheres novas, isto que tanto dizia Che, para nós era cotidiano, tinha que ser assim, não era sacrifício (CIRIZA; LLAYER, 2006, s/p).

Esses processos de transformação atingiram mulheres de diversas camadas sociais. Apesar da ideia recorrente de que os grupos feministas eram formados por mulheres brancas das classes médias, nossas pesquisas mostram que desde os anos 1970, e com maior intensidade nos anos 1980, mulheres camponesas, indígenas, negras e operárias se organizavam também, talvez não ainda com o nome de feministas, mas estavam na cena pública, na construção de sua participação, e na luta por seus direitos como mulheres.



**Figura 2 – Presas políticas uruguaias são libertadas após a anistia, em 1985.**

Fonte: Editorial Seix Barral

A pesquisa *Mulheres de Luta: feminismos e esquerdas no Brasil* (WOLFF et al, 2019) revela que esse processo ocorreu em diversos países do Cone Sul durante as ditaduras, a exemplo da trajetória do movimento camponês e a construção de organizações de mulheres do Paraguai, iniciada em 1982,

como narra Maguiorina Balbuena Cardozo (2008). A criação da *Coordinación de Mujeres Campesinas* (CMC), em 1985, trazia três reivindicações: a igualdade da mulher na sociedade, a defesa dos direitos da criança e a construção de uma organização nacional de mulheres no Paraguai.

[...] em plena ditadura fizemos uma mobilização inédita no Paraguai, a primeira mobilização de mulheres do campo, em 1985. Em 17 de novembro se funda a CMC com praticamente mil mulheres nas ruas, nas praças da Igreja, porque isso não era permitido nas praças, nem em nenhum lugar, a ditadura era feroz (BALBUENA, 2008, s/p).

O aparecimento dessas mulheres nas resistências às ditaduras que articulavam seus direitos como mulheres e seu pertencimento de classe e raça/etnia implicou em uma grande mudança e em esperanças renovadas. Os fins de cada uma das ditaduras foram marcados pela emergência de movimentos sociais, muitos gestados no período da repressão, entre os quais os movimentos de mulheres tiveram destaque.

Um dos principais movimentos que ganharam força no período final, especialmente no Brasil, foi o movimento negro e os movimentos de mulheres negras, que se articulam com os movimentos feministas de diversas maneiras, muitas vezes críticas. Analba Brazão Teixeira (2017), que iniciou sua militância em 1980 e hoje atua na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e em outros espaços feministas no Brasil, nos conta:

E na época eu participava de tudo quanto era movimento [...] a gente se envolvia na luta pela creche, contra a carestia [...] no movimento feminista eu entrei pelo viés da luta pelo fim da violência contra as mulheres. [...] A luta antirracista tem que ser do feminismo, eu não consigo perceber um movimento feminista que não seja antirracista e a gente sabe que existem vários que nem se colocam enquanto, mas eu acho que é muito importante ter esse viés, essa perspectiva de trazer a questão racial e essa luta antirracista forte, porque é estruturante, né? A questão racial é uma questão também que estrutura essa sociedade. A sociedade machista, a sociedade racista, a sociedade patriarcal (TEIXEIRA, 2017, s/p).

De certa maneira, foi nesse momento dos anos 1970 que se começa a gestar, do ponto de vista epistemológico, o que veio a resultar no chamado “giro decolonial” e no feminismo decolonial, incorporando os pontos de vista de mulheres negras, indígenas, camponesas e tantas outras, novas esperanças (MIÑOSO, 2020; WOLFF; GASPARETTO, 2017). Como ressalta Alejandra Ciriza ao falar da importância epistêmica da interconexão de experiências de opressão das mulheres:

Nós temos que trabalhar sobre isso, não podemos nos comportar como se nosso ser feminista dependesse das teorias estadunidenses, ou das teorias francesas, ou das teorias sei lá de onde, não me importa. [...] a raiz do feminismo tem a ver com as experiências de opressão e essas experiências não são apenas de sexo-genéricas, são experiências que têm a ver com o racialização e com a classe. Eu creio que essas lições [...] que têm a ver com a minha militância política, por ter militado em um partido de esquerda, e por ter militado em um partido de esquerda que dava muito espaço a identidade ameríndia. Então, creio que isso é importante na minha vida e creio que vou seguir com essas memórias até que tenha morrido com as botas postas e com o lenço na mão (CIRIZA, 2019, s/p).

Nesse sentido, os feminismos e as lutas dos anos 1970/80 estão interligados com o momento atual, como traz o depoimento da ativista brasileira Maria Amélia Teles.

Nós temos mais de 40 anos de feminismo ininterrupto no Brasil [...] isso aí é uma vitória. Eu lembro muito bem que uma metalúrgica falou assim em 1975 “ah, mas nós estamos começando o feminismo?” Não, não estamos começando. Porque já teve as sufragistas também, era feminista. [...] Nós estamos retomando o feminismo. [...]. “Nós não vamos sair mais”, a metalúrgica falou. “O feminismo veio para ficar”. Eu nunca vi uma frase tão sábia como a dela. [...] Nós podemos mudar as formas de nos organizar. As pautas de 1975 são as mesmas de agora. Agora nós temos mais argumento, nós temos um repertório maior para sustentar essas pautas que tínhamos. [...] É um movimento que tá vivo, atuante e que vai continuar. [...] Eu acho que o feminismo veio pra ficar mesmo. Então espero que ela [a metalúrgica já falecida] continue aí iluminando essa ideia (TELES, 2017, s/d).

Essas continuidades nas esperanças e nas lutas feministas são, também, exemplificadas na entrevista com a chilena Ximena Goecke (2019), que fala do encontro afetivo e intergeracional de ex-presas políticas com as jovens feministas.

Há um fator coletivo, como a geração de comunidades, e comunidades afetivas, que estão muito marcadas pelo projeto revolucionário, pela vivência da ditadura e depois por toda a luta intensa pela justiça. Uma luta que continua até hoje e também gera comunidade forte. [...] Essas mobilizações de 2006 e 2011<sup>18</sup> representaram uma mudança, no sentido de que estas gerações questionaram e fizeram uma crítica ao modelo que se instalou após a ditadura [...] Há uma espécie de ativação tanto pela esperança que geram essas jovens por uma mudança mais profunda, como pelas injustiças e como romper esse adormecimento que se havia estabelecido na transição. Nesse sentido creio que há uma emoção distinta de possibilidades (GOECKE, 2019, s/p).

Segundo Ximena, as ex-presas políticas lutaram por justiça durante anos, mas não foram acolhidas na sua demanda de incluir a violência sexual e de gênero<sup>19</sup> nas demandas dos presos políticos, enfrentando oposições dos companheiros homens. Os esforços do coletivo intergeracional (formado por jovens e presas políticas) significaram uma vinculação do coletivo com o movimento dos direitos humanos e com o movimento feminista que vem crescendo, resultando na nova onda feminista chilena (HINER, 2015).

A esperança feminista está viva no Cone Sul, na América Latina, no Sul global e no Norte. O tempo histórico traz uma força de mudança que emerge da relação entre memória, esperança, experiências e expectativas que se relacionam com o indissociabilidade entre passado e o futuro, renovando e ressignificando lutas, atualizando agendas e alianças nas comunidades afetivas e de aprendizados. O fundamental é

---

18 As mobilizações ocorridas no Chile foram marcadas por protestos estudantis, greves e manifestações populares contra o governo, protagonizadas por estudantes, operários, feministas etc.

19 Uma decisão recente do juiz chileno Mario Carroza reconheceu os abusos cometidos durante os interrogatórios com "uma forma específica de violência contra a mulher" (EL PAÍS, 2020).

o movimento pelos avanços (apesar dos recuos), à revelia da política de Estado, da política neoliberal, da agenda do fundamentalismo religioso e das diferentes violências, privadas e públicas.

## **Considerações finais**

Nesse capítulo buscamos refletir sobre o papel das emoções, com ênfase para a esperança, na politização, mobilização e lutas das mulheres por suas vidas e sonhos. Dessas experiências, aprendemos que descobrir o feminismo é uma possibilidade de reescrever o (re)nascimento como mulheres e feministas, considerando as diferentes emoções que as constituem, ou mesmo de como essas emoções as levam a fazer leituras particulares dos mundos que habitam em busca da transformação. Sara Ahmed (2015) fala de si ao tentar compreender como os afetos e as emoções fizeram parte de sua construção como sujeita política.

A indignação, a indignação que eu sentia, porque parecia que ser uma garota era determinado pelo que você não deveria fazer; a dor, a dor que sentia como efeito de certas formas de violência; o amor, o amor por minha mãe e por todas as mulheres cuja capacidade para dar me deu a vida; o espanto, o espanto que sentia pela forma como o mundo veio ser organizado do jeito que está, o espanto que sente o ordinário como surpreendente; a alegria, a alegria que sentia quando comecei a fazer diferentes tipos de conexões com outros e me dei conta de que o mundo estava vivo e poderia adotar novas formas; e a esperança, a esperança que guia todos os momentos de negação, e estrutura o desejo de mudança com o tremor que o acompanha quando o futuro se abre, como uma abertura para o que é possível (AHMED, 2015, p. 259, tradução nossa)<sup>20</sup>.

---

20 No original: "La indignación, la indignación que sentía porque parecía que ser una niña se trataba de lo que no deberías hacer; el dolor, el dolor que sentía como efecto de ciertas formas de violencia; el amor, el amor por mi madre y por todas las mujeres cuya capacidad para dar me ha dado la vida; el asombro, el asombro que sentía ante la manera en que el mundo llegó a estar organizado de la manera en que lo está, un asombro que siente lo ordinario como sorprendente; la alegría, la alegría que sentía cuando comencé a hacer diferentes tipos de conexiones con otros y me di cuenta de que el mundo estaba vivo y podía adoptar nuevas formas; y la esperanza, la esperanza que guía todos los momentos

A abordagem das emoções na pesquisa requer uma reflexão teórica e metodológica sobre as implicações para a produção do conhecimento e de saberes tanto para quem investiga como para quem é investigada. Ainda que se coloquem dificuldades na recuperação dessas histórias e memórias, repensar trilhas metodológicas para esta tarefa é um dos caminhos mais esperançosos para a transformação social feminista global (CORREAL, 2019).

Assim, os estudos feministas nos remetem a uma prática de cuidado da outra e de si, salientando-se a dimensão ética da pesquisa e a busca em evitar causar mais danos do que foram causados nas trajetórias das interlocutoras. Estudar as emoções não é uma tarefa fácil, pois também as pesquisadoras têm suas subjetividades implicadas e suas emoções envolvidas, e essa dimensão emerge na escolha dos temas, das entrevistas (resultantes de uma prática coletiva do Laboratório de Estudos de Gênero e História), na abordagem teórica e na escolha metodológica.

Sem cair nas dicotomias das ciências hegemônicas, deixamos emergir o sentimento de empatia para com os pensamentos, sentimentos e narrativas dessas mulheres com as quais dialogamos. Os feminismos e suas reflexões epistemológicas e metodológicas, sem dúvida, fornecem pistas sobre como estudar as emoções e como investigar com cuidado em contextos de violência sociopolítica.

É gratificante encontrar na pesquisa do passado recente do Cone Sul tantas esperanças que, mesmo que tenham sido derrotadas ou que não tenham ainda se realizado, nos mostram que o presente foi formado, também, por esses sonhos. Eles são futuros dos passados, mas também ainda estão nos horizontes abertos por novos movimentos feministas, por novas formas de organização, de protesto e de construção política. A esperança, sempre na corda bamba, sabe que o show de todo artista, e a construção de novos futuros possíveis, têm que continuar.

---

de negación, y estructura el deseo de cambio con el temblor que lo acompaña cuando el futuro se abre, como una apertura hacia lo que es posible" (AHMED, 2015, p. 259).

## Fontes

- BORIA, Adriana. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Córdoba, Argentina, 27/10/2006. Acervo do LEGH/UFSC.
- BALBUENA Cardozo, Maguiorina. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.
- CIRIZA, Alejandra. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Alina Nunes. Mar del Plata, Argentina, 31/07/2019. Acervo do LEGH/UFSC.
- CIRIZA, Alejandra e LLAYER, Nora. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Vila Giardino, Argentina, 27/10/2006. Acervo do LEGH/UFSC.
- DIAZ, Gladys. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (digital). Chile, 06/2010. Acervo do LEGH/UFSC.
- EL REBELDE EN LA CLANDESTINIDADE. Órgano Oficial del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, n. 102, Diciembre 1974, Santiago de Chile. Fondo Documental Eugenio Tagle, CLACSO, Chile.
- GUEVARA, Ernesto "Che". Discurso La Esperanza de un mundo mejor. Disponível em: [https://www.academia.edu/9475793/Velazquez\\_Daniela\\_Discurso\\_Che\\_Guevara](https://www.academia.edu/9475793/Velazquez_Daniela_Discurso_Che_Guevara). Acesso em 28 out. 2020.
- GUISONI, Raquel Felau. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Florianópolis - SC, Brasil, 15/10/2013. Acervo do LEGH/UFSC.
- GOECKE, Ximena. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann e Luiz Augusto Possamai Borges. Santiago, Chile, 13/09/2019. Acervo do LEGH/UFSC.
- PIMENTEL, Sílvia. Entrevista concedida a Cláudia Regina Nichnig. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 31/07/2017. Acervo do LEGH/UFSC.
- TEIXEIRA, Analba Brazão. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 03/08/2017. Acervo do LEGH/UFSC.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Cintia Lima Crescencio, Luísa Dornelles Briggmann e Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 03/08/2017. Acervo do LEGH/UFSC.
- HERNANDEZ Valentini, Moriana. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevideú - Uruguai, 24/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

## Referências

- AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- BOSCO, João; BLANC, Aldir. *O bêbado e a equilibrista*. João Bosco. LP Linha de passe, RCA, 1979.
- BRIGGMAN, Luisa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, C. S., ZANDONÁ, J. e MELLO, S. C. *Muheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil. (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.
- CORREAL, Diana. Emociones, epistemología y acción colectiva en contextos de violencia socio-política - Reflexiones breves de una experiencia. In: AA.VV. *Otras formas de (des) aprender - Investigación feminista en tiempos de violencia, resistencias y decolonialidade*. IV Jornadas de Metodología de Investigación Feminista: violencia y resistencias. Agencia Vasca de Cooperación para el Desarrollo (AVCD),

2019. Disponível em: [http://publicaciones.hegoa.ehu.es/uploads/pdfs/409/metodologia\\_feminista.pdf?1557744901](http://publicaciones.hegoa.ehu.es/uploads/pdfs/409/metodologia_feminista.pdf?1557744901). Acesso em: 06 dez. 2020.

EL PAÍS. Sentença histórica contra o centro de tortura de mulheres na ditadura de Pinochet. 17 de novembro de 2020. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-18/sentencia-historica-contra-o-centro-de-tortura-de-mulheres-na-ditadura-de-pinochet.html?fbclid=IwAR2F-TdSOHlxJ81N9b5nv7EgG4LPYCnodNsrFJ7euFVqiYUdvGhHB1dJF\\_T8](https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-18/sentencia-historica-contra-o-centro-de-tortura-de-mulheres-na-ditadura-de-pinochet.html?fbclid=IwAR2F-TdSOHlxJ81N9b5nv7EgG4LPYCnodNsrFJ7euFVqiYUdvGhHB1dJF_T8). Acesso em: 04 nov. 2020.

GUEDES, Beto. *O Sal da Terra*. 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (Coleção Leitura).

FROMM, Erich. *The revolution of hope. Toward a humanized technology*. New York, London: Harper Colophon Books, 1970.

HINER, Hillary. "Fue bonita la solidaridad entre mujeres": género, resistencia, y prisión política en Chile durante la dictadura. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 867-892, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p867>

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras*. 6ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KOSSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MIÑOSO, Yuderky Espinosa. Toda lucha social por la justicia debe incorporar la conciencia y el análisis antirracista. *Hariak – recreando la educación emancipadora*, n. 9, Junio 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/43405884/\\_Toda\\_lucha\\_social\\_por\\_la\\_justicia\\_debe\\_incorporar\\_la\\_conciencia\\_y\\_el\\_an%C3%A1lisis\\_antirracista\\_](https://www.academia.edu/43405884/_Toda_lucha_social_por_la_justicia_debe_incorporar_la_conciencia_y_el_an%C3%A1lisis_antirracista_). Acesso em: 23 abr. 2020.

NUNES, Alina e WOLFF, Cristina Scheibe. A todo vapor: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina Scheibe, ZANDONÁ, Jair e MELLO, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 233-253.

OBERTI, Alejandra. *Las revolucionarias*. Militancia, vida cotidiana y afectividad en los setenta. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 115-137.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

RUIZ, Ester; PARIS, Juana. Ser militante en los sessenta. In: BARÁN, José Pedro; CAETANO, Geraldo; PORZECANSKI, Teresa. *Historias de la vida privada en el Uruguay: individuo y soledades (1920-1990)*. Montevideo: Santillana, 2004, p. 267-298.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200003>

WOLFF, Cristina Scheibe; CRESCÊNCIO, Cintia Lima; PEDRO, Joana Maria. Ondas, mitos e contradições: feminismo em tempos de ditaduras no Cone Sul. In: ROCHA, Marcos Antonio Monte (org.). *Feminismos Plurais*. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 53-69.

WOLFF, Cristina Scheibe; GASPARETTO, Vera. Fazendo Gêneros decoloniais: academia e ativismo. In: SANTOS, Jenifer S. dos et al. *Descolonizar a prática e o sexo*. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2019.

# Gênero, emoções e afetos na política<sup>1</sup>

Cristina Scheibe Wolff<sup>2</sup>

Ao iniciarmos o projeto “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul”, uma de nossas intenções principais foi a busca de uma perspectiva teórico-metodológica, no campo da História e das Ciências Humanas e Sociais, que nos possibilitasse o encontro entre gênero, emoções, afetos e política. Nesse capítulo, faço uma espécie de roteiro dessa busca, de nossas leituras e reflexões, sem a pretensão de oferecer um quadro teórico completo, apenas mostrando nossos caminhos. Ao longo dos capítulos que precedem, muitas outras reflexões emergiram, mas achamos que valeria a pena um momento específico para apresentarmos as principais questões teórico-metodológicas para quem tiver fôlego para ainda mais uma emoção.

\*\*\*

## Afetos e corpos

A importância das emoções e afetos na política não é uma noção nova. Os filósofos antigos, muitas vezes, se ocuparam dessa questão; no século XVII, Espinoza também se ateu a analisar a questão do afeto, mostrando como corpo e mente estão interconectados, um fazendo parte do outro, e como os afetos, afecções, desejos e paixões do corpo e da mente, adequados ou não, interferem na vida das pessoas e da sociedade<sup>3</sup>. No

---

1 Este capítulo é um dos resultados do projeto Política das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul, financiado pelo CNPq.

2 Professora Titular do Departamento de História – UFSC, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

3 Sobre Espinoza e a questão dos afetos ver Jaquet (2011). Os autores usam o nome Espinoza ou Spinoza, dependendo da tradução, assim como seu prenome é citado como Baruch, Benedictus ou Bento.

entanto, durante algum tempo, inspirados pelo positivismo e pela ideia sedutora de uma ciência que tudo explicaria pela razão, esta vista como o contrário de emoção, historiadores e cientistas sociais, em geral, tentaram esquivar-se dos afetos e das emoções como parte importante da vida e da análise social.

Os estudiosos da política e da história política raramente invocam os afetos e as emoções para explicar acontecimentos e processos históricos. Ao contrário, para Frederique Lordon: “Na realidade, pela perspectiva spinozista das coisas, ‘a política em seus afetos’ é um perfeito pleonasma: a política, como absolutamente todos os fenômenos do mundo humano-social, existe essencialmente no elemento dos afetos” (LORDON, 2016, p. 12, tradução minha)<sup>4</sup>.

Para este autor, que se baseia sobretudo na filosofia de Espinoza, os afetos constituem a política, são efeitos de poder e estão na raiz dos atos políticos, e também em suas consequências. “O afeto, em Spinoza, é o nome mais geral dado a um efeito que segue o exercício de uma potência. Uma coisa exerce sua potência sobre outra, esta última se encontra modificada: afeto é o nome desta modificação”. (LORDON, 2016, p. 16, tradução minha)<sup>5</sup>. Nesse sentido, afetos e emoções, para ele, são diferentes noções, sendo os afetos algo muito mais geral, enquanto as emoções seriam uma específica forma de afetação dos sentidos, relacionada às paixões, uma forma passiva, ao contrário da ativa, que seria o afeto.

De uma maneira muito mais contemporânea, Gregory J. Seigworth e Melissa Gregg (2010) compreendem afeto como sendo algo que se passa entre corpos, humanos ou não. Eles falam do afeto como “forças viscerais” que estariam em alteridade com o conhecimento consciente e, mesmo, para além da emoção. Forças que nos impelem a movimentos, a pensamentos e à passividade (SEIGWORTH; GREGG, 2010, p. 5).

---

4 No original: “En réalité, pour la vue spinoziste des choses, ‘la politique en ses affects’ est un parfait pléonasma: la politique, *comme absolument tous les phénomènes du monde humain-social*, se tient essentiellement dans l’élément des affects”. (LORDON, 2016, p. 12).

5 “L’affect chez Spinoza est le nom le plus général donné à l’effet qui suit de l’exercice d’une puissance. Une chose exerce sa puissance sur une autre, cette dernière s’en trouve modifiée : affect est le nom de cette modification” (LORDON, 2016, p. 16).

Assim, os afetos seriam algo que estaria para além das emoções, do comunicável, mas que passaria pelos corpos. Algo bastante difícil de apreender, mas que de qualquer maneira estaria fora do conhecimento consciente. Nesta perspectiva insere-se a proposição de Paul Hoggertt e Simon Thompson (2012), que fazem uma distinção entre o que seria afeto e emoção. Para eles, os afetos são aqueles sentimentos mais corporificados, menos conscientes, enquanto às emoções concernem os sentimentos mais conscientes, ancorados na linguagem e nos significados.

Em minhas pesquisas bibliográficas, percebo que autores de língua inglesa têm utilizado muito a noção de afeto, enfatizando este caráter quase “inconsciente” de fluxos e impulsos que levariam à ação. Falam, inclusive, de um *Affective Turn* ou “Virada Afetiva”, que seria um movimento das ciências humanas no sentido de admitir os afetos e sua relação com os corpos, como algo fundamental para a compreensão da sociedade e de tudo que é humano (CLOUGH; HALEY, 2007).

Para historiadora feminista Clare Hemmings, “Afeto se refere de forma ampla a estados do ser, mais do que suas manifestações ou interpretações como emoções” (HEMMINGS, 2005, p. 551, tradução minha)<sup>6</sup>. Essa autora fala de uma oposição entre a perspectiva dos afetos e a teoria pós-estruturalista, e que a teoria dos afetos levaria a uma nova ontologia, o que ela vê como uma questão problemática, tomando por base especialmente os teóricos Brian Massumi e Eve Sedgwick (2003). Segundo ela,

Minha resposta crítica ao trabalho de Massumi e Sedgwick sobre afeto, então, não é rejeitar a importância do afeto para a teoria cultural. É rejeitar o fascínio contemporâneo pelo afeto como fora do significado social, proporcionando uma ruptura tanto no compromisso crítico quanto no compromisso social quanto à natureza do social. Os problemas em Massumi e Sedgwick discutidos neste artigo não exigem uma rejeição por atacado da relevância do afeto à teoria cultural. Em vez disso, o afeto pode, de fato, ser valioso precisamente

---

6 No original: “Affect broadly refers to states of being, rather than to their manifestation or interpretation as emotions.” (HEMMINGS, 2005, p. 551).

na medida em que não é autônomo (HEMMINGS, 2005, p. 565, tradução minha)<sup>7</sup>.

Massumi e Sedgwick são nomes muito conhecidos da “Virada Afetiva”. Concordo com Hemmings que não devemos rejeitar por atacado a categoria afetos nas explicações dos fatos e processos sociais, pois esses processos são vividos por pessoas ou grupos de pessoas. Eles são certamente parte importantíssima da experiência humana. E, aqui, não estou falando de uma experiência enquanto algo dado, mas em experiência social, marcada pela cultura e significada continuamente pela linguagem.

Vem à mente o exemplo utilizado por Joan Scott (1999), no seu famoso texto sobre experiência, em que ela trabalha com um trecho autobiográfico de Samuel Delany (homem gay e negro, escritor de ficção científica), relatando sua reação a uma visita a uma sauna em 1963. Ao se deparar com os corpos na sauna, ele mesmo um corpo, em meio ao calor, os cheiros, os desejos, Delany faz uma reflexão sobre a existência de uma comunidade gay e descreve a cena a partir de suas emoções: espanto, medo. Scott (1999) usa essa descrição como ponto de partida para uma desconstrução da experiência como algo dado, pronto, evidente. Para ela, “Experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação” (SCOTT, 1999, 48). Vejo os afetos como parte dessas experiências, tanto no sentido de que as experiências afetam as pessoas mas, também, que elas muitas vezes moldam as maneiras como elas são afetadas - o que inclui seus corpos, comportamentos e, portanto, tem relação com o gênero.

---

7 No original: “My critical response to Massumi and Sedgwick’s work on affect, then, is not one that rejects the importance of affect for cultural theory. It is one that rejects the contemporary fascination with affect as outside social meaning, as providing a break in both the social and in critics’ engagements with the nature of the social. The problems in Massumi and Sedgwick discussed in this article do not require a wholesale rejection of affect’s relevance to cultural theory. Instead, affect might in fact be valuable precisely to the extent that it is not autonomous” (HEMMINGS, 2005, p. 565).

## Hermenêutica das emoções

Outra tendência que vejo nos estudos da história e das ciências políticas<sup>8</sup>, principalmente, são os estudos da “emoção”, que não estão necessariamente ligados a uma perspectiva tão abrangente como a dos afetos, sem pretensões a fluxos tão complexos e inatingíveis, trabalhando com fontes que passam pela literatura, pela produção jornalística e imagética, com a própria produção dos historiadores. Nesta linha estão as obras de Christophe Prochasson (2008) e a coleção *Histoire des Émotions*, organizada por Alain Corbin, Jean Jacques Courtine e Georges Vigarello (2016; 2017). Na introdução ao terceiro volume desta coleção abrangente, Jean Jacques Courtine explica:

O termo emoção como aqui é entendido abrange o continente de afetos, sentimentos e culturas sensíveis. (...) A ideia da fluidez do nosso universo emocional, a necessidade de compreendê-lo em sua dimensão genealógica, bem como nos detalhes da quotidianidade mais comum, à maneira de uma “história vista de baixo”, estão assim no coração deste terceiro volume (COURTINE, 2016, p. 7, tradução minha)<sup>9</sup>.

Por um lado, essa maneira de colocar o termo de maneira tão ampla pode gerar problemas, pois pode levar a anacronismos e a pensar as emoções, justamente como denunciava Clare Hemmings (2005) quanto aos afetos, de maneira autônoma e a-histórica. Por outro lado, esse esforço de ver emoções, afetos, sentimentos, de maneira mais aberta permite o trabalho de historicizá-los, compreender como as pessoas em seus tempos, em suas sociedades, em seus quotidianos, em sua cultura, em suas instituições e linguagens, se referiam a suas emoções, como os afetos e sentimentos interferiam em suas decisões, consciente ou inconscientemente, e como eles eram moldados.

---

8 Sobre isso ver Faure e Négrier (2017).

9 No original: “le terme d’émotion tel qu’il est entendu ici couvre largement le continent des affects, des sentiments et des cultures sensibles. (...) L’idée de la fluidité de notre univers émotionnel, la nécessité de le saisir dans sa dimension généalogique aussi bien que dans le détail de sa quotidienneté la plus ordinaire, à la manière d’une “histoire vue d’en bas” (a history from below), se situent ainsi au cœur même de ce troisième volume” (COURTINE, 2016, p. 7).

Confesso que quando comecei a trabalhar com as noções de emoção e afeto, minha primeira aproximação com estas categorias foi a partir do senso comum. Estava buscando falar de algo que não estivesse tão ancorado naquilo que é considerado racional. Percebi que quando se trata de questões de gênero, nem sempre as razões, as lógicas, os discursos elaborados davam conta de explicar as motivações para a ação, as formas de sensibilização da opinião pública e a nossa própria sensibilidade com certos assuntos como historiadoras/es. Quando lemos as fontes, também nos sensibilizamos e obtemos uma compreensão sobre o passado, uma compreensão que, muitas vezes, ultrapassa aquilo que conseguimos explicar em termos racionais e metodológicos. Os arrepios, risos e, até, o choro, fazem parte de nossas experiências no contato com as fontes, muito especialmente quando se trata, por exemplo, de relatos orais.

Pensar essa questão a partir de um prisma da hermenêutica, aprendida a partir dos estudos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1994), que me apresentou Hans-Georg Gadamer e o articulou à teoria feminista, permite pensar o próprio trabalho de interpretação realizado pela historiadora como uma experiência. Para Gadamer (2004), a linguagem é o meio pelo qual se dá a experiência hermenêutica. Entender outras línguas é uma experiência de interpretação, que implica na aproximação de significados, que nunca são exatamente equivalentes, para uma compreensão que podemos ver como faltante, mas que, também, podemos ver como capaz de produzir novos significados e compreensões, como capaz de trazer o novo.

Nesse sentido, ler os testemunhos do passado que nós, historiadoras/es, costumamos chamar de fontes, significa, por um lado, tentar imergir no significado daquelas palavras, imagens, números para a época, mas, também, ao mesmo tempo, considerando que nossa compreensão está marcada por nossa língua, por nossa formação, pelos nossos olhos contemporâneos. Muitas vezes, ao ler um processo crime, já sabemos qual será o resultado, se a pessoa foi condenada ou não e, então, nossa leitura já está marcada. Mas, também, está marcada por nossas perguntas e esperanças, por aquilo que estamos buscando nesse passado.

A antropologia também nos ajuda a pensar essa questão a partir do método da etnografia, que busca no estranhamento uma ferramenta útil para descrever aquilo que parece cotidiano para alguns, mas que alguém “de fora” pode estranhar e, nesse sentido, valorizar. Porém, essa valorização e estranhamento sempre serão interpretações e exigem, ao mesmo tempo, a disposição para ver o diferente e a disposição para compreender esse diferente como parte de uma cultura, de um conjunto de significados. Como a famosa piscadela de Clifford Geertz (1989), exige um mergulho nas águas densas dessa outra cultura, mergulho do qual saímos molhados, mudados, com outra visão ao mergulhar novamente em nossa água cotidiana.

Mas, no campo da história também tem se desenvolvido os estudos das emoções. Primeiro, se falava especialmente em sensibilidades, e os estudos de Sandra Pesavento (2005) e Maria Izilda Mattos (2018), no Brasil, são grandes referências. Aos poucos, o tema de uma história das emoções tem ganhado mais notoriedade. Como colocam Luc Capdevila e Frédérique Langue (2014), as emoções são um prisma privilegiado para a análise de como a sociedade e os indivíduos se relacionam com o passado e, ao mesmo tempo, permitem compreender de outra perspectiva os sistemas políticos, suas dinâmicas e as resistências e afetos que eles suscitam.

Para Barbara Rosenwein “[...] uma história das emoções deve problematizar os sentimentos do passado, tratando de suas características distintivas. Até os corpos (e como vimos os cérebros) são moldados pela cultura” (2011, p. 21). Colocando-se contrária a uma visão presentista e universalista das emoções, a autora estabelece um roteiro para a pesquisa que inclui a problematização dos termos que designam as emoções, a diversificação de fontes, a leitura atenta destas fontes com relação a seus silêncios, metáforas, ironias, risos. O importante é desestabilizar a ideia das emoções como “dadas”, prontas e eternas. E muito menos universais, pois as diferenças culturais, sociais e históricas são cruciais para a sua compreensão e as dos seus efeitos.

## Emoções, afetos e gênero

Mas, o que as emoções e afetos têm a ver com as questões de gênero?

Vejo várias relações e possibilidades de interpretação. Para começar, uma história das emoções gendradas, já que, mesmo sendo compreendidas como parte do humano, algumas emoções são mais associadas ao feminino e, por extensão, às mulheres, enquanto outras têm sido associadas historicamente ao masculino e, assim, aos homens. A maneira como as emoções são expressas e interpretadas é, portanto, associada ao gênero. Outra possibilidade é pensarmos nas emoções que implicam os relacionamentos humanos - as amizades, amores, paixões, ódios, inimizades -, as formas que tomam e como estão atravessadas pelo gênero e, por vezes, também, pelas sexualidades, como nos mostrou Foucault (1988). Outra questão, ainda, é o corpo e como este é marcado pelo gênero - para além do sexo - e o lugar dos afetos. A leitura da teórica feminista e pós-colonial Sara Ahmed marca muito minha interpretação desta questão. Na introdução do livro *The cultural politics of emotions* (2004), ela argumenta que não existe uma definição singular sobre o que são emoções, mas que, ao invés de oferecer uma teoria das emoções, ela vai pensar sobre o que as emoções fazem, tentando ver "como as emoções circulam entre os corpos, como elas se fixam e como elas se movem" (AHMED, 2004, p. 4, tradução minha).

Ao longo dos capítulos, Ahmed (2004) vai nos mostrando, uma de cada vez, como as emoções são usadas na política contemporânea, de uma perspectiva ligada aos estudos culturais, mas também ao feminismo e ao antirracismo. A autora nos leva a pensar sobre notícias, cartazes, histórias, discursos, e como eles produzem efeitos que mexem com os afetos e emoções, criando situações e interferindo na vida política. Seu trabalho, que continua em outras obras como *Living a Feminist Life* (2017) se distingue por enfatizar justamente as emoções e afetos - sem uma distinção clara dos mesmos - nas suas implicações políticas, mas por um caminho que nos coloca frente a essas emoções em todos os âmbitos da vida social e da cultura. Um cartaz chamando para um comício, o discurso de um governante, uma propaganda, um filme, uma história para crianças, geram

emoções e efeitos de poder, emaranhados, compelindo e conformando os corpos, e circulando entre eles.

De qualquer forma, a própria proposta de pensar as emoções de forma relacionada ao gênero já torna evidente que compreendo as emoções a partir da noção de que a cultura e a linguagem conformam essas emoções, na medida em que também entendo o gênero como uma construção histórica, social, cultural e linguística. Ou seja, não penso os afetos e emoções como autônomos, tal como critica Clare Hemmings (2005), isto é, não se trata de uma nova ontologia, mas também não penso ser possível reduzir toda a experiência a processos conscientes e racionais pois, muitas vezes, é com/pela emoção que atuamos. Nossos pensamentos, ideologias, engajamentos são levados, também, por aspectos que podem ser vistos como afetivos e emocionais. O sensível, aquilo que sentimos através de nossos sentidos, ou aquilo que também expressamos através de reações corporais, faz parte da experiência e, portanto, faz parte da história.

O que faz com a gente se emocione diante de certas imagens? O que faz com que certas imagens evoquem sentimentos? Como se constroem essas associações entre imagens, discursos, sentimentos e seus efeitos corporais como a aceleração das batidas do coração, os arrepios, as lágrimas ou sorrisos de prazer, dor, tristeza ou alegria?

No momento da primeira escrita deste texto dois fatos me emocionaram muito através das notícias e das redes sociais: a prisão de crianças migrantes, separadas de suas mães na fronteira sul dos Estados Unidos, e a morte de um menino, na favela da Maré, no Rio de Janeiro, vitimado por um comando militar quando voltava da escola. As imagens e vozes das crianças chorando por entre as grades, pedindo para verem suas mães, pais, tias, me arrepiaram toda e tive que deixar as lágrimas caírem. A imagem da mãe da favela da Maré beijando o filho morto no caixão, acompanhada da frase "mãe, eles não viram que estava com roupa de escola", relatada como sendo uma das últimas do menino, enquanto esperava o atendimento médico que não chegou a tempo, me comoveu profundamente. Não só a mim, certamente. São imagens que têm se repetido e que comovem, emocionam, fazem com que nosso corpo e nossa mente reajam. Nos dois casos há crianças e mães.

Porém, talvez em outros momentos da história em que coisas semelhantes aconteceram, elas não tivessem o mesmo poder. Quando as crianças indígenas estadunidenses eram separadas de suas comunidades e internadas em escolas/instituições que as “civilizariam”, isso foi visto como algo positivo pela opinião pública da época. A morte de um menino negro e pobre no Brasil, de tão corriqueiro, virou fato até banal, como mostram as estatísticas da Anistia Internacional e, mesmo hoje, não parece ter poder nenhum, mas as lágrimas da mãe comovem alguns, pelo menos.

Foi a partir dessas questões que comecei a pesquisa que envolve as emoções e gênero nas ditaduras do Cone Sul. Ao trabalhar com os materiais dos grupos de resistência a essas ditaduras marcadas pela Guerra Suja, pela tortura, pelos desaparecimentos, prisões e intolerância, percebi que havia uma sutil diferença quando se denunciava a tortura sofrida por um homem e a sofrida por uma mulher e, mais ainda, se envolvesse crianças ou mulheres grávidas.

Por que a tortura dói mais em mim quando se trata de uma mulher, de uma grávida, de uma mãe, de um pai? Por que a denúncia do desaparecimento de um guerrilheiro ou militantes de esquerda, homem ou mulher, emociona mais quando é apresentada por uma mãe, uma esposa, uma irmã? Por que um objeto pessoal, uma carta, uma poesia, algo que dá a ver algo do indivíduo e suas relações pessoais, exposto em um museu da memória, tem o dom de me enternecer? Coloco essas reflexões na primeira pessoa, mas elas não são pessoais. Elas são subjetivas, mas não são algo que atinge somente a mim, porque são fruto de relações sociais, de uma cultura e de um sistema de gênero que ensina que os homens devem aguentar, devem ser fortes e, portanto, em uma guerra, se forem torturados, serão mártires, heróis, enquanto as mulheres serão vítimas.

Há muito tempo as autoras feministas têm se ocupado das questões que envolvem as emoções, afetos e as subjetividades. Michael Hardt e Patricia Clough (2007) chamam a atenção para como os estudos sobre afetos estiveram ligados com os estudos feministas e da teoria queer, especialmente através da problematização do corpo.

Mariela Solana e Nayla Luz Vacarezza (2020:2), destacam uma aparente contradição entre os estudos feministas, que buscam colocar as mulheres e os homens em pé de igualdade, e os estudos de afetos e emoções, trazidos pela virada afetiva. Essa “contradição” se daria por uma questão muito forte que é a aproximação das mulheres e de tudo que é considerado feminino com a afetividade e as paixões, enquanto o que seria masculino e os homens seriam levados pela razão. Essa oposição entre razão e emoção estaria conectada, inclusive, à oposição entre natureza e cultura, pois as emoções e afetos são vistos, neste registro, como ligadas ao corpo e a uma “parte instintiva” dos seres humanos. Segundo as bases da medicina dos séculos XVIII e XIX (LAQUEUR, 2001), que permanecem no senso comum de forma muito pronunciada, as mulheres seriam regidas pelo seu corpo e, mais especificamente, pela sua função reprodutiva. Já os homens teriam maior controle de seus impulsos através da razão. Mas essa oposição entre razão e emoção é válida?

Como já argumentei em outro texto (WOLFF, 2019), muitas razões são ligadas a emoções, e vice versa. Em nossa pesquisa sobre o engajamento de militantes nas organizações de esquerda e de resistência às ditaduras do Cone Sul, vimos que várias entrevistadas explicam que chegaram a determinada organização através de vínculos afetivos: amigos ou amigas, namorados, familiares. Em um contexto de intensa repressão, confiar nos companheiros era essencial. Esse fato já não seria razão suficiente para buscar esses vínculos na militância? Além disso, por mais que as organizações fossem de cunho político e, até, militar, às vezes, as e os militantes eram pessoas, e o contexto todo propiciava tanto a amizade e os amores entre essas pessoas, quanto gerava conflitos, raiva e ressentimentos. Sentimentos de indignação, de esperança e de solidariedade também moveram as militantes tanto quanto o estudo das teorias marxistas, leninistas, trotskistas, maoístas ou guevaristas. A famosa frase atribuída a Che Guevara, já dizia desse lado afetivo das militâncias: *Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás.*

Várias autoras feministas, ainda segundo Vacarezza e Solana (2020), apresentam a proposta de revalorizar as emoções como um recur-

so epistêmico, que abre a análise do social para questões que se escondem atrás do rótulo de emoções e afetos para serem desmerecidas. É o caso trazido por todo um grupo de autoras sobre os trabalhos de cuidado que, muitas vezes, foram simplesmente pensados ou como inerentes à própria função reprodutiva das mulheres, ou mascarados como “amor”. Entretanto, as feministas marxistas, como Silvia Federici (2017), por exemplo, têm mostrado como esse “amor” pela família esconde uma carga enorme de trabalho não remunerado, que favorece o sistema capitalista e não é contado nas estatísticas econômicas.

O lema “o pessoal é político”, concebido a partir dos grupos de consciência feministas, faz também essa conexão entre as emoções, afetos e a política. Assim, quando Silvia Pimentel conta de sua emoção ao perceber que a situação de violência que ela tinha vivido em seu casamento “era uma entre milhões” (PIMENTEL, 2017, s/p), isso a coloca em um coletivo e, mais, em um coletivo que é capaz de lutar contra a desigualdade e a violência de gênero, uma violência estrutural e não personalizada (e culpabilizada).

Então, a conexão entre gênero e emoções que procuro colocar aqui não é a de que as mulheres são mais emocionais, mesmo que ao longo da história ocidental essa premissa tenha se construído e solidificado, como mostra Ute Frevert (2011). Na história, as emoções foram quase sempre gendradas. Frevert mostra, por exemplo, que não somente havia diferentes emoções para homens e mulheres, mas que certas emoções tinham significados e materialidades diferentes segundo o gênero, como era o caso da honra, por exemplo. Assim, o gênero, enquanto sistema de hierarquias e de poder, também se relaciona às emoções e afetos, que reforçam esses sistemas, mas também, muitas vezes, pode subvertê-los. Nesse sentido, uma perspectiva histórica sempre pode ser útil.

Mas, não se trata de algo totalmente novo. Audre Lorde já nos ensinava os usos da raiva (anger) em 1981, no combate ao racismo, e na sobrevivência das mulheres negras. Segundo Helena Lopez (2014),

O que Lorde está propondo na sua celebração da centralidade da raiva para a luta feminista e antirracista são ao menos

três questões. Um, o emocional é político. Dois, o emocional é uma instância epistemológica. Quer dizer, conhecemos quando sentimos. Três, este conhecimento emocional requer uma reelaboração produtiva, uma tradução, para ativar-se como uma ação transformadora. (LOPEZ, 2014, p. 260).<sup>10</sup>

Como para Audre Lorde, e para tantas mulheres negras, indígenas, operárias, estudantes, militantes, feministas, as emoções nos impelem a pensar – são instrumentos epistemológicos para a compreensão do nosso mundo e de nossos projetos. Nos impelem a agir, pois a raiva, o ódio ou o amor, a voluntariedade, o riso e a esperança podem nos ajudar a superar os medos e o luto. Nos ajudam a viver, com amizade e solidariedade, principalmente com coragem.

## Referências

- AHMED, Sara. *Cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- AHMED, Sara. *Living a feminist life*. Durham: Duke University Press, 2016.
- CAPDEVILA, Luc e LANGUE, Frédérique. Le prisme des émotions. In : Les passé des émotions. Rennes : PUR, 2014, p. 7-10.
- CLOUGH, Patrícia Ticineto e HALEY, Jean (orgs.) *The affective turn: theorizing the social*. Durham: Duke University Press, 2007.
- COURTINE, Jean Jacques. Introduction: L'empire de l'émotion. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean Jacques e VIGARELLO, Georges (orgs.). *Histoire des Émotions*. Vol. 3 De la fin du XIXe siècle à nos jours. Paris: Seuil, 2016, p. 6-9.
- DE MATOS, Maria Izilda Santos. *Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades*. São Paulo: e-manuscrito, 2018.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373, jan. 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- FAURE, Alain; NÉGRIER, Emmanuel. *La politique à l'épreuve des émotions*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

---

10 No original: "Lo que Lorde está proponiendo desde su celebración de la centralidad del enojo para la lucha feminista a y antirracista son al menos tres cuestiones. Uno, lo emocional es político. Dos, lo emocional es una instancia epistemológica. Es decir, conocemos cuando sentimos. Tres, este conocimiento emocional requiere de una reelaboración productiva, una traducción, para activarse como una acción transformadora" (LOPEZ, 2014, p. 260).

- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Vol. 1. A vontade de saber. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREVERT, Ute. *Emotions in History*. Lost and found. Budapest/New York: Central European University Press, 2011.
- GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. 2ed. Translation revised by Joel Weinsheimer and Donald G. Marshall. London and New York: Continuum, 2004, p. 445.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HEMMINGS, Clare. Invoking affect. *Cultural Theory and the ontological turn*. *Cultural Studies*, v. 19, issue 5, September, 2005, pp. 548-567. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502380500365473>
- HOGGERTT, Paul e Thompson, Simon. (orgs.) *Politics and the Emotions: The Affective Turn in Contemporary Political Studies*. Londres: Bloomsbury, 2012.
- JAQUET, Chantal. *A unidade do corpo e da mente*. Afetos, ações e paixões em Espinoza. Tradução de Marcos Ferreira de Paula e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LÓPEZ, Helena. Emociones, afectividad, feminismo. In: Sabido, Olga y García, Adriana, eds. *Cuerpo y afectividad en la sociedad contemporánea*. Cidade de México: UAM A, 2014, p. 257-275.
- LORDE, Audre. The uses of anger: Women responding to racism. In: *Sister Outsider*. Essays and Speeches. Freedom: The Crossing Press, 1984, p. 124-133.
- LORDON, Frédéric. *Les affects de la politique*. Paris: Seuil, 2016.
- MASSUMI, Brian. *Politics of affect*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds, 2005. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.229>
- PIMENTEL, Sílvia. Entrevista concedida a Cláudia Regina Nichnig. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 31/07/2017. Acervo do LEGH/UFSC.
- PROCHASSON, Christophe. *L'empire des émotions*. Les historiens dans la mêlée. Paris: Demopolis, 2008.
- ROSENWEIN, H. Barbara. *História das Emoções: problemas e métodos*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. S.; RAMOS, Tânia R. O. (org.) *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-56.
- SEDGWICK, Eve K. *Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity*. Durham: Duke University Press, 2003.
- SEIGWORTH, Gregory J.; GREGG, Melissa. An Inventory of Shimmers. In: GREGG, Melissa e SEIGWORTH, Gregory J. (eds.). *The affect theory reader*. Durham & London: Duke University Press, 2010, p. 1-25.

# Índice remissivo

## A

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL 77, 265  
AÇÃO POPULAR 40, 83, 166, 194, 218, 222, 256, 260, 266, 267  
ACERVO EDGARD LEUENROTH 94  
AGRUPACIÓN EVITA 78  
ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS 227, 254  
ASOCIACIÓN DE TRABAJO Y ESTUDIO SOBRE LA MUJER "25 DE NOVIEMBRE" 125, 262

## C

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY 95  
CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INVESTIGACIÓN DE LA CULTURA DE IZQUIERDAS 77,  
105  
CENTRO DE INFORMAÇÃO DA MULHER 25, 88, 129  
CENTRO DE INFORMACIÓN Y DESAROLLO DE LA MUJER 117  
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO 85  
CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS 24, 25, 255  
COMISIÓN DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY 156, 263  
COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA 166, 260  
COORDINACIÓN DE MUJERES CAMPESINAS 227

## D

DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA 78, 268

## E

EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO 39

## F

FRENTE DE LIBERACIÓN HOMOSEXUAL 34, 104  
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS 124

## G

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA 37, 265  
GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL 21, 93, 265  
GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE LA CONDICIÓN DE LA MUJER URUGUAYA 20  
GRUPO LATINO-AMERICANO DE MULHERES EM PARIS 25, 26  
GRUPO LÉSBICO FEMINISTA 265  
GRUPO SAFO 22

## **I**

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS TRANSNACIONAIS 120

## **J**

JUVENTUDES COMUNISTAS DE CHILE 106, 262

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA 218, 256, 266, 267

## **M**

MONTONEROS 78, 186, 221, 267

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA 91, 115, 156, 159, 170, 258, 260

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO 39, 79, 255

MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA 150, 167, 232, 258, 259, 264

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL TUPAMAROS 223

MOVIMIENTO DE LIBERARACIÓN HOMOSEXUAL 106, 262

## **N**

NÓS MULHERES 20, 117, 256, 265

NOSOTRAS 26, 123, 129

## **O**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 224, 268

## **P**

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO 26, 116, 254, 257, 261

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO 26, 254

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL 115, 196, 218

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO 116

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES 219

## **U**

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES 267

UNIÓN FEMINISTA ARGENTINA 22

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 73, 110, 273

## **V**

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES 44

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA 79, 80

# Sobre as Entrevistadas

**Adriana Lestido (Argentina)** nasceu em Buenos Aires, em 1955, onde estudou fotografia e trabalhou como fotojornalista para os jornais *La Voz e Página 12* e para a agência *Diarios y Noticias (DyN)*. Foi militante durante a ditadura militar argentina, momento em que sofreu a perda de seu companheiro Willy, dado até hoje como desaparecido. Desde 2001 publicou sete livros fotográficos, entre eles *Mujeres presas, Madres e hijas, Lo que se ve e Antártida negra*.

**Adriana Boria (Argentina)** é professora titular na Universidade Nacional de Córdoba, licenciada em Literatura Moderna, mestre em Sócio-semiótica pelo Centro de Estudos Avançados (CEA) da Universidade Nacional de Córdoba e doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia e Humanidades. É co-diretora do Programa de Discurso Social do CEA, diretora do programa e do doutorado em estudos de gênero e diretora do doutorado. Suas pesquisas estão voltadas para a teoria do discurso social e o impacto na construção das identidades de gênero.

**Alberto Carlos Dias Duarte (Brasil)** conhecido na militância mineira por "Betinho". Nasceu em Vespasiano, Minas Gerais, em 21 de outubro de 1946. Em 1967 iniciou o curso de Ciências Econômicas da UFMG, participando do ME. Integrou-se a AP, sendo preso em 1968. Foi expulso da Universidade. Foi um dos fundadores do jornal O Movimento. E Em Tempo. Participou como colaborador no MFPA. Em 1978 foi eleito presidente do CBA tendo como vice Helena Greco. Juntamente com Helena Greco foi um dos fundadores do PT em Minas, tornando-se vereador pelo mesmo partido entre 1993-2004. Continua na militância política em defesa dos direitos humanos.

**Alejandra Ciriza (Argentina)** é filósofa, pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas) e professora da Universidad Nacional de Cuyo, em Mendoza, Argentina. Começou sua

militância em Córdoba, aos 17 anos, no Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), pelo qual militou entre 1974 e 1976. Com o golpe militar na Argentina, mudou-se para Mendoza e viveu um período na clandestinidade. A partir de 1982, Alejandra aproximou-se da Frente de Apoyo a las Madres de Plaza de Mayo. Desde então, centraliza sua militância em organizações feministas e de defesa dos direitos humanos.

**Ana Maria Colling (Brasil)** foi militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Hoje é professora permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pesquisadora da UNESCO na Cátedra Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras. Mestre em História da Brasil pela UFRGS e doutora em História pela PUCRS com estágio na Universidade de Coimbra, Portugal. Investiga temas relacionados à história das mulheres, feminismos, educação e gênero, discurso e poder.

**Ana Maria Gomes (Brasil)** foi militante na VAR-Palmares. Foi presa em 1970 pela repressão da ditadura brasileira. Após ter sido solta, exilou-se no Chile, e, após o golpe de 1973 que instaurou a ditadura chilena, exilou-se primeiro em Estocolmo, na Suécia, e depois em Paris, onde continuou a militância no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Retornou ao Brasil em 1985, e desde 1990 é professora associada do Centro de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Integra o NEG – Núcleo de Estudos de Gênero da UFMS.

**Analba Brazão Teixeira (Brasil)** nasceu em 1960, em Natal, Rio Grande do Norte. Tornou-se feminista quando em contato com o movimento estudantil, nos anos 1970. Milita pelo movimento negro de Natal desde os anos 1980 e é militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) desde 1994. Atualmente é educadora da ONG SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e colaboradora da Universidade Livre Feminista.

**Aníbal Orué Pozzo (Paraguai)** é paraguaio e professor universitário. É engenheiro elétrico pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), possuindo pós-doutorado em Comunicação e Estudos Sociais de Fronteira pela *Universidad Nacional de Córdoba*. Desenvolve pesquisas sobre

os meios de comunicação e as sexualidades dissidentes no Paraguai, onde é uma das referências em sua área. Atualmente é docente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

**Angela Muniz (Brasil)** foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Foi presa em 1971, sob acusação de ter participado de uma ação armada, e foi barbaramente torturada. Da prisão foi mandada para a Vila Militar, onde se encontrou com um coletivo de mulheres presas. Ângela saiu da prisão em 1972 e pouco depois conseguiu ir para o Chile. Após o golpe no Chile, Angela exilou-se na França, onde retomou os estudos universitários e passou a participar do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

## C

**Carmen Beramendi** atualmente é diretora do “Instituto Nacional de la Mujer” em Montevideú. Integrou o Movimento de Libertação Nacional, um movimento guerrilheiro dentro do Uruguai que combatia a ditadura e, em decorrência disso, ficou presa por sete anos. Quando saiu da prisão passou a atuar no movimento sindical de Montevideú, militou no partido socialista e, posteriormente, atuou no movimento feminista sempre buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

**Carmen de Lara Castro (Paraguai)**, nasceu em Concepción (Paraguai) em 1919, filha de Lúcia Miranda Cueto e Fermín Casco Espinque. Realizou seus estudos em colégios católicos, e após formar-se em professora normalista, ministrou aulas de Educação Moral e Cívica e Francês em colégios de Assunção. Casou-se em 1940 com Mariano Lara Castro e teve seis filhos. Na década de 1950, passou a atuar dentro do Partido Liberal e ajudou a organizar o seu departamento feminino, ainda nesse período foi integrante do *Instituto de Amparo a la Mujer* (1953-1956). Foi deputada (1968-1978) e senadora (1989-1993) pelo Partido Liberal Radical. Durante a ditadura stronista, criou em 1967 a Comisión Paraguaya de Defensa de los Derechos Humanos (CODEHUP) e foi presidenta até seu falecimento em 1993.

**Cecilia Withaker Vicente de Azevedo Alves Pinto (Brasil)**, mais conhecida como Ciça, é cartunista e criadora de personagens históricos como Bia Sabiá e O Pato. Durante a ditadura brasileira suas tiras exploravam a ironia e o humor para falar de política através de personagens vividos por patos, formigas, galinhas, pintinhos e pássaros. Contribuiu com jornais da grande imprensa, como a Folha de São Paulo, e foi uma importante colaboradora da imprensa alternativa feminista brasileira. Nos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio, entre as décadas de 1970 e 1980, publicou tiras que problematizavam a desigualdade de gênero, especialmente a invisibilidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres.

**Clair Castilhos Coelho (Brasil)** nasceu na cidade de Sant'Ana do Livramento, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, em 1945. É farmacêutica-bioquímica e entre 1982 e 1992 foi vereadora na cidade de Florianópolis. Co-fundadora da Casa da Mulher Catarina, criada em 1989, tem longa trajetória na defesa dos direitos das mulheres, em especial no campo da saúde. Professora universitária, articulou sua atuação pública e política ao ensino e à pesquisa.

## D

**Derlei Catarina de Luca (Brasil)** era professora e escritora. É uma das principais vozes do estado de Santa Catarina na luta pelos Direitos Humanos. Quando ingressou no movimento estudantil, em 1966, militava principalmente na Juventude Universitária Católica (JUC). Entre 1967 e 1972, foi militante da Ação Popular (AP). Foi presa pela primeira vez em 1968 no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, e novamente presa em São Paulo durante a Operação Bandeirantes (Oban). Exilou-se em Cuba e só regressou ao Brasil em 1979. Desde 1980 dedicou-se ao resgate da memória dos desaparecidos políticos e fundou o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos e o Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça. Faleceu em 2017.

**Diego Alejandro Sempol Fernández (Uruguai)**, mais conhecido como Diego Sempol, é historiador e militante LGBT uruguaio. É graduado pelo *Instituto de Profesores Artigas* (IPA), com especialização em história. Sua trajetória como ativista é marcada pela fundação do *Colectivo Ovejas Negras* e da *Federación Uruguaya de la Diversidad Sexual*. Atualmente é professor da *Universidad de la República* (UDELaR). Desenvolve pesquisas relacionadas à história das sexualidades dissidentes do Uruguai e Argentina, sendo considerado uma das maiores referências da área.

**Dilma Rousseff (Brasil)** nasceu no ano de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 1964 iniciou sua militância política contra a ditadura militar brasileira, ingressando na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e, em sequência, no Comando de Libertação Nacional (Colina). Em 1968, quando era estudante universitária de economia, passou a viver na clandestinidade, e, em 1970 foi presa pela ditadura a partir da Operação Bandeirantes (Oban). Além de ser submetida a diversas torturas no DOPS, Dilma experienciou o cárcere político no Presídio Tiradentes, vivendo cerca de dois anos como presa política, sendo solta em 1972. Após esse período, lutou pelo fim da ditadura militar e pela instauração da democracia no país, também a partir de seu engajamento com movimentos de oposição à ditadura, tais como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assim como a partir de seu envolvimento no Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual fez parte até 2001, ano em que ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Além de economista, foi também ministra de Minas e Energia, de 2003 a 2005, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT). Meses após curar-se de um câncer em 2009, se candidatou à presidência da República nas eleições majoritárias de 2010, vencendo-as. Em 2011, durante seu mandato, sancionou a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foi a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil. Eleita pelo PT, governou o país entre 2011 e 2016, quando teve seu mandato interrompido por um golpe.

**Diva Moreira (Brasil)** nasceu em Bocaiúva, Minas Gerais em 08 de junho de 1946. Aos 17 anos fez parte da JEC. Em 1968 entra para o Partido Comunista Brasileiro. Formou-se no curso de comunicação Social da UFMG

(1970). Logo depois iniciou seu mestrado em Ciência Política na mesma universidade (1972). Militava em duas frentes MDB e PCB (clandestina). Em 1977 integrou-se ao Militante do Movimento Feminino pela Anistia mineiro. Sua entrada no MFPA deveu-se a prisão de seu companheiro e o apelo humanitário do MFPA. Continua atuando em diversas frentes de luta em Belo Horizonte. Participou do MFPA /MG desde sua fundação. Tornou-se um grande expoente do Movimento Negro e Feminista mineiro.

**Divo Guisoni (Brasil)**, natural de Santa Catarina, foi seminarista no Paraná onde cursou Filosofia e entrou em contato com a JUC, JOC e a AP. Foi condenado a dois anos de prisão, mas não chegou a ser preso. Ficou no Brasil atuando, clandestino. Atuou no Paraná (em diferentes períodos), em Santa Catarina (1967 e 1968), no Rio Grande do Sul (pelo PCdoB, de 1973 a 1979) e em São Paulo (de 1969 a 1973 pela AP e depois na década de 1980 para o PCdoB). Militou na AP de 1966 até a sua extinção em 1972, quando ingressou no PCdoB, como grande parte dos militantes da AP.

## E

**Eva Carmona Acevedo Sepúlveda (Chile)** nasceu em 1974, em Santiago (Chile), esteve na clandestinidade desde seu nascimento até meados dos 20 anos de idade. Nesse longo período no qual se manteve na clandestinidade com a sua mãe, viveu no Chile, em Cuba, e partiu para o exílio na Argentina em 1987. Somente em 1992 retornou para o seu país de origem. É licenciada em Arqueologia Social pela Universidade do Chile. Hoje se identifica como mãe, feminista, ativista pela soberania alimentar e os direitos da natureza.

**Erika Hennings (Chile)** foi militante do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), do Chile. Casada com Alfonso Chanfreau, também militante, após o golpe de Estado, ambos foram presos e enviados ao centro de detenção Londres 38, onde foram submetidos a torturas e Alfonso a interrogatórios. Erika foi exilada para França e Alfonso está desaparecido

até hoje. No exílio Erika inicia sua militância em organizações de direitos humanos. Hoje é diretora do Espaço de Memória Londres 38.

## G

**Gladys Días (Chile)** nasceu em um pequeno povoado no Chile. Sua sensibilização política vem desde a infância, já que nasceu numa região mineira muito combativa. Estudou boa parte da infância e adolescência em um internato de freiras. Rompeu com a Igreja Católica com aproximadamente 15 anos. Na Universidade estudou jornalismo e foi onde entrou de fato para a militância marxista. Foi militante do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Depois do golpe de 1973, Gladys passou a viver na clandestinidade e foi detida em fevereiro de 1975, passando 80 dias presa e sendo torturada no complexo conhecido como Villa Grimaldi em Santiago.

**Gloria D'Alesandro (Uruguai)** começou a militar aos 20 anos, quando ingressou no Partido Socialista do Uruguai. Por ocasião do golpe foi destituída do cargo público que ocupava e começou a estabelecer relações com os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, preocupada com a constante ameaça de perda de empregos. Foi ativa na defesa dos direitos das mulheres. Em 2013 ganhou o título Cidadã Ilustre de Montevideú, reconhecimento por sua dedicação aos direitos das mulheres, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade.

**Guillermina Kanonnikoff Flores (Paraguai)** fez parte da organização de esquerda Organización Primero de Marzo. Por sua atuação, foi presa, quando estava no sétimo mês de gravidez, junto com seu marido, Mário Schaerer Prono, que também militava na mesma organização. Ambos foram levados ao centro de investigação da polícia, no ano de 1976, onde foram interrogados e torturados. Seu marido e companheiro morreu pelas mãos dos torturadores. Ela teve seu filho na prisão. Desde então tem lutado para culpabilizar os principais responsáveis pela morte de Mário.

**Guido Rodriguez Alejandro Alcalá (Paraguai)** nasceu em Assunção em 6 de outubro de 1946. Estudou direito em Assunção e Literatura e Ciência

política nos Estados Unidos da América., passando também pela Alemanha e pela França. Trabalhou como jornalista e como professor universitário. Durante o período ditatorial paraguaio, militou no movimento estudantil e esteve preso no ano de 1969.

## H

**Hebe Pastor de Bonafini (Argentina)** nasceu em Ensenada, província de Buenos Aires, em 4 de dezembro de 1928. É uma ativista que luta pelos direitos humanos e uma das fundadoras da Associação das Madres de Plaza de Mayo, organização de mães de desaparecidos durante o auto-denominado Processo de Reorganização Nacional, ditadura que governou a Argentina entre 1976 e 1983. Também faz parte da Fundação Madres de Plaza de Mayo, instituto universitário privado e administra um centro cultural onde antes funcionava o centro clandestino ESMA.

**Helena Greco (Brasil)** mineira de Abaeté, (1916-2011). Iniciou sua militância aos 61 anos de idade como a primeira e única presidenta do Movimento Feminino pela Anistia em 1976 e vice-presidenta do Comitê Brasileiro pela Anistia em 1978. Foi a primeira vereadora eleita da capital mineira, nas eleições de 1982, e uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores na cidade. Exerceu dois mandatos, de 1982 a 1992. Idealizou, em 1993, o primeiro órgão na esfera do poder executivo, no Brasil, voltado exclusivamente para a questão dos direitos humanos - a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte (CDHC) - da qual foi coordenadora até 1996. Estabeleceu como prática a articulação com as comunidades, os trabalhadores e o movimento popular. Na CDHC, ela efetivou a Comissão Paritária de Mulheres, que deu origem ao Conselho Municipal da Mulher, garantindo o protagonismo dos movimentos feministas da cidade nesta instância.

**Helena Serrazul Monteiro (Brasil):** Cearense, professora da faculdade de medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), filiada ao PCdoB. Foi militante da Ação Popular durante a juventude universitária, tendo sido presa

por duas vezes com seu companheiro de organização e marido Francisco Monteiro. Em uma das vezes, estava grávida e presa na Colônia Penal do Bom pastor em Recife. Pariu e cuidou do filho, Manoel Carlos, durante aproximadamente 7 meses na prisão junto com outras companheiras presas políticas.

**Hildete Pereira de Melo Hermes Araújo (Brasil)** nasceu em Campina Grande, na Paraíba. No contexto do golpe de 1964 estudava na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba, onde integrava a União Estadual dos Estudantes. Na década de 1970 fez parte do PCB, momento em que se aproximou das lutas e preocupações das mulheres. Em 1976 ingressou no Centro da Mulher Brasileira, tendo como preocupação central de sua militância e campo de estudos o mercado de trabalho com recorte de gênero. Foi uma das fundadoras do PMDB Mulher e teve importante atuação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho que através de articulação nacional marcou a Constituinte de 1988 no que se refere aos direitos das mulheres brasileiras. Doutora em economia, atualmente é professora da UFF.

I

**Ignez Maria Serpa Ramminger (Brasil)**, conhecida como Martinha, nasceu em 1948, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Na adolescência, teve contato com o Partido Comunista Brasileiro, por intermédio de um tio em Uruguaiana/RS, que era militante do partido. Ignez ajudava a levar informações de Porto Alegre para o tio, que estava exilado no Uruguai. Ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passou a militar na Vanguarda Revolucionária Armada Palmares, a VAR-Palmares. Foi presa em casa, em 1970, na cidade de Porto Alegre, com vinte e um anos de idade. Ignez hoje é Médica Veterinária.

**Iara Beleli (Brasil)** nasceu em 1955, no estado de São Paulo. No final da década de 1970 integrava um grupo de reflexão feminista em Campinas, momento em que começou a cursar História na Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp). Desde então dedica-se aos estudos sobre gênero, mídia e intersecções. É pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/Unicamp.

**Ieda Akselrud de Seixas** nasceu no ano de 1947, em São Paulo. Militante política durante a ditadura militar brasileira, Ieda foi presa em 1971, aos 24 anos, pela Operação Bandeirantes (Oban) ao lado de sua mãe, irmã, de seu pai e irmão. Acompanhada de sua família, foram levadas ao DOI-Codi, onde durante uma sessão de violência e tortura, assistiram a tortura que levou ao assassinato do pai da família, Joaquim Alencar de Seixas. Durante o período de cárcere político, Ieda vivenciou a repressão ditatorial também a partir de torturas sexuais e de gênero, as quais foram recorrentemente retomadas e denunciadas por ela após o período ditatorial, inclusive para a Comissão Nacional da Verdade, em 2014. Faleceu em fevereiro de 2020, aos 73 anos.

## J

**Juan Pablo Sutherland (Chile)** nasceu em Santiago, em 1967. É crítico literário e militante LGBT. É licenciado em comunicação pela *Universidad de Arte y Ciencias Sociales* (UARCIS). Começou sua militância nos anos 1980 nas *Juventudes Comunistas de Chile* (JJ.CC.), ainda durante a ditadura e, posteriormente, foi participante e dirigente do *Movimiento de Liberación Homosexual* (MOVILH) durante a redemocratização nos anos 1990. Atualmente é professor na *Universidad Academia de Humanismo Cristiano*, na *Universidad Academia de Humanismo Cristiano* e na *Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación*. Investiga temas sobre sexualidades dissidentes e a teoria *queer/marica*.

## L

**Lucrécia Oller (Argentina)** nasceu em Buenos Aires, em 1946. Durante a ditadura esteve exilada na Espanha, na França e na Itália. A partir da década de 1980 passou a integrar a Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer “25 de noviembre” (ATEM), grupo que publicou o periódico feminista *Brujas* a partir de 1983. É coordenadora de cursos de capacitação sobre discriminação da mulher e trabalha com grupos de ajuda para mulheres que sofreram ou sofrem violências físicas, psíquicas e emocionais. Identifica-se como feminista e lésbica.

**Luis Alfonso Resck (Paraguai)** nasceu em 1924 em Villa Rica, Paraguai. Foi estudante de filosofia e professor na Universidade Católica de Assunção (UCA). Participou da Federação Universitária do Paraguai, foi do *Partido Demócrata Cristiano* e integrante da *Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay* (CODEHUP). Foi preso diversas vezes e em 1981 partiu para o exílio, retornando ao Paraguai em 1986. Em 1993 foi um dos fundadores da Comisión Nacional de Derechos Humanos (CONADEH) da qual foi presidente até o ano de 2016, ano de seu falecimento.

## M

**Magda Neves (Brasil)** nasceu em 5 de maio de 1945, na Vila Militar do Rio de Janeiro. Formada em Serviço Social, mestre em Ciência política na UFMG. Foi presidente do DA e do DCE, durante o período de faculdade. Foi presa enquanto ajudava uma amiga da APML em 1972. Foi solta após um mês e quinze dias. Foi punida pelo decreto nº 477 sendo impedida de terminar seu mestrado na época. Foi a iniciadora do MFPA em Minas Gerais. Optou pela militância dentro do MFPA por seu caráter legal e de contestação com o Estado, abrindo caminho para a participação política. Permanece ativa como militante política e defensora dos direitos humanos e feminista.

**Maguiorina Balbuena Cardozo (Paraguai)** nasceu em 1950, é camponesa e atualmente coordena a Coordenadoria Nacional de Organizações de

Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), em Assunção. Lutou contra a Ditadura militar no Paraguai, articulando as resistências das mulheres camponesas no Movimento Campesino Paraguaio (MCP), subdividido na Coordenação de Mulheres Campesinas (CMC), a primeira organização de mulheres rurais no país.

**Margarita Iglesias (Chile)** é professora de História do Centro de Estudios de Género e do Departamento de Ciências Históricas da Facultad de Filosofía y Humanidades da Universidad de Chile. No período da ditadura militar no Chile, foi militante do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), sendo presa pela ditadura em 1974, aos 17 anos de idade.

**Margarita Pisano (Chile)** nasceu em 1932, em Punta Arenas. Foi arquiteta, escritora, feminista e lésbica. Nos anos 1970, militou no movimento feminista de oposição à ditadura de Pinochet ao lado de Julieta Kirkwood e Edda Gaviola. Durante a ditadura, criou o *Movimiento Rebelde de Afuera*, a *Radio Tierra* e a *Casa de la Mujer La Morada*. Publicou diversas obras feministas a partir de 1990. Faleceu em 2015, aos 83 anos.

**Marlova de Souza Canabarro (Brasil)** nasceu no ano de 1952, em Fronteira do Livramento, Rio Grande do Sul. Ainda como estudante secundarista, Marlova atuou no movimento anarquista na cidade de Porto Alegre durante a ditadura militar brasileira, participando de ações políticas e congressos alinhados ao movimento. Marlova foi perseguida pela ditadura e teve sua primeira prisão política em 1971 quando já era estudante universitária. Sete anos mais tarde, foi presa novamente pela repressão. Desde 1980 vive em Paris, onde, à época, foi uma das integrantes do círculo de mulheres latino americanas, articulando-se com o movimento feminista.

**Maria Amélia de Almeida Teles (Brasil)**, mais conhecida como Amelinha, nasceu em 1944, em Minas Gerais. Durante o período ditatorial, foi militante do PCdoB. Presa em 1972 pela Oban, foi levada ao DOI-Codi de São Paulo e brutalmente torturada por Carlos Alberto Brilhante Ustra. Amelinha foi encarcerada juntamente com seu marido, irmã, filho, filha e cunhado. Testemunhou o assassinato de seu cunhado. Militou no movimento feminista, integrando o Jornal Brasil Mulher. Atualmente, é escritora e diretora

da União de Mulheres de São Paulo e integrou a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva.

**Maria de las Mercedes Villagra Decoud (Pelusa Villagra) (Paraguai)** foi militante política de longa data no Paraguai e atuou em vários movimentos de resistência contra a ditadura militar de Stroessner. Atuou também em movimentos de mulheres e em organizações feministas durante boa parte da segunda metade do século XX. Faleceu em abril de 2020.

**Maria Lygia Quartim de Moraes (Brasil)** nasceu em São Paulo, em 1943. Foi militante pela Ação Libertadora Nacional (ALN). Exilou-se com a filha em Cuba, no Chile e depois na França, logo depois de seu marido, Norberto Nehring, ter sido torturado e assassinado pela repressão da ditadura militar. Maria Lygia voltou ao Brasil em 1975 e foi uma das fundadoras do boletim *Nós Mulheres* (1976-1978). Atualmente, é professora na Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, pesquisadora do Pagu - Núcleo de Estudo de Gênero da Unicamp. Foi presidente da Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni” da UNICAMP (2013-15).

**Maria Valéria Rezende (Brasil)** nasceu em Santos, no ano de 1942, e em 1965 entrou para a Congregação de Nossa Senhora, Cônegas de Santo Agostinho. Dedicou-se à educação popular, inicialmente na periferia de São Paulo, depois em Pernambuco e na Paraíba, tendo atuado também fora do Brasil. Integrante do Movimento Mulherio das Letras, dedica-se à escrita de ficção, poesia e ao trabalho de tradução.

**Marisa Fernandes (Brasil)** nasceu em 1953, no município de Santo André, região do ABC Paulista. Formou-se em História pela Universidade de São Paulo (USP) e atuou nas áreas de educação e promoção de políticas públicas e direitos humanos através do Conselho Estadual da Condição Feminina, Secretaria de Saúde e Secretaria de Relações do Trabalho. Com uma trajetória ativista extensa, é a partir de sua aproximação no final da década de 1970 do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, ao lado de outras mulheres lésbicas, que sua trajetória foi ganhando contornos de ativismo lésbico. Criou o grupo Lésbico Feminista (LF) que, após um racha interno, passou a denominar-se Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF).

**Martha Aguñin (Uruguai)** nasceu em Montevideu em 1955, em uma família judia. Iniciou sua militância política em 1971, aos dezesseis anos, integrando-se à Frente Revolucionario-68 (FER68) e, mais tarde, ao coletivo 26 de Marzo. Depois do golpe de 1973, sua família migrou para Israel e Martha permaneceu sozinha em Montevideu. Três anos depois exilou-se em Buenos Aires. Foi para o México em 1981. Em 1984, retornou ao Uruguai e começou a integrar o Grupo de Estudios Sobre la Condicion de la Mujer en el Uruguay (GRECMU). Atualmente, trabalha na ONG *Mujer y Salud en Uruguay* (MYSU).

**Moriana Hernandez Valentini (Uruguai)** nasceu em uma família de comunistas. Filiou-se ao Partido Comunista do Uruguai em 1960 e, desde então, como militante, passou a participar de diversos grupos de resistência. Em 1976 foi para o exílio no México, onde teve aproximação com leituras e grupos de reflexão feministas. Ao retornar do exílio, participa da fundação de diversas organizações que visam discutir a condição feminina no Uruguai, inclusive de sindicalistas, passando a exercer a dupla militância. É socióloga com ênfase em gênero e seguridade social pela Universidade da República Oriental do Uruguai e atualmente atua em defesa dos direitos humanos e pela memória das lutas populares. Trabalhou como Secretária Executiva do Banco Bicameral da Mulher. Foi assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Fundadora da Comissão Feminina da Frente Ampla. Líder sindical e Coordenadora da Comissão Feminina da Central Única dos Trabalhadores (PIT-CNT).

## N

**Nair Yumiko Kobashi (Brasil)** é biblioteconomista e trabalha como professora livre-docente na Universidade de São Paulo (USP). Durante o período da ditadura militar brasileira, militava no PCdoB e foi presa em 1972 na cidade de São Paulo, vivendo 18 meses como presa política da ditadura. Atualmente, Nair continua atuando em atividades de defesa dos direitos humanos.

**Nilce Azevedo Cardoso (Brasil)** nasceu em Orlandia, interior de São Paulo. Em 1964 entrou no curso de Física, na Universidade de São Paulo (USP). Lá passou a participar do movimento de Educação de Base, entrou na Juventude Universitária Católica (JUC), onde fazia parte da Direção Nacional. Entrou para a Ação Popular (AP) e foi morar no ABC paulista, trabalhando como operária em Santo André. Por causa da clandestinidade foi morar em Porto Alegre, onde continuou a trabalhar como operária. Em abril de 1972 foi presa e torturada no DOPS gaúcho e na Oban paulista. Nilce é psicopedagoga e, até hoje, milita pelos Direitos Humanos.

**Nora Llaver (Argentina)** é uma militante argentina que atuou na resistência à ditadura no grupo Montoneros, foi uma das exiladas políticas desde 1977. É doutora em Ciências da Educação e atualmente é uma das referências na luta na Argentina, atuando em Mendoza, na Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito e uma militante pela Memória, pela Verdade e Justiça. É docente na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNCuyo.

## O

**Olívia Joffily (Brasil)** nasceu em 5 de novembro de 2050, em Salvador, Bahia. Possui uma trajetória marcada pela militância política de esquerda que vem desde a época de ditadura militar no Brasil. Foi exilada na Albânia, onde entrou em contato com movimentos de mulheres e com idéias feministas. Quando retornou ao Brasil, ainda no período da ditadura, passou a trabalhar, dentre outras coisas, com questões específicas das mulheres.

## R

**Raquel Felau Guisoni (Brasil)** nascida em Rio do Sul em 15 de março de 1941, cursou Geografia e História em Curitiba, onde entrou em contato com a Juventude Universitária Católica (JUC), militando no Movimento Estudantil,

no Diretório Acadêmico e nos encontros da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por meio do movimento estudantil e de sua atuação na JUC, esteve presente na Ação Popular (AP) desde o seu início, participando das reuniões de criação da organização. Atua desde a década de 1980 no PCdoB, onde atua até hoje. Foi uma das militantes que construiu a União Brasileira de Mulheres (UBM) e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

**Raquel Lubartowski (Uruguai)** nasceu em Montevideu, em 1940, filha de uma família polonesa que imigrou em 1937 fugindo do holocausto. Seus pais eram operários na indústria de couro e a ensinaram o ofício, com 14 anos começou a trabalhar e a militar em organizações de esquerda anti-dogmáticas, que durou também durante a ditadura militar uruguaia. Formou-se em psicologia pela Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República e atualmente é professora da Facultad de Psicología. É também escritora e dramaturga, tendo publicado seu primeiro livro em 1963 e recebido diversos prêmios internacionais.

## S

**Silvia Pimentel (Brasil)** é Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), graduação e pós-Graduação em Direito e em Psicologia da Educação pela PUC/SP, onde é professora e coordena o Grupo de Pesquisa de Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade (PUC/SP). É fundadora e membro do Comitê Latino Americano e do Caribe Para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), onde integra o Conselho Honorário Consultivo, fundadora e membro do Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), foi presidente do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, da Organização das Nações Unidas (CEDAW/ONU). Integra a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP.

**Stella Maris Rojas Vittore (Paraguai)** nasceu em 1955, em Assunção. Estudou Psicopedagogia na Universidade Católica de Assunção. Durante a ditadura, militou pela Juventude Estudantil Católica (JEC), organização

de resistência à ditadura de Stroessner. Em 1976, foi presa junto com seu marido. Estava grávida e teve seu primeiro filho na prisão. Exilou-se com a família nos Estados Unidos, e retornou ao Paraguai apenas em 1993. Trabalhou no Ministério da Educação e integra a ONG *Gestión Local*.

## V

**Vera Sílvia Magalhães (Brasil)**, foi integrante do grupo Dissidência Comunista da Guanabara. Traduziu as teses de Debray sobre a luta armada, fonte de grande influência para a prática revolucionária. Participou do seqüestro do embaixador norte-americano, ação empreendida para libertar presos políticos e para dar visibilidade internacional aos problemas sociais do país sob o autoritarismo, repressão e censura do regime militar. Ex-presa política, torturada e exilada. Faleceu em 2007.

## X

**Ximena Goecke (Chile)** é ativista em direitos humanos e feminista, historiadora, Mestre em Gênero e Cultura na América Latina, menção em Humanidades e doutoranda em Literatura. É graduada em Pedagogia da Memória, Direitos Humanos e Políticas Culturais. É Professora de História e Inglês, atuando em diferentes níveis de ensino (básico até o universitário). É pesquisadora no Observatório Latino-Americano de Ativismos e Subjetividades Políticas Contemporâneas (OLAS). Na pesquisa tem participado de projetos relacionados à cultura política e direitos humanos, militância, cidadania, migração e violência, com perspectiva geracional e feminista ou de gênero, com pesquisas em torno da Ditadura e Transição para a Democracia no Cone Sul, Violência Política Sexual, Holocausto Judaico e sua diáspora.

## Sobre as autoras e autores

**Ale Mujica Rodriguez** é formada em Medicina - Universidad Autónoma De Bucaramanga, Colômbia (UNAB), com especialização em Docência Universitária - Universidad Industrial de Santander (UIS), Colômbia. Mestre e Doutore em Saúde Coletiva - UFSC. Trans-feminista anticolonial e ativista do movimento trans e do movimento gorde. Luta pelo útero livre e pela descolonização da saúde, corpos e afetos. Faz parte do N'aya: Aquilombamentos afrocentrados; Afrotide: Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades; Nusserge: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero e Nupebisc: Núcleo de Pesquisa e Extensão em Bioética e Saúde Coletiva - Ufsc. E-mail: mujica.rodriguez86@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6352-0615>

**Alina Nunes** é historiadora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (PPGH/UFSC), bolsista FAPESC. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e desenvolve pesquisas sobre ditadura militar, história das mulheres, mulheres no audiovisual, feminismos, lesbianidades e emoções. E-mail: alinanunes2@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2413-4666.

**Aline Dias** é professora de história formada pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Mestre em história pela Universidade de Santa Catarina - UDESC, Doutoranda pelo sistema de cotas raciais no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista pela coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), Membro do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC, pesquisadora associada ao Instituto de estudos de gênero (IEG).Desenvolve pesquisas sobre Lei 10.639/2003 e as representações imagéticas das mulheres negras, mulheres negras na dramaturgia brasileira e alemã, teatro negro catarinense, diáspora negra e lesbianidades. Email: diasdealine1@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1137-5276.

**Athaysi Colaço Gomes** é doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ-GD). Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016) e Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (2013). Desenvolve pesquisa na área de História da Ditadura Militar e das relações de gênero, da construção da memória social e da oralidade. Atualmente, pesquisa as experiências de maternidade de mulheres militantes políticas na ditadura militar brasileira. e-mail: athaysicolaco@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1228-1386>

**Cintia Lima Crescêncio** é historiadora, doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e coordenadora do Grupo de Pesquisa História, Mulheres e Feminismo (HIMUFE/UFMS). Desenvolve pesquisas sobre feminismos, mulheres, gênero, humor e riso. E-mail: cintia.crescencio@ufms.br. ORCID: 0000-0002-2992-9417.

**Cristina Scheibe Wolff** é historiadora, doutora em História pela Universidade de São Paulo com pós-doutorados na Universidade de Rennes 2 na França e na Universidade de Maryland nos Estados Unidos. É professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É uma das fundadoras do LEGH/UFSC, participante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e editora da Revista Estudos Feministas. Foi a coordenadora do projeto Mulheres de Luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985) [www.mulheresdeluta.ufsc.br](http://www.mulheresdeluta.ufsc.br) e do Políticas da emoção e do gênero na resistências às ditaduras no Cone Sul. E-mail: cristina.wolff@ufsc.br ORCID: 0000-0002-7315-1112

**Elaine Schmitt** é jornalista formada pelo Centro Universitário de União da Vitória (UniuV), especialista em História, Cultura e Patrimônio pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), mestre em Jornalismo pela

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e desenvolve pesquisas sobre ditadura militar e fotojornalismo feito por mulheres. E-mail: elaine.schmitt@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2197-320X.

**Gabriele Marchioro Gomes** é graduanda do curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é bolsista de iniciação científica do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e trabalha em projetos de pesquisas sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Scheibe Wolff. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História. E-mail: gabrielemarchioro1@gmail.com

**Isabela Marques Fuchs** é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Santa Catarina (UFSC) com bolsa CAPES, mestra em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), graduada em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e graduanda em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Desenvolve pesquisas sobre teoria e história da arte com ênfase em arte contemporânea e estudos de gênero, arte e resistência política no Brasil e história cultural das imagens. E-mail: isa.fuchs@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3810-7543.

**Kelly Cristina Teixeira** é historiadora formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Ciência da Religião e Metodologia de Pesquisa pela UFJF. Mestra em Ciência da Religião (UFJF) e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: kellyhistoriadora@yahoo.com.br.

**Laíza Fuckner Molmelstet** é graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participou do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Como ex-bolsista de Iniciação Científica (Agosto de 2019/Maio de 2020) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

é integrante do Projeto Políticas da Emoção e do Gênero na resistência as ditaduras militares do Cone Sul, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Cristina Scheibe Wolff, trabalhando o sentimento de culpa. E-mail: laizafucner@gmail.com.

**Lara Lucena Zacchi** é historiadora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestranda em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bolsista CAPES. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e participa do Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas, atrelado ao Laboratório de Ensino de História (LEH/UDESC). Atualmente desenvolve pesquisas sobre as relações entre história e memória, ditadura militar brasileira, estudos de gênero, feminismos e emoções. E-mail: laralucenaz1@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6295-2336.

**Luísa Dornelles Briggmann** é historiadora formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), especialista em Ensino da Geografia e da História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC). Atualmente desenvolve pesquisas sobre ditadura militar, militantes de esquerda e casais revolucionários. Bolsista CAPES. E-mail: luisa.briggmann@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5882-4315.

**Luiz Augusto Possamai Borges** é graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o quadro de pesquisadores do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no qual é bolsista PIBIC/CNPq. Atualmente desenvolve pesquisas relacionadas aos estudos de gênero e das sexualidades, história dos feminismos e história das emoções nas ditaduras do Cone Sul. E-mail: luizaugustopossamai@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-6250-8761.

**Mateus Gustavo Coelho** é doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina, especialista em Direitos Humanos, licenciado em Filosofia pela

Universidade Estadual do Paraná e graduando em Letras Português pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente atua como membro do Instituto de Estudos de Gênero (IEG-UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC). E-mail: mateusgusco@gmail.com.

**Morgani Guzzo** é formada em jornalismo e mestra em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/PR) e doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC). É pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), onde atualmente realiza o pós-doutorado. Atua como jornalista no Portal Catarinas e é ativista feminista junto à Frente Catarinense de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto. E-mail: morgani-guzzo@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5200-7293

**Tamy Amorim da Silva** é historiadora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestra em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFSC) e atualmente faz doutorado no mesmo programa, com bolsa propiciada pela CAPES/DS. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC) e possui pesquisas voltadas para o estudo da participação de mulheres nas resistências às ditaduras no Cone Sul e revistas feministas, com enfoque no Paraguai. E-mail: tamy-amorim@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4009-987X.

**Vera Fátima Gasparetto** é Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), Mestre em Sociologia Política (PPGSP/UFSC), graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UNISINOS). Atualmente é Pós-Doutoranda no PPGICH/Área de Estudos de Gênero/UFSC (Bolsista PNPd/Capes), pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG-UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC), onde desenvolve pesquisas sobre movimentos sociais e participação política, feminismos africanos, epistemologias feministas, redes feministas. E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-3865-0549.

Pensar nas ditaduras militares ocorridas no Cone Sul latino-americano entre os anos 1960-1980 nos move afetivamente. Além da dor provocada pelos relatos de militantes sobreviventes, outras emoções atravessam nossos corpos quando aquelas e aqueles militantes rememoram, a partir de entrevistas, os acontecimentos vividos no período. Essas experiências estão, também, carregadas de sentimentos e emoções. O medo diante do cerceamento das liberdades e os atentados contra as vidas de quem resistia; o luto diante das mortes; a raiva que moveu as manifestações contra as torturas e os assassinatos; a culpa usada politicamente contra as ativistas e o ódio demonstrado durante as torturas, a coragem de quem decidiu se opor ao regime, a esperança movida pela luta política, o amor entre militantes durante a ditadura militar, a amizade que fortaleceu as mulheres feministas e militantes de esquerda; o riso feminista e a voluntariedade de quem carrega uma câmera fotográfica nos momentos emblemáticos da ditadura são algumas das emoções destacadas dos depoimentos e analisadas neste livro. "Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul" é um trabalho coletivo, financiado pelo CNPq e coordenado por Cristina Scheibe Wolff, carregado de emoções e afetos entre pessoas e pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

